TRAJETÓRIAS
DE LUTAS E
FORMAÇÃO AGRÁRIA NO
OESTE CATARINENSE
AC
ACERVUS
TÂNIA MARA DE BASTIANI

Há um significativo conjunto de obras em nosso país, oriundas de pesquisas que se traduzem em textos primorosos. Tais obras, metodologicamente, não se atêm apenas ao fazer-se dos sujeitos, da classe, nas e por meio das vivências contraditórias e conflituosas da luta pela terra no passado recente e para a permanência nela. As relações entre os trabalhadores e fazendeiros/latifundiários, com outros grupos étnicos e modos de vida diversos, igualmente estão presentes em muitos estudos. Esta dimensão analítica traduz-se na bela pesquisa e escrita do texto desta obra, de Tânia Mara de Bastiani.

Dr. Davi Félix Schreiner

Doutor em História Social pela USP
Docente do PPGH/Unioeste

TÂNIA MARA DE BASTIANI

TRAJETÓRIAS DE LUTAS E FORMAÇÃO AGRÁRIA NO OESTE CATARINENSE

PASSO FUNDO
2021

Nossos inimigos dizem

Nossos inimigos dizem: A luta terminou.
Mas nós dizemos: Ela começou.

Nossos inimigos dizem: A verdade está liquidada.
Mas nós dizemos: Nós a sabemos ainda.

Nossos inimigos dizem: Mesmo que ainda se conheça a verdade
Ela não pode mais ser divulgada.
Mas nós a divulgamos.

É a véspera da batalha.
É a preparação de nossos quadros.
É o estudo do plano de luta.
É o dia antes da queda
De nossos inimigos.

(Bertolt Brecht)

Prefácio

A questão agrária no Brasil tem dimensionado diversos estudos historiográficos. Os trabalhos, em grande medida, têm procurado explicitar as práticas sociais e as falas dos trabalhadores, em especial, por meio de entrevistas orais. Emergem, de modo especial, as memórias e as experiências transformadoras dos sujeitos individuais e dos sujeitos coletivos.

Há um significativo conjunto de obras em nosso País, oriundas de pesquisas que se traduzem em textos primorosos. Tais obras, metodologicamente, não se atêm apenas ao fazer-se dos sujeitos, da classe, nas e por meio das vivências contraditórias e conflituosas da luta pela terra no passado recente e para a permanência nela. As relações entre os trabalhadores e fazendeiros/latifundiários, com outros grupos étnicos e modos de vida diversos, igualmente estão presentes em muitos estudos. Esta dimensão analítica traduz-se na bela pesquisa e escrita do texto desta obra, de Tânia Mara de Bastiani.

A autora, para além do mencionado acima, ao mesmo tempo tece um retrospectivo histórico dialético, que parte do presente ao passado. A pesquisa foi instigada por questões que envolvem a formação de uma fazenda que, após desapropriada, em 2008, deu origem ao assentamento Dom José Gomes (DJG) em Chapecó/SC: a fazenda Seringa/Paraíso. A localização do imóvel compreende a área envolvendo dois títulos: Campina do Gregório e Barra Grade.

Da análise do processo de desapropriação e do levantamento sobre a concentração fundiária no Oeste de Santa Catarina, a pesquisadora passa à com-

preensão da formação agrária, à análise da exclusão e exploração social e o tecer da organização e da luta pela terra. Sempre, todavia, amalgamada ao tempo presente, num esforço de compreender as contradições socioeconômicas, a trajetória de luta e a constituição dos sujeitos, e, assim, explicitando a conjuntura atual.

Ao utilizar a concepção o *fazer-se* do MST, a autora oferece ao leitor as trajetórias dos sujeitos, suas práticas sociais (cultura, política e economia), analisando o modo como vivem, sentem, significam e conferem sentidos as suas vivências. Nas suas palavras, "como os sujeitos recusam situações e fazem escolhas conscientes, mesmo que as dificuldades da vida lhes permitam limitados caminhos para seguir". Suas trajetórias evidenciam situações de sujeitos expropriados do processo de formação e constituição da pequena propriedade, fazendo da luta pela terra uma alternativa de vida.

O texto deslinda, com grande quantidade de fontes, de riqueza ímpar, os encontros e desencontros de sujeitos de diferentes modos de vida. A atuação de colonizadoras, no contexto do projeto colonizador, a concentração da estrutura agrária, desconstruindo o mito da pequena propriedade como detentora, em tamanho, da maior área agricultável da região Oeste de Santa Catarina. É neste contexto contraditório e altamente excludente que os Sem Terra se organizam para lutar pela terra, conquistando assentamentos rurais.

A ambiência do acampamento é tempo de espera, de organização, de partilha de luta pela vida. É nela que a comunidades de iguais se tece cotidianamente no trabalho coletivo, na tomada de decisões em assembleias, na ajuda mútua, e no enfrentamento aos fazendeiros. A "experiência da lona preta" é situação de liminaridade, de constituição de sujeitos na luta e de passagem para uma nova condição, prospectiva, com a conquista do assentamento.

Em tal ambiência, que se diferencia de assentamento em assentamento, outros limites e desafios se impõem. A cooperação entre as famílias é uma das formas de superarem o problema de cultivarem a terra e produzirem alimentos. A partilha se faz, mas já não é a mesma e tampouco com a intensidade daquela do acampamento. Formas de produção alternativas de alimentos e de organização da terra e do trabalho são discutidas. Todavia, prepondera a terra e o trabalho coletivo familiar. Muitas famílias conciliam o serviço no roçado com o trabalho fora do assentamento.

A autora, em suma, com um texto escrito em filigranas, oferece ao leitor as múltiplas experiências vividas na ambiência contraditória da formação agrária no Oeste de Santa Catarina, no acampamento e no assentamento, a crítica e a autocrítica do MST às experiências junto à base. Também em destaque, a interpretação das relações sociais e da atuação desse movimento social evidenciam a dinâmica do fazer-se de uma *práxis*, que se assenta na premissa libertária. Esse movimento e seus possíveis percursos se mostram abertos, é uma história da formação agrária dos e com os sujeitos no seu fazer-se!

Dr. Davi Félix Schreiner
Doutor em História Social pela USP
Docente do PPGH/Unioeste

Sumário

Introdução

Eram 400 km percorridos por dia, 200 para ir e 200 para voltar, a cada vez que me deslocava para encontrar meus alunos. Da janela da van que levava os professores de Santa Maria/RS para Alegrete/RS, a paisagem repetia-se a cada quilômetro percorrido. Nos campos plainos do pampa gaúcho, frequentemente avistava-se bois, ovelhas, cavalos, algumas emas, pássaros locais e, em espaços de alguns quilômetros, cercas separando propriedades, mas dificilmente via-se seres humanos. Esses, apesar de existirem na região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (RS), eram vistos apenas nas áreas urbanas de alguns municípios que passávamos: São Pedro, São Vicente, São Francisco e, para romper o nome dos Santos, Manoel Viana. As viagens fizeram-me compreender a seguinte frase atribuída ao poeta alegretense Mario Quintana: "Em Alegrete, quem não é fazendeiro, é boi". Apesar de não registrada e da existência de quem defenda que sua repercussão causou estragos à imagem do poeta diante de sua terra natal, o sentido dela se fez compreensível nos elementos observáveis através das inúmeras viagens até o Instituto Federal Farroupilha daquele município.

No mesmo ano que deixei de atuar como professora em Alegrete (2013) – pois era apenas substituta e ao fechar dois anos de contrato dei uma pausa em minha breve carreira docente –, passei a realizar um caminho semelhante ao percorrido até o Instituto. Também tendo como pano de fundo o pampa gaúcho, algumas cercas em espaços de muitos quilômetros e quase nenhum ser humano, passei a ir até um assentamento do município de São Gabriel/RS, localizado na

região da Campanha Gaúcha. Este foi meu campo de pesquisa no Mestrado em Educação, onde, com a temática da Educação do Campo relacionada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), acompanhei a luta do assentamento *Madre Terra* – um dos 7 assentamentos rurais gabrielenses formados nos anos 2000 – por uma escola, dando origem à dissertação intitulada "Rompendo as cercas da educação burguesa: a luta pela construção de uma escola no assentamento Madre Terra, São Gabriel/RS"[1].

Entender a presença do MST em locais como Alegrete, onde não entrei em contato com o Movimento[2], a não ser pelas muitas discussões travadas sobre a temática e pelo fato de que alguns alunos eram moradores de assentamentos, e também em São Gabriel, campo de pesquisa do mestrado, não é algo tão complexo, basta pensar no tamanho dos estabelecimentos agropecuários[3], onde, de um lado, existem as grandes propriedades[4] e, de outro, uma população pobre, muitas vezes residente nos bairros periféricos e sem a devida estrutura. A essa configuração, soma-se, por vezes, ante a concentração de terras nas mãos dos fazendeiros, os despossuídos, constituindo-se e criando meios para conquistar a distribuição de terras para ocuparem e poderem viver.

Entretanto, os elementos que compõem a questão agrária descrita acima não são únicos, homogêneos, ainda mais em um país tão diverso como o Brasil, onde nem é preciso sair da região sul para encontrar realidades bem diferentes. No Oeste Catarinense (Ilustração 1), local de onde falamos agora, como herança do "Projeto Colonizador" – caracterizado pelo repasse de terras do Estado às colonizadoras, no intuito de que elas vendessem pequenos lotes aos agricultores que migravam do RS, possibilitando um aumento populacional para a conquista da região – a configuração agrária acaba sendo muito diferente de municípios como Alegrete e São Gabriel. Aqui, há uma presença marcante da pequena propriedade[5], tanto ao ser observada sua proporção em relação ao número total de imóveis rurais, quanto ao ser constatada a área média desses, pois ela corresponde a 29,67 ha, um pouco menor que em Santa Catarina, que é de 35,21 ha, e menos do que a metade da área média dos estabelecimentos de todo o Brasil, que corresponde a 69,05 ha.

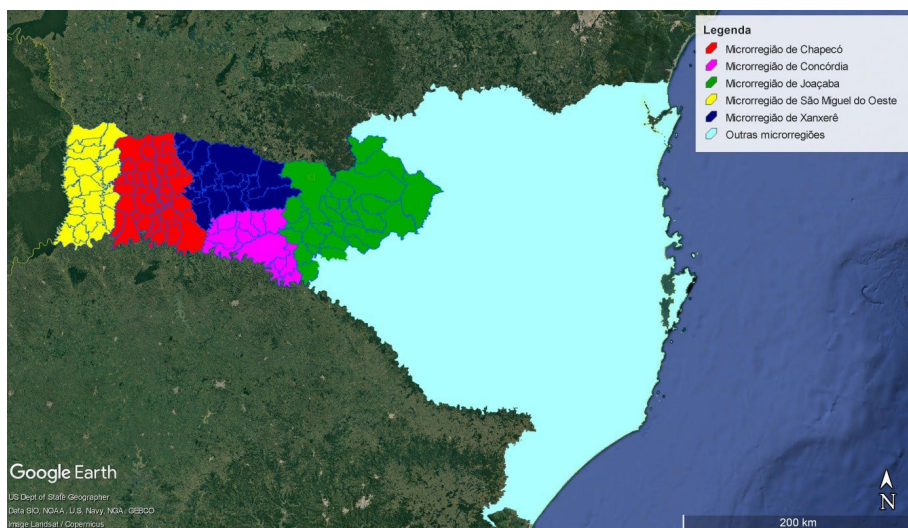



Ilustração 1. Mesorregião do Oeste Catarinense: a área formada pelas microrregiões geográficas de Chapecó, Concórdia, Joaçaba, Xanxerê e São Miguel do Oeste é limitada a Oeste com a Argentina; ao sul com o Estado do Rio Grande do Sul (RS); ao norte, com o Estado do Paraná (PR); e a leste, com as mesorregiões Norte e Serrana do Estado de Santa Catarina (SC). Fonte: Elaborado no Google Earth a partir das informações do IBGE e da sobreposição dos Shapefile SIGSC-limites_municipais. Org.: BASTIANI, T. M.; BORGES, L. F. S. 2020.

Um lugar onde é possível perceber que, apesar da presença de indígenas, caboclos e colonos, há uma forte exaltação do papel dos últimos na formação do território, a quem se atribui a coragem desbravadora para abrir as picadas que possibilitaram a constituição dos atuais municípios da região. Tal exaltação refere-se ao "mito do pioneiro"[6], ou seja, a glorificação da atuação dos colonos frente às dificuldades encontradas em uma área considerada despovoada, em contexto de desqualificação do *modo de vida*[7] de grupos já existentes no local. Atualmente, o Oeste Catarinense é conhecido tanto como um dos berços dos movimentos sociais, quanto como um dos principais polos nacionais das agroindústrias de produção de carne – principalmente frango e suíno –, que têm na integração com a agricultura familiar sua organização produtiva, pois a denominada "moderna" agricultura capitalista, nesse caso, apoiar-se na agricultura familiar, sendo essa uma "aliada" do capital[8].

As características da região, sua composição e formação, não foi algo novo para mim, pois sou natural do Oeste Paranaense e encontrei no Oeste Catari-

nense dimensões similares, mas nos anos iniciais de existência não tinha o olhar atento que a vivência na academia e a inserção política me ensinaram. Então, movida por experiências adquiridas, desde algum tempo começou a despertar-me certo estranhamento relacionado a este novo lugar, qual seja: a coexistência entre a pequena propriedade e a luta pela terra, impulsionada pelo MST.

A interpretação de que a pequena propriedade foi o modelo adotado para povoar o local, somada ao discurso do MST – que justifica sua existência e significado com base no reconhecimento de que as lutas e resistências populares impulsionadas contra o latifúndio já duram cinco séculos, direcionando, assim, suas críticas à concentração fundiária[9] –, criam a impressão de que o Oeste Catarinense estaria dispensado da luta pela terra impulsionada por esse Movimento. Entretanto, a partir da década de 1980, contrariando tal impressão e contando com o apoio de um setor da igreja católica vinculado à Teologia da Libertação, ou seja, de uma igreja que opta preferencial e solidariamente pelos pobres[10], a luta pela terra neste local se fez necessária. Como nos mostra parte da bibliografia crítica às abordagens permeadas por representações sociais de glorificação e heroicização dos colonos, bem como, os contatos estabelecidos com pesquisadores e participantes de outras organizações locais[11], percebeu-se que além da impulsionada pelo MST por meio de diversas ocupações de terra, a luta pela terra compreendeu também outras direções, abrangendo indígenas e outros movimentos sociais.

Assim, o estranhamento inicial da coexistência entre a pequena propriedade e a luta pela terra impulsionada pelo MST estendeu-se também para a coexistência entre a pequena propriedade e a luta pela terra em geral, a partir do qual buscamos responder a seguinte questão central: Como se explica a luta pela terra e o *fazer-se*[12] do MST em um território marcado, em número e área média dos estabelecimentos agropecuários, pela pequena propriedade?

O desvendar do estranhamento da coexistência entre a pequena propriedade e a luta pela terra, em geral, e o *fazer-se* do MST, em específico, nos impôs a necessidade de desconstruir a representação social hegemônica da formação agrária do local como constituída, exclusivamente, pela pequena propriedade. Para isso, foi necessário demonstrar que o processo de formação e consolidação da pequena propriedade no Oeste Catarinense não acolheu a todas as famílias sem terra, pois, em um primeiro momento, teve por base um processo expro-

priatório com evidente recorte étnico, já que os indígenas e caboclos acabaram perdendo suas terras para as colonizadoras que as venderam para os colonos, e, em um segundo momento, envolveu uma reorganização produtiva que fez com que muitos desses também acabassem virando sem terra. Ambos os momentos, como veremos ao longo da tese, são responsáveis pela concentração fundiária na região e ajudam a entender a luta pela terra.

A desconstrução de *representações*[13] que causam estranhamentos possibilita que se visualize que a luta pela terra faz parte da constituição agrária do Oeste Catarinense. Tal abordagem coloca os expropriados como parte de um processo que, por sua vez, precisa ser explicado a partir das suas experiências vividas. Portanto, entender o *fazer-se* do MST neste local evidencia que parte das pequenas propriedade e minifúndios da região são frutos do enfrentamento direto à concentração fundiária. Além disso, demonstra que a luta deste Movimento não se encerra com a conquista da terra, pois ela ganha outras dimensões, muitas vezes com os mesmos desafios a serem superados por outros pequenos produtores no contexto de avanço do capitalismo no campo.

Nesta perspectiva, entender o *fazer-se* do MST é conceber que ele é o produto histórico-cultural da ação humana e que, portanto, não pode ser entendido sem a participação dos sujeitos que o integram, levando em conta o modo como vivem, pensam e sentem suas *experiências*[14]. Assim, para a compreensão do *fazer-se* desse Movimento é preciso seguir, entre outras coisas, os passos dos sujeitos que o constituem. Esses, por sua vez, não são levados ao sabor do vento no ritmo do "deixa a vida me levar, vida leva eu"[15], mas no balanço do "não deixo a vida me levar, quem leva a vida sou eu"[16]. Recusam situações e fazem escolhas conscientes, ante a pequena margem que as dificuldades da vida lhes apresentam[17], concebendo-se enquanto protagonistas de suas trajetórias e não vítimas de seu contexto. São trajetórias que perpassam sujeitos expropriados do processo de formação e constituição da pequena propriedade, fazendo da luta pela terra uma alternativa de vida.

A particularidade da luta pela terra, empreendida em um local onde o número e a área média dos estabelecimentos agropecuários são capazes de esconder a concentração fundiária, apresenta dimensões que ganham outros contornos, com conteúdos, formas e significados diversos, quando comparada à luta empreendida onde imperam a grande propriedade. Isso nos impõe a necessidade

de pensarmos nas especificidades da luta pela terra e do *fazer-se* do MST nesse local: 1) como se engendrou a concentração fundiária em um lugar pensado para a predominância da pequena propriedade?; 2) como se teceram as relações, as convergências e as disputas entre os grupos subalternos: pequenos proprietários, indígenas e os assentados?; 3) como se constituem e sustentam as representações sociais hegemônicas envolvendo o acesso à terra?; 4) para além da conquista da terra, o que movimenta os assentados?; e 5) como, na formação da estrutura agrária, os pequenos proprietários e os atuais assentados vivenciam processos de luta para a permanência no campo?

As indagações foram elaboradas a partir da formação da fazenda que, após desapropriada, em 2008, deu origem ao assentamento *Dom José Gomes* (DJG) em Chapecó/SC: a fazenda *Seringa/Paraíso*[18]. A localização do imóvel compreende a área envolvendo dois títulos: *Campina do Gregório* e *Barra Grade*. Quanto ao pertencimento do imóvel ao primeiro, a descoberta tardia – motivada, principalmente, pela não constatação do fato ao longo das discussões travadas no Processo nº 54210.000790/2006-81, envolvendo sua desapropriação – impossibilitou que pesquisássemos mais profundamente sobre a posse, medição e escrituração do referido título. Por outro lado, a investigação do processo de desapropriação possibilitou um entendimento das discussões envolvendo o título *Barra Grande* e, assim, permitiu avançar na compreensão das discrepâncias entre a área da posse e a área titulada.

Afora isso, a investigação sobre o processo de desapropriação possibilitou a constatação de que a área de 395,5687 ha correspondentes à fazenda *Seringa/ Paraíso*, formou-se por meio da junção de 9 matrículas registradas no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Chapecó/SC, durante a década de 1970. Tal fato redimensionou a pesquisa no que se refere ao entendimento das transformações do mundo rural vivenciadas no Oeste Catarinense, pois essa aglutinação mostrou-se como uma evidente expressão do novo processo de concentração fundiária ocorrido na região.

Ao mesmo tempo, as questões foram elaboradas a partir da pesquisa empírica no assentamento fruto da desapropriação da referida fazenda. O DJG situa-se na localidade Água Amarela, a cerca 10 km do centro de Chapecó, o maior município da região, com 183.530 habitantes em 2010 e com população

estimada em 224.013 em 2020. Criado no contexto da ocupação ocorrida em 2002 e da desapropriação em 2008, o assentamento atualmente compreende 31 lotes que se organizam em 3 núcleos, sendo cercado por pequenas propriedades localizadas ao norte, fazendas de criação de gado a oeste, pedreiras ao leste, e pela reserva indígena *Aldeia Kondá*, ao sul.

Tanto a formação da fazenda *Seringa/Paraíso* – que se tornou, pela luta dos Sem Terra[19], o assentamento DJG –, como as trajetórias de vida dos sujeitos que hoje residem no local, estão vinculadas ao processo expropriador de formação e posterior inserção da pequena propriedade à lógica do capital. A fazenda é um exemplo de existência da concentração de terra em meio a um local marcado, em número e área média dos estabelecimentos agropecuários, pela pequena propriedade. Os assentados, por sua vez, têm trajetórias de vida que exemplificam os distintos processos expropriatórios, seja por serem descendentes de indígenas ou caboclos, seja por que seus pais não tiveram condições de acompanhar as transformações exigidas pela "modernização"[20] do campo e acabaram perdendo suas terras.

No que se refere à estrutura da tese, ela está organizada em 5 capítulos construídos com base em fontes escritas – bibliografias, estudos estatísticos, documentos produzidos pelo MST, ofícios, processos administrativos, jornais, leis, decretos, informações de sites institucionais – e fontes orais, como conversas informais e entrevistas temáticas. O acesso às fontes se deu por meio de informações *online*, de visitas aos assentados do DJG, de análise de documentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e por meio da consulta dos materiais disponíveis no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM).

Os documentos consultados não foram elaborados para darem suporte teórico à pesquisa. Todavia, ao serem analisados, foram considerados como formas de expressão dotadas de intencionalidades históricas. Assim, ao examinarmos os documentos produzidos pelo MST, tais como cartilhas, jornais e panfletos, devemos observar que eles estão não somente firmando uma concepção de mundo, mas também se contrapondo ao que está posto. Do mesmo modo, precisamos considerar que a imprensa, por sua vez, não é simples depositário de acontecimentos, mas é uma força ativa da história do capitalismo[21], permeada de concepções que, em grande medida, estão orientadas para a continuidade do que está posto. Rompendo com a visão da imprensa enquanto mero depósito de

acontecimentos, a análise se deu na busca das mensagens fornecidas nas entrelinhas das reportagens sobre a ocupação e o acampamento DJG, com o olhar atendo, principalmente, no que diz respeito à abordagem dada sobre a atuação do MST no Oeste Catarinense.

Além das variadas fontes escritas, com o objetivo de tecer uma análise histórica de experiências cotidianas, também utilizei a fonte oral, realizando entrevistas temáticas. Durante o segundo semestre de 2017, em busca de *memórias subterrâneas*[22], fui até o assentamento DJG, normalmente uma vez por semana, a fim de entrevistar os moradores. A primeira entrevista foi marcada por uma assentada que eu já tinha vínculo antes da pesquisa. As outras, agendadas por mim em dia e horário em que pudessem me atender. Na ocasião da entrevista, conversava com quem estivesse presente. Assim, algumas entrevistas foram realizadas com os beneficiários da reforma agrária, às vezes o casal ou apenas com um deles e, em alguns casos, com pessoas que não são as beneficiárias segundo a lista do INCRA, mas residem no local, na maioria das vezes estabelecendo vínculos de parentesco com o beneficiário.

Principalmente por inexperiência da pesquisadora, as entrevistas se tornaram longas e, muitas vezes, cansativas. Além do mais, no momento da escrita, devido ao entusiasmo das trajetórias de vida, foram registrados em detalhes os diversos assuntos abordados pelos entrevistados, todavia, sem discernir o essencial do supérfluo. De forma geral, os aspectos ligados ao percurso das entrevistas e transcrições, ao mesmo tempo em que proporcionou a abordagem de assuntos mais amplos, permitindo que os assentados relatassem "livremente" determinadas situações, trouxe também um atraso no desenvolvimento do trabalho. Foram horas transcrevendo trechos não utilizados, páginas e páginas descritivas sobre os relatos que, posteriormente, foram eliminadas do texto.

Entretanto, as entrevistas longas, somadas às diversas vezes que se retornou ao assentamento – para dar conta de conversar com todas as famílias ou para tirar dúvidas – trouxeram maior proximidade entre a pesquisadora e os entrevistados. Neste sentido, os relatos das trajetórias de suas vidas abordaram detalhes que, talvez, não seriam obtidos em entrevistas mais direcionadas.

Foram realizadas 27 entrevistas, (25 gravadas e 2 apenas anotadas, pois não houve a autorização da gravação), englobando 39 entrevistados, pois em algumas houve a participação de mais de uma pessoa, geralmente do mesmo lote, com

exceção de 2 entrevistas que foram realizadas com moradores de lotes diferentes. Todos os participantes da pesquisa tiveram seus nomes alterados no decorrer do texto, a fim de preservar suas identidades.

As entrevistas abrangeram 30 do total de 31 lotes, pois 1 das famílias não aceitou participar da pesquisa, da qual apenas se tem algumas informações fruto de uma conversa informal. As conversas informais, também acabaram por se tornar fontes, pois as vezes que estive no assentamento, mesmo que sem intencionalidade de pesquisa, o cotidiano e alguns vínculos permitiram que informações essenciais se fizessem presentes.

As entrevistas foram conduzidas tendo por foco 4 temas: as vivências anteriores ao assentamento, durante o acampamento, a vida no assentamento e os projetos futuros. Como todos os participantes no momento da entrevista eram moradores do DJG, dispensei tal informação na apresentação dos mesmos. No decorrer da pesquisa, fundamentada em alguns autores, compreendi que é preciso atenção tanto ao dito, quanto ao não dito. Naquilo que afirmaram e relataram, considerei que os sujeitos não apenas relatam fatos, mas atribuem valores subjetivos ao que ocorreu, emitem opiniões sobre suas vivências[23]. Na pesquisa, esta situação se fez presente nas avaliações tecidas, por exemplo, sobre o papel do MST ou dos coordenadores durante a ocupação.

Entretanto, além das considerações ao que é dito, tão importante pode ser o silenciado[24]. Fatos importantes podem estar naquilo que os entrevistados escondem e não, necessariamente, no que relatam, assim, por exemplo, posturas tomadas durante a ocupação podem ser hoje consideradas motivos de vergonha e, portanto, não relatadas, não por esquecimento, mas pelo desconforto em relatar. Seguindo esta perspectiva, fiquei atenta, não somente ao que me foi relatado, mas aquilo que os entrevistados não contaram, seja por esquecimento definitivo ou por terem inconscientemente reprimido, seja também pelo silêncio para não dizer aquilo que, talvez, temessem em ser incompreendidos[25].

Após o término das entrevistas, algumas visitas até o assentamento foram realizadas, como o retorno que realizei no final de 2018, juntamente com uma acadêmica do curso de Geografia da UFFS para esclarecer dúvidas geradas após ouvir as entrevistas, e outras sem a pretensão de pesquisa, como a participação em festividades e o dia que levei minha mãe até o local para que conhecesse um

assentamento e algumas pessoas que, por estarem presentes em meus comentários, foram gerando nela a vontade de que lhes fossem apresentadas.

Na ocasião, a conversa com duas das assentadas que lhes apresentei trouxe-me a certeza do que já algum tempo aventava. Elas revelaram aquela mulher até então desconhecida comentários relevantes sobre suas vidas particulares que, no momento da entrevista, não se fizeram presente, talvez pelo temor do gravador ou por compreenderem que a entrevista era "coisa séria" demais para revelar seus segredos pessoais.

Sejam quais forem os motivos, tive a impressão de que muitas coisas relevantes ficaram fora do registro gravado, seja na conversa com minha mãe, na repetição de histórias com acréscimo de detalhes na presença da acadêmica, na continuação da conversa depois de desligado o gravador, nas conversas entre os membros do lote ou entre esses e seus vizinhos em momentos que estive sem a presença do gravador. Em virtude disso, alguns diálogos foram registrados posteriormente no caderno de campo. Portanto, apesar de não apreendida a voz, foi por meio da vivência e de relações até mesmo de negócios – quando aproveitava as idas para comprar algum produto ou deixar alguma roupa para consertar – que a vida antes do assentamento, a produção no lote, as relações de trabalho desenvolvidas fora do mesmo e os projetos futuros se fizeram presentes, enriquecendo, assim, a compreensão subjetiva da vivência dos entrevistados nos mais diversos aspectos.

No primeiro capítulo, *Formação agrária e projeto colonizador,* procuramos desconstruir a representação social hegemônica da formação agrária do Oeste Catarinense como constituída, exclusivamente, pela pequena propriedade. Diante da ocupação dos campos para estabelecimento de caminhos de tropa, a pequena propriedade formou-se nas "franjas" das fazendas de gado e as grandes propriedades foram regulamentadas, muitas vezes, em processos duvidosos, tal como o caso do título *Barra Grande*. Após a resolução dos limites territoriais do que seria o Oeste Catarinense, a venda de pequenas propriedades por parte das colonizadoras passou a configurar predominantemente o espaço local. Tal processo é responsável tanto pelo número e área média dos estabelecimentos agropecuários classificados em sua maioria como pequena propriedade, quanto pela camuflagem da concentração fundiária na sombra dos dados. Além disso, como veremos, o processo colonizador esteve fundado em uma dinâmica expropriató-

ria com um evidente recorte étnico, pois as terras dos indígenas e caboclos foram repassadas às colonizadoras para que as vendessem aos colonos oriundos do RS. Esse recorte étnico do projeto colonizador acabou produzindo uma representação social pejorativa dos grupos expropriados que perdura até o presente.

No segundo capítulo, *Concentração fundiária e luta pela terra*, abordamos o processo de subordinação das pequenas propriedades à lógica do capital. Como veremos, a partir dos anos 70, as transformações no mundo rural refletiram-se no Oeste Catarinense por meio da transformação dos frigoríficos em agroindústrias, o que acabou resultando na perda das terras daqueles que ou não conseguiram competir dentro das novas demandas do mercado, ou acumularam dívidas para tentar enquadrar-se às exigências da "modernização" do campo. Tal processo foi responsável tanto pelo aumento da concentração fundiária, agora também fruto da junção de diversas pequenas propriedades, quanto pela organização daqueles que não assistiriam em silêncio ao processo expropriador a que foram submetidos, lançando-se à luta pela terra.

No terceiro capítulo, *Ocupação como solução*, consideramos o processo de ocupação e acampamento como estratégias utilizadas pelo MST para o confronto direto à concentração fundiária. Em um primeiro momento, abordamos as ocupações e acampamentos ocorridos no Oeste Catarinense que, por sua vez, resultaram em assentamentos que compõem a contagem do número de minifúndios e pequenas propriedades existentes no local, bem como, o desenrolar do processo de ocupação da fazenda *Seringa/Paraíso* em Chapecó, ocorrida na madrugada de 23 de abril de 2002. Posteriormente, discutimos como as representações sociais acerca do MST – em geral, bastante negativas – acabam se refletindo nos sujeitos envolvidos nos processos de ocupações e acampamentos, perdurando até mesmo após a conquista do assentamento.

No quarto capítulo, *Do acampamento à desapropriação*, vimos que os quase 7 anos entre a ocupação e a desapropriação da fazenda *Seringa/Paraíso* foram permeados por negociações institucionais, mas também humanas. As primeiras, envolveram questões sobre o cumprimento da função social, bem como, sobre a cadeia dominial da fazenda *Seringa/Paraíso* que, por sua vez, implicaram diretamente na indenização para sua desapropriação. As segundas, envolveram, tanto a relação entre acampados e proprietários, quanto a relação dos acampados entre

si. No que se refere ao acampamento, pudemos observar que ele é uma forma de resistência para a conquista da terra, e também um espaço de formação política, permeado por pressões e conflitos.

No quinto capítulo, *Na terra: outros desafios e novas possibilidades*, abordamos a continuidade da luta, mesmo após a conquista da terra. Considerando duas temáticas, a cooperação e a produção de alimentos, enfocamos as disputas territoriais com a reserva indígena *Aldeia Kondá* e a organização produtiva dos assentados, considerando tanto as experiências que vão contra a ofensiva do capital, quanto àquelas que assimilam suas práticas produtivas. No primeiro caso, a diversidade da produção e as práticas agroecológicas, no segundo, a produção monocultora, com utilização de agrotóxicos e sementes transgênicas. Além destas questões, também foram analisados os impactos do avanço da urbanização em direção ao território do DJG, pois muitos assentados, além de ter seus rendimentos provenientes de empregos na área urbana, ainda convidam outras famílias a residirem no assentamento. Tais questões acabam pondo em risco a sucessão do lote, logo, implicam também na continuidade do local enquanto espaço de trabalho.

Tendo em vista os desafios enfrentados e as possibilidades buscadas, mesmo após a conquista da terra, é preciso compreender que a luta por ela não somente faz parte da constituição agrária do Oeste Catarinense, mas ganha nova roupagem no que diz respeito à continuidade da vida no campo. Os mesmos sujeitos, que, em algum momento, foram expropriados, dão continuidade à luta, demonstrando pelas experiências cotidianas que, apesar das dificuldades, o projeto de reforma agrária deve continuar.

Capítulo I

Formação agrária e projeto colonizador

> [...] as histórias pessoais nos vários assentamentos, das diversas regiões, acabam sendo um elenco de singularidades (...). Essa falta de homogeneidade reforça a suposição que levanto de que os candidatos a assentamento e a clientela da reforma agrária constituem a massa residual de um conjunto grande de descartes sociais e de alternativas de vida não realizadas, da desagregação de velhas relações de trabalho, de destinos não cumpridos, histórias pessoais truncadas por bloqueios de diferentes tipos oriundos de diferentes causas[26].

Cada qual a seu modo, dando maior ênfase a uma ou outra situação, as entrevistas com os moradores do assentamento *Dom José Gomes* (DJG) trouxeram à tona um "elenco de singularidades", histórias particulares de compreensões diversas sobre afazeres antes do assentamento e possíveis explicações de como chegaram até ali. Histórias de dificuldades e limitações socioeconômicas no mundo rural, relacionadas, por sua vez, ao papel desenvolvido pelas colonizadoras ou, até mesmo, às dívidas contraídas para alimentar a vontade de continuar no campo.

As lembranças de ter um pedaço de chão para chamar de seu, compreende tanto os que o perderam por algum fator, quanto àqueles que, por serem filhos de agricultores, viveram parte da infância no campo. No primeiro caso, mãos ágeis desperdiçadas pela falta dos meios onde plantar e colher, no segundo, lembranças de uma infância rural, mas com vida adulta já imersa no ambiente urbano.

São histórias de sujeitos individuais, mas que convergem em determinadas especificidades, entrelaçando-se intensamente às transformações agrárias do Oeste Catarinense. Pois, ao mesmo tempo em que abordam expropriações, que podem ser vistas como parte dos descartes sociais do projeto colonizador e da inserção da pequena propriedade à lógica do capital, são também histórias de gente que se organiza e luta, ou seja, são histórias que ajudam a compreender porque a luta pela terra faz parte da constituição agrária local.

Apesar dos vínculos com o mundo rural, por terem sido agricultores ou por saberem que um dia seus pais o foram, para a maioria dos atuais moradores do assentamento DJG, esse já não era sua residência, nem de onde tiravam seu sustento. Por motivações diversas, grande parte deles estava imersa no cotidiano urbano, espaço social onde alguns também desenvolviam suas atividades de trabalho como taxista, empregada doméstica, costureira, funcionário das agroindústrias, vendedor, muambeiro, dona de casa, etc.

Em alguns casos, continuavam a exercer sua atividade de lida com a terra. Entretanto, em local que já não lhes pertencia. Quando residentes em áreas urbanas, deslocando-se para o campo, em pequenas empreitadas, a fim de vender sua força de trabalho para cuidar de aviários, plantar verduras, cortar lenha "nos mato", como definido por alguns, entre outras coisas. Quando residentes em áreas rurais, relacionando-se com a terra por meio da rotina de trabalho como agregados[27]. Ou seja, desenvolviam suas atividades rurais a mando de outros, em terras de outros, em situações que os tornavam facilmente descartáveis assim que seus serviços tivessem findado.

Portanto, antes do DJG, alguns dos atuais assentados já trabalhavam com a terra, mesmo sendo sem terra, numa situação na qual suas forças de trabalho encontravam-se dissociadas dos meios de produção, pois eles desenvolviam suas atividades na mera condição de assalariados do campo, de proletários rurais[28]. Enquanto tal, sua concepção de 'nós' não era mais a de pertencer a um grupo ligado a valores e relações de tipo comunitário, mas, sim, a de pertencer a um simples grupo de empregados rurais, ao passo que os donos dos meios de produção já passavam a configurar os "outros".

Este "novo" trabalhador rural, no qual haviam se transformado parte dos atuais assentados, residia tanto no campo, em casa que era cedida, como é o caso

dos que trabalhavam de agregados, quanto na área urbana, como os que trabalhavam como diaristas, muitas vezes, mesclando atividades rurais com outras informais urbanas, sendo ora pintor, ora carpinteiro, servente de pedreiro, etc.

Estas foram algumas histórias pessoais contadas sobre lugares de morada e atividades de trabalho exercidas no momento da decisão de se lançarem à conquista da terra. Mas quais foram os demais caminhos percorridos para chegar a esta decisão? Quais foram as outras alternativas buscadas antes de se deslocarem rumo à conquista da terra?

Tais trajetórias de vida traçam o contexto da luta pela terra no Oeste Catarinense, levando em conta a formação e consolidação da concentração fundiária e da pequena propriedade neste local. Como veremos, ao longo deste primeiro capítulo, a primeira origina-se da ocupação dos campos e de posses e registros, muitas vezes, de formas duvidosas, como demonstrado pelo título *Barra Grande*. A segunda, a pequena propriedade, surge nas "franjas" das "fazendas de criar" e é o modelo adotado pelas colonizadoras, tornando-a, na atualidade, predominante, em número e média. Porém, ela apresenta, em sua constituição, uma face que a insere em um longo processo expropriatório, que se deu, inicialmente, sob um recorte étnico que, por sua vez, reflete em representações cotidianas envolvendo indígenas, caboclos e colonos.

1.1. A pequena propriedade nas "franjas" das "fazendas de criar"

1.1.1. Posses: encontros e desencontros

A trajetória de formação da região do atual Oeste Catarinense tanto se aproxima quanto se diferencia do restante do Brasil. Assim como em diversos outros locais, essa região também é marcada pela concentração fundiária, seja ao considerar as "fazendas de criar" que aqui se constituíram, seja ao ponderar sobre o posterior processo de aglutinação de pequenas parcelas de terra, que tanto explica a mais recente forma de concentração agrária, como permite entender a proliferação dos minifúndios – capaz de encobrir a existência de grandes propriedades, como veremos posteriormente. Entretanto, diferentemente de outros

locais, no Oeste Catarinense, a ocupação do espaço, no âmbito privado, se deu por meio das posses, durante um período "sem regras", que se deu entre a Independência do Brasil (1822) e a Lei de Terras (1850).

Por meio de apossamentos de grandes extensões de terra, foram se formando na região as chamadas "fazendas de criar", ou seja, fazendas de gado que, quando estabelecidas, davam a possibilidade de abertura de novos caminhos de tropas que ligavam a região das Missões do Rio Grande do Sul a São Paulo. A ocupação da atividade pecuarista deixou de lado as áreas florestais, ricas em erva-mate, que passaram a ser habitadas por caboclos, que começaram a fazer da extração da erva como uma de suas atividades. De forma geral, é possível dizer que houve pequenos apossamentos na região das "franjas" dos grandes apossamentos, em processo um que articula a formação das pequenas propriedades com as grandes propriedades, as "fazendas de criar". Como veremos adiante, foram justamente essas "franjas" ocupadas pelos caboclos que acabaram sendo destinadas à venda por meio das colonizadoras, após a resolução de conflitos entre Paraná e Santa Catarina, em 1917.

No que diz respeito às "fazendas de criar", é preciso observar que elas se formaram à medida que ocorreu a ocupação das áreas de campos (Ilustração 2). Os paulistas, que já haviam penetrado em campos mais a oeste, os chamados Campos de Guarapuava, passariam, a partir do momento em que esses foram considerados povoados, na segunda metade dos anos 1830, a ocupar campos mais ao sul, os Campos de Palmas[29], onde rapidamente houve a ocupação e formação de 37 fazendas[30], cujo centro era a Vila de Palmas. Posteriormente, penetrando mais a oeste dos Campos de Palmas, passariam a ocupar os Campos do Erê.

Ilustração 2. Localização dos Campos de Guarapuava, Campos de Palmas e Campos do Erê. Fonte: Biblioteca digital Luso-Brasileira.

A formação das "fazendas de criar", além da produção de alimentos para a região dos cafezais, era também uma forma de se fazer presente no imenso território. Por atingirem extensões sem necessidade de uma população muito numerosa, as fazendas eram a forma mais rápida e barata de ocupar o território[31].

Devido ao apossamento dos campos, mais rotas de tropa tornavam-se viáveis. O tropeirismo – uma atividade que consistia no transporte de gado "xucro" do RS até São Paulo, onde era vendido em grandes feiras – foi uma forma de ocupação do território que, posteriormente, ajudaria a dar ganho de causa ao Brasil, diante da disputa com a Argentina sobre a região do atual Oeste Catarinense.

Diversos foram os caminhos das tropas. A partir da primeira metade do século XVIII, os tropeiros começaram a utilizar um caminho que passava pelos Campos de Lages para levar o gado do RS a São Paulo. Entretanto, em 1820, momento em que Lages foi incorporada ao Estado de SC, os impostos pagos no trânsito do gado tornaram mais cara a carne, fazendo com que se buscasse outra rota, que se tornou possível a partir da ocupação dos Campos de Palmas. O novo caminho, apesar das inúmeras dificuldades de sua abertura, que incluíam carência de trabalhadores e de abrigo para possíveis ataques dos índios[32], passou,

a partir de 1845, a ligar Palmas às Missões rio-grandenses, tornando mais curto o percurso, permitindo, com isso, que o gado fosse transportado de forma direta, ou seja, sem que fosse preciso fazer paradas para a engorda e o descanso.

Além do novo caminho que passou a ligar Palmas às Missões rio-grandenses, alguns anos depois, a partir da década de 1860, a preocupação brasileira com a definição de fronteiras provocou a abertura de um caminho que partia dos Campos de Palmas em direção ao oeste, passava pelos Campos do Erê (mais ocidental ocupação portuguesa) e chegava até a região de Corrientes, na Argentina.

Entretanto, a posse dos campos – por meio das "fazendas de criar" – e a abertura de novos caminhos de tropa não se deram em terras de ninguém. Essas áreas já eram ocupadas por indígenas, sendo a ocupação kaingang a mais expressiva no Oeste Catarinense.

> [...] devemos identificar a área de mata sub-tropical no Oeste Catarinense como de ocupação Guarani, sobretudo ao longo dos grandes rios e excetuando as bordas de campo. Por outro lado, identificamos como ocupação Kaingang a mata de Araucária e seus campos intermédios. E, como ocupação Xokleng, identificamos os Campos de Lages, Curitibanos e Caçador e as matas de Araucárias a leste deles. A faixa intermediária de matas de Araucárias e campos, aproximadamente à altura dos Campos Novos e Rio do Peixe, possivelmente, desde aquela época, representava um limite indefinido entre as ocupações desses dois últimos povos[33].

Evidências históricas, tal como o manuscrito intitulado "Índios de Chapecó e suas terras" [34], de autoria de Antonio Selistre de Campos[35], comprovam que o local onde hoje são os bairros Passo dos Fortes, Palmital e Centro eram terras indígenas tradicionais. Como veremos adiante, os kaingang que perderam suas terras tradicionais devido à urbanização do município, viriam a conquistar, por meio de um processo de luta que se estendeu por vários anos, a demarcação da reserva *Aldeia Kondá*, que hoje faz divisa com o assentamento DJG.

Ao encontro de tais evidências, no que se refere ao bairro Passo dos Fortes, Moisés, um dos assentados do DJG, ao rememorar sobre seu sobrenome (Fortes), afirma as origens indígenas do território.

> [...] era índio e caboclo aquela época... esse Passo dos Fortes é por causa da minha geração, nossa geração, porque nós somos na assinatura Fortes (...) é um sobrenome de pessoas, ele é Passo dos Fortes porque lá era um rio onde só morava Fortes (...) Passo é uma travessia de um rio, aí é Passo dos Fortes (...) o finado vó era nascido e casado aqui [Chapecó, hoje bairro Passo dos Fortes] (...) aqui era uma cultura indígena(...) meu pai já nasceu em Xanxerê, mas começou vim, acho, povo do outro lado... e o índio e o caboclo é assim, começava apertar aqui, eles pulavam pra lá... parece que de ali de Xanxerê pra lá [pra Dionísio Cerqueira] se não me engano foi em 1930 mais ou menos, finado pai dizia que tinha 9 ou 10 anos e ele é de 1920, então deve ser mais ou menos 1930 que eles foram, daqui o finado meu vó saiu em 1910 ou 1915 daqui de Passo dos Fortes, o finado pai dele ficou aí, a geração... só que eu não conheço, né? meu bisavó é enterrado aí, tem o cemitério ali no Passo dos Fortes, que são enterrado ali[36].

Moisés, pai de 5 filhos, avó de 7 ou 8 netos (ele não tem certeza), separado e com 61 anos na data da entrevista, é descendente de indígenas. Sua avó materna era indígena nascida em Nonoai/RS, mas, juntamente com uma de suas irmãs, foi para o que hoje se denomina o município de Dionísio Cerqueira/SC – "meio escapada dos índios", conforme definido pelo entrevistado – local onde nasceu e ainda reside a mãe de Moisés, que, na data da entrevista, tinha 92 anos. Por parte de pai, herdou o sobrenome Fortes. Moisés relata que seu bisavô paterno era indígena e que foi enterrado no cemitério do bairro Passo dos Fortes e que, a partir da geração de seu avô, em torno de 1910 ou 1915, a sua família se transferiu para onde hoje fica o município de Xanxerê/SC, local de nascimento do seu pai. No entanto, devido a posterior chegada do "povo do outro lado", possivelmente os colonos vindos do Rio Grande do Sul, quando seu pai tinha em torno de 9 ou 10 anos, por volta de 1930, sua família se transferiu para a localidade onde hoje fica Dionísio Cerqueira. Lá, sua mãe e seu pai constituiriam nova família e tiveram 8 filhos, entre eles, Moisés, nascido em 1955.

Segundo Moisés, sua vida foi marcada por algumas dificuldades, entre elas o alcoolismo herdado do pai. Além disso, relata que seus pais acabaram se separando em 1971, muito em decorrência do fato de que haviam perdido a terra que possuíam. O entrevistado, a partir de então, passou a trabalhar em diversas atividades e lugares. Primeiro, trabalhou em uma serraria em Dionísio Cerqueira,

depois, como peão de fazenda na Argentina e no Paraguai, local onde se casou com uma brasileira que também morava lá e teve 5 filhos. Em 1999, separou-se da esposa e retornou a Dionísio Cerqueira com 2 dos filhos, tendo de fazer o que fosse possível para sobreviver: morou "de favor" em uma chácara, trabalhou como papeleiro, transferiu-se para São Miguel do Oeste/SC, onde trabalhou como ervateiro e na construção do calçamento, retornou a Dionísio Cerqueira, abriu uma bodega e, provavelmente impulsionado por problemas de alcoolismo herdados do pai, ficou sem nada. Assim, em março de 2003, ele, juntamente com os 2 filhos que o acompanharam após a separação, ajudaram a lotar o ônibus com pessoas de Dionísio Cerqueira, São Miguel do Oeste e São José do Cedro que iriam para o acampamento DJG.

O sobrenome Fortes "na assinatura", atribuído a Moisés, bem como a nomeação de um bairro de Chapecó, ao que tudo indica, foram herdados de José Raymundo Fortes, ao qual se reconheceu o título *Campina do Gregório*, uma fazenda localizada onde atualmente é grande parte do município de Chapecó. Fortes, que integrava uma expedição com o objetivo de reaver moças raptadas pelos índios[37], chegou a região do atual município de Chapecó em 1838/1839, instalando moradia nas cabeceiras do riacho Passo dos Fortes, próximo ao atual Terminal Rodoviário Intermunicipal de Chapecó. Neste local, casou-se com uma kaingang, Ana Maria de Jesus, filha do cacique dos indígenas ali residentes, o que possibilitou "uma espécie de acordo de paz" [38] para sua instalação no local. Inicialmente, ele derrubou cerca de 35 ha de mata virgem e, posteriormente, tomou posse de 160.000 ha, passando a denominar sua fazenda como *Campina do Gregório*, em homenagem ao nome do sogro[39].

O "acordo de paz" feito por José Raymundo Fortes, por meio do casamento, marca a relação entre indígenas e apossadores de terra. Tal relação também ocorreu em outros locais, mas de diversas outras formas e nem sempre marcadas pela harmonia. Isto porque, na aproximação de dois grupos diferentes entre si, a *fronteira* entre ambos, que não se resume ao aspecto geográfico, mas expande seu significado a muitas e diferentes coisas, pode se apresentar como um "lugar de encontro". Porém, ao ser envolvida em uma situação de conflito social, a fronteira também pode ser "lugar de desencontro", relacionada à descoberta a diferentes concepções de vida e temporalidades históricas que circunscrevem o "outro"[40].

No Oeste Catarinense, o “encontro” entre fazendeiros e indígenas se dava, muitas vezes, em troca de algum posto de prestígio. Assim, algumas lideranças indígenas prestavam serviços de proteção aos fazendeiros contra outros indígenas que, por sua vez, eram considerados “selvagens”, por apresentarem-se resistentes à ocupação de suas terras. Neste contexto, enquanto Kondá e Viri são nomes da aproximação, a liderança símbolo da resistência e, conforme nos informa Fernandes[41], o líder de um ataque ocorrido na noite de 04 de março de 1843, é Vaiton.

Por meio do relato do episódio, é possível perceber o “encontro” entre fazendeiros com um grupo indígena e, ao mesmo tempo, o “desencontro” com outro. Ocorreu que:

> Firmado assim a confiança d´estes Índios, foram tomando incremento as novas fazendas, conservando-se sempre ali um pequeno destacamento de permanentes, por causa de outros selvagens que ameaçavam a nova colônia, ainda que como também era reconhecida sua inimizade com os novos convertidos, tinham os fazendeiros n´estes um poderoso apoio contra aquelles. Assim se viu na noite de quatro de Março de 1843 que em momento considerável, quando Condá estava ausente vieram os tais selvagens atacar a nova e pequena povoação: divididos em dous grupos, primeiramente atacaram os Índios já aldeados que se defenderam corajosamente com o favor da superioridade das armas, matando-lhes oito, além de se fazerem algumas Índias prisioneiras, e perdendo somente dous dos seus[42].

O relato feito por Bandeira, aborda o ataque realizado por um grupo de índios a outro grupo de indígenas aldeados. Estes últimos, denominados por ele de “convertidos”, por sua vez, por meio de “destacamento de permanentes”, forneciam “poderoso apoio” aos fazendeiros contra ataques do primeiro grupo, os chamados de “selvagens”. Denominações que não servem apenas para diferenciar os grupos de indígenas, mas dizem muito sobre os papéis desenvolvidos por cada um deles. Enquanto aquele que se converte, deixando de lado seu modo de vida tradicional, é considerado “manso” e amistoso, o “selvagem” é aquele que mantém seus costumes originais, neste caso, não contribuindo para a continuidade dos interesses dos fazendeiros e pondo em risco a consolidação da nova colônia.

Além do mais, no relato temos o destaque da ausência de Kondá na noite do ataque, pois estaria em São Paulo. Segundo Bandeira, ao retornar, Kondá encontrou "parte de sua gente" aliada àquele que estava presente no momento da vitória sobre os indígenas insubmissos, o "segundo chefe – Viri". Tal situação haveria gerado desconforto entre Kondá e Viri, mas teve um desfecho "favoravel a ambos, pela intervenção de alguns fazendeiros, presentes à desavença, que obstaram o infallivel sinistro que se esperava"[43]. Ou seja, na perspectiva de Bandeira, os indígenas, impossibilitados de resolverem por si mesmos seus impasses, contaram com a contribuição apaziguadora dos fazendeiros, que seriam os "juízes" dos seus entendimentos, ajudando a fazer com que atos "não civilizados" deixassem de ocorrer. De tal impasse resultou a divisão dos grupos, Viri permaneceu em Palmas e Kondá, juntamente com grupo que lhe seguiu, foi habitar o campo Chópi, distante oito léguas[44].

"Encontros" ou "desencontros" motivaram a distribuição dos indígenas pelo território. O primeiro grupo, dos considerados "mansos" pelos fazendeiros e, inclusive, responsáveis por sua proteção contra os "rebeldes", aproximaram-se dos caminhos de tropas e de extração de erva-mate, através da estrada que ligava Palmas ao Goio-En. O segundo grupo, dos "hostis" à penetração, foram para longe, embrenharam-se na mata e, posteriormente, tomaram diferentes destinos, considerando a etnia a que pertenciam: a maioria dos guaranis refugiou-se nas matas de Missiones (Argentina); os kaingang arredios concentraram-se no Irani e sua região Leste, no médio rio Xapecó e região a Oeste dele; os Xokleng aproximaram-se do rio do Peixe e também ocuparam a região entre os rios Timbó e Jangada[45].

Tão importante quanto relatar a postura dos indígenas frente ao processo de ocupação dos campos onde hoje se localiza o Oeste Catarinense – bem como, a sua distribuição no território ao considerar as diferentes posturas tomadas –, é observar como as imagens de Vaiton, Viri e Kondá chegam até as representações cotidianas de nosso tempo.

Viri e Kondá são os símbolos do "encontro". O primeiro, não é tão conhecido pela historiografia, mas, o segundo, é personagem principal de divergências ainda em voga sobre sua postura. Em meio a novas narrativas, passa-se a questionar sua atuação que, muito mais que uma liderança, mostrou-se um aliado na destruição do modo de vida indígena, que se deu por meio da invasão dos

campos e da abertura dos caminhos de tropas. Inclusive, com grande enfoque dado pelos próprios indígenas, conforme relato de Vojniak[46], que começa seu texto trazendo uma fala de um cacique kaingang que, ao ser questionado sobre o papel do Índio Kondá, o classifica como um "vilão", em contraposição ao "herói", também lhe dado como opção de resposta.

"Herói" versus "vilão", é como vem sendo tratado o envolvimento do Índio Kondá ao longo das pesquisas sobre o tema da formação agrária do Oeste Catarinense. Diferente é a abordagem de Nedel que, buscando afastar-se do questionamento acerca do heroísmo ou traição do Kondá, afirma no, prólogo do seu livro, que tentou não envolver-se naquilo que define como o "equívoco anacrônico de condená-lo" [47]. Assim, buscou informações sobre sua vida, da infância até sua morte, discorrendo sobre os locais onde passou e as batalhas a qual participou, em que ora aliava-se aquele que o autor denomina "homem branco", ora o combatia, sendo, portanto, um "líder incomum".

Tão incomum a ponto de ser homenageado em diversos espaços do maior município do Oeste. Apesar de, assim como Nedel, não termos a intenção de julgamentos, não é difícil de estranhar que Chapecó, um lugar tão marcado pelas glórias do colono, tenha não somente na denominação de uma rádio local, de uma rua do centro da cidade e do estádio municipal do principal time da cidade, a chapecoense, assim como, de uma reserva indígena local, a referência ao nome da liderança kaingang que, um dia foram precedidas pela palavra "índio", mas hoje em "sutil apagamento"[48] denominam-se: "rádio super Condá", "rua Condá", "arena Condá" e "reserva Condá". Teria ele a mesma importância, caso tivesse defendido seu povo contra a posse de terras e a abertura de novos caminhos de tropa?

Uma homenagem por meio da denominação de algo serve para que não se esqueça daquele que é denominado. Enquanto Vaiton não é lembrado ou mencionado, assim como muitos outros que, por falta de registro histórico, nem sabemos o nome, o Índio Kondá, com destaque em Chapecó, e Viri, em Verê/PR[49], se fazem presentes. Apesar de compreendermos que seja possível que as motivações pra o "encontro" tivessem como objetivos a defesa contra um maior extermínio de seu povo ao perceber que, com ou sem sua colaboração, tais invasões seriam realizadas da mesma maneira, é algo que segue em aberto. Entre-

tanto, é impossível negar que seu nome é lembrado devido à contribuição a uma causa que não era indígena.

Ainda no que se refere à questão dos "encontros" e "desencontros" entre fazendeiros e indígenas, é preciso destacar que os seus principais motivadores começara a perder força a partir da década de 1870. Ou seja, tanto o tropeirismo, quanto as "fazendas de criar" entram em declínio, muito em função do avanço das ferrovias, que fez com que a atividade tropeira perdesse sua importância e que fez com que as "fazendas de criar" ficassem apartadas das novas rotas comerciais.

Com o paulatino declínio das fazendas, houve uma nova fragmentação de grandes áreas territoriais, devido às partilhas de heranças. Além do mais, a ocupação do território, por meio da simples posse não regulamentada que marca a formação das referidas fazendas, a partir de 1850, passou a ser submetida às definições da Lei de Terras[50] – regulamentada por meio do Decreto nº 1.318/1854[51]. A partir de então, passou-se à época de regularização das posses que, como veremos a seguir, envolveu processos duvidosos de titulação da terra.

1.1.2. Regulamentando posses...

No período de transição de mão de obra escrava para a "livre", a Lei de Terras é uma das chaves de compreensão da formação agrária brasileira, pois ao tornar a terra uma mercadoria, ela institucionalizou a propriedade privada e impulsionou nossa entrada no mundo capitalista. Entretanto, apenas poucos podiam pagar pela terra. Se, anteriormente, a terra livre convivia com o trabalho escravo, agora, o trabalho livre só seria permitido por meio da terra escrava, pois já havia sido criado o *cativeiro da terra* que, por sua vez, serviria de base para a estruturação da sociedade que temos atualmente[52].

A partir de 1850, só seria legal a aquisição de terras devolutas por compra, com exceção das situadas nos limites do Império com países estrangeiros (em uma zona de 10 léguas) que eram autorizadas a serem concedidas gratuitamente. Entretanto, para regularizar situações anteriores, a Lei de Terras estabeleceu procedimentos a serem seguidos, com prazos a serem cumpridos[53], resultando na regularização da posse de grandes extensões de terra e na expropriação de muitos posseiros ao considerar seus lotes como devolutos. Tendo como um dos

focos a ocupação do território, o Decreto nº 1.318/1854 previa que, nas terras devolutas nos limites com países estrangeiros, fossem instaladas colônias militares – lotes cedidos gratuitamente no intuito de povoar o local e dar proteção aos habitantes contra ataques indígenas. Além disso, esse decreto também instituiu o registro das terras ocupadas ou obtidas por concessão.

O registro das terras ocupadas ou obtidas por concessão deveria ser feito nas freguesias, cabendo ao vigário escriturá-lo em livro próprio, sendo esse indiscriminado, não tendo nem limites, nem tamanho especificado da propriedade, podendo ser tanto grandes extensões, quanto de pequenas áreas. Entretanto, apesar de prevista a possibilidade de regularização das pequenas propriedades, essas geralmente não eram registradas.

No território que hoje pertence ao Oeste Catarinense, as pequenas propriedades que, como vimos, no contexto da ocupação dos campos e das "fazendas de criar", se formaram nas "franjas" destas fazendas, próximo a elas e nas áreas florestais, não foram, em grande medida, registradas. Provavelmente, a ausência de registro das pequenas propriedades se deve tanto à falta de conhecimento dos posseiros sobre a obrigatoriedade de efetivar a regularização da posse, quanto ao modo de vida que não via a terra como uma mercadoria, como explicado por Renk & Winckler.

> [...] ter oferecido oportunidades de legalização aos posseiros das pequenas frações não significa que a maioria tenha atendido às suas exigências. Algumas hipóteses podem ser aventadas. Ou os posseiros não eram conhecedores da lei, ou, motivados pela concepção de terra como um bem fora do mercado, considerável fração não entendeu como necessário atendê-la, o que acarretou, mais tarde, o processo de expropriação. De qualquer forma, o registro da terra tratava-se de algo novo, inusitado, frente ao que se fazia até então[54].

Ainda durante o período imperial, na freguesia de Palmas, Paróquia de Guarapuava, entre os anos de 1855 e 1856, foram realizados 89 registros de terras[55]. Entre esses, estavam a *Campina do Gregório* – que, como vimos, foi formada devido à posse de José Raymundo Fortes a partir do "encontro", por meio do casamento com uma indígena kaingang – e o imóvel *Barra Grande*, objeto de maior interesse deste trabalho, pois compreende parte da localidade onde hoje

é o assentamento DJG em Chapecó, sendo o título discutido no processo de desapropriação da fazenda *Seringa/Paraíso*.

Após o estabelecimento da República e, consequentemente, da promulgação da Constituição Republicana de 1891, as terras devolutas, antes pertencentes ao Império, passaram ao domínio dos Estados, que se tornaram responsáveis pela emissão de seus títulos. Neste contexto, o governo do Paraná – ao qual pertencia a região do atual Oeste Catarinense – criou algumas reservas no Estado, dentre elas a terra indígena *Xapecó*. A delimitação desta área pelo Governo do Paraná (Decreto n.º 7, de 31 de dezembro de 1902), segundo a tradição oral dos kaingang, é resultado do pagamento pelo trabalho indígena na abertura da picada da linha telegráfica de Palmas ao Goyo-En[56].

Entretanto, salvo algumas exceções como essa, as terras legitimamente ocupadas pela população cabocla e indígena foram consideradas devolutas e entregues por meio de títulos aos fazendeiros, tal qual ocorreu com o título *Barra Grande* que, após a proclamação da república, devido avanço da posse a Leste do rio Irani, foi regularizada em extensão muito maior que o registro realizado na freguesia de Palmas, em meados da década de 1850.

A melhor exposição e análise envolvendo posse e, posterior, regularização fundiária do título *Barra Grande* que, por sua vez, foi expedido pelo Estado do Paraná a José Joaquim de Moraes, é dada por Gaiger[57], sobre a qual nos apropriamos para entender as origens fundiárias do hoje assentamento DJG em Chapecó.

Explica o autor que, em 31 de dezembro de 1891, José Joaquim de Moraes formulou pedido pretendendo a medição de uma suposta posse como sendo os mesmos limites do registro paroquial de 1856. Diante disto, o juiz da vila de Palmas, no dia 20 de maio de 1892, encarregou 2 peritos para verificar se a posse pretendida havia sido estabelecida antes ou depois da Lei de Terras e do regulamento de 30 de janeiro de 1854, ou seja, era preciso conferir se José Joaquim de Moraes tinha no local cultura efetiva e de espécie, bem como moradia habitual. Um dia depois, 21 de maio, os peritos compareceram afirmando que cumpriram suas obrigações e que lá encontraram todos os quesitos que foram verificar.

Entretanto, conforme apontado por Gaiger, devido à distância de mais de 100 km entre vila de Palmas e o Lageado Monte Alegre onde estaria a sede da (nova) fazenda *Barra Grande*, é provável que em tão pouco tempo, 1 dia, os peritos não te-

nham percorrido 200 km entre ida e volta – deslocamento realizado por transporte de tração animal, em estradas com qualidades contestáveis –, verificado a fazenda e ainda participado da audiência com o juiz, o que se trata, no seu entender, de uma "farsa grosseira". Além do mais, Gaiger também faz questão de ressaltar que:

> [...] uma comparação acurada dos limites mencionados por José Joaquim no registro paroquial e os fixados na ulterior medição, patenteiam inequívoca diversidade entre uns e outros cristalizando-se a certeza de que se usou e abusou dos processos de legitimação de posse para obter titulação sobre imensas áreas, desprezando-se totalmente a exigência legal de prévia ocupação e exploração, do Art. 5º, caput, da Lei de Terras[58].

No que se refere à questão da área supostamente vistoriada, é preciso considerar que ela era enorme, pois abrangia parte dos atuais municípios de Arvoredo/SC, Chapecó/SC, Itá/SC, Paial/SC e Seara/SC, conforme destaca a (Ilustração 3).

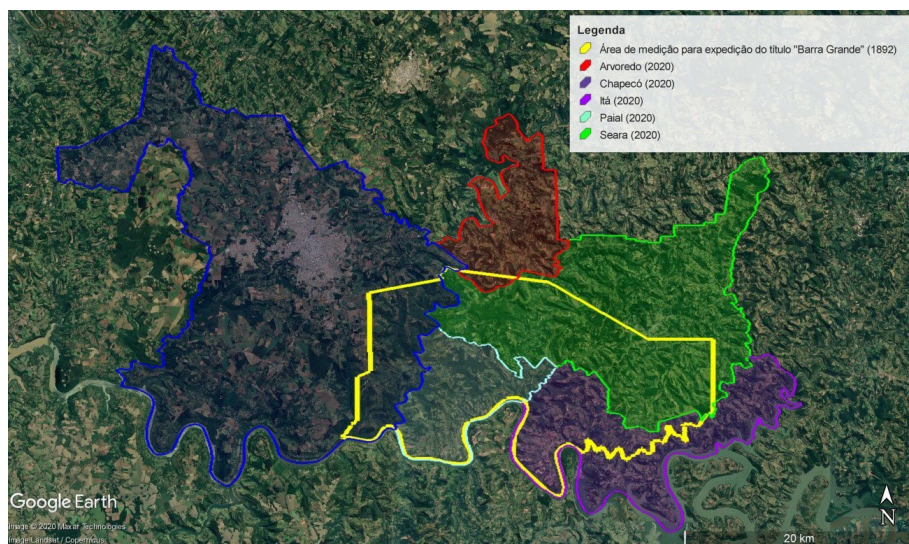



Ilustração 3. Área de abrangência do título *Barra Grande* (1892) em relação aos atuais municípios da região. Fonte: Elaborado no Google Earth a partir da "Ilustração 6" e da sobreposição do Shapefile SIGSC-limites_municipais. Org.: BASTIANI, T. M.; BORGES, L. F. S. 2020.

Apesar disto, diante da suposta verificação, ainda no dia 21 de maio o escrivão fez o pregão que anunciava a medição da posse, começando a ser medida em 21 de junho

e, em tempo recorde para a época, encerrada a medição em 14 dias, em 04 de julho de 1892. Finalizado este processo, no dia 04/04/1983 o Estado do Paraná expediu o título *Barra Grande*, uma área de 39.542,53 ha, a Joaquim José de Moraes, o qual, na perspectiva de Gaiger, deveria ser nulo, pois estaria carregado de "vícios" de origem.

A nulidade do título, segundo o autor, não perpassa somente a improvável rapidez na verificação da fazenda, mas também o fato de que seria impossível ignorar a presença dos kaingang. Conforme é possível ver na (Ilustração 4), atualmente existem 3 Terras Indígenas de Ocupação Tradicional localizadas na área do título *Barra Grande*.

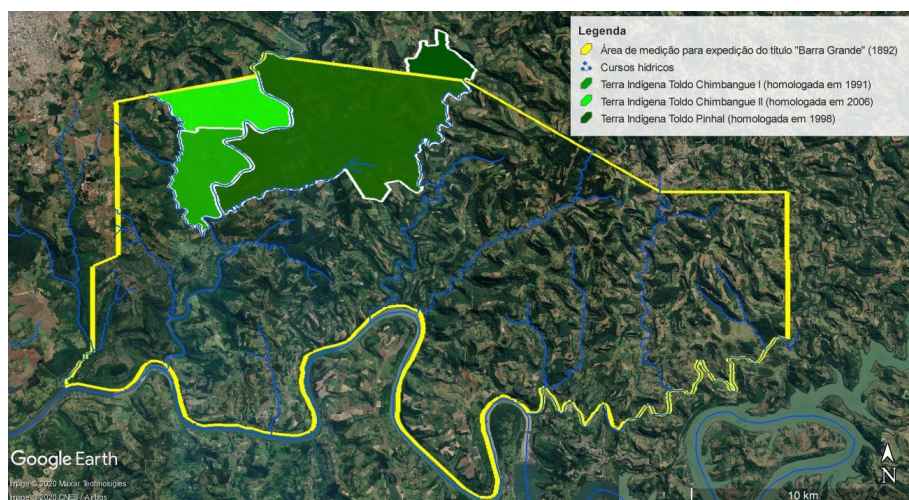



Ilustração 4. Terras Indígenas de Ocupação Tradicional localizadas no interior da área do título *Barra Grande* (1892). Fonte: Elaborado no Google Earth a partir da "Ilustração 6" e da sobreposição do KML FUNAI-terras_indígenas e do Shapefile SIGSC-curso_d'água. Org.: BASTIANI, T. M.; BORGES, L. F. S. 2020.

Ao não acusar a presença dos kaingang, conforme obrigação do Decreto nº 1.318, o processo de titulação desprezou a posse anterior e primária dos indígenas sobre a terra que, se fosse anterior a 1850, não deveria ter sido considerada devoluta. Além do mais, a expedição do título *Barra Grande* com 39.542,53 ha foi posterior à lei paranaense nº 68, de 20 de dezembro de 1892, que, por sua vez, limitava as superfícies legitimáveis em 10.000 ha.

Entretanto, como é provável que tenha ocorrido em muitas áreas, o Estado legitimou o uso e abuso do processo de posses. Tais terras já haviam sido

vendidas antes mesmo de ser solicitada a medição judicial, conforme comprova Gaiger, com escritura que data de 9 de julho de 1891, o que, no seu entender, é mais uma prova de que o processo de legitimação e titulação da suposta área se fazia no interesse de especulação fundiária e que, também, já não era a mesma da registrada na Paróquia de Palmas, em 1856, pois, enquanto essa fora registrada com 2 léguas, a que estava sendo negociada tinha 9 léguas.

Um comparativo entre os limites mencionados por José Joaquim no registro paroquial (1856) e os limites posteriormente fixados na medição (1892) podem ser observados nas Ilustrações 5, 6 e 7.

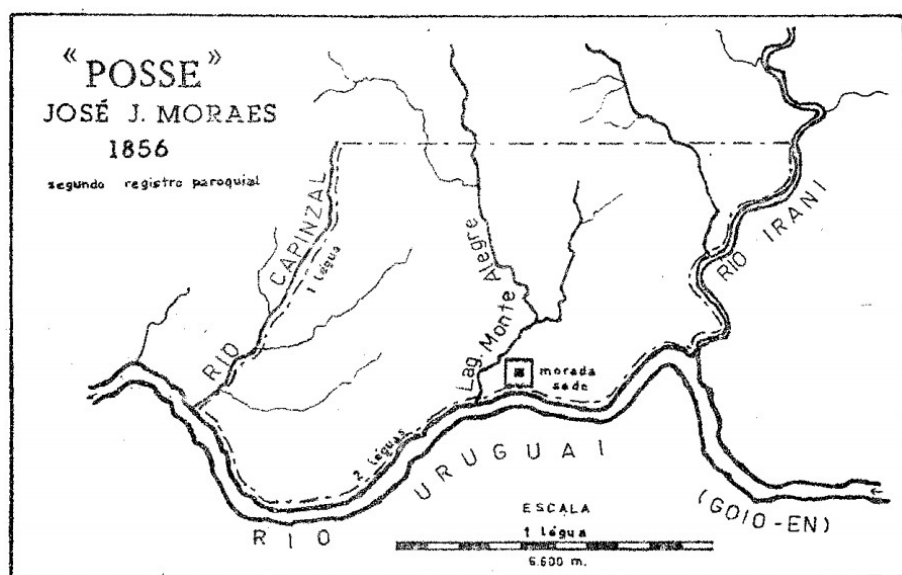



Ilustração 5. Posse registrada por José Joaquim de Moraes em 1856. Fonte: GAIGER, J. M. G. **Toldo Chimbangue**. Op. cit. p. 21.

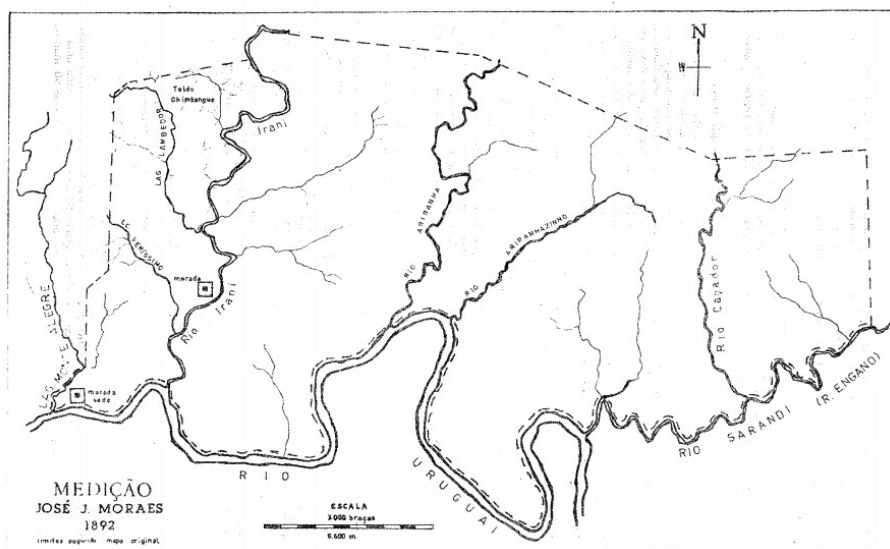



Ilustração 6. Medição da posse de José Joaquim Moraes em 1892. Fonte: GAIGER, J. M. G. **Toldo Chimbangue**. Op. cit. p. 25.

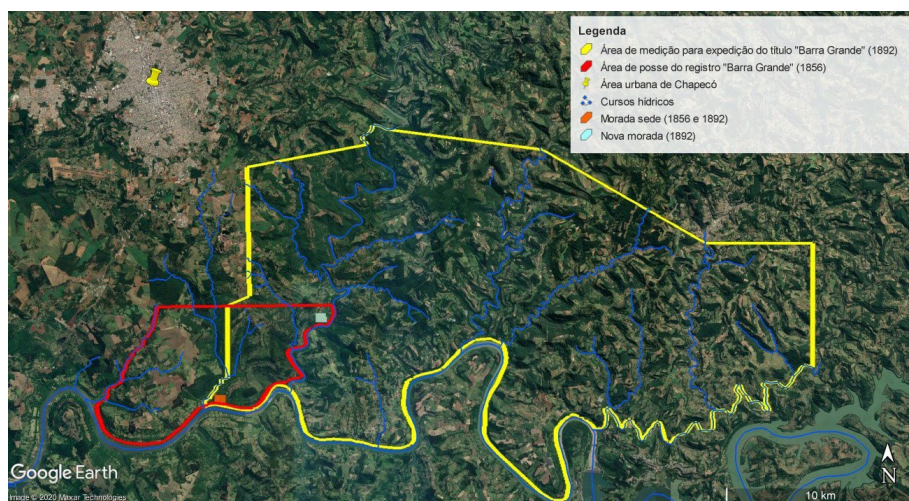



Ilustração 7. Posse de José Joaquim Moraes (1856) x Medição da posse de José Joaquim de Moraes (1892). Fonte: Elaborado no Google Earth a partir da "Ilustração 5", da "Ilustração 6" e da sobreposição dos Shapefile SIGSC-curso_d'água. Org.: BASTIANI, T. M.; BORGES, L. F. S. 2020.
* Para elaborar essa imagem, foi necessário destacar os cursos hídricos marcados nas ilustrações 5 e 6, com especial ênfase para os seguintes: Rio Uruguai, Rio Capinzal, Lageado Monte Alegre, Lageado Veríssimo, Lageado Lambedor, Rio Irani, Rio Ariranha, Rio Ariranhazinho, Rio Caçador e Rio Sarandi.

As terras do título *Barra Grande* foram vendidas ao filho da Baronesa da Limeira, Luis Vicente de Souza Queiros e, mais tarde, passada a seus herdeiros que, em 11 de janeiro de 1919, as venderam para Empresa Colonizadora Luce & Rosa Cia Ltda., sediada em Porto Alegre/RS, que as dividiu em lotes de 24 ha (uma colônia) e as revendeu a agricultores oriundos, em grande medida, do Rio Grande do Sul.

Além de instituir o registro das terras ocupadas ou obtidas por concessão que, conforme vimos, geralmente era realizado pelos que haviam tomado posse de grandes extensões territoriais, inclusive, burlando o registro inicial, conforme demonstrado com o caso do título *Barra Grande*, o Decreto nº 1.318/1854 também previa a instalação de colônias militares nas terras devolutas nos limites com países estrangeiros. Entretanto, apesar de serem previstas desde 1854, na região que hoje compreende o Sudoeste Paranaense e o Oeste Catarinense, foram instaladas apenas em 1882, respectivamente, a colônia militar Chopim e colônia militar Chapecó. Tal instalação, mesmo que tardia, esteve relacionada ao conflito envolvendo o Brasil e a Argentina na definição dos limites de cada país, ocorrida, entre outras explicações, pela riqueza da erva-mate e araucárias da região.

A ocupação do território foi de fundamental importância para a resolução da questão, denominada "Questão de Misiones" pelos argentinos e "Questão de Palmas" para os brasileiros. Em 1895, sob o arbítrio do presidente dos Estados Unidos da América, Grover Cleveland, se deu ganho de causa ao Brasil, tendo as colônias militares papel fundamental para tanto. De sua instalação até desativação, por volta de 1908, a colônia militar Chapecó expediu 255 títulos de terra[59], onde, por meio da lei 1.511 de 26/10/1925 e do Decreto 46 de 11/07/1934, respectivamente, se autorizava o poder executivo a regularizar o domínio sobre os lotes e se reconhecia como válidos todos os títulos dos lotes distribuídos pelas antigas colônias militares.

Sob o comando do capitão Bormann[60], na colônia militar Chapecó, os lotes cedidos gratuitamente – conforme exceção dada pela Lei 601, de 1850, para as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros – eram ricos em erva-mate e tinham no corte e venda da planta a principal maneira de sobrevivência. Enquanto esta atividade extrativo-comercial estava em alta, as colônias se desenvolveram. Entretanto, na medida em que houve a queda da exportação do

produto[61], os compradores desapareceram e a situação dos habitantes se complicou, pois sem a venda do principal meio de renda, foram empobrecendo cada vez mais. Assim, sem condições de realizar a demarcação e registro de seus lotes, pois era um custo muito alto para o interessado, muitas dessas áreas ou foram consideradas como novamente devolutas, ou foram vendidas a preços bem abaixo do valor. Vendendo suas terras, alguns caboclos passaram a transitar como posseiros, juntando-se a muitos outros que, desde a não regularização de suas terras, a partir da lei de Terras de 1850, como vimos, já procediam assim. Através das picadas, definiam suas próprias divisas que, por "respeito", eram acatadas pelos que estavam em situação semelhante, mas não pelas colonizadoras, que passaram a se instalar na região.

1.2. A pequena propriedade e o projeto colonizador

1.2.1. Colonizadoras e representações cotidianas

Alguns anos após o encerramento do conflito envolvendo o Brasil e a Argentina na definição dos limites de cada país, a região do atual Oeste Catarinense esteve novamente no centro de uma disputa territorial. Em 1916, por decisão judicial, essa região passou a pertencer ao Estado de Santa Catarina. Até então, ela havia sido disputada com o Estado do Paraná, que, desde o momento em que adquiriu autonomia política frente à comarca de São Paulo, em 1853, passou a firmar posse em sua direção. Como é possível perceber, antes mesmo do ganho de causa ao Brasil diante da disputa territorial com a Argentina, em 1895, a região do atual Oeste Catarinense já vinha sendo pleiteada por Santa Catarina e Paraná.

Mesmo antes do acordo de limites – que se deu mais especificamente em abril de 1916, com a intervenção do então presidente da República, Venceslau Brás, que exigiu que os dois Estados assinassem um acordo –, ainda durante o governo imperial, em 1889, houve a concessão de privilégio, garantia de juros e terras devolutas ao Engenheiro João Teixeira Soares para a construção, uso e gozo de uma estrada de ferro[62], a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul (depois, transferida à Brazil Railway Company). Tal concessão foi um dos motivos da eclosão do conflito armado – popularmente conhecido como "guerra do Contestado", justamente por ocorrer em um território em disputa entre os Esta-

dos do Paraná e de Santa Catarina – ocorrido entre outubro de 1912 e agosto de 1916, que confrontou, de um lado, posseiros e pequenos proprietários de terra e, do outro, as forças do governo estadual e federal[63].

A partir de 1917, após o acordo de limites envolvendo territórios em disputa entre Santa Catarina e Paraná, responsável pelo fim do conflito armado do "Contestado", a Brazil Developnent obrigava-se a demarcar os lotes em áreas de 20 a 25 ha para o cultivo e de 100 a 1000 ha para indústria extrativa e pastoril, muitas vezes delegando glebas a outras colonizadoras, principalmente devido à cláusula contratual com o governo catarinense, que previa que a região deveria ser colonizada até 1932, no intuito de assegurar a incorporação do território. Com este mesmo objetivo, foram criados, por meio da Lei Estadual número 1.147, de 25 de agosto de 1917, quatro municípios: Mafra, Porto União, Cruzeiro e Chapecó[64], sendo os dois últimos, hoje desmembrados em diversos outros, os quais constituem o atual Oeste Catarinense.

Entretanto, durante anos o Oeste Catarinense permaneceu distante do restante do Estado, não somente por estar geograficamente separado, a mais de 500 km da capital Florianópolis, mas por estar, política e economicamente, em uma situação de "abandono", correndo, inclusive, o risco de "desnacionalização" da população que, por sua vez, encontrava-se mais próxima da Argentina do que da própria capital.

Tentado contornar tal situação – não somente para o reconhecimento da área, procurando integrá-la ao Estado, mas, simbolicamente, como lugar com autoridade e lei, diferente da versão até então conhecida do lugar como "terra sem lei" –, Adolfo Konder, durante seu governo, entre os dias 17 de abril e 18 de maio de 1929, em comitiva, empreendeu uma viagem ao Oeste Catarinense que ficou conhecida como a "Bandeira Konder" ou "A viagem de 1929"[65]. Nesta mesma perspectiva, de defesa do território, o movimento nacionalista "Marcha para o Oeste", organizado durante o Governo Vargas e que defendia a ocupação efetiva das fronteiras brasileiras de Norte a Sul do país, foi responsável pela criação do Território do Iguaçu (1943-1946)[66], ao qual o Oeste Catarinense fez parte durante sua vigência.

Para além da Brazil Developnent que, inclusive, passou a outras colonizadoras algumas de suas obrigações, o Estado de Santa Catarina confiou a diversas outras empresas a extração de erva-mate e madeira, a abertura e manutenção de estradas, bem como, a venda de terras e, consequentemente, a ocupação deste

lugar até então considerado "vazio". Ou seja, em um discurso legitimador dos colonizadores e das companhias colonizadoras e, por vezes, do próprio Estado que, além de não estabelecer políticas de acesso à terra aos povos já estabelecidos, ignorou a presença indígena e cabocla no local, concebeu-se o território enquanto desprovido de sujeitos e, portanto, disponível para ser colonizado por agricultores de origem italiana, alemã e polonesa. Esses agricultores, oriundos do RS, eram considerados não apenas ordeiros e trabalhadores, mas também dispostos a adquirirem as terras vendidas pelas empresas colonizadoras para poderem "vencer" pelo trabalho.

A transferência do RS para o Oeste Catarinense marca a trajetória de vida de muitos assentados, que longe de se verem dentro das perspectivas esperada dos colonos, compreendem a vinda das suas famílias pelas dificuldades encontradas no local onde moravam. Além da baixa produtividade das terras, que já era por si mesma um grande problema, ainda havia crescimento do número de integrantes da família, tornando inviável a subdivisão da propriedade, na qual, segundo o costume, cada filho homem herdava um pedaço de terra. Tais motivações para a transferência, como veremos a seguir, marcam os relatos de Jorge, Helena e Horácio, atualmente assentados no DJG.

Jorge, pai de 2 filhas e avô de 2 netas, casado e com 57 anos na data da entrevista, nasceu em 1960, em Guaporé/RS, local de onde transferiu-se com a família (seus pais e mais 10 irmãos) para Xaxim/SC. Sobre o contexto dessa transferência, que se deu por meio da utilização de carroça e cavalo, ele diz o seguinte: "tava feia a coisa lá e aqui tava só mato"[67]. Ou seja, ao mesmo tempo em que demonstra compreender que a situação "feia" do local de origem não se tornou seu contrário no novo lugar, pois, devido à presença do mato, outras dificuldades tiveram de ser superadas, também demonstra que o "só mato" aqui existente necessitava de famílias como a sua para eliminá-lo, tornando possível a ocupação efetiva desse novo lugar e o estabelecimento de um modo de vida fundado no cultivo agrícola, mediante o trabalho familiar. Seja como for, é importante salientar que a transferência da sua família não foi sem necessidade, por simples escolha de um novo lugar, mas influenciada por uma situação "feia", com as muitas dificuldades implícitas.

Conta Jorge que, depois de adulto, ao constituir nova família, passou por uma situação muito similar a daqueles que haviam deixado o RS rumo ao Oeste

Catarinense, ou seja, ele via-se diante da impossibilidade da subdivisão da propriedade dos seus pais, que não tinham terra suficiente para poder transferir parte dela aos filhos que se casavam. Em razão disso, passou a arrendar para poder sobreviver, residindo em Irati/SC e Quilombo/SC e, posteriormente, em um acampamento em Abelardo Luz/SC, durante 3 anos. Entretanto, devido aos constantes despejos e situações de dificuldade, assim como outras que lhe causavam medo, acabou por desistir da luta pela terra. Posteriormente, trocou um terreno de seu pai, no centro urbano de Xaxim, por um lote no assentamento *José Maria*, em Abelardo Luz, local onde permaneceu com a família por 12 anos, de 1997 a 2009. Em 2009, transferiu com sua esposa para o DJG, no intuito de ajudar sua filha Ana, que na ocasião havia ficado viúva e encontrava-se na difícil situação de permanecer na terra que tão duramente havia conquistado.

O tema da impossibilidade da subdivisão da propriedade também é abordado por Horácio. Pai de 4 filhos, avô de 6 netos, separado e com 62 anos na data da entrevista, nasceu em 1955 em uma localidade que, na época, pertencia ao município de Sarandi/RS. Sua mãe é descendente de alemães e o seu pai de caboclos e indígenas, sendo ele o mais velho de 14 irmãos. Em torno de 1968, quando tinha cerca de 13 anos, sua família se transferiu do RS para Pinhalzinho/SC, motivada pela dimensão da propriedade rural em que residiam, que, no seu entender, "era pouca" e já não comportava todos os membros da família. Em Pinhalzinho, ele continuou morando e trabalho nas terras dos pais, mesmo depois de casado, pois esses não conseguiriam subdividir a propriedade para poder transferir-lhe uma parte e ele não tinha dinheiro para comprar terras para si.

Posteriormente, os pais de Horácio venderam as terras que tinham e compraram um terreno em Chapecó, no bairro Jardim América. Devido a isso, Horácio também acabou transferindo-se com a esposa e filhos para Chapecó e foi morar no bairro Jardim do Lago, onde residiu por 18 anos e trabalhou em uma serraria e também em uma agroindústria. Após separação conjugal, junto com um dos filhos, retornou a morar com os pais, local de onde, acompanhado pelo mesmo filho, saiu rumo ao acampamento DJG em 2002, 4 meses após o início da ocupação.

Além da questão do tamanho da propriedade no RS, que já não comportava todos os membros da família, outro fator para a transferência foi destacado por Helena, qual seja, a baixa produtividade da terra. Helena, mãe de 4 filhos e avó de 7 netos, separada/morando junto com novo companheiro e com 56 anos

na data da entrevista, nasceu em Aratiba/RS, em 1961. Aos 7 meses, foi morar com a família no interior de Ipuaçu/SC (na época distrito de Abelardo Luz, hoje município emancipado), local onde já se encontrava seu avô, que há alguns anos já tinha feito a transferência do RS para o Oeste Catarinense, devido à baixa qualidade do solo, provavelmente desgastado pelo seu uso intensivo, que acabava deixando a terra "magra". Posteriormente, essa questão da baixa produtividade acabou motivando sua família a transferir-se do interior do hoje município de Ipuaçu para Quilombo, quando ela tinha cerca de 8 anos.

Aos 21 anos se casou e, em situação semelhante a Horácio, foi morar com o marido nas terras do pai dela. Passado algum tempo, foram para o RS morar nas terras do pai dele. Segundo Helena, essa situação de morar em uma propriedade que não lhes pertencia, fez com que o casal passasse a participar de diversas ocupações de terra, no intuito conquistar um lote: acamparam em Quilombo/SC, Abelardo Luz/SC, Faxinal dos Guedes/SC e Itaiópolis/SC. Depois de tantas andanças, acabaram sendo assentados na antiga fazenda *Parolin* (hoje localizada no município de Santa Terezinha/SC), em julho de 1989. Entretanto, devido à demora em ter acesso aos recursos necessários para permanecerem no campo, acabaram por desistir do assentamento.

Depois de saírem do assentamento, vieram para Chapecó, onde o marido viu na construção civil uma oportunidade de emprego. Após uns 5 anos do retorno a Chapecó, em 1994, o casal se separou e ela passou a trabalhar de doméstica. Posteriormente, Helena trabalhou no alojamento do MST, em Chapecó, durante 6 anos. Nesse local, conheceu Roberto, no final de 2005, que na ocasião estava acampado no DJG. Cinco anos depois, em 2010, deixou o centro urbano de Chapecó e se transferiu para o assentamento, indo morar com seu até então namorado.

Jorge, Horácio e Helena traçam as dificuldades financeiras de muitos dos que deixaram o RS rumo ao Oeste Catarinense. Tais relatos afastam-se das histórias de sucesso atribuída aos colonizadores – as quais exaltam a "coragem" e o "espírito aventureiro" daqueles que abriram picadas para se estabelecerem e prosperarem na região –, pois realçam as necessidades de sobrevivência como o motivador da transferência. Além do mais, seus relatos demonstram que não teriam a mesma "sorte" de seus pais, pois, enquanto esses, apesar das dificuldades, adquiriram terras por meio da compra de lotes das colonizadoras, eles, juntamente a novas famílias constituídas, não tinham condições financeiras de comprar uma

propriedade. Assim, uma das alternativas que lhes restavam para conseguirem conquistar um pedaço de terra para chamar de seu, era como participantes de um movimento social de luta pela reforma agrária, neste caso, o MST.

Como é possível verificar pelos relatos de Jorge, Horácio e Helena, os colonos que se instalaram no Oeste Catarinense, devido às suas condições financeiras, compraram pequenos lotes coloniais, a maioria deles não ultrapassando 35 ha. Todavia, em alguns casos, a concentração fundiária ocorreu por meio da compra de inúmeros lotes. Este é o caso de Fredolino Zimmer, que adquiriu 35 lotes na seção Araçá da Companhia Territorial Sul Brasil[68].

Entretanto, salvo exceções, como herança do Projeto Colonizador tem-se, na atualmente, a caracterização da região como marcada pela pequena propriedade, ao menos no que diz respeito ao número e a área média dos estabelecimentos agropecuários (Tabela 1). Além disso, nas representações cotidianas, reflete-se a região enquanto formada, via de regra, por este modelo agrário.

Tabela 1. Número, Área e Área média dos estabelecimentos agropecuários/Oeste Catarinense/Santa Catarina/Brasil

	Nº	%	Área (ha)	%	Classificação*
Mais de 0 e menos de 0,1 ha	136	0,18	7	0,0003	Minifúndio
De 0,1 a menos de 0,2 ha	166	0,22	21	0,0009	Minifúndio
De 0,2 a menos de 0,5 ha	340	0,46	104	0,004	Minifúndio
De 0,5 a menos de 1 ha	646	0,88	402	0,01	Minifúndio
De 1 a menos de 2 ha	1.739	2,38	2.161	0,09	Minifúndio
De 2 a menos de 3 ha	2.308	3,16	5.200	0,24	Minifúndio
De 3 a menos de 4 ha	2.912	3,99	9.457	0,43	Minifúndio
De 4 a menos de 5 ha	2.734	3,75	12.121	0,56	Minifúndio
De 5 a menos de 10 ha	12.931	17,74	94.642	4,37	Minifúndio
De 10 a menos de 20 ha	23.779	32,63	336.085	15,54	Minifúndio/ Pequena Propriedade
De 20 a menos de 50 ha	18.422	25,28	550.178	25,44	Pequena Propriedade
De 50 a menos de 100 ha	4.097	5,62	274.148	12,68	Pequena Propriedade/ Média Propriedade

<table>
<tr><th></th><th>Nº</th><th>%</th><th>Área (ha)</th><th>%</th><th>Classificação*</th></tr>
<tr><td>De 100 a menos de 200 ha</td><td>1.397</td><td>1,91</td><td>188.098</td><td>8,70</td><td>Média Propriedade</td></tr>
<tr><td>De 200 a menos de 500 ha</td><td>720</td><td>0,98</td><td>217.615</td><td>10,06</td><td>Média Propriedade/ Grande Propriedade</td></tr>
<tr><td>De 500 a menos de 1000 ha</td><td>234</td><td>0,32</td><td>163.272</td><td>7,55</td><td>Grande Propriedade</td></tr>
<tr><td>De 1000 a menos de 2500 ha</td><td>108</td><td>0,14</td><td>155.477</td><td>7,19</td><td>Grande Propriedade</td></tr>
<tr><td>De 2500 a menos de 10000 ha</td><td>35</td><td>0,04</td><td>X</td><td rowspan="2">7,07</td><td>Grande Propriedade</td></tr>
<tr><td>De 10000 ha e mais</td><td>1</td><td>0,001</td><td>X</td><td>Grande Propriedade</td></tr>
<tr><td>Produtor sem área</td><td>152</td><td>0,20</td><td>-</td><td></td><td>-</td></tr>
<tr><th></th><th></th><th></th><th></th><th>TOTAL</th><th>ÁREA MÉDIA</th></tr>
<tr><td>OESTE CATARINENSE</td><td>72.857</td><td>100</td><td>2.008.988/ 2.161.884**</td><td>100</td><td>29,67 ha</td></tr>
<tr><td>SANTA CATARINA</td><td>183.066</td><td>100</td><td>6.448.785</td><td>100</td><td>35,22 ha</td></tr>
<tr><td>BRASIL</td><td>5.073.324</td><td>100</td><td>351.289.816</td><td>100</td><td>69,24 ha</td></tr>
</table>

Fonte: IBGE/SIDRA. Censo agropecuário 2017. Tabela 6754 – Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, condição legal das terras, grupos de atividade econômica e grupos de área total. Org.: BASTIANI, T. M. 2020. * Nos termos da Lei 8.629/93 e considerando que o módulo fiscal nos municípios do Oeste Catarinense varia entre 16, 18 e 20 ha, temos que Minifúndio (área inferior a 16 ha, área inferior a 18 ha ou área inferior a 20 ha); Pequena Propriedade (entre 16 e 64 ha, entre 18 e 72 ha ou entre 20 e 80 ha); Média Propriedade (superior a 64 até 240 ha, superior a 72 até 270 ha ou superior a 80 até 300 ha); Grande Propriedade (área superior a 240 ha, área superior a 270 ha ou área superior a 300 ha). ** O número de área Total dos estratos (2.008.988) não confere com a área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários nos 118 municípios do Oeste Catarinense (2.161.884). Isto porque, segundo o Censo Agropecuário 2017, alguns dados referentes a área ocupada são apresentados apenas pela letra X ("De 2500 a menos de 10000 ha", "De 10000 ha e mais"), justificado como "valor inibido para não identificação do informante".

No que diz respeito às pequenas propriedades, elas correspondem integralmente ao estrato "de 20 a menos de 50 ha" (18.422 estabelecimentos), entretanto, também formam os estratos "de 10 a menos de 20 ha" (23.779 estabelecimentos), juntamente com os minifúndios, e também "de 50 a menos de 100 ha" (4.097 estabelecimentos), em conjunto com as médias propriedades, sem que consigamos, entretanto, quantificar seu número exato nos dois últimos casos [69].

Apesar de não ser possível especificar a quantidade exata, é notório ao obser-

var na tabela 1 que a maior parte de estabelecimentos, 55.132 (75,67%, do total de 72.857), encontram-se entre 5 e 50 ha, estratos que constitui integralmente ou em parte os minifúndios e as pequenas propriedades. Além do mais, se considerarmos o número total de hectares ocupados pelos estabelecimentos agropecuários no Oeste Catarinense, dividido pelo número de estabelecimentos, chegamos à conclusão de que a área média dos estabelecimentos equivale a 29,67 ha, o que, seguindo a classificação da Lei 8.629/93, corresponde à pequena propriedade. Tal média está apenas um pouco abaixo da média do Estado de SC, que é de 35,22 ha, entretanto, é menos da metade da média brasileira, que corresponde a 69,24 ha.

Assim, em um primeiro olhar, compreende-se que as representações cotidianas que refletem a região enquanto formada pela pequena propriedade, fundamentam-se em tais dados. Todavia, esses ocultam a concentração fundiária, pois, ao considerarmos a área ocupada, as médias e grandes propriedades tem papel de destaque. Conforme podemos perceber no que diz respeito à área, é notável que o espaço ocupado por elas seja relativamente maior do que aquele ocupado pelos minifúndios e pequenas propriedades.

Considerando apenas os estratos formados por minifúndios e pequenas propriedades (mais de 0 e menos de 50 ha), é possível verificar que correspondem a 66.113 estabelecimentos (90,74% do total de 72.857) e ocupam 1.010.378 ha (46,73% do total de 2.161.884), portanto, com média de 15,28 ha cada estabelecimento. Se considerarmos apenas os que são classificados como média e grande propriedade (de 100 a menos de 10.000 ha), é possível verificar que correspondem a 2.495 estabelecimentos (3,42% do total de 72.857) e ocupam 877.358 ha[70] (40,58% do total de 2.161.884), assim, com área média de 351,64 ha cada estabelecimento. Ou seja, 1 estabelecimento classificado como média e grande propriedade ocupa a mesma área que mais de 23 estabelecimentos classificados como minifúndio ou pequena propriedade.

Considerando apenas o estrato formado pelas pequenas propriedades (de 20 a menos de 50 ha), constata-se que corresponde a 18.422 estabelecimentos (25,28% do total de 72.857), ocupando 550.178 ha (25,44% do total de 2.161.884), com área média de 29,86 ha cada estabelecimento. Em contrapartida, se levarmos em conta apenas os estratos formados pelas grandes propriedades (de 500 a 10.000 ha e mais), constata-se que correspondem a 378 estabelecimentos (0,51% do total de 72.857), ocupando 471.645 ha[71] (21,81% do total

de 2.161.884) e com área média de 1.247,73 ha. Assim, na comparação entre ambas, pequena e grande propriedades, é possível concluir que para constituir a mesma área ocupada por 1 grande propriedade, é preciso a junção de mais de 41 pequenas propriedades. Portanto, quando, para além de considerar a média e o número de estabelecimentos, também levamos em conta a área ocupada, observamos que a região, não obstante tenha na sua formação agrária a presença numerosa de pequenas propriedades, a concentração fundiária também existe.

A demonstração da existência da concentração fundiária, resultado da análise dos dados, bem como, a desmistificação do heroísmo do colono, por meio de trajetórias de vida que demonstram que os motivos para a transferência pra Oeste Catarinense se davam por necessidades de sobrevivência, rompem com as representações cotidianas quanto a formação agrária baseada na pequena propriedade e do heroísmo do colono. Entretanto, para além de simples ruptura, permitem que se visualize que a luta pela terra faz parte da constituição agrária local.

1.2.2. *Indígenas, caboclos e colonos: trajetórias*

A atuação das colonizadoras no Oeste Catarinense não se deu em terras de ninguém. Como havíamos visto, indígenas e caboclos já habitavam a região antes mesmo do processo migratório coordenado pelas empresas colonizadoras.

No que diz respeito aos indígenas, é possível afirmar que eles sofreram de formas diversas os efeitos da colonização, experimentada mesmo em terras demarcadas, como no caso da terra indígena *Xapecó*, que passou por diversos processos de redução da sua área[72]. Há também o caso dos indígenas do Irani que, a partir da década de 1940, tiveram suas terras vendidas pela colonizadora Luce, Rosa & Cia, que após inúmeras tentativas de fazer com que os kaingang deixassem o local, transferiu tal responsabilidade aos compradores[73]. Outra colonizadora que atuou na venda de terras tradicionalmente ocupadas por indígenas foi a Sul Brasil, que vendeu aos colonos, a partir da década de 1930, as terras dos guaranis que habitavam uma região entre os municípios de Saudades e Cunha Porã, fato que gerou um conflito que se estende até os dias atuais em torno da demarcação de uma terra indígena[74].

No que se refere aos caboclos, divididos entre as atividades de extração de

erva-mate, agricultura (terras de plantar) e criação de animais soltos (terras de criar) em pequenos apossamentos, cabe destacar que eles tinham uma relação meramente prática com a terra, pois assim como costumavam escolher um lugar para residir e produzir, também realizavam deslocamentos itinerantes a cada uma ou duas safras. Entretanto, foi justamente esta concepção de terra que contribuiu para que eles a perdessem[75], pois, à medida que passou imperar o acesso à terra por meio da compra, os caboclos – que não haviam regularizados seus pequenos apossamentos, seja por desconhecerem do novo regramento legal, seja por não terem condições financeiras – foram considerados intrusos e tiveram suas terras expropriadas.

A expropriação da terra faz parte da trajetória de vida de Otávio. Pai de 6 filhos e avô de 6 netos, viúvo/morando com nova companheira e com 65 anos na data da entrevista, nasceu em Quilombo, em 1952. De origem cabocla, diz que os seus pais são naturais do RS (o pai de Montenegro e a mãe de Itatiba) e que se transferiram para SC em torno de 1949/1950. Aqui, o seu pai trabalhou, juntamente com o seu avó, na derrubada das matas e como balseiro, no transporte da madeira para São Borja/RS.

Quando tinha em torno de 12 anos, sua família teve de deixar as terras onde moravam, devido à atuação das colonizadoras. Otávio relata o seguinte:

> [...] essas colonizadoras foram muito assassinas, porque... eu digo isto porque, às vezes a gente vê ali, avenida Coronel Bertaso, mais não sei o que, mais não sei o que, o desbravador, não sei o que... não sei o que..., mas se tu vai ver tem muita dor, muito sofrimento e muito sangue aqui (...) porque sabe o que que fazia? A empresa pegava e media um pedaço de terra, chegava assim e dizia 'até lá é teu, de lá do outro e tal, vamos medir aqui, mas tu tem que assinar isto aqui, tu vai pagar um preço aqui', mas o preço era muito (...) daqui a pouco tu não podia pagar (...) a gente foi vítima disto também (...) aí tinha que deixar a terra, porque não pode pagar, morou tantos anos ali, tantos anos e tava ali, tinha raiz, porque onde a gente mora a gente cria raiz, mas por expulsão a gente tocou de sair, não tinha...[76]

Ao serem expulsos pela colonizadora, foram trabalhar como agregados nas terras de um senhor que os acolheu "em um paiol"[77]. Depois de constituir nova família, arrendou terra e, ainda na década de 1980, passou a participar das reu-

niões do MST e acabou se tornando uma liderança na organização de diversas ocupações, pois ajudou a realizar reuniões com algumas famílias para que participassem do processo de luta pela terra. Entretanto, apesar de tal envolvimento, Otávio nunca havia acampado, situação que se alterou a partir do DJG, quando, junto a família, deixou o bairro Santa Inês, em Quilombo, e deslocou-se para o acampamento, participando da noite da ocupação. Durante o período em que esteve acampado, acabou ficando viúvo. Mais tarde, já assentado, viria a constituir novo relacionamento.

O relato sobre a oferta de compra das terras ocupadas pelos caboclos, abordado por Otávio, era uma das táticas utilizadas pelas colonizadoras. Com o objetivo de desocupar as terras já ocupadas pelos caboclos, a fim de vendê-las aos colonos, as colonizadoras faziam propostas de compra da área ocupada para os posseiros, algo geralmente não acatado por eles. Porém, quando a "amistosa" negociação não tinha sucesso, a desocupação das terras ocorria mediante o despejo.

> A narrativa do despejo apresenta elementos estruturais. O primeiro elemento é a chegada do vilão, "um morto de fome" pela terra, que pode ser a Companhia, Companhia intermediário ou preposto desta (...). O segundo elemento da narrativa é a presença de força policial, para proceder o despejo. O terceiro é a ação arbitrária, com atos de "pinchar fora as tralhas", isto é, jogar fora objetos, como móveis e utensílios. Pode ser acrescida da derrubada e queima dos ranchos. O elemento seguinte será a entrada do gringo na área limpa. E o último, presente na narrativa, é o "castigo divino" ao vilão. As traduções mais freqüentes desses castigos abrangem a morte acidental, como a queda de cavalo, atingido por um raio, um tronco tombado sobre o autor do despejo ou a morte natural, um "ataque", onde foi "levado pelo diabo", pela "ruindade praticada"[78]

A prática do despejo era a última das possibilidades. Antes dela, muitas vezes, havia o interesse na resolução amistosa do impasse no conflito entre os posseiros e as colonizadoras. Entretanto, mais do que a demonstração de "civilidade", por parte das colonizadoras, que alegavam tentar negociar "nas boas", estava a representação que até então se tinha sobre quem era a população cabocla. Assim, devido ao receio de sofrer represálias daqueles que eram julgados "não civilizados", ou seja, os "brutos" dispostos a defender a terra que, no seu

entender, lhes pertencia, as colonizadoras buscavam a utilização do diálogo nas negociações. Porém, tal diálogo não era para se chegar a um meio termo, mas a um convencimento que, quando não ocorria, era resolvido por meio do despejo.

Enquanto para as colonizadoras e para o Estado a ocupação de terras sem título era um intrusamento, para os que as ocupavam era a possibilidade de sobrevivência em uma terra que, antes da sua chegada, "não tinha dono" e que, devido à ocupação, haviam passado a ser suas por direito. Esta última concepção, de certa forma, ainda é defendida por aqueles que, ao lembrar da expropriação vivenciada pela família, defendem que, apesar de serem expropriados da terra pelo papel exercido pelas colonizadoras, estavam dentro da legalidade quanto ao direito à terra.

Conforme vimos, ao "chegar o povo do lado de lá" – os colonos do RS – os avós de Moisés transferiram-se da região onde hoje localiza-se Xanxerê para onde hoje fica Dionísio Cerqueira. Segundo Moisés, neste local:

> [...] era marcada as terras. Isto daqui é meu, isto daqui é meu, é meu. Aí nós tinha aquele tal de usucapião, era documento legal, muito tempo... com o passar do tempo foi... as firmas eles falavam, os latifúndios, vai imprensando, vai imprensando... deu muita história lá por causa da terra e coisa. Com o tempo, eles fizeram um acordo, mas daí eu já era grande, tava lá com meus 18, 20 anos [em torno de 1975], daí ficou mais um pedacinho. O finado pai bebia na época já e ele gastou todo o dinheiro. Ficamos sem nada[79].

O "documento legal", via usucapião[80], é a defesa de Moisés sobre a propriedade. Entretanto, seu entendimento da questão está mais relacionado àquilo que no decorrer de sua trajetória aprendeu sobre a legalidade da terra, ou seja, que de fato ela tem que apresentar uma documentação, do que com base no entendimento de que estavam em "terras sem dono", que, no máximo, poderia ser vista como "terra de todos" ou daqueles que primeiro a ocupassem.

Expropriados de suas terras, indígenas e caboclos passaram a penetrar as áreas em que as colonizadoras não tinham interesse. Muitos se ligaram às atividades de extração da erva-mate e madeira, trabalhando com salários muito baixos. Entretanto, diferentemente dos indígenas, que, a partir da década de 1980, passaram a reivindicar a demarcação de suas terras tradicionais, os caboclos, apesar de terem motivações para tanto, nunca chegaram a constituir um movimento organizado

para reivindicar a demarcação de suas terras, tendo, inclusive, desenvolvido um sentimento de respeito pelos colonizadores, que se tornaram seus empregadores[81].

Assim, ao longo do processo de colonização, indígenas e caboclos reorganizaram-se em um espaço concebido como seu, muitas vezes vendo suas terras tradicionais, no caso dos primeiros, ou que um dia lhes pertenceram por meio da posse, no caso dos segundos, sendo ocupadas pelas colonizadoras.

Quanto aos colonos, à medida que foram se instalando na região, a retirada da madeira tornou-se um negócio, inclusive com contratos irregulares para sua extração em terras indígenas, realizados entre as madeireiras e o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), prática "fielmente continuada" pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI)[82]. Além do mais, os lotes vendidos pelas colonizadoras eram cobertos por mato e, ao mesmo tempo em que os colonos compradores os "limpavam" para o desenvolvimento da agricultura, havia a venda da madeira a preços baixos, devido à abundância do produto. Algumas vezes, as próprias colonizadoras, também proprietárias de serrarias, primeiro retiravam as madeiras mais nobres antes de vender a terra. Neste contexto, desenvolveu-se na região a indústria madeireira, posteriormente amparada pela Sociedade Madeireira Xapecoense, criada em 1940.

Aproveitando-se das cheias do rio Uruguai, por meio de balsas e do trabalho dos balseiros, realizava-se o transporte da madeira até o principal porto de destino, São Borja no RS, de onde era, posteriormente, destinada para a Argentina, em um percurso de cerca de 500 km. As balsas eram formadas com a própria madeira a ser transportada, onde as toras eram amarradas uma ao lado da outra, podendo chegar até 150 metros de comprimento. Em cima delas geralmente eram construídos "ranchos", para o descanso e para a cozinha. A viagem, em condições normais, isto é, quando as cheias se mantinham regulares, duravam em torno de 3 ou 5 dias. Todavia, havia muitos perigos associados a essa atividade de transporte, sendo o maior deles o Salto Grande (Yucumã), onde a balsa podia desmanchar-se, acarretando a perda da madeira ou debilitando os balseiros em algum acidente, que, por não terem sua atividade regulamentada, enfrentavam a viagem por sua "conta e risco" [83]. Esta atividade, que se iniciou em torno de 1930 e foi declinando na década de 1960 – muito em decorrência da melhoria das estradas e substituição do transporte fluvial pelo rodoviário – ainda permanece viva na memória dos habitantes do Oeste Catarinense[84].

Além do negócio madeireiro, os colonos inseriram no novo lugar muitas das práticas já realizadas no Rio Grande do Sul, como, por exemplo, a criação e comercialização de porcos. Diferentemente dos caboclos, que criavam os animais soltos próximos à moradia, nas chamadas "terras de criar", os colonos inseriram no local a prática de criação dos porcos em cercados.

Para além da carne, um dos objetivos na produção de porcos era a retirada da banha, pois ela era um produto muito requisitado na época, tanto para uso pessoal quanto para comercialização[85]. Assim, era necessário engordar os animais, que tinha alimentação diária baseada em restos de comida e outros produtos colhidos na propriedade, tais como abóbora, mandioca, batata-doce, frutas, verduras, etc. Além dessa forma de alimentação dos animais, os colonos também começaram a adaptar uma prática que os caboclos já realizavam, ou seja, no momento da colheita do milho os porcos eram retirados dos cercados e encaminhados até a plantação para poderem comer em grande quantidade e engordarem rapidamente, sendo, por isso, denominados de porcos "de safra" [86].

Os porcos engordados pelos colonos eram comercializados em casas comerciais. O estabelecimento dessas é a chave para o entendimento do acúmulo de capital que, posteriormente, daria origem aos frigoríferos e sua transformação em agroindústrias. As casas comerciais expandiram-se no Oeste Catarinense ao longo da década de 1930, fazendo com que a suinocultura se consolidasse como atividade comercial, ao mesmo tempo em que propiciou a integração da região no circuito econômico nacional. Essas casas vendiam porcos no sudeste do Brasil e de lá traziam objetos e utensílios de interesse dos colonos que, por sua vez, seriam trocados por mais animais e assim sucessivamente. Tais comercializações possibilitaram acúmulo de capital aos intermediários, tal como demonstra a trajetória de vida de Atílio Fontana, o fundador da Sadia[87].

Filho de italianos que se estabeleceram no RS no final do século XIX, Atílio Fontana nasceu em 1900, no município de Santa Maria. Em 1921, transferiu-se para o antigo município de Cruzeiro (atual Joaçaba/SC) levando consigo uma prensa enfardadora de alfafa. No novo local, empregou-se em uma casa comercial e, em sociedade com o patrão, passou a enfardar o que era produzido na região para ser despachado para São Paulo, adquirindo um bom lucro nessa transação. A acumulação de parte do excedente lhe proporcionou, 2 anos após

sua chegada em SC, a compra de um hotel em Bom Retiro de Campos Novos (atual Herval d´Oeste/SC) que, posteriormente, em 1925, se tornaria em uma casa comercial sobre sua administração.

Como proprietário de uma casa comercial, passou a comercializar porcos e cereais na cidade de São Paulo, de onde adquiria objetos – tais como louças, tecidos e ferramentas – que, ao retornar ao vale do Rio do Peixe, eram revendidos e/ou trocados por animais e cereais que novamente seriam comercializados em São Paulo. Um ciclo de transito de mercadorias que lhe possibilitaram um acúmulo de capital que, juntamente a venda da casa comercial, no início da década de 1940, propiciou a abertura de um frigorífico. Em 1943, iniciou o reendimento que deu origem à S.A. Indústria e Comércio Concórdia, a qual, no ano seguinte, passou a denominar-se como Sadia.

Assim, passou a expandir ainda mais sua área de atuação, fazendo com que as estações de trem, dispostas ao longo da ferrovia que ligava Caçador/SC até Marcelino Ramos/RS, viessem a se transformar em entrepostos de compras, onde Atílio Fontana adquiria porcos, principal matéria-prima do seu frigorífico. Alguns anos depois, a Sadia cresceu tanto que acabou se transformando em uma das principais agroindústrias do país.

Assim como Atílio Fontana, outros comerciantes também acumularam capital que possibilitaram a abertura de frigoríferos. Inicialmente no Vale do Rio do Peixe, por possuir maior intercâmbio comercial com o Estado São Paulo, devido à estrada de ferro, houve o surgimento de diversos empreendimentos a partir da década de 1940[88], passando o Oeste Catarinense a integrar-se na indústria e comércio voltados para o setor alimentício.

Um destes frigoríficos é reconhecido como de fundamental importância para Chapecó, sendo que essa ultrapassa a integração do Oeste na produção e comercialização de alimentos, pois está relacionada ao projeto colonizador que, a partir de 1950, teve seus objetivos atravancados, tanto devido ao declínio da indústria madeireira, como em função da fama de brutalidade associada à prisão, tortura e o assassinato, mediante linchamento, de quatro forasteiros acusados de incendiar a igreja matriz de Chapecó, em outubro daquele ano. Tal fato trouxe novamente à tona a ideia de que Chapecó era um lugar violento, "sem lei", como já fora representado no início da colonização, tendo como consequência a não

comercialização de lotes no município por um período de 2 anos[89]. Assim, era preciso romper com o passado, e o estabelecimento do frigorífico SAIC – S.A. Indústria e Comércio Chapecó, em 1952, era a chave pra inserir o local na lógica do progresso e, consequentemente, o distanciar de tamanha barbárie.

Com o estabelecimento dos primeiros frigoríferos, os porcos não mais seriam transferidos vivos até São Paulo, mas abatidos no local. Assim, passou-se a diferenciar dois produtos de interesse para a comercialização: a carne e a banha, o que tornava a atividade muito mais lucrativa. Em um primeiro momento, continuou-se criando os animais conforme descrito anteriormente, pois os frigoríferos estabeleciam com o agricultor a relação na forma de um sistema produtivo de ciclo completo, ou seja, o processo produtivo era de inteira responsabilidade do agricultor, que plantava o milho, a soja e outros insumos para a criação. Entretanto, essa forma de produção foi alterando-se a partir da década de 1970 com o processo de transformação dos frigoríficos em agroindústrias.

Com tal transformação, como veremos no capítulo 2, muitos colonos também acabariam perdendo suas terras, tanto em decorrência da inadaptação à nova dinâmica produtiva, como em função das dívidas acumuladas para tentarem se adaptar.

1.2.3. Entre representações...

As diferenças entre caboclos e colonizadores se fizeram presentes no encontro destes dois grupos, onde concepções de lida com a terra, permeadas por valores cotidianos, perpassam autorrepresentações e julgamentos sobre quem são os outros[90], juntamente à representação hegemônica formada no decorrer do processo que resulta em valores que perduram até o presente.

Arlene Renk[91] e Paulo Zarth[92] considerando a realidade, respectivamente, do Norte do RS e do Oeste de SC, destacam diferenças no modo de vida do caboclo e do colono. Tais aspectos então relacionados ao processo de colonização, quando ao longo dos séculos XIX e XX a concepção de camponês remete a um tipo idealizado, melhor representada pelo colono imigrante europeu. Esse colono era visto como um modelo ideal para um país com "vocação agrícola", pois supostamente possuiria as "virtudes étnicas" necessárias à integração da terra no desenvolvimento do capitalismo, uma vez que se entendia que não teriam medo de trabalho "duro".

O caboclo, por sua vez, foi considerado como um empecilho, pois suas práticas agrícolas foram consideradas incompatíveis com tal desenvolvimento.

Sobre a questão das representações elaboradas sobre os colonos, Radin[93] destaca que elas ressaltavam que esses seriam trabalhadores, ordeiros, civilizados e civilizadores, dando suporte, dessa forma, à apropriação privada da terra e à legitimação do processo de colonização dirigido pelas companhias colonizadoras. Em contrapartida, os grupos locais, indígenas e caboclos, foram completamente desqualificados, pois, além de não serem considerados com os mesmos atributos, ainda foram concebidos como o seu inverso, ou seja, como intrusos, indesejáveis, violentos, desqualificados, atrasados e preguiçosos. Assim, enquanto os primeiros foram considerados os capazes de incluir o local na "ideia de progresso"[94], os últimos eram sinônimo do atraso que se pretendia combater.

Com base em tais concepções, desenvolvidas ao longo do processo de colonização, está o afastamento de ambos os grupos, como é possível perceber, por exemplo, pela não permissão de envolvimentos matrimoniais entre colonizadores de ascendência europeia com elementos caboclos, conforme relatado por Raquel, atualmente assentada no DJG, ao lembrar-se dos conflitos familiares gerados quando iniciou relacionamento com seu atual marido, de origem cabocla.

Raquel, mãe de 3 filhos e avó de 3 netos, casada e com 61 anos na data da entrevista, nasceu em Alpestre/RS, em 1956. Quando tinha 2 anos, sua família saiu de Alpestre e foi para São Domingos/SC, devido à baixa produtividade do solo. Em São Domingos, além da atividade agrícola que já desenvolviam, seu pai resolveu montar uma "bodega" que vendia um pouco de tudo. Neste local, Raquel conheceu seu futuro marido. Entretanto, quando ele apareceu em sua vida os seus pais foram contra o relacionamento, pois diziam que ele era um "negro", um "caboclo". Talvez os seus pais preferissem alguém com ascendência europeia ou, simplesmente, um "branco". Porém, mesmo contrariando a vontade dos pais que, posteriormente, acabaram aceitando o relacionamento, Raquel casou-se em 1977, aos 21 anos de idade.

Para além das diferenças de origens, tal relacionamento romperia também com um costume familiar dela, pois o marido de Raquel não ganhara um pedaço de terra para começarem a vida de casados. Em razão disso, o casal acabou vivendo em um constante "pra cá e pra lá" de uma vida de arrendamento de terra.

No início de 1990, a família transferiu-se para Clevelândia/PR, local onde

residiram por 12 anos. Raquel conta que esse período foi seu único "tempo de cidade". Lá, trabalhou como boia-fria e, posteriormente, como monitora em uma creche, enquanto o marido trabalhava como assalariado em uma empresa. Ele, ao ser despedido, resolveu participar das ocupações de terra. Assim, em 1996, enquanto Raquel ficou morando com dois dos filhos (o caçula e uma filha especial) e trabalhando como monitora de uma creche em Clevelândia, seu marido e outro filho deles foram acampar em Abelardo Luz, onde permaneceram por quase dois anos.

Apesar de serem Estados diferentes, a pequena distância entre a casa de Raquel e o local do acampamento – que era possível percorrer de bicicleta, trajeto feito pelo filho caçula e um amigo – mantinha maior proximidade dos membros família dividida entre acampamento e emprego. Todavia, passado algum tempo, sua família acabou distanciando-se geograficamente, pois a área e que seu marido e seu filho estavam acampados não foi destinada à reforma agrária, o que fez com que eles acabassem se transferindo para um acampamento no litoral, em Garuva/SC, a cerca de 500 km de distância. Como Raquel não queria perder o emprego, que no seu entender era "um emprego bom", já que a remunerava satisfatoriamente em comparação com a sua antiga atividade de boia-fria, decidiu não acompanhá-los.

Com a família dividida, Raquel ficou "chorando em casa" até o ano de 2000, data em que saiu da creche e, após a conquista da terra, juntou-se à família no assentamento coletivo *Conquista no Litoral* (Garuva), local em que residiram até 2004. Mais tarde, o filho que acompanhou o seu marido mudou-se com a nova família para Ipumirim/SC e, motivados pela distância do filho mais velho, ela e o marido, juntamente com outros dois filhos, pediram transferência de assentamento, deslocando-se para o assentamento coletivo *30 de Outubro*, em Campos Novos/SC, local em que residiram até 2009. Apesar dos aprendizados com as experiências de dois assentamentos coletivos, Raquel e sua família, após alguns desentendimentos e descontentamentos em relação à forma coletiva de produção – na qual, dizia ela, "tu não manda nada, tu tem tudo e não tem nada"[95] –, decidiram tentar uma nova transferência. Assim, Raquel e sua família, em 2009, mudaram-se para o DJG, em Chapecó.

Para além das representações identitárias atribuídas aos caboclos, que fizeram os pais de Raquel posicionarem-se, em um primeiro momento, contra o relacionamento da filha com o atual marido, também é preciso destacar a con-

cepção de bravura associada ao ato “desbravador” dos colonos, pois haveriam deixado seus locais de nascimentos para aventurarem-se em uma situação envolta em violência e brutalidade dos que aqui residiam. Essa concepção de bravura permeia o imaginário das representações cotidianas locais, as quais são reforçadas pelos símbolos de glória ao processo colonizador.

Um destes símbolos encontra-se exposto no centro da cidade de Chapecó. Trata-se do monumento com 9.000 kg e 15 metros de altura, denominado “O desbravador”[96], de autoria do artista plástico Paulo de Siqueira[97]. Uma iniciativa do Lions Clube encaminhada ao então prefeito Milton Sander, sendo inaugurada em 1981 como parte das comemorações do 64º aniversário do município.

Para além da própria denominação que já indica muito de seu significado, está aquilo que representa também em materialidade. Segundo o dicionário[98], a palavra “desbravar” tanto significa “penetrar a terra ou lugar desconhecido para explorá-lo”, quanto “tornar civilizado” ou “eliminar a braveza de animal; amansar, domar”. Concretamente, tem-se em um pedestal a figura de um homem de barba, vestindo um poncho, botas e chapéu, portando na mão direita um machado apoiado ao chão e na mão esquerda, levantada ao alto, um galho de louro. Suas vestimentas, pouco familiares pra o trabalhador rural do Oeste Catarinense, seja ele o caboclo aqui já existente ou os colonos aqui chegados, remetem-se a parte dos trajes típicos do “gaúcho pampeano” – presente em partes do RS, do Uruguai e da Argentina –, mas que não correspondem ao modo de vida dos habitantes do norte do RS, local de onde vieram os colonos. No que diz respeito ao machado e ao louro, os elementos carregados nas mãos, o primeiro, que no momento quis representar o difícil trabalho de tirar a mata para posterior agricultura, hoje pode ser contextualizado como o símbolo da destruição e devastação ambiental local, sendo o louro, portado na mão esquerda, uma de suas espécies. Para além disso, cabe destacar que o louro, em diversos contextos da história da humanidade, sempre esteve associado à conquistas, vindo a simbolizar, nesse caso, a vitória do colonizadores.

Reforçado por símbolos como o monumento “o desbravador”, além de outros, ou até mesmo nomes de avenidas, ruas, praças, passou-se a conceber o antes e o depois da colonização. O antes, símbolo do caos e da desordem, sinônimos da violência em um local sem lei, o depois como lugar da ordem trazida pelos que vieram de fora que, além do mais, estariam dispostos a vencer por meio do traba-

lho "duro" e inserir a região na prosperidade esperada por meio do progresso. Tal inserção seria dada através da pequena propriedade que, se em um primeiro momento, conforme vimos, se deu pela escolha de um grupo étnico em detrimento de outros, posteriormente, conforme veremos a seguir, sua inserção à lógica do capital gerou nova onda de expropriação, incluindo também, a partir de então, os que foram "escolhidos" por meio do processo colonizador, propiciando, ao mesmo tempo, o aumento da concentração fundiária no local.

Capítulo II

Concentração fundiária e luta pela terra

> A produção nacional de alimentos é suficiente para os mais de 204 milhões de brasileiros, mas a desigualdade de renda e o desperdício ainda fazem com que 7,2 milhões de pessoas sejam afetadas pelo problema da fome no país[99].

A afirmação acima é parte do estudo realizado por Danilo Rolim Dias de Aguiar, pesquisador do Departamento de Economia do Campus Sorocaba da Universidade Federal de São Carlos. Após realizar o levantamento sobre o que é produzido no Brasil, calculou os itens em número de calorias e proteínas, inferindo que, no que diz respeito aos alimentos, temos mais do que o suficiente para as necessidades humanas em nosso país.

Essa afirmação também é uma realidade em nível mundial. Para a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a fome no mundo não é uma consequência da falta de alimentos, mas sim social, ligada às formas de produção e distribuição da riqueza. Ou seja, apesar de haver produção em quantidade suficiente, muitas pessoas passam fome pela falta de condições financeiras para a aquisição de alimentos.

Atualmente, essa avaliação acerca das causas da fome já é aceita com certa naturalidade, mas nem sempre foi assim. A partir da segunda metade do século XX, o discurso ideológico de que a questão da fome estava relacionada à falta de alimentos, contribuiu para as transformações rurais, que estiveram pautadas,

em grande medida, por uma visão que considerava o campo um lugar atrasado, inferior e arcaico, que só poderia prosperar, gerando alimentos em abundância, através do investimento massivo em maquinários e insumos agrícolas.

O Brasil, que desde o início de sua colonização sempre esteve fortemente orientado para uma economia de base agrária, começa a se destacar no setor industrial a partir da década de 1930. Nesse processo de expansão da indústria nacional, gerou-se uma subordinação do campo à cidade por meio da articulação da produção agropecuária à indústria, gerando tanto a liberação de mão de obra para as atividades urbanas, quanto o fornecimento de alimentos e matérias-primas para o mercado nacional.

Nas décadas seguintes, sobretudo a partir dos anos de 1960, a absorção de pacotes tecnológicos, mediante a aquisição de máquinas e produtos químicos, consolida de vez a entrada da indústria no campo, em um processo denominado por Martins como *militarização da questão agrária*, pela intensa presença do Estado – representado por governos civil-militar – no campo.

Nesse período, medidas reformistas foram postas em prática, mas reprimiram-se os grupos organizados que as reivindicavam. Utilizando de instrumentos como o Estatuto da Terra, os governos do período conduziram os problemas agrários brasileiros como se fossem da ordem técnica e não política. Isso significou tanto a expansão da empresa capitalista no campo, sem causar lesões à estrutura latifundiária estabelecida, quanto um esvaziamento político do campo, por meio do controle das tensões sociais geradas no impulso da luta pela terra. Em outras palavras, o que deveria ser uma política de reforma agrária, demonstrou-se o seu contrário, pois, além de servir para o fortalecimento da penetração do capital no meio rural, não concretizou, efetivamente, a distribuição de terras, já que foram expedidos apenas 124 decretos de desapropriação (menos de 8 por ano) entre 1965 e 1981[100].

É neste contexto que um número significativo de pequenos produtores do Oeste Catarinense passa a se integrar as agroindústrias surgidas dos antigos frigoríficos. De modo geral, o capital ampliou sua presença no campo brasileiro, que passou por um processo que a literatura denomina de "modernização", sendo ela classificada como "dolorosa"[101], "conservadora" [102] e "trágica"[103]. Trata-se de uma inserção no universo tecnológico sem a devida modificação da estrutura agrária,

gerando uma gama de expropriados por meio da expansão da empresa capitalista no campo que, a partir da década de 1990, passou a denominar-se agronegócio.

Agronegócio é uma palavra nova que imprime uma nova roupagem ao latifúndio que carrega em si imagens que se pretende apagar[104], pois muitos elementos permanecem inalterados. Stedile[105] caracteriza o agronegócio pela produção da monocultura de exportação, uso intensivo de máquinas agrícolas, agrotóxicos e sementes transgênicas, tendo como consequência uma agricultura sem agricultores, associada a constantes agressões ao meio ambiente. Nessa situação, a produção de alimentos não está vinculada às demandas da população brasileira, fato que gera uma séria ameaça à soberania alimentar nacional.

Neste capítulo veremos que o atual modelo agrário, centrado no agronegócio, estende suas raízes para além das grandes propriedades, pois torna os pequenos produtores rurais parte fundamental de seu desenvolvimento. Além disso, veremos que esse processo gerou um grave endividamento de vários dos pequenos produtores – seja devido aos custos dos financiamentos, necessários à nova forma de se produzir no campo, seja pela inadaptação às novas exigências do mercado –, desencadeando, por um lado, uma distinta etapa da concentração fundiária e, por outro, a organização coletiva daqueles que haviam perdido suas terras.

2.1. A pequena propriedade submetida à lógica do capital

2.1.1. Agricultura familiar e agronegócio

No atual contexto de transformações que o campo brasileiro tem vivenciado, principalmente desde a segunda metade do século XX, é preciso concordar, ao menos em parte, com o especialista em questões globais do agronegócio, Marcos Sawaya Jank[106], que afirma que o confronto entre agricultura familiar e agronegócio é "uma falácia e um besteirol"[107].

O especialista, ao explicar o significado da palavra "agronegócio", derivação do termo inglês *agribusiness*, e focar seu significado nos sistemas integrados de produção, tanto de alimentos como de fibras e bioenergia, conclui que tal integração é uma condição de sobrevivência para todos os produtores agropecuários, não importando quem sejam, ou melhor, o tamanho de seus estabelecimentos rurais. Concebe os pequenos produtores como parte fundamental do agrone-

gócio brasileiro, a exemplo de "milhares de pequenos produtores familiares no Sul que estão profundamente integrados às cadeias produtivas de grãos, lácteos e carnes na região, comprando insumos e vendendo matérias-primas para agroindústrias processadoras"[108].

Assim, usando como sinônimo os termos agricultura familiar (disponibilizada no título do texto) e pequena agricultura (no corpo do texto) e considerando, portanto, que os pequenos produtores são também agricultores familiares e vice-versa – apesar de ignorar que não somente o tamanho dos estabelecimentos, mas também a mão de obra utilizada caracteriza a agricultura familiar[109] –, o autor conclui que não é possível confrontar, no que diz respeito às formas de produzir, os agricultores familiares/pequenos proprietários com os não familiares/grandes proprietários. Ou seja, independentemente do tamanho das propriedades, por meio do que ele denomina como "gestão", os primeiros também integram o agronegócio.

A conclusão do autor pode ser corroborada por dados que confirmam que cerca de 1/3 do agronegócio brasileiro advém da produção familiar, desempenho que vem superando as taxas de crescimento relativas ao segmento patronal[110]. Essa situação está sendo largamente discutida por autores que colocam a produção familiar como forte aliada ao capital. Esses autores constataram que a moderna produção agrária se apoia no trabalho e na gestão da propriedade familiar[111], tornando esse trabalho e gestão um setor único no capitalismo contemporâneo[112]. Seriam, pois, experiências concretas que romperiam com as teorias clássicas sobre a agricultura familiar, ora como modelo, ora fadada ao desaparecimento diante do avanço do capitalismo no campo[113].

Assim, se desconsiderarmos as formas de utilização da terra, é possível que seja correta a interpretação de que "não há confrontação de modelos de produção"[114], o que justificaria, portanto, o entendimento de que a oposição entre agricultura familiar/pequena propriedade e agronegócio seria apenas "falácia" e "besteirol", pois em muitos lugares, como no Oeste Catarinense, a pequena propriedade é parte fundamental do desenvolvimento do agronegócio.

Entretanto, para além do tamanho do estabelecimento rural e da mão de obra utilizada, é preciso considerar também as formas de relacionamento com terra. Levando isso em conta, é possível chegar à conclusão de que a oposição

não é entre a agricultura familiar/pequena propriedade e o agronegócio, mas entre o campo do agronegócio e o campo da agricultura camponesa, conforme denominação de Fernandes & Molina[115]. Essa oposição entre os dois modelos de campo pode ser observada no quadro abaixo.

Campo do agronegócio	**Campo da agricultura camponesa**
Monocultura – Commodities;	Policultura – uso múltiplo dos recursos naturais;
Paisagem homogênea e simplificada;	Paisagem heterogênea e complexa;
Produção para exportação (preferencialmente);	Produção para o mercado interno e para exportação;
Cultivo e criação onde predomina as espécies exóticas;	Cultivo e criação onde predomina as espécies nativas e da cultura local;
Erosão genética;	Conservação e enriquecimento da diversidade biológica;
Tecnologia de exceção com elevado nível de insumos externos;	Tecnologia apropriada, apoiada no saber local, com base no uso da produtividade biológica primária da natureza;
Competitividade e eliminação de empregos;	Trabalho familiar e geração de emprego;
Concentração de riquezas, aumento da miséria e da injustiça social;	Democratização das riquezas – desenvolvimento local;
Êxodo rural e periferias urbanas inchadas;	Permanência, resistência na terra e migração urbano – rural;
Campo com pouca gente;	Campo com muita gente, com casa, com escola...
Campo do trabalho assalariado (em decréscimo);	Campo do trabalho familiar e da reciprocidade;
Paradigma da Educação rural;	Paradigma da Educação do Campo;
Perda da diversidade cultural;	Riqueza cultural diversificada – festas, danças, poesia, música – exemplo: o Mato Grosso é o maior produtor brasileiro de milho e não comemora as festas juninas. Já no Nordeste ...
AGRO – NEGÓCIO	AGRI – CULTURA

Ilustração 8. Quadro comparativo entre o campo do agronegócio e o campo da agricultura camponesa. Fonte: FERNANDES & MOLINA. 2004. p. 50-51.

Apesar de ser difícil vislumbrar a realidade no quadro acima, a intencionalidade dos autores é diferenciar dois tipos de campos que, por sua vez, não estão apenas baseados no tamanho dos estabelecimentos agropecuários, mas, em grande medida, na utilização da terra. Diferenças que envolvem os modos de produzir, tipos de técnicas empregadas, mão de obra a ser utilizada, objetivos da produção, em poucas palavras, diferencia modos de vida no campo, um voltado exclusivamente à produção para grandes ganhos econômicos e outro que deve contemplar muito mais que o acesso ao dinheiro, pois também abrange a integração cultural com o meio rural.

Desta forma, a oposição entre agricultura familiar/pequena propriedade e agronegócio pode não tratar-se de uma "falácia", mas sim de confusão conceitual, resultado de falta de rigor no uso de categorias e conceitos[116]. Ou seja, ao considerar, de um lado, minifúndios/pequenas propriedades, de outro, médias/grandes propriedades, como dois grupos estáticos, sem levar em conta a realidade que mostra, em menor medida, certamente, que assim como as médias/grandes extensões rurais podem voltar-se à produção de alimentos, os minifúndios/pequenas propriedades também podem envolver-se em uma lógica produtiva que visem, exclusivamente, o ganho econômico, sem considerar as outas dimensões que compõem o ambiente rural, é confundir-se conceitualmente, pois o tamanho das propriedades não necessariamente está relacionado às formas de utilização da terra.

Portanto, pensar no campo brasileiro na atualidade é, antes de tudo, considerar que o campo do agronegócio envolve a qualquer tamanho de propriedade. Além disso, é preciso considerar que os valores do campo da agricultura camponesa estão sendo cada vez mais suprimidos a uma lógica de continuidade e permanência no campo que, por sua vez, tem se dado muito mais por questões geográficas, permanecer no espaço, sem levar em conta as formas de produção.

Neste contexto, talvez a "falácia" não esteja na oposição entre agricultura familiar/pequena propriedade e agronegócio, mas sim na generalização apressada de denominar como falácia uma confrontação que, no caso do especialista, apesar de levar em consideração o tamanho das propriedades, não considera os distintos modos de produzir que foram se formando no decorrer do processo de transformações agrárias. Sobre esses distintos modos de produzir, é preciso destacar que eles evolvem concepções de mundo conflitantes, as quais o "especialista" desconhece ou encobre.

Logo, a agricultura familiar pode tanto estar ligada ao capital, tal como ocorre com os pequenos proprietários do Oeste Catarinense integrados às cadeias produtivas, como pode estar orientada para os valores que fazem contraponto ao agronegócio, como proposto pelos movimentos sociais de luta pela terra, mas nem sempre colocado em prática na vida cotidiana, como discutiremos ao longo deste trabalho. Para uma melhor diferenciação, alguns autores preferem denominar os primeiros como "agricultores profissionais", aos segundos de "camponeses"[117].

2.1.2. As outras faces da "modernização"

A integração dos pequenos proprietários do Oeste Catarinense, ou seja, daqueles que viriam a ser "agricultores profissionais", às grandes agroindústrias locais, teve impulso principalmente a partir da década de 1970, quando um número expressivo deles passa a integrar-se às agroindústrias surgidas dos antigos frigoríficos, por meio da forte atuação do Governo Estadual. Entretanto, enquanto os frigoríficos, estabeleciam com os pequenos proprietários uma relação de ciclo completo, as agroindústrias, por sua vez, passaram a exigir o sistema integrado de produção, isto é, enquanto a empresa viabiliza o financiamento e disponibiliza assistência técnica, o produtor entra com as instalações e a mão de obra, transformando, assim, as relações de trabalho e, consequentemente, as relações com a terra. Com isso, gera-se uma ampliação da subordinação da pequena propriedade à lógica do capital, ao mesmo tempo em que cria uma crise das formas tradicionais de produção, em um processo que Ariovaldo Umbelino denomina de "industrialização da agricultura", por meio do qual há a sujeição da renda da terra aos interesses do capital, sem que haja necessariamente a expropriação da terra[118].

Além das questões já mencionadas, as transformações do mundo rural no Oeste Catarinense também podem ser entendidas por uma mudança nos hábitos alimentares, como ressaltado por Pertile[119]. A banha, até então o principal produto de interesse na criação e abate dos porcos, passa a perder espaço para o consumo de óleos vegetais. Entretanto, os porcos criados, tanto pelo seu tipo, quanto pela forma em que eram alimentados, não mais correspondiam a deman-

da, pois passou-se a privilegiar a carne como o principal produto de interesse de mercado. Assim, a importação de outras raças, já realizada no Brasil desde a década de 1950, também passou a ocorrer no Oeste Catarinense. Com isso, iniciou-se o processo de substituição dos suínos tipo banha pelos denominados como de raça/branco/puro/híbrido, tais como, os tipos *Duroc Jersey* e *Polland--China* que, por sua vez, produziam pouquíssima banha e muita carne.

No desenvolvimento deste processo, Santa Catarina (com principal destaque para a mesorregião Oeste) transformou-se no maior produtor (27,15%) e exportador (55,50%) de carne suína do país, assumindo a vice liderança em produção (14,50%) e exportação (30,64%) de frango de corte (Tabela 2), contribuindo, juntamente com o Estado do Paraná, por praticamente toda a exportação nacional de frango de corte e colocando o Brasil em primeiro lugar no ranking mundial.

Tabela 2. Ranking nacional e mundial de produção e exportação de suínos e Frango de corte

		Ranking nacional						Ranking mundial			
		Produção			Exportação			Produção		Exportação	
		EST.	M.T*	%	EST.	M.T	%	PAÍS	M.T	PAÍS	M.T
Suínos	1º	SC	1.119	27,15	SC	421	55,50	CHINA	42.550	UE	3.551
	2º	PR	841	20,42	RS	174	22,91	UE	23.935	EUA	2.867
	3º	RS	760	18,45	PR	120	15,76	EUA	12.542	CAN.	1.284
	4º	MG	502	12,18	MG	15	2,03	BR	3.975	BR	861
Frango de corte	1º	PR	4.352	32,59	PR	1.653	38,47	EUA	19.941	BR	3.830
	2º	SC	1.936	14,50	SC	1.309	30,64	CHINA	13.750	EUA	3.261
	3º	RS	1.661	12,44	RS	628	14,70	BR	13.690	UE	1.548
	4º	SP	1.563	11,71	SP	209	4,88	UE	12.460	TAIL.	881

Fonte: EMBRAPA (2020). Atualizado em maio de 2020. Org.: BASTIANI, T. M. 2020. * Mil toneladas.

Entretanto, um status com consequências, pois, se em um primeiro momento, a formação da pequena propriedade, oriunda da ação das companhias colonizadoras, deu-se por meio de um processo de expropriação de terras que tinha evidentes traços étnicos, a partir de agora, a manutenção da pequena pro-

priedade passaria a ser uma questão que atingiria a todos, independentemente da origem étnica, pois estava diretamente ligada à nova ordem econômica, que tendia a expulsar do mercado aqueles que não se adaptassem às demandas do mundo rural "moderno".

Ao mesmo tempo em que se ampliou a subordinação da pequena propriedade à lógica do capital, colocando Santa Catarina como destaque nacional na produção e exportação de suínos e frangos, houve a crise das formas tradicionais de produção. Neste contexto, pode-se dizer que a substituição dos porcos tipo banha pelos de raça/branco/puro/híbrido, é a chave para o entendimento do que ficou conhecido como "a farsa" da "Peste suína africana"[120]:

> [...] um episódio polêmico, marcado por grandes contradições, cuja existência nunca foi realmente comprovada. Com a morte de alguns suínos que se alimentavam com restos de alimentos de um aeroporto, começou a ser divulgada, nos noticiários, a existência de uma doença nos suínos, chamada Peste Suína Africana que poderia espalhar-se por todo o país. A partir de então passaram a ser identificados supostos focos da doença em vários pontos da Região Sul, inclusive no Oeste Catarinense. Diante da suspeita da existência da peste, a propriedade era interditada e os suínos eram exterminados a tiros de fuzil por pelotões do exército e depois queimados em valas abertas por retro-escavadeiras. Também eram exterminados os suínos das propriedades mais próximas[121].

Na época se cogitou a possibilidade de que a doença era uma invenção que serviu como estratégia para acabar com a produção autônoma de suínos e forçar os produtores a entrar no Sistema de Integração, o que, em parte, acabou ocorrendo. Entretanto, grande parte dos suinocultores amargaram as consequências da dita "peste", tais como, o despencamento dos preços dos suínos gerado pelo fechamento das exportações e a diminuição do consumo no mercado nacional, o que ocasionou, em muitos casos, o abandono da produção.

Com as dificuldades de continuidade no rural, muitas famílias, integralmente ou em parte, quando o campo já não era o suficiente para a sobrevivência de todos os membros, transferiram-se ao centro urbano de um dos municípios da região Oeste Catarinense, principalmente Chapecó, que supera, a partir do censo demográfico de 1980, a população rural em relação a urbana (Tabela 3).

Tabela 3. Variação populacional do município de Chapecó/SC

	Urbana		Rural		Total	Crescimento
1940	4.128	9,31%	40.199	90,69%	44.327	
1950	9.736	10,08%	86.868	89,92%	96.604	117,93%
1960	10.939	21,00%	41.150	79,00%	52.089	- 46,08%
1970	20.591	41,09%	29.526	58,91%	50.117	- 3,79%
1980	55.226	65,92%	28.546	34,08%	83.772	67,15%
1991	96.751	78,63%	26.299	21,37%	123.050	46,89%
2000	134.592	91,58%	12.375	8,42%	146.967	19,44%
2010	168.113	91,60%	15.417	8,40%	183.530	24,88%

Fonte: IBGE; Censos demográficos (1940 a 2010). * A diminuição populacional a partir do censo de 1960, é reflexo das emancipações de diversos municípios até então pertencentes a Chapecó.

Como é possível verificar no comparativo entre os censos de 1970 e 1980, não somente há a inversão no maior número da população urbana em relação a rural – passando de uma situação em que a população urbana correspondia a 41,09% da população, para outra em que ela chega a corresponder a 65,92 % – mas também há um crescimento populacional de 67,15%, pois, enquanto havia 50.117 habitantes em 1970, em 1980 já havia 83.772 habitantes. Quanto ao crescimento populacional, é o segundo maior registrado, ficando atrás apenas no comparativo entre 1940 e 1950 que, devido ao alto índice de colonos oriundos do RS, registraram um aumento de 117,93%.

Devido ao constante crescimento urbano de Chapecó, a cidade passa a atrair muitas pessoas, que deixam diversos locais e afazeres para virem residir nela, como é o caso do Roberto, que veremos a seguir pela sua trajetória de vida.

Roberto, pai de 3 filhos, avô de 1 neto, separado/morando com nova companheira e com 57 anos na data da entrevista, nasceu em Trindade do Sul/RS, em 1960. No município de nascimento, mesmo após o casamento, continuou trabalhando com o seu pai como arrendatários de terra. Posteriormente, foi acampar em Cruz Alta/RS, enquanto os filhos e a esposa ficaram em Trindade. Entretanto, antes de ser assentado, desistiu do acampamento e retornou para junto da família, passando novamente a arrendar terra em conjunto com o seu pai. Devido aos desacordos nos negócios, somado ao incentivo recebido de um amigo quanto às oportunidades de emprego em Chapecó, decidiu transferir-se para esse município em 1991.

Após um ano de transferência e já empregado, a esposa e os filhos também se mudaram para Chapecó. Nesse município, desde sua chegada, até o ano de 2004, Roberto trabalhou em uma agroindústria. Primeiramente, como serviços gerais e, depois, na administração de uma das máquinas de fabricação de salsichas. Após a separação conjugal, ele pediu demissão, já que também era o mesmo local de trabalho da ex-esposa, e transferiu-se sozinho para o acampamento DJG.

Assim como nos demonstrou a trajetória de vida de Roberto, Plínio também projetou em Chapecó uma oportunidade de trabalho. Pai de 3 filhos, separado/morando com nova companheira e com 43 anos na data da entrevista, nasceu em Quilombo, em 1973. Os seus pais são naturais do RS, mas se conheceram no município de seu nascimento, local em que, segundo Plínio, tanto o seu avô materno, quanto o seu pai, "fizeram sítio e ficaram de dono"[122]. Em 1985, aos 12 anos, transferiu-se com a família para um acampamento em Abelardo Luz, onde permaneceram por 3 anos, sendo, posteriormente, assentados nesse município – assentamento *25 de Maio*[123] –, local em que sua mãe ainda reside com uma das irmãs de Plínio, mesmo após o falecimento do seu pai.

Em 1991, Plínio, então com 18 anos, devido às poucas condições de sobrevivência por meio do assentamento, já que eram em 11 irmãos, resolveu sair de casa e transferir-se para Chapecó. Segundo ele, uma "aventura" na busca de novas oportunidades na "cidade grande". Aventura, todavia, muito mais marcada pela necessidade de sobrevivência do que uma ação sem propósitos certos, na condição de deixar ver o que acontece. Em Chapecó, Plínio constituiu família e trabalhou, primeiramente, em uma agroindústria durante 5 anos e, posteriormente, na venda de frutas de "porta em porta". Já separado, resolveu retornar a Abelardo Luz para morar, onde ficou sabendo do acampamento em Chapecó, transferindo-se em 2002 para o DJG.

Apesar de separadas, as trajetórias de vida de Roberto e Plínio se cruzam, não somente pelo abandono da vida no campo para instalarem-se no urbano, mas também pela perspectiva de que ambos viram em Chapecó uma possibilidade de emprego, concretizada por meio do fornecimento de mão de obra às agroindústrias, que podem ser compreendidas como um dos pilares do processo de urbanização experimentado pelo município, tendo o Estado como um de seus aliados, tanto em seu financiamento, quanto pelos trabalhos de pesquisa e extensão rural desenvolvidos por intermédio de instituições governamentais[124].

Não bastassem as duras pressões econômicas para que os pequenos produtores se adaptassem às demandas da "moderna" produtividade rural – fazendo com que muitos abandonassem o campo e se transferissem para a cidade –, nessa época, muitos agricultores também passaram a correr o risco de serem compulsoriamente remanejados, mesmo que não tivessem interesse na venda ou negociação de suas propriedades. Tratava-se do Projeto Uruguai, ligado à Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil, a ELETROSUL (subsidiária da ELETROBRÁS), que previa a construção de 25 barragens na Bacia do Rio Uruguai.

Estudos realizados no Rio Uruguai, ainda na década de 1960, constataram que a sua bacia era muito apropriada à expansão do setor hidrelétrico. Assim, em meados da década de 1970, iniciaram-se as instalações de diversas barragens, as quais atingiram cerca de 40 mil famílias do Oeste Catarinense e Alto Uruguai, no RS, por meio da inundação de 75 mil hectares de terra[125].

Esse processo de geração de energia "limpa", por meio dos grandes empreendimentos hidrelétricos, carrega em si uma questão que não pode ser desconsiderada. De um lado, há a necessidade real de aumento da capacidade de produção de energia elétrica, já que ela é um dos limitadores da expansão do potencial produtivo. Por outro lado, há um processo de inundação de vastas áreas que tem impactos em diversas dimensões, ocasionando perdas na diversidade da flora, afugentamentos de fauna, eliminação de habitats, alteração no fluxo das águas, sem falar nos diversos impactos sociais decorrentes dos processos de desapropriação, que envolvem muito mais que simples perdas econômicas, pois a desocupação compulsória faz com que laços afetivos construídos durante décadas sejam duramente rompidos.

Como podemos perceber, finalmente chegara ao Oeste Catarinense – tanto por meio das agroindústrias, que acabaram submetendo os pequenos produtores a um processo de "profissionalização" cheio de efeitos "colaterais", quanto através dos grandes projetos hidrelétricos, capazes de dar sustentação ao desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo que expulsa vários trabalhadores de suas terras – a tão alardeada "modernização", como gostam de destacar alguns.

À medida que a denominada "modernização" se alastrava, com a intenção de incorporar toda área não integrada à economia de mercado, ocorreram mui-

tos avanços em direção às terras em poder dos indígenas. Na década de 1960, por exemplo, grande parte da terra indígena *Xapecó* estava arrendada, pois, desde a criação de um posto indígena pelo SPI, em 1941, houve a nucleação das famílias com o consequente controle da população e liberação de terras para o arrendamento. Além do mais, a implantação de uma serraria na área, em 1967, fez com que os indígenas perdessem ainda mais o domínio sobre sua própria terra. Quanto aos indígenas do Chimbangue, na mesma década, só lhes restaria 100 ha nas margens do Irani, onde muitos deles ficavam concentrados, enquanto outros partiram na busca de trabalho a leste do Irani ou mais distante, trabalhando para os colonos na condição de agregado ou peão em cima de suas próprias terras[126]. Além do mais, a partir do final da década de 1970, após sinais de organização para reaver suas terras, os indígenas tiveram de lidar com o clima violento dos colonos, que passaram a tentar a todo custo expulsá-los das áreas que haviam comprado das colonizadoras, em uma situação um tanto paradoxal, pois, apesar dos indígenas serem os donos tradicionais das terras, eram os colonos que possuíam o documento "legal" sobre elas.

Quanto aos colonos criadores de suínos, mesmo aos que persistiram na atividade, integrando-se às agroindústrias, não lhes foi garantida uma segurança financeira ou melhoria das condições de vida.

Para adequarem-se às novas exigências das agroindústrias, tais como a melhoria dos equipamentos, instalações e técnicas de produção – utilização de sementes selecionadas, insumos de origem industrial e a mecanização agrícola, bem como, melhorias específicas na criação de suínos como a substituição das raças, novas instalações e técnicas de manejo e alimentação – houve, em um primeiro momento, com juros baixos e pré-fixados, a abertura de linhas de crédito bancários acessíveis aos pequenos proprietários[127]. Porém, ao mesmo tempo em que se facilitava o acesso ao crédito, maiores foram se tornando as exigências de produtividade e qualidade.

Devido a essas novas exigências, os custos de produção aumentaram significativamente, fazendo com que muitos pequenos produtores, que não haviam conseguido produzir como o esperado, vissem suas dívidas bancárias aumentarem drasticamente. Além disso, o processo inflacionário elevou os custos dos financiamentos, gerando ainda mais dificuldades de saldar as dívidas. Desse modo,

muitos pequenos produtores, como demonstra a trajetória dos pais do entrevistado Nelson, não viram outra alternativa que não fosse a venda da propriedade.

Nelson, pai de 3 filhos e avô de 1 neto, separado e com 50 anos na data da entrevista é descendente de italianos. Seus pais deixaram o município de Marcelino Ramos/RS e mudaram-se para Concórdia/SC, município em que ele nasceu, em 1967, e de onde saiu com a família, aos 4 anos (1971), rumo a Pinhalzinho, pois haviam adquirido uma propriedade. Ele conta que desde muito cedo deixara o ambiente familiar, pois quando estava no "auge" de seus 12 anos, resolveu sair da casa dos pais e ir para o "mundo de Deus", sobrevivendo por meio do trabalho na construção civil, pois não estava disposto a contribuir como mão de obra da família, já que, no seu entendimento, ganharia muito mais trabalhando fora da propriedade.

Apesar de ter deixado o ambiente rural, Nelson compreende que o processo de endividamento bancário, que levou a perda da terra, é parte de sua história familiar, pois seus pais, que haviam permanecido na propriedade rural em Pinhalzinho, acabaram contraindo dívidas que, devido aos altos juros, tornaram-se impagáveis. Nelson, lembrando-se desse momento, diz o seguinte:

> [...] um dia, meu pai se meteu num financiamento para colocar porco e quebrou. Porque na época não existia juro. Aí quando entrou o tal de Figueiredo lá... aí começou os bancos com aquele juro absurdo. Não tinha quem vencia pagar...[128].

Os juros "absurdos", segundo ele atribuído ao último presidente militar João Figueiredo, que governou de 1979 a 1985, foi o motivo para a não continuidade da família em Pinhalzinho. A insatisfação de Nelson com tal governo, ao justificar que foi apenas após sua entrada que os bancos começaram a cobrar altos juros que não conseguiram ser pagos por sua família, é a mesma compartilhada por muitos agricultores na década de 1980. No que se refere à agricultura, tal governo ficou conhecido pelo lançamento do programa criado pelo então ministro Antônio Delfim Netto e denominado de "Prioridade agrícola", o qual ficou conhecido pelo slogan "Plante que o João Garante". Um programa de incentivo à "modernização" da agricultura, principalmente por meio de plantação de grandes safras de trigo e a garantia de um satisfatório preço mínimo para o

produto. Entretanto, o "garantido" não se concretizou, gerando grandes crises na agricultura[129].

Após a venda da propriedade em Pinhalzinho, a família de Nelson transferiu-se para Quilombo, onde compraram uma propriedade menor e, posteriormente, passaram a lutar por terra, vindo a ser assentados em Abelardo Luz. Passado algum tempo, Nelson voltou a residir com seus pais, mas continuou trabalhando na construção civil. Foi nesse momento, quando estava em Aberlado Luz, que ele recebeu o convite de um vizinho para ir acampar em Chapecó. A receber o convite, entendeu que poderia representar uma oportunidade para dar continuidade à sua profissão de pedreiro, já que o acampamento era no maior município do Oeste. Assim, aceitou o convite para acampar, chegando sozinho ao DJG, um ano após o início da ocupação.

A venda da propriedade devido ao endividamento bancário, não é um caso apenas vivenciado pela família de Nelson. O processo de transformações no mundo rural ocorridas no Oeste Catarinense, principalmente a partir da década de 1970, refletiram-se na venda de muitas pequenas propriedades que foram compradas e registradas por um único comprador, gerando maior número de concentrações fundiárias, como é possível verificar pela cadeia sucessória dominial[130] da antiga fazenda *Seringa/Paraíso*, que hoje dá lugar ao assentamento DJG em Chapecó.

	Transmitente	Adquirente	Área (ha)	Anterior	Matrícula ou Registro Atual			Data ***	Forma de Transmissão	CRI *****
				Nº	Nº	Liv.	Fls.			
1	Abertura de Matrícula	João Roman	22,4710	56.274	285	02	01	05.02.76	E.P.C.V ****	CH
	Sipriano Venâncio	João Roman	22,4710	50.995	56.274	3-U	207	26.02.70	E.P.C.V	CH
2	Abertura de Matrícula	João Roman	224,0200 **	58.198	286	02	01	05.02.76	E.P.C.V	CH
	Acoperativa Madeireira Regional do Vale do Uruguai Ltda.	João Roman	411,4000	26.587	58.198	3-V	268	09.03.72	E.P.C.V	CH
3	Nicácio do Carmo	João Roman	12,3595	46.077	60.873	3-Z	115	28.12.73	E.P.C.V	CH
4	Gomercindo Flores	João Roman	28,2637	57.777	60.874	3-Z	115	28.12.73	E.P.C.V	CH
5	Leonel do Carmo	João Roman	6,9145	48.321	60.875	3-Z	115	28.12.73	E.P.C.V	CH
6	Abertura de Matrícula	João Roman	29,0400	62.842	8780	02	01	29.05.78	E.P.C.V	CH
	Espólio Manoel de Carvalho	João Roman	29,0400	58.426	62.842	3-AB	292	06.01.75	Carta de Adjudição	CH
7	João Pedro Cristóvan	João Roman	24,1000	5.986	R-1-5986	02	01	11.08.77	E.P.C.V	CH

	Transmitente	Adquirente	Área (ha)	Matrícula ou Registro					Forma de Transmissão	CRI *****
				Anterior	Atual			DATA ***		
				Nº	Nº	LIV.	FLS.			
8	José Olavo Vargas Dias e Maria Isabel Correia	João Roman	12,1000	8.222	R-1-8222	02	01	22.03.78	E.P.C.V	CH
9	Doracídio Pires da Silva e Luiz Ramão	João Roman	36,3000	8719	R-1-8719	02	01	22.05.78	E.P.C.V	CH
ÁREA REGISTRADA			395,5687 HA							

ILUSTRAÇÃO 9. Quadro – Aquisição de propriedades pelo casal João Roman e Olga Faccio Roman/Formação da fazenda Seringa/Paraíso*. Fonte: Processo nº 54210.000790/2006-81. Cadeia sucessória dominial. Org.: BASTIANI, T. M. 2020. * A cadeia sucessória dominial da fazenda *Seringa/Paraíso* é formada por 9 registros de propriedade. Aqui não abordaremos a relação de todos os que já foram proprietários do imóvel rural em questão, mas apenas consideramos as informações a partir da compra pelo casal João Roman e Olga Faccio Roman. ** Incluída somente a área descrita [observação dada pela cadeia sucessória dominial]. *** As datas não seguem ordem cronológica, pois assim se encontram na cadeia sucessória dominial. **** E.P.V.C – Escritura Pública de Compra e Venda. ***** CRI – Certificado de Recebíveis Imobiliários.

Como é possível verificar, a formação da fazenda *Seringa/Paraíso* se dá por uma aglutinação de diversas propriedades. Entre o ano de 1970, por meio da aquisição de uma propriedade de 22,47 ha[131], que pertencia a Sipriano Venância, até o ano de 1978, quando da aquisição de duas propriedades, uma de 12,10 ha, que era de José Olavo Vargas Dias e Maria Isabel Correia e outra de 36,30 ha, adquirida de Doracídio Pires da Silva e Luiz Ramão, o casal João Roman e Olga Faccio Roman comprou 9 propriedades que formariam a fazenda *Seringa/Paraíso*. Uma aquisição que totalizava 395,57 ha de área registrada, posteriormente desapropriada por interesse social, dando origem ao hoje assentamento DJG, em Chapecó.

Apesar de analisada como exemplo único, a situação envolvendo a formação da fazenda *Seringa/Paraíso* não é um caso isolado. Ao analisarmos os dados dos censos agropecuários de 1920 até 2017 (Tabela 4), podemos verificar que há um acréscimo do número de minifúndios, médias e grandes propriedades, ao passo que há uma diminuição das pequenas propriedades, a partir da década de 1970.

Tabela 4. Número de estabelecimentos e Área por Grupos de área total (ha) – Santa Catarina

<table>
<tr><th colspan="7">Confronto dos resultados dos Censos de 1920, 1940, 1950</th></tr>
<tr><td>Grupos de área total (ha)</td><td>1920</td><td>1920</td><td>1940</td><td>1940</td><td>1950</td><td>1950</td></tr>
<tr><td></td><td>Nº</td><td>Área</td><td>Nº</td><td>Área</td><td>Nº</td><td>Área</td></tr>
<tr><td>Menos de 10</td><td rowspan="2">29 474</td><td rowspan="2">901 474</td><td>19 573</td><td>95 472</td><td>20 722</td><td>107 306</td></tr>
<tr><td>10 a menos de 100</td><td>61 323</td><td>1 902 035</td><td>76 373</td><td>2 299 561</td></tr>
<tr><td>100 a menos de 1.000</td><td>3 756</td><td>1 107 466</td><td>6 999</td><td>1 682 903</td><td>6 810</td><td>1 600 775</td></tr>
<tr><td>1.000 a menos de 10.000</td><td>498</td><td>1 152 707</td><td>510</td><td>1 062 544</td><td>515</td><td>1 052 737</td></tr>
<tr><td>10.000 e mais</td><td>16</td><td>406 110</td><td>8</td><td>119 342</td><td>7</td><td>257 883</td></tr>
<tr><td>Sem declaração</td><td>...</td><td>...</td><td>56</td><td>...</td><td>2</td><td>...</td></tr>
<tr><td>Total</td><td>33 744</td><td>3 567 757</td><td>88 469</td><td>4 862 296</td><td>104 429</td><td>5 318 262</td></tr>
</table>

Confronto dos resultados dos Censos de 1960, 1970, 1975						
Grupos de área total (ha)	1960	1960	1970	1970	1975	1975
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
Menos de 10	48 513	235 532	66 074	339 874	69 921	344 507
10 a menos de 100	101 737	2 882 296	132 180	3 609 980	127 931	3 485 401
100 a menos de 1.000	7 436	1 712 731	8 477	2 063 225	8 170	1 986 011
1.000 a menos de 10.000	441	882 492	460	865 224	469	931 103
10.000 e mais	13	235 899	8	147 022	6	130 258
Sem declaração	128	...	19	...	8	...
Total	158 268	5 948 950	207 218	7 025 326	206 505	6 877 280

Confronto dos resultados dos Censos de 1980, 1985, 1995						
Grupos de área total (ha)	1980	1980	1985	1985	1995	1995
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
Menos de 10	75 724	376 792	91 883	448 981	72 462	364 673
10 a menos de 100	130 788	3 498 385	133 536	3 453 442	122 036	3 130 948
100 a menos de 1.000	8 856	2 246 092	8 861	2 256 902	8 231	2 074 321
1 000 a menos de 10 000	614	1 159 850	565	1 087 206	505	1 004 342
10.000 e mais	10	192 654	6	173 004	3	38 562
Sem declaração	167	...	122	...	110	...
Total	216 159	7 473 777	234 973	7 419 541	203 347	6 612 846

Confronto dos resultados dos Censos de 2006 e 2017				
Grupos de área total (ha)	2006	2006	2017	2017
	Nº	Área	Nº	Área
Menos de 10	69 394	334 181	67 702	325 015
10 a menos de 100	112 445	2 842 358	106 310	2 797 952
100 a menos de 1.000	7 252	1 783 558	7 908	1 973 051
1.000 a menos de 10.000	*	*	556	1 170 698
1.000 a menos de 2.500	346	500 056	*	*
2.500 e mais	109	602 354	*	*
10.000 e mais	*	*	13	182 069
Produtor sem área	4 122	-	577	-
Total	193 668	6 062 506	183 066	6 448 785

Fonte: IBGE. Censo Agrícola 1960; Censos Agropecuários de 1995-1996, 2006, 2017. Org.: BASTIANI, T. M. 2020. * O total de nº e área dos estabelecimentos agropecuários contabilizados nos censos de 2006 e 2017 se deram por Grupos de área total (ha) diferentes.

Se considerarmos a classe de área "Menos de 10" ha, que no Oeste Catarinense corresponde integralmente aos minifúndios – áreas inferiores a 16, 18 ou 20 ha, de acordo com o módulo fiscal de cada município –, perceberemos que, tanto em número, quanto em área ocupada, os estabelecimentos agropecuários seguem em crescimento, decrescendo somente a partir do censo de 1995[132]. Como é possível observar, enquanto na década de 1940 existiam 19.573 estabelecimentos agropecuários, ocupando 95.472 ha, em 1985 havia 91.883 estabelecimentos, ocupando 448.981 ha.

Situação diferente ocorre com a classe de área de "10 a menos de 100" ha, que no Oeste Catarinense abrange as pequenas propriedades – áreas que variam de 16-24 ha, de 18-72 ha e de 20-80 ha, de acordo com o módulo fiscal –, pois não segue o mesmo padrão de crescimento da classe de área "Menos de 10" ha. Como é possível verificar, os censos de 1940 e 1970 apontam o crescimento dos estabelecimentos agropecuários com áreas de 10-100 ha, passando de 61.323 estabelecimentos, com ocupação de 1.902.035 ha, para 132.180 estabelecimen-

tos, com ocupação de 3.609.980 ha. Todavia, diferentemente da classe de área "Menos de 10" ha, que segue em crescimento, os estabelecimentos com área de 10-100 ha passam a diminuir em número e área ocupada a partir do censo de 1975, quando decresce para 127.931 estabelecimentos, com ocupação de 3.485.401 ha. Os dados relativos às áreas de 10-100 ha irão superar apenas em 1985 o número de estabelecimentos e área ocupada descritos no censo de 1970, muito provavelmente por influência da luta pela terra que, a partir da década de 1980, passa a ganhar espaço em nível nacional e também local.

No que diz respeito às classes de área "100 a menos de 1.000" ha, "1.000 a menos de 10.000" ha e "10.000 e mais" ha, que no Oeste Catarinense correspondem às médias e grandes propriedades – áreas de 64-240 ha, de 72-270 ha, de 80-300 ha e superiores a 240 ha, 270 ha e 300 ha, respectivamente, de acordo com cada módulo fiscal –, pode-se concluir que o somatório dessas classes de áreas vem crescendo ao longo dos anos, passando de 7.890 estabelecimentos, com ocupação 2.831.122 ha no censo de 1960, para 8.945 estabelecimentos, com ocupação 3.075.471 ha em 1970, chegando ao recorde de número e área ocupada no censo de 1980, quando há 9.480 estabelecimentos ocupando uma área de 3.598.596 ha.

Se considerarmos, por meio dos censos de 1970 e 1980, apenas o período de formação da fazenda *Seringa/Paraíso* (de 1970 até 1978), levando em conta as classes de área "Menos de 10" ha, "10 a menos de 100" ha e "100 a menos de 1.000" ha (estrato em que se enquadra o imóvel), é possível constatar que, enquanto crescem as áreas com "Menos de 10" ha e as que possuem entre 100-1.000 ha, as áreas entre 10-100 ha diminuem. Ao olharmos esses dados do ponto de vista do Oeste Catarinense, podemos dizer que, enquanto os minifúndios e as médias e grandes propriedades crescem, as pequenas propriedades diminuem.

Comparando os censos de 1970 e 1980, é possível perceber o crescimento em número e área ocupada dos estabelecimentos de "Menos de 10" ha e também de "100 a menos de 1.000" ha. Enquanto a primeira área de classe passa de 66.074 estabelecimentos, com área de ocupação de 339.874 ha, para 75.724 estabelecimentos, com ocupação de 376.792 ha, a segunda passa de 8.477 estabelecimentos, com ocupação 2.063.225 ha, para 8.856 estabelecimentos, com ocupação de 2.246.092 ha. Entretanto, no que diz respeito à classe de área de "10 a menos de 100" ha, o caminho é inverso, pois diminuem de 132.180 estabele-

cimentos, com ocupação de 3.609.980 ha, para 130.788 estabelecimentos, com ocupação de 3.498.385 ha.

Além dos dados analisados acima, também podemos observar, ao compararmos os censos de 1970 e 1980, quais foram as mudanças ocorridas na área média dos estabelecimentos agropecuários. No que se referem às classes de área "Menos de 10" ha e "10 a menos de 100" ha, percebemos que ambas diminuíram suas áreas média, pois a primeira classe passa de 5,1 ha para 4,9 ha e a segunda de 27,3 ha para 26,7 ha. Entretanto, quando nos debruçamos sobre a classe de área "100 a menos de 1.000" ha, notamos que sua área média aumentou, passando de 243,3 ha para 253,6 ha.

A constatação de que aumentaram, tanto em número, quanto em área, os estabelecimentos agropecuários com "Menos de 10" ha e os que possuem mais de 100 ha, ao passo que diminuíram os estabelecimentos que possuem entre 10-100 ha, nos permitem tirar algumas conclusões relacionadas às transformações no campo, que incluem a expropriação da terra e a concentração fundiária.

No que diz respeito ao aumento dos estabelecimentos com "Menos de 10" ha, é possível inferir que muitas famílias podem não necessariamente ter abandonado o campo após contraírem dívidas bancárias ou qualquer outro empecilho à continuidade na pequena propriedade, uma vez que podem ter vendido apenas parte da propriedade, ficando com menos hectares, passando, no caso do Oeste Catarinense, de pequenos proprietários para minifundistas, o que justifica, em parte, a diminuição em número e área dos estabelecimentos que possuem entre 10-100 ha. Além do mais, podem ter vendido suas propriedades e adquirido uma menor em outra localidade, tal como ocorreu com a trajetória da família de Nelson, que vendeu a propriedade em Pinhalzinho, devido às dívidas bancárias, e acabou comprando outra menor no município de Quilombo.

Quanto ao aumento das propriedades com mais de 100 ha, é possível concluir que houve uma aglutinação de diversas porções de terra – advindas de propriedades que foram compradas integralmente ou em parte, como bem demonstra a formação da fazenda *Seringa/Paraíso* –, o que também contribui para a compreensão da diminuição em número e área ocupada pelas propriedades que possuem entre 10-100 ha, conforme análise comparativa entre os censos de 1970 e 1980.

Tais constatações nos ajudam a compreender que, para além das posses e

posteriores regularizações – que podem ter ocorrido das formas mais duvidosas, como vimos por meio do título *Barra Grande* –, a concentração fundiária, no caso do Oeste Catarinense, também é fruto de uma forte pressão econômica sobre a pequena propriedade, majoritariamente ocupada por aqueles que haviam sido "escolhidos" pelo projeto colonizador, pois, de alguma forma, não conseguiram se adaptar às exigências que o capital impôs às transformações do campo.

2.2. Entre as alternativas

2.2.1. Ser agregado, peão, diarista...

Diante do contexto de forte pressão econômica para que os pequenos produtores viessem a se adaptar às demandas da transformação dos frigoríficos em agroindústrias, foram muitas as alternativas buscadas para a continuidade da vida no campo ou também fora dele. Em alguns casos, inclusive muitas vezes relatado como trajetórias de sucesso, houve a inserção na produção leiteira ou a busca de outros destinos, como, por exemplo, as novas fronteiras agrícolas nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Em outros, mas não com a mesma "sorte", houve o caso daqueles que não conseguiram se adaptar e acabaram abandonando o campo. Entretanto, além destas alternativas, as trajetórias de vida dos entrevistados demonstram que os vínculos com as atividades de agricultor também se davam na condição de agregado ou em atividades esporádicas, algumas vezes também residindo no rural, outras, no entanto, enquanto moradores de bairros em área urbana.

A condição de agregado perpassa a trajetória de vida de vários dos entrevistados, independentemente de suas origens étnicas. Como vimos, este foi um destino muito comum àqueles de origem cabocla, como no caso da família de Otávio, que após a expropriação das terras por parte das colonizadoras, acabou indo morar em um "paiol" cedido por um proprietário de terra, para o qual passou a trabalhar como agregado. Para além das expropriações de toda a família, essa condição de agregado também seria o destino daqueles que, apesar dos pais serem colonos proprietários, não receberam, de acordo com o costume, um pedaço de terra como herança. Muitas vezes, pelo simples fato da propriedade ser tão pequena que não mais permitia que se fosse cedida uma porção de terra aos

filhos do sexo masculino, caso vivenciado por Jorge e Horácio, outras vezes, por serem mulheres que estabeleceram união com um homem que não possuía terras, como Helena e Raquel.

Da mesma forma que Helena e Raquel, Marlene também relata que acabou caindo na condição de agregada ao casar-se. Marlene, mãe de 8 filhos, avó de vários netos/6 bisnetos, separada e com 67 anos na data da entrevista, nasceu em 1950 em uma localidade que hoje pertence ao município de Erechim/RS. Quando recém-nascida, a família mudou-se para SC, sendo registrada em Quilombo. Posteriormente, mudou-se com a família para Maravilha/SC, pois o seu pai tinha uma "terrinha lá". Após o falecimento da sua mãe e o novo casamento do seu pai, acabou indo morar com um tio quando tinha 10 anos, ficando lá até se casar, em 1965, aos 15 anos.

Com o marido Carlos[133], Marlene iniciou uma vida marcada por moradas em diversos lugares. Segundo ela, viveu "em Santa Catariana quase inteira, mas sempre... arrendava terra e ganhava casa para morar"[134]. Uma rotina de idas e vindas na condição de agregado, morando no local apenas enquanto houvesse interesse do proprietário. Ao lembrar-se deste momento na vida do casal, Carlos relata que estavam em uma situação muito cansativa, pois, muitas vezes, após realizar o difícil trabalho de limpar e plantar, aparecia o proprietário da terra com alguma "desculpa" como, por exemplo, o casamento de um dos filhos, para justificar a saída da sua família do local.

Devido à recorrente situação de ter que "começar de novo", Marlene e Carlos acabaram indo para um acampamento em Campo Erê/SC, pois tinham a esperança de conquistar um lote de terras para chamarem de seu. Entretanto, devido às dificuldades da vida de acampados, acabaram abandonando o acampamento para irem morar em São Miguel do Oeste, em uma terra que o filho deles tinha comprado na linha Barra Bonita.

Segundo o relato de Marlene, Carlos estava descontente com a situação em que se encontravam, pois dizia que aquela terra não era deles. Devido a esse descontentamento, Carlos chegou à conclusão de que o casal deveria continuar na árdua luta de conquista da terra, indo para Chapecó, onde haveria um acampamento. Todavia, Marlene preferia continuar na situação em que estava, pois não desejava vivenciar novamente a difícil vida de acampada. Assim, Carlos acabou indo sozinho para Chapecó, onde participou da primeira noite de ocupação do

acampamento DJG. Após 6 meses do início da ocupação da fazenda *Seringa/ Paraíso*, Marlene decide deixar São Miguel do Oeste para juntar-se a Carlos no acampamento.

Diferente da trajetória de vida de Marlene e Carlos, os vínculos de agregado que, por sua vez, permitiam trabalho e moradia no ambiente rural, não era a realidade de todos. Por diversos motivos, apesar de residirem no espaço urbano, muitos deram continuidade às atividades rurais, tal como veremos, a seguir, pela trajetória de vida do casal Irene e Paulo e, também, de Carine.

O casal Irene e Paulo, pais de 7 filhos, casados e com, respectivamente, 60/65 anos na data da entrevista. Ele, filho de pequenos proprietários de terra na Linha Simoneto em Chapecó, nasceu em 1952 neste município. Ela, nasceu em 1956, na localidade onde hoje fica o município de Cordilheira Alta/SC, local em que a família sobrevivia por meio de arrendamentos de terra, além da atividade esporádica de balseiro exercida pelo pai.

Aos 14 anos, Irene transferiu-se com a família para o interior de Chapecó, a fim de mais uma vez trabalhar em terras de "outros", no caso, dos familiares daquele que viria a ser seu futuro marido. Após um ano de namoro, o filho dos arrendadores e a filha dos arrendatários se casaram. Entretanto, a propriedade dos pais dele já não era o suficiente para abrigar mais uma família. A partir de então, o novo casal passou a residir em diversos lugares dentro da área urbana de Chapecó. Durante esse período, Irene trabalhou como dona de casa, enquanto Paulo passou a estabelecer diversos vínculos de trabalho, mas sempre em atividades rurais, com especial destaque para o corte lenha, atividade que desenvolveu até a sua ida ao acampamento DJG, alguns dias após a ocupação.

Enquanto o marido acampou, Irene continuou morando com alguns dos filhos no Bairro Tiago, área urbana do município de Chapecó. Sua transferência ao DJG se deu após a transformação de acampamento em assentamento, momento em que ela e alguns dos filhos se juntaram a Paulo.

A morada no urbano, com vínculos de trabalho no rural, também perpassa a trajetória de Carine. Mãe de 6 filhos, avó de 5 netos, separada e com 52 anos na data da entrevista, nasceu em 1964 em Lindóia do Sul/SC, mas transferiu-se com a família, ainda criança, para Passos Maia/SC, local onde o pai trabalhava em uma serraria e a mãe "na roça". Uma trajetória, desde a infância, ligada ao universo rural e continuada ao lado do companheiro.

Carine relata que se casou aos 23 anos e que precisou morar em diversos lugares com o marido, tendo passado, inclusive, por acampamentos em Abelardo Luz, Campos Novos e Curitibanos em SC. Segundo ela, devido a alguns conflitos, acabaram desistindo da luta pela terra e foram morar em Ponte Serrada/SC. Lá, após comprarem uma "casinha" em um bairro da área urbana do município, continuou trabalhando no interior, em trabalhos esporádicos e pagos por dia, fazendo "capinada", "roçada", como definido por ela. Entretanto, após a morte dos pais que, segundo a entrevista, era o que a prendia no município, ela e o marido decidiram novamente se lançar na conquista da terra, dessa vez em Chapecó. Assim, junto com outras 40 famílias de Ponte Serrada, em março de 2003, Carine transferiu-se com marido e 5 filhos (menos o caçula que nasceu em Chapecó em 2007) ao acampamento DJG.

As trajetórias de Marlene e Carlos, de Irene e Paulo e, também, de Carine, apesar de suas especificidades, são exemplos de como a continuidade de vínculos com o rural ocorre apesar de não possuírem terra. Algumas vezes, é aquilo que se sabe fazer, um ofício aprendido com os avôs e pais e que, portanto, os direciona para a continuidade. Tanto melhor se a terra lhes pertencesse, mas em realidade diversa, foi o modo que encontraram para dar continuidade à vida no campo, mesmo que na terra "dos outros".

2.2.2. Lutar também foi preciso

As alternativas de forma individual de continuidade no campo por meio de troca de ramo, migrações ou condição de agregado, peão ou diarista, não foram as únicas encontradas pelos expropriados da terra. No final da década de 1970 e início de 1980, indígenas, caboclos e colonos, dariam demonstrações de que sabiam lutar de forma coletiva pelos seus direitos, sendo a terra a principal deles. Os indígenas passariam a lutar pela demarcação de suas terras, mesmo que muitas vezes entrassem em conflito com alguns colonos. Os caboclos que, como vimos, não organizaram um movimento próprio, ajudariam a formar os movimentos de luta pela terra que também seriam compostos por muitos colonos sem terra.

Neste contexto de luta pela terra, a igreja católica, principalmente na figura do bispo Dom José Gomes, teve um papel muito importante no Oeste Cata-

rinense. Ele nasceu em Erechim, em 25 de março de 1921. Filho de um casal de agricultores, não seguiu o trabalho com a terra, já que, após a morte do seu pai, decidiu entrar em um Seminário e seguir a carreira eclesiástica, chegando a tornar-se bispo, primeiramente, em Bagé (1961-1968) e, posteriormente, em Chapecó (1968-1998)[135].

Envolto pelos ideários da Teologia da Libertação – um posicionamento dentro do contexto de transformação da igreja católica, deliberadas no Concílio Vaticano II (1962-1965) e nas Conferencias Episcopais Latino-Americanas de Medellín (1968) e Puebla (1979) –, Dom José Gomes, como bispo da Diocese de Chapecó, passou a demonstrar sua opção pelos "pobres", como fizera em outros lugares. Assim, passou a impulsionar o surgimento de diversos movimentos sociais, atuando também como presidente nacional do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), entre os anos de 1979 a 1981, e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre os anos de 1981 a 1984. Por conta da sua atuação, tanto ganharia prestígio e admiração de muitos, como também receberia ameaças de tantos outros que consideravam suas opiniões um estorvo.

No episódio da peste suína africana, Dom José Gomes foi um protagonista. Na ocasião, o bispo impulsionou o discurso de que a peste suína era uma "fraude", inclusive sendo chamado a Brasília para uma conversa no ministério da agricultura. Como resultado de tamanha desconfiança, onde hoje localiza-se o estádio da chapecoense, a Arena Condá, no dia 15 de outubro de 1980:

> [...] ocorreu uma grande manifestação pública, que reuniu mais de 25 mil pessoas no estádio Índio Condá. Os manifestantes seguiram pelas ruas da cidade de Chapecó. Foi a primeira grande manifestação no fim da década de 1970, ainda na vigência do regime militar. Este protesto foi um marco na memória do Oeste Catarinense, o que reforçou e desencadeou o surgimento de quatro importantes Movimentos Sociais na região[136].

Apesar de ser um "marco na memória" local, o episódio de desconfiança em relação à peste, não foi suficiente para barrar a expansão das agroindústrias. Entretanto, a organização coletiva contribuiu em muito para a criação de outras alternativas, entre elas, a luta pela terra por meio da organização indígena e dos movimentos sociais.

2.2.2.1. *A luta indígena*

Além dos movimentos sociais formados, principalmente, por caboclos e colonos, que detalharemos melhor adiante, os indígenas – que desde as extensões das posses nos campos, passaram a ver suas terras tradicionais invadidas e, posteriormente, vendidas aos colonos – também passariam a lutar pela demarcação de suas terras tradicionais ou, quando não mais possível, pela demarcação de reservas para que pudessem dar continuidade ao seu modo de vida. Entretanto, a demarcação de terras indígenas no Oeste Catarinense é um assunto ainda em voga, marcado por indefinição na demarcação de terras, impasses envolvendo demarcações e a terra pretendida pela comunidade indígena e, principalmente, por conflitos entre indígenas e colonos.

Tema comum na região Sul como um todo, o conflito entre colonos e indígenas não é tema exclusivo do Oeste Catarinense. O casal Neda e Geraldo, pais de 3 filhos, avós de 6 netos/1 bisneto, casados e com, respectivamente, 56/60 anos na data da entrevista, sabem bem seu significado. Ela nasceu em 1961, em Ronda Alta/RS, e ele em 1957, em Engenho Velho/RS, local onde saíram em 2006 rumo ao acampamento DJG, pois, segundo o relato do casal, haviam perdido, para os indígenas, as terras que haviam herdado. Tal situação ocorreu durante o processo de luta dos kaingang, a partir de 1996, para reconquistarem seu território que havia sido vendido aos colonos e criarem a reserva indígena *Serrinha*[137], processo que ocasionou diversos conflitos entre indígenas e colonos[138].

Tais conflitos, muito além de dividir opiniões, acabam por colocar dois grupos que, muitas vezes, estão em situação semelhante de renda e possibilidades de sobrevivência, em contraposição. Tal situação acaba deixando invisíveis os verdadeiros responsáveis pelos conflitos, tanto se pensarmos no caso das colonizadoras que venderam terras indígenas aos colonos – gerando o grave imbróglio de que um dos grupos só pode ser atendido em detrimento dos interesses do outro –, quanto se meditarmos sobre a dinâmica de concentração agrária que tende a pressionar os dois grupos.

A perda da terra herdada dos pais, relatada pelo casal Geraldo e Neda que, após ficarem “sem rumo”, deslocaram-se em 2006 ao acampamento DJG, local em que já se encontrava um dos filhos (hoje o beneficiário do lote), também foi vivenciada por colonos do Oeste Catarinense, durante o processo de demarcação de Terras Indígenas.

Até 1986, havia apenas uma terra indígena no Oeste Catarinense, a terra indígena *Xapecó*, que, como vimos, foi demarcada em 1902. Entretanto, por diversos processos de redução[139], ela não manteve sua área original. Em virtude disso, buscando defender suas terras tradicionais, os indígenas passaram a se organizar. Influenciados pelo processo de expulsão, ocorrido em 1978, de três mil agricultores que ocupavam uma terra indígena em Nonoai – um mito de origem da "luta indígena" no sul do Brasil[140] e chave para o entendimento do MST na região sul[141] –, os kaingang da terra indígena *Xapecó*, no mesmo ano, também expulsam os colonos que estavam em suas terras. Hoje, ela compreende uma população de 5.338 kaingang e conta com 16.000 ha[142] dos aproximadamente 25.000 ha demarcados em 1902[143].

Além disso, a terra indígena *Xapecó* partilha terra com uma das duas comunidades de guarani localizadas no Oeste Catarinense, a Aldeia Limeira, que, segundo nos informa D´angelis[144], é oriunda de migração do Paraguai, através de Misiones na Argentina, e pertence ao "sub-grupo" dos Mbyá, tendo parentesco com guaranis localizados em Guarita/RS, Ibirama/SC e Mangueirinha/RS. A outra comunidade guarani, Aldeia Araçai, foi provisoriamente acolhida pelos kaingang da terra indígena *Toldo Chimbangue II*, enquanto aguarda a demarcação de sua terra localizada nos municípios de Saudades e Cunha Porã. Um conflito também envolvendo a disputa de terra que coloca pequenos agricultores e indígenas em lados opostos, seguindo sem resolução para nenhuma das partes e com descontentamentos para ambos.

Influenciados pela luta na expulsão dos colonos da terra indígena *Xapecó*, a partir de 1986 surgiriam outras terras: terra indígena *Toldo Chimbangue* (1986), terra indígena *Pinhal* (1999) e terra indígena *Imbu* (1999). Todas elas envolveram o conflito com colonos que ocupavam suas terras, no qual o processo envolvendo o *Toldo Chimbangue* é o mais conhecido, por vir ao conhecimento da sociedade tanto através de manifestações públicas organizadas pelos agricultores, como por meio da difamação das ações da diocese e do bispo de Chapecó em defesa dos indígenas.

Como vimos, na década de 1960 só restariam 100 ha nas margens do Irani aos indígenas do Chimbangue, que ali se mantinham concentrados em pequeno espaço, enquanto muitos partiram na busca de trabalho, muitas vezes como

peões e agregados dos colonos ocupantes de suas terras. Entretanto, após organização dos kaingang, que resultou na reconquista das suas terras, gerou-se na região um clima de violência envolvendo ambos os lados. Neste contexto, o bispo Dom José Gomes, que defendia o direito dos colonos à terra, por meio da reforma agrária, foi duramente criticado ao pronunciar-se a favor da demarcação das terras indígenas no *Toldo Chimbangue*.

Os colonos, apoiados por parte da mídia, entidades de classes e políticos locais, passaram a pressionar pela saída do bispo, julgando que este estaria defendendo os indígenas e virando-lhes as costas. Assim, a avenida Getúlio Vargas, em Chapecó, que já havia sido palco de uma manifestação relacionada ao episódio da peste suína africana, em 15/10/1980, passou a ser novamente ocupada nas manifestações de 27/07/1984 e de 21/09/1985, as quais faziam uma clara condenação às ações do bispo, que, desde então, passou a sofrer ameaças[145].

Apesar da forte hostilidade aos indígenas do *Toldo Chimbangue*, a demarcação de metade da área se deu em 1986. Atualmente, a terra indígena *Toldo Chimbangue* possui uma população de 615 kaingang, distribuídos em 1.942 ha. Desse total, 531 vivem em 988 ha da parte sul do território, na terra indígena *Toldo Chimbangue I,* homologada em 1991[146], e 84 vivem em 954 ha da parte norte do território, terra indígena *Toldo Chimbangue II*, homologada em 2006[147].

Os kaingang da reserva *Aldeia Kondá*, que faz divisa com o assentamento DJG, inclusive disputando com este território, como veremos melhor adiante, vivem uma situação diferenciada das demais comunidades indígenas da região. Estes não vivem em suas terras tradicionais, como os demais, mas em local destinado a eles, sendo, portanto, classificada enquanto reserva indígena, ao contrário das demais que são classificadas como Terra Indígenas Tradicionalmente Ocupadas[148].

Diferente de outros grupos indígenas, os kaingang da reserva *Aldeia Kondá* se mantiveram em seu território tradicional, mesmo após a chegada dos *Fóg* – nome dado pelos kaingang aos grupos humanos não-indígenas – que começaram a ocupá-lo, transformando-o no atual espaço urbano de Chapecó. Todavia, devido ao acelerado processo de urbanização, aos poucos os kaingang viram os seus modos de vida tradicionais serem constantemente sufocados.

Na década de 1980, em condições precárias e com o auxílio da prefeitura e da igreja católica, os kaingang começaram a ocupar uma quadra do bairro Pal-

mital, pois até então viviam dispersos no espaço urbano. Entretanto, essa ação fez com que eles, que até então eram invisibilizados, passassem a ser vistos, mas não com bons olhos. Devido a isso, somado ao fato de que os indígenas eram considerados símbolos de "sujeira" e "pobreza", que, por sua vez, não combinavam com os valores do "progresso" em voga na cidade, por diversas vezes a FUNAI tentou transportá-los para outras áreas indígenas, como a terra indígena de Nonoai e a terra indígena *Chimbangue*, lugares dos quais sempre acabavam retornando a Chapecó.

Diante deste impasse, em 1998 teve início o processo de criação de uma reserva para abrigar estes indígenas. O grupo técnico constituído para elaboração do "Relatório de Identificação das Famílias Kaingang Residentes na Cidade de Chapecó" reconheceu o núcleo urbano de Chapecó como terra tradicional indígena. Entretanto, devido ao já avançado processo de urbanização, a Funai criou um Grupo Técnico para a eleição de uma terra para a criação da reserva indígena, sendo eleita uma área na localidade Água Amarela, interior do município de Chapecó e distante uns 13 km de suas terras tradicionais.

Devido ao demorado processo que levaria para a negociação final da área eleita e a posterior demarcação e regularização da reserva, no ano de 1999 a prefeitura de Chapecó não somente arrendou uma extensão de 100 ha no interior da área eleita para a reserva, como auxiliou na construção de barracos e custos com as despesas da transferência dos kaingang do bairro Palmital para a Água Amarela[149].

Após longo processo de entendimento envolvendo desacordos entre FUNAI e as 75 famílias de agricultores quanto aos valores oferecidos pelas terras, além de negociações com a Hidrelétrica Foz do Chapecó por meio da compra de áreas para a compensação das que seriam alagadas pelo empreendimento em 2008, foi finalmente demarcada a área destinada para a reserva, sendo homologada em 2016. Atualmente, a reserva *Aldeia Kondá* conta com 379 kaingang, distribuídos em uma área de 2.000 ha[150] (1.655 ha adquiridos pela Hidrelétrica e o restante pela FUNAI), que devido sobreposição de 13,88 ha com o assentamento DJG moveram processo administrativo entre INCRA e FUNAI no que diz respeito à alteração de limites de área indígena da reserva *Aldeia Kondá*, situação que será abordada em detalhes no capítulo 5.

Além das conflituosas demarcações já efetivadas e das que seguem em aberto,

novas pesquisas indicam a existência de outros toldos kaingang, como o de Fraiburgo/SC, que a partir de 2010 passou ao conhecimento do Estado e da sociedade.

Como é possível verificar pela (Ilustração 10), existem nove áreas de terras e reservas indígenas no Oeste Catarinense, as quais compreendem ocupações kaingang e guarani. No que se refere aos xoklens, apesar de suas terras tradicionais abrangerem parte do que hoje se convencionou denominar Oeste Catarinense, sua terra indígena foi demarcada no município de Porto União, portanto, geograficamente fora do Oeste Catarinense.

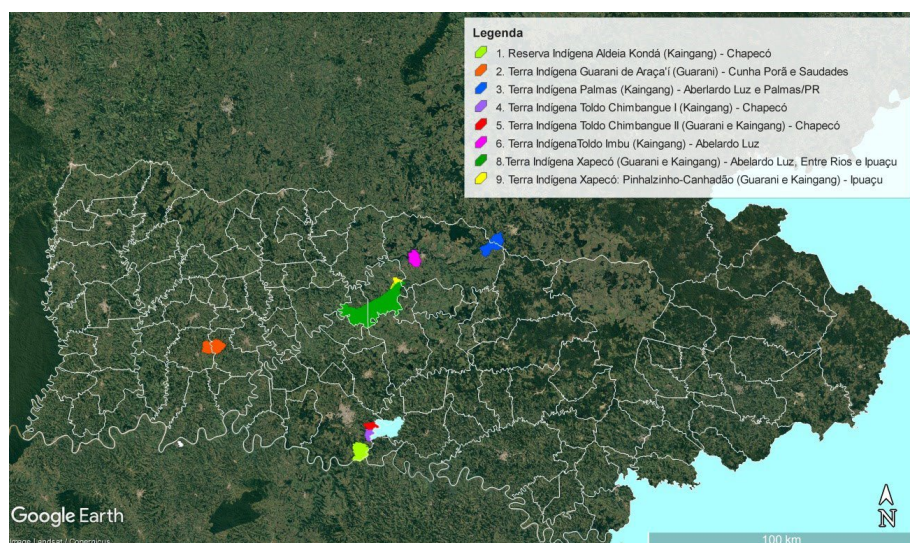



Ilustração 10. Terras indígenas no Oeste Catarinense. Fonte: Elaborado no Google Earth a partir da sobreposição do Shapefile SIGSC-limites_municipais e do KML FUNAI-terras_indígenas. Org.: BASTIANI, T. M.; BORGES, L. F. S. 2020.
* A terra indígena Guarani de Araça´i é apenas declarada, ainda não demarcada.

O processo de luta dos indígenas por suas terras, principalmente contra os colonos, demonstra que o papel das colonizadoras na região ainda se faz presente, confrontando grupos subalternos que lutam por terra. Visto de fora, esse processo parece ser uma disputa por "migalhas" de terras, mas, visto por dentro, revela tanto o anseio dos colonos em permanecer no campo em condições mais favoráveis, quanto o desejo das comunidades indígenas em lutar pela manutenção e reconhecimento de seus modos de vida.

2.2.2.2. Os movimentos sociais no Oeste Catarinense

Antes de abordarmos a formação dos movimentos sociais no Oeste Catarinense, precisamos compreender, ainda que brevemente, alguns acontecimentos que ocorreram durante a retomada do sindicalismo de oposição, que se deu no fim da ditadura civil-militar. A criação de um movimento de oposição efetiva era vital no momento, já que após os anos mais duros da repressão (1968-74), o sindicalismo que havia restado era meramente assistencialista. O entendimento que o sindicato não era simples meio para conseguir serviços médico-hospitalar e odontológico, mas que deveria estar a par e na linha de frente das lutas sociais, por meio de mobilizações populares e atos públicos como instrumentos de pressão, foi o que norteou a oposição sindical emergente.

Influenciados pela nova combatividade sindical representada nas greves dos metalúrgicos do ABC paulista (1978-79), os trabalhadores do Oeste Catarinense, no final da década de 1970, passam a atuar no Movimento de Oposição Sindical (MOS).

É interessante observarmos que a atuação do MOS se deu, muitas vezes, em parceria com movimentos sociais aqui surgidos. Assim, passaram a levantar juntos algumas bandeiras de luta, tais como a reforma agrária, melhores preços para os produtos agropecuários, alterações na política agrícola, além da luta por créditos mais democráticos para a agricultura que pudessem abranger a todos os agricultores.

Entre os movimentos sociais que surgiram no Oeste Catarinense durante esse período, podemos destacar três: o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), o Movimento dos Atingidos pelas Barragens do Rio Uruguai (MAB) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Apesar desses movimentos não serem exclusivos do Oeste Catarinense, aqui eles encontram um terreno fértil para sua formação e atuação[151]. Além de combativos e reivindicatórios, esses movimentos também tiveram forte apoio da igreja católica, principalmente na figura do bispo Dom José Gomes que, tanto em seus sermões[152], quanto na participação direta em diversas mobilizações, não somente impulsionou os participantes desses movimentos, como também angariou a simpatia e o apoio de parte da população local.

Sobre a relação do MOS com os movimentos sociais surgidos na região, é interessante frisar que muitos dos seus membros atuavam em ambos. Além disso, a

luta pelo sindicato de oposição impulsionou o surgimento de outras organizações, como é o caso das mulheres que viriam a formar o MMA, com veremos a seguir.

No distrito de Itaberaba, hoje município emancipado de Chapecó, em 1981, durante a organização para as comemorações do dia do colono (25 de julho), discutiu-se a necessidade de organizar uma chapa de oposição sindical. Neste momento, algumas mulheres que estavam presentes, levando em conta a impossibilidade de sindicalizarem-se, tiraram como proposta que a nova chapa assumisse essa questão como um compromisso. O direito a sindicalização foi uma das primeiras conquistas das mulheres e um estímulo à construção do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), que, desde 2004, passou a denominar-se Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)[153].

Da conquista ao direito de sindicalização, vieram outras lutas e conquistas. No âmbito trabalhista, as mulheres conquistaram o reconhecimento da profissão de "agricultora", em substituição a atividade "do lar", garantiu-lhes o direito a aposentadoria, auxílio maternidade e por acidente de trabalho. Além disso, também necessário destacar o papel que as mulheres passaram a assumir no seio familiar e comunitário, fazendo com que suas vozes alcançasse ambientes até então exclusivamente masculinos.

A voz alcançada pelas mulheres foi destacada por Alda, que ao longo da entrevista relatou diversos aprendizados em sua participação do MMC. Mãe de 2 filhos, separada/morando junto com novo companheiro e com 54 anos na data da entrevista, nasceu em Chapecó, em 1963. Local em que residiu (linha Batistela) até aos 19 ou 20 anos, quando se casou e foi morar na área urbana do mesmo município. Relacionamento que gerou 2 filhos, mas que, posteriormente, não deu certo. Em novembro de 2016, deixou a área urbana de Chapecó e transferiu-se ao assentamento, pois resolveu "dividir sua vida" com seu até então namorado, Otávio.

Ao lado do novo companheiro, Alda coloca em prática diversos aprendizados adquiridos com o MMC. Dividindo todas as tarefas, as domésticas e a de produção, o casal, por meio do resgate e preservação de mudas e sementes crioulas[154], inclusive tendo o lote a certificação agroecológica, produz a maior parte do que necessitam em alimentação e cuidados com o corpo – Alda afirma que, devido aos conhecimentos adquiridos Projeto "Pitanga Rosa"[155], eles não precisam de nenhum "remédio de farmácia"[156].

Influenciando nas práticas cotidianas de muitas mulheres, assim como Alda, o MMC também assume diversas pautas na atualidade, tendo como principal bandeira a luta por Projeto de Agricultura Camponesa e Ecológica que, por meio da prática feminista e com base na defesa da vida, visa transformar a estrutura agrária do país alterando, ao mesmo tempo, as relações humanas e com o meio ambiente[157].

Outro movimento social presente no Oeste Catarinense é o MAB. Organizado por agricultores cujas terras seriam atingidas pela construção das 25 barragens do Projeto Uruguai, esse movimento teve seu início 1979, através de mobilizações para a divulgação dos impactos do projeto e da conscientização dos atingidos.

Durante o período que se estende de 1979 até 1985, quando da realização da Romaria da Terra, em Itá, o movimento se constitui e consolida. Esse período foi marcado pelo intenso trabalho de organização, divulgação e discussão junto à comunidade, pois haviam muitos – com destaque para os moradores das áreas urbanas – que hostilizavam o movimento, pois compreendiam que ele representaria uma ameaça ao "progresso" da região.

Nesse processo de formação do MAB, é importante destacar o papel da Diocese de Chapecó, na figura do bispo Dom José Gomes, pois, em 1979, os padres da região organizaram uma reunião, na qual decidiram que a Diocese deveria atuar na tomada de consciência sobre os impactos que as barragens causariam[158]. Durante cerca de 6 anos, foram realizadas muitas manifestações nos municípios atingidos, com especial destaque a Itá, sede de uma da regionais da ELETROSUL, e uma das cidades mais impactadas. Mas foi na "Romaria da Terra" – que reuniu mais de 10 mil pessoas da região no município de Itá[159], em 17 de março de 1985 – que o MAB fez sua primeira grande aparição pública, sendo essa Romaria um dos marcos da história do movimento.

Após a realização da romaria, as reações contrárias ao MAB foram diminuindo e o Estado passou a reconhecê-lo como um representante legítimo dos atingidos. Em função das mobilizações do movimento, os proprietários das terras atingidas passaram a ter 3 escolhas: 1) Serem indenizados em dinheiro (indenização justa); 2) Serem transferidos a outra propriedade na região equivalente ao valor da que seria afetada pelas obras (terra por terra); e 3) Serem assentamentos em área adquirida pela ELETROSUL (terra por terra).

A terceira opção foi a escolhida pela família de Bianca. Mãe de 3 filhos e avó de 1 neto, casada e com 39 anos na data da entrevista, nasceu em Itá no ano de 1978, sendo a mais velha de 5 irmãos de uma família de agricultores. Por intermédio do pai, que sempre teve proximidade com os movimentos sociais, Bianca vivenciou desde criança as mobilizações para a negociação dos reassentamentos, "mesmo sem entender muito bem"[160]. Neste processo, quando da construção da barragem que daria origem a Usina Hidrelétrica Itá – que compunha parte do Projeto Uruguai e que viria a atingir 11 município, tendo, inclusive, realocado completamente o núcleo urbano de Itá –, Bianca, então com 9 ou 10 anos, desloca-se com a família para um reassentamento do MAB em Campo Erê, município em que residiu até se casar, aos 14 anos.

Após o casamento, Bianca empreenderia, junto ao marido, diversas outras lutas, colocando em prática os conhecimentos adquiridos com o pai. Em Foz do Iguaçu/PR, município em que permaneceu por 11 anos e onde nasceram 2 dos seus filhos, trabalhou como babá e empregada doméstica, mantendo-se sempre ativa em outras atividades: foi ministra da eucaristia, participava das reuniões da comunidade, do bairro, associação de moradores, coordenou um grupo de família denominado de "círculo bíblico". Por tal envolvimento, em 2002 ela foi com sua família para um acampamento do Movimento do Trabalhador Rural (MTR), localizado na beira de uma rodovia federal. Entretanto, após a reintegração de posse e despejo dos acampados, Bianca passou a transitar com sua família por diversos acampamentos: em Romelândia/PR, em Chapecó, em Abelardo Luz e em Correia Pinto/SC, onde finalmente foi assentada, em 2007, junto com outras 70 famílias, no assentamento *Pátria Livre*.

Logo após a conquista da terra, houve a separação do casal, o marido saiu do assentamento, enquanto ela ficou "tocando" o lote com os 2 filhos adolescentes. Além do mais, devido ao destaque na participação no setor de saúde nos acampamentos em que percorreu, Bianca foi convidada a fazer parte da coordenação geral do assentamento e, assim, passou a participar ativamente de outras atividades do Movimento, tais como, audiências e mobilizações e setor de Frente de Massa[161]. Rotina vivenciada até 2010, quando retirou seu nome como beneficiária do assentamento *Pátria Livre* e se transferiu para o DJG, indo morar com seu até então namorado e beneficiário de um lote nesse local.

A conquista da terra pela família de Bianca, após muitas ocupações, é fruto

da atuação de outro movimento social no Oeste Catarinense, o MST. Sua origem na região Oeste remonta à primeira ocupação de terra no Estado de Santa Catarina, ocorrida na Fazenda *Burro Branco*, em Campo Erê, no ano de 1980. Tal fato impulsionaria a origem do Movimento não só localmente, mas em âmbito nacional. Após oficializado, o Oeste Catarinense vivenciou, em 25 de maio de 1985, ocupações de propriedades em 7 (sete) municípios, ação que ficou conhecida como "Operação Integrada de Ocupações Simultâneas", que resultaram em 11 áreas desapropriadas. Dez anos após, em 1995, outra onda de ocupações no município de Passos Maia resultaram em diversos outros assentamentos. Uma luta pela terra por meio de ocupações e acampamentos que veremos melhor nos próximos capítulos.

Alternativas individuais ou coletivas surgidas a partir do contexto das transformações no meio rural, bem como, as que se delinearam ao longo do processo de ocupação do Campos de Palmas e, posteriormente, pelo papel exercido por meio das colonizadoras, são frutos de um mesmo percurso. Um processo que tornou o Oeste Catarinense um lugar marcado, em número e média, pelas pequenas propriedades, mas que, contraditoriamente, impulsionou a organização coletiva da luta pela terra, pois, tanto em sua constituição, quanto em sua posterior inserção à lógica do capital, a pequena propriedade não acolhendo todas as mãos dos trabalhadores rurais. Neste contexto, no Oeste Catarinense também se formou a concentração fundiária e uma gama de sujeitos que não assistiriam em silêncio ao processo de expropriação a que foram submetidos, lançando-se à luta pela terra e fazendo dela parte da constituição agrária local.

Até o momento, discutimos a busca por alternativas individuais e coletivas para as pressões oriundas das transformações do campo. Nos próximos capítulos, veremos como uma das alternativas coletivas, a organização e atuação do MST no Oeste Catarinense, apresenta formas de acesso à terra muito diferentes daquelas utilizadas no processo de colonização, compreendendo a ocupação, a resistência por meio do acampamento, e a desapropriação.

Capítulo III

Ocupação como solução

> [...] quando homens e mulheres, jovens e velhos, geralmente durante a madrugada, após terem recolhido seus pertences e as instruções já foram dadas, em caminhões ou a pé, rompem as cercas do território improdutivo e imediatamente começam a construir barracos de lonas pretas, tem consciência de que se trata, em princípio, de uma transgressão da lei da propriedade privada, mas também sabem, na mesma medida, que a constituição federal só garante proteção jurídica a propriedade fundiária que cumpre com sua função social. Por conseguinte, entendem que sua ação é legítima. Visa garantir o cumprimento da Constituição de 1988, no tocante a reforma agrária. Como? Provando que a lei não está sendo cumprida[162].

As ocupações de terra – práticas que envolvem debates aceca do que é legítimo ou ilegítimo, legal ou ilegal – fazem parte das estratégias utilizadas pelo MST para pressionar a realização da reforma agrária. Surgido oficialmente[163] nos anos de 1980, esse Movimento passa, a partir de então, a se territorializar[164] no Brasil. Pelo reconhecimento das contradições e da desigualdade no agrário brasileiro, ele se constitui *para* e *na* luta pela terra e mudanças sociais no país, tendo como foco o combate à concentração fundiária.

No Oeste Catarinense, como vimos, a representação social hegemônica de que a formação agrária do local é constituída, exclusivamente, pela pequena propriedade, oculta a necessidade da luta pela terra. No que diz respeito à concentração fundiária, apesar de existir, não aparece, pois se esconde na sombra do

número e da área média dos estabelecimentos agropecuários, fazendo com que a luta pela terra, impulsionada pelo MST, não seja vista com tanta clareza como em locais marcados pela grande propriedade, ocasionando, com isso, a falsa impressão de que neste local não haveria necessidade de uma reforma agrária.

Para compreendermos o *fazer-se* do MST no Oeste Catarinense, partiremos do *sujeito oculto* do processo de ocupação e desapropriação. Ou seja, teremos como ponto de partida aqueles que, mesmo distantes das teorias sociais, se constituem como sujeitos da luta da reforma agrária em meio à vivência cotidiana de organização, permeada por muitas tensões e conflitos[165]. Isto porque, compreendemos que o MST não é formado somente por sujeitos que exercem o papel liderança, estando mais habituados às análises de conjunturas ou debates de alianças, mas também é formado por sujeitos que se constituem como lutadores em meio ao próprio processo de reforma agrária, pois são suas relações cotidianas que vão moldando suas percepções acerca das desigualdades sociais, do papel do Movimento e da necessidade de organização para a conquista de direitos.

Vimos até aqui que a desconstrução da representação social hegemônica evidencia que a luta pela terra faz parte da constituição agrária do Oeste Catarinense. A partir de agora, veremos a atuação de um movimento específico, por meio de suas estratégias de ocupação para a conquista da terra. É importante salientar que, enquanto outros movimentos lutam por perspectivas diversas de lidar com a terra, bem como, para não perder a pequena propriedade já conquistada, o MST vai além dos modos de produzir, fazendo um confronto direto à concentração fundiária.

Neste capítulo, abordaremos, em linhas gerais, as ocupações de terra no Oeste Catarinense e, em específico, a ocupação da fazenda *Seringa/Paraíso*, em Chapecó, ocorrida no ano de 2002. Além do mais, veremos que a ocupação, apesar de uma estratégia legítima do MST, gera concepções e julgamentos negativos sobre os sujeitos participantes, pois é concebida, principalmente pelos meios de comunicação, como uma "transgressão da lei" no que diz respeito à defesa da propriedade privada.

3.1. O MST no Oeste Catarinense

3.1.1. Contrariando percepções...

Apesar da percepção de que um local marcado pela pequena propriedade, em número e área média, não prosperaria a luta pela reforma agrária, a realidade local demonstra que o MST teve grande êxito ao optar pela ocupação de terras como forma legítima de luta, pois houve diversas ocupações no Oeste Catarinense que resultaram em assentamentos da reforma agrária.

Desde o surgimento do Movimento, a ocupação é, no entender do MST, o principal instrumento de luta pela reforma agrária. Em seu 1° Congresso, ocorrido durante os dias 29 a 31 de janeiro de 1985, os lemas foram: "Terra para quem nela trabalha" e "Ocupação é a Única Solução". Essa diretriz foi reafirmada no 2º Congresso, ocorrido entre 8 a 10 de maio de 1990, com o lema "Ocupar, Resistir, Produzir", por meio do qual as ocupações foram novamente enfatizadas como sendo uma forma legítima de luta pela terra, pois é um meio de pressionar para dar visibilidade aos problemas agrários brasileiros.

> [...] a ocupação é uma ação que inaugura uma dimensão do espaço de socialização política: o espaço de luta e resistência. Esse espaço construído pelos trabalhadores é o lugar da experiência e da formação do Movimento. A ocupação é Movimento. Nela, fazem-se novos sujeitos. A cada realização de uma nova ocupação de terra, cria-se uma fonte geradora de experiências, que suscitará novos sujeitos, que não existiriam sem essa ação. A ocupação é a condição de existência desses sujeitos. Ao conceber a ocupação como fato, esses sujeitos recriam continuamente a sua história. Não concebê-la é não ser concebido. Com a ocupação, os sem-terra sem, ainda, conquistarem a terra, conquistam o fato: a possibilidade da negociação[166].

A primeira experiência de ocupação de terra em SC se deu em maio de 1980, antes mesmo da criação oficial do MST, com a ocupação da fazenda *Burro Branco* em Campo Erê. Uma "ocupação peculiar"[167], ou seja, ao ficarem sabendo que uma área pertencente à Companhia Territorial Sul Brasil seria desapropriada devido a inúmeros conflitos, algumas famílias direcionarem-se ao suposto local. Entretanto, passados alguns dias, descobriram que a área ocupada era vizinha a que seria desapropriada.

Pertencente à família Taborda, a fazenda ocupada, denominada "Burro Branco", media aproximadamente 2.890 ha e encontrava-se desde 1953 em litígio pelos seus herdeiros. Porém, percebendo tratar-se de uma fazenda "com alguns poucos arrendatários vivendo na área" [168], resolveram pela permanência, chegando a concentrar mais de 300 famílias que, aos poucos, foram chegando ao local. Em julho do mesmo ano da ocupação, ao mesmo tempo em que os herdeiros do imóvel entraram com pedido de reintegração de posse, o INCRA abriu processo para a desapropriação da fazenda ocupada. A assinatura de desapropriação, pelo então presidente João Figueiredo, ocorreu em 12 de Novembro de 1980.

No período entre a ocupação da fazenda *Burro Branco* e a desapropriação, a questão agrária teve grande visibilidade na região, muito em função do apoio da diocese de Chapecó, que realizou um diagnóstico da realidade fundiária do Oeste Catarinense e revelou a existência de mais de 30 mil famílias sem terra ou com área inferior a 30 ha, despertando, assim, a opinião pública para a questão dos sem terra na região.

A considerada vitória com a ocupação de Campo Erê criou o germe de novas ocupações. No ano de 1982 ocorreram algumas ocupações no Oeste, mas por falta de preparo não obtiveram êxito. Entretanto, o Movimento foi ganhando força, inclusive com alguns encontros: 1ª Encontro dos Sem Terra dos Estados do Sul, ocorrido em janeiro de 1983; 1ª Assembleia dos Sem Terra, ocorrida em junho de 1983, onde foi escolhida a Comissão Regional do Movimento, o que possibilitou reuniões nos municípios e a formação de comissões municipais; Congresso Estadual, ocorrido em dezembro de 1984 em Chapecó, no qual foram levantadas sugestões para serem debatidas no 1ª Congresso Nacional do MST, ocorrido em Curitiba, em janeiro de 1985, que, como vimos, direcionou-se na necessidade de ocupações de terras como "única solução", a fim de pressionar as desapropriações de terra para a reforma agrária.

Foi neste clima que, no dia 25 de maio de 1985, ocorreram, no Oeste Catarinense, as ações que ficaram conhecidas como "Operações Integradas de Ocupações Simultâneas"[169]. Essas operações envolveram

> [...] mais de duas mil famílias de sem terras, oriundas de 18 municípios da região e foi preparada durante mais de dois anos em grupos de reflexão. Numa noite, ocuparam 13 áreas diferentes, em

> sete municípios. Aproveitando a realização de uma romaria tradicional de Nossa Senhora do Caravágio, que acontece todos os anos no município de Guaraciaba (SC), os sem terras, disfarçados de romeiros, conseguiram ocupar áreas sem chamar a atenção da polícia. Esse fato, (...), consolidou o Movimento na região e se constituiu num fato político de grande importância para a discussão da questão da reforma agrária[170].

Na ocasião, em torno da metade das famílias, cerca de 1.000, se dirigiram para o município de Abelardo Luz que, por sua vez, concentrava grande número de propriedades em condições de serem desapropriadas. Entretanto, as famílias foram barradas na entrada da primeira fazenda, quando funcionários do imóvel colocaram fogo na ponte que dá acesso a primeira propriedade a ser ocupada. Naquele momento, muitas mulheres desceram dos caminhões e apagaram o fogo com o auxílio de lençóis e galhos de árvores, possibilitando a passagem pela ponte que se tornou, posteriormente, um "marco simbólico" [171] para o MST no Oeste Catarinense. Cinco dias depois, dirigiram-se da fazenda *Papuan*, localizada logo após a passagem pela ponte, até a propriedade vizinha, denominada "Sandra", local em que atualmente é o assentamento *25 de Maio*. Pouco a pouco, também pelos pedidos de reintegração de posse, foram deslocando-se, avançando e ocupando outras áreas.

Uma das famílias que se direcionaram a Abelardo Luz foi a do casal Magali e Sérgio. Pais de 4 filhos, avós de 10 netos e 1 bisneto, casados e com, respectivamente, 61/66 anos na data da entrevista. Ele, filho de uma família que vivia de arrendamentos de terra, nasceu em 1952 em Xaxim/SC. Ela, filha de pequenos proprietários, nasceu em 1956, em Galvão/SC, local onde conheceu Sergio, que havia ido trabalhar como peão. Após o casamento, eles iniciariam uma vida de muitas idas e vindas, ao total de "11 mudanças", como lembrado por ela, basicamente dando continuidade a vida de arrendamentos já bem conhecida pela família de Sérgio. Em 1985, o casal, devido à aproximação com a igreja católica e com a luta pela terra – Sérgio inclusive afirma ter conhecido o acampamento da fazenda *Burro Branco* em Campo Erê, pois, juntamente com um grupo de pessoas, levou arrecadação de alimentos e outros itens aos acampados – rumou a Abelardo Luz. Recordando-se desse momento, Magali diz o seguinte:

> [...] viemos em 85, trouxemos as 3 crianças, um frio, meu deus do céu, daí fizemos o acampamento, hoje, na verdade, se eu lembro assim, se eu começo a lembrar assim, eu escuto até o barulho que eles cortavam com o facão assim as varas para fazer os barracos, as conversa tudo de manhã... assim uma manhã com uma neblina assim... e nois fiquemo bem na entrada do acampamento e o pessoal foi na beira da estrada (...) uma coisa que me gravou bastante assim foi que a gente não tinha papel, não tinha caneta, não tinha nada, para escrever um cartaz, alguma coisa, não tinha, nós escrevemos em uma tábua que tava pregada na camionete (...) nos arrancamos aquela tábua da camioneta e escrevemos, nós escrevemos "queremos terra, queremos paz e não guerra", a primeira frase escrita e nós escrevemos com carvão, porque não tinha outro meio, aí foi colocado duas estacas, forquilha de madeira e colocado aquela tábua bem na chegada do acampamento, foi a primeira frase que nois escreveu que foi em maio de 85[172].

Após quase um ano acampados, o casal foi assentado no *Santa Rosa I*, 32 km do centro urbano de Abelardo Luz. Além da vida de produção no lote, Magali destaca uma trajetória envolvida com o setor de saúde, fazendo questão de destacar que sua luta política no setor só foi possível devido a contribuição do marido Sérgio, que ficava em casa com os filhos e dando prosseguimento a vida no campo. Residiram no assentamento em Abelardo luz até meados de 2009, momento em que, por questões de saúde de Magali, trocaram o lote por uma casa no bairro Esplanada em Chapecó. Entretanto, 11 meses depois, em junho de 2010, devido a não adaptação em residir na área urbana, transferiram-se ao assentamento DJG, indo residir no lote de um dos filhos. No assentamento, também reencontraram uma filha, Inês.

Inês, mãe de 2 filhos, casada e com 28 anos na data da entrevista, nasceu em 1988 e cresceu no assentamento em Abelardo Luz. Em 2008, logo após a transformação do acampamento em assentamento, deixou a casa dos pais e deslocou-se ao DJG para morar com o irmão, no intuito de estudar em Chapecó. No DJG conheceu seu marido, o filho do casal Neda e Geraldo, também assentado.

Em Abelardo Luz, local onde Inês viveu até os 20 anos, seus pais, Magali e Sérgio, foram assentados em uma das 11 áreas desapropriadas[173] no Estado de SC, ainda em 1985. Nessas áreas, foram assentadas 1.000 famílias. Entretanto,

os problemas agrários não foram resolvidos, pois, como vimos, cerca de 2.000 famílias tinham participado das ocupações de maio de 1985. Em razão disso, foram criados assentamentos em outros locais para as famílias que não haviam conseguido terra.

Exemplos são os assentamentos *União da Vitória* e *Vitória da Conquista*[174], que foram constituídos no município de Fraiburgo, no ano de 1987, e abrigaram famílias oriundas de acampamentos em Abelardo Luz. Outro exemplo, é o assentamento *Conquista na Fronteira*[175], em Dionísio Cerqueira, que foi constituído em 1988 com a desapropriação da fazenda *Tracutinga* que, por sua vez, estava hipotecada junto ao Banco do Estado do RJ. Este último assentamento, foi formado por dois grupos, um originário do município de Dionísio Cerqueira, mas que não passou pelo processo de ocupação e outro de acampados de Abelardo Luz e de Itaiópolis que, por serem os mais jovens dentre os acampados, foram ficando por último na ordem de prioridade para serem assentados. O *Conquista na Fronteira* é hoje, na perspectiva do MST, referência na organização coletiva[176] e, desde 1994, conta com uma Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA), a *Cooperunião*.

Passados 10 anos das "Operações Integradas de Ocupações Simultâneas", o Oeste Catarinense vivenciou outra grande onda de ocupações de terra, desta vez em Passos Maia. Neste município já havia quatro assentamentos formados por famílias oriundas de ocupações em outras localidades, principalmente do município vizinho, Abelardo Luz: *Sapateiro I*, *Sapateiro II*, *Quiguay* e *Taborda* (esse último, uma parceria entre prefeitura municipal de Ponte Serrada e o INCRA). Entretanto, sem abolir a concentração de terras que, por sua vez, daria espaço a outros assentamentos, surgidos principalmente das ocupações ocorridas na fazenda *Ameixeira*, em 20 de novembro[177] de 1995, e na fazenda *Stella*, em 30 de agosto de 1996. Entre os assentamentos surgidos desse processo, esta o que a entrevistada Neide passou sua infância e adolescência, por ser filha de pais assentados em Passos Maia.

Neide, mãe de um filho, casada e com 30 anos na data da entrevista, nasceu 1987 em São Miguel do Oeste. Descendente de caboclos e uma entre 7 filhos, residiu dos 2 aos 4 anos com os pais no Paraguai, local em que a família arrendava terra, retornando ao município de nascimento em 1991. Quatro anos após o retorno, quando Neide tinha 8 anos, a família rumou a um acampamento em Pas-

so Maia e, nove meses depois, foram assentados no *Zumbi 2*. Em 2005, casou-se com um também filho de assentados (os pais do marido residem no *Zumbi 1*, também em Passos Maia) e, 3 meses depois, grávida do primeiro filho do casal, que nasceu prematuro e faleceu dias depois, mudou-se para o DJG, local em que o companheiro acampava desde 2002.

Entretanto, diferente dos pais de Neide que foram assentados em Passos Maia, os assentamentos surgidos das ocupações de 1995 e 1996 não comportaram todas as famílias que, por sua vez, passaram a estabelecer acampamentos em outros municípios. Com destaque para Lebon Régis/SC, Caçador, Campos Novos e Abelardo Luz, parte delas também assentadas posteriormente. Entre as famílias que participaram das ocupações e acampamentos em Passos Maia, mas que foram assentadas em outro local, está a do casal Vera e Mário.

Mário nasceu em 1953, em Alpestre, Vera em 1951, no Goio-Em (Chapecó). Pais de 4 filhos, avós de 5 netos, casados desde 1977 e com, respectivamente, 65/63 anos na data da entrevista, residiram diversos anos em acampamentos: de 1985 a 1992, na fazenda *Annoni*, em Sarandi/RS; de 1995 a 1997, em Passos Maia (ele sozinho, enquanto ela ficou com os filhos na casa do pai); de 1997 a 1999, em Abelardo Luz, local em que foram, finalmente, assentados no *Bela Vista*. Entretanto, devido a problemas de saúde dela, dois anos após a conquista da terra, abandonaram o assentamento e, em função do tratamento, transferiram-se para o município de Chapecó (bairro Palmital). Nesse local, enquanto ela ficou se tratando de problemas na tireóide, ele trabalhou em uma indústria de chá e erva-mate. Em 2003, a convite de Otávio, transferiram-se ao acampamento DJG, local em que uma das filhas do casal já residia. Mesmo sabendo que não seriam assentados, pois já eram beneficiários da reforma agrária em Abelardo Luz, optaram pela permanência no acampamento, para que a filha conquistasse um pedaço de terra e para contribuir, ao mesmo tempo, no cuidado com os netos e na coordenação do acampamento.

Além das ocupações ocorridas em Passos Maia, em meados da década de 1990 – que também possibilitaram o assentamento de diversas famílias em outros locais, como é o caso do casal Vera e Mário –, outras continuariam ocorrendo. A partir dos anos 2000, novas ocupações ocorreriam no município. Dessas ocupações, partiriam algumas famílias hoje assentadas no DJG, tal como demonstra a trajetória de vida dos irmãos Célia e Inácio e também de Sandra.

Célia e Inácio são irmãos e filhos de assentados. Seus pais viveram em acampamentos em Campo Erê, Palma Sola e Vargeão, local em que foram assentados, permutando, mais tarde, para o assentamento *Conquista dos Palmares II*, em Passos Maia. Os filhos resolveram seguir caminho semelhante aos dos pais e, após anos de acampamento em outros locais, chegaram ao assentamento DJG em janeiro de 2009. Inácio, sozinho e Célia com o marido e dois filhos.

Inácio, pai de 2 filhos, solteiro e com 30 anos na data da entrevista, nasceu em 1987, em Novo Horizonte/SC, enquanto os pais estavam acampados. Calcula que tinha uns 17 anos quando resolveu deixar o assentamento em que morava com os pais em Passos Maia e passou a residir em um acampamento no mesmo município. Sua irmã Célia, por sua vez, mãe de 2 filhos, separada e com 38 anos na data da entrevista, nasceu em 1979, em São Lourenço do Oeste/SC, enquanto os pais ainda trabalhavam como agregados. Aos 11 anos, saiu da casa dos pais pra trabalhar, primeiramente, como doméstica na casa de uma professora, depois, na residência de uma enfermeira. Aos 17 anos constituiu nova família e passou a percorrer, junto com o marido e o primeiro filho do casal, diversos lugares. Em rotina urbana e sempre trabalhando como empregada doméstica, passou por Maravilha, Estado do Mato Grosso, Faxinal dos Guedes, e, posteriormente, foi para o mesmo acampamento onde já se encontrava o irmão Inácio. Na ocasião, relata que contou com apoio da mãe que lhes deu uma "vaquinha" para iniciar a rotina rural e, também houve o nascimento do segundo filho. Em 2009, Célia e Inácio transferiram-se para o assentamento DJG, sendo, atualmente, beneficiários em lotes vizinhos.

O tempo em que permaneceram residindo em acampamento para a, posterior, conquista da terra, é percebido de forma diferente pelos dois irmãos. Enquanto Célia destacou que teve de ficar "5 anos acampada"[178], colocando ênfase no tempo que ficou embaixo de uma lona preta, Inácio, por sua vez, além de não saber ao certo por quanto tempo acampou (aproximadamente 4 anos, dos 17 anos, quando saiu da casa dos pais, até os 21 anos, quando chegou ao DJG), diz que, no seu entender, não ficou "muito tempo acampado"[179]. Opinião que, provavelmente, não era compartilhada pela maioria das pessoas que, assim como sua irmã Célia, não eram apenas responsáveis por si mesmas, pois também tinham preocupações com os filhos e/ou companheiro.

O número de filhos, inclusive, é considerado um dos critérios da ordem de

preferência dos candidatos a serem assentados em uma área[180]. Portanto, apesar da destinação da área em que reivindicavam para a reforma agrária, por meio do acampamento em Passos Maia, os irmãos não foram assentados. Inácio, sendo solteiro e não responsável pelos 2 filhos e Célia com 2 filhos (talvez um número considerado pequeno em relação as demais), naquele momento não foram contemplados, pois outras famílias tinham maior necessidade de serem assentadas. Quando tal situação ocorre, é comum que os não contemplados direcionem-se para outros acampamentos ou assentamentos que tenham vaga. Foi o que aconteceu com os dois irmãos que se transferiram ao DJG.

Junto com os irmãos Célia e Inácio, a família de Sandra também se transferiu do acampamento em Passos Maia para o DJG. Mãe de 4 filhos e avó de 1 neto, casada e com 42 anos na data da entrevista, nasceu em 1975 na localidade de Entre Rios, município de Xaxim. Aos 7 anos, transferiu-se com a família para o Paraguai, onde constituiu nova família e residiu até os 20 anos, quando, junto com os pais e a nova família, iniciou uma trajetória de luta pela terra, passando a residir em acampamentos em diversas localidades: Paranavaí/PR, Estado de São Paulo, Vargeão e Passos Maia. Nesse último local, seus pais continuaram acampados, enquanto ela transferiu-se com a nova família (marido e 4 filhos) para o DJG, em 2009. Os motivos de não conseguir vaga no assentamento de Passos Maia podem ser semelhantes aos de Célia que, apesar de ter filhos, eram considerados poucos, diante de outras famílias que, como vimos, pelos critérios estabelecidos, teriam maior necessidade de serem assentadas.

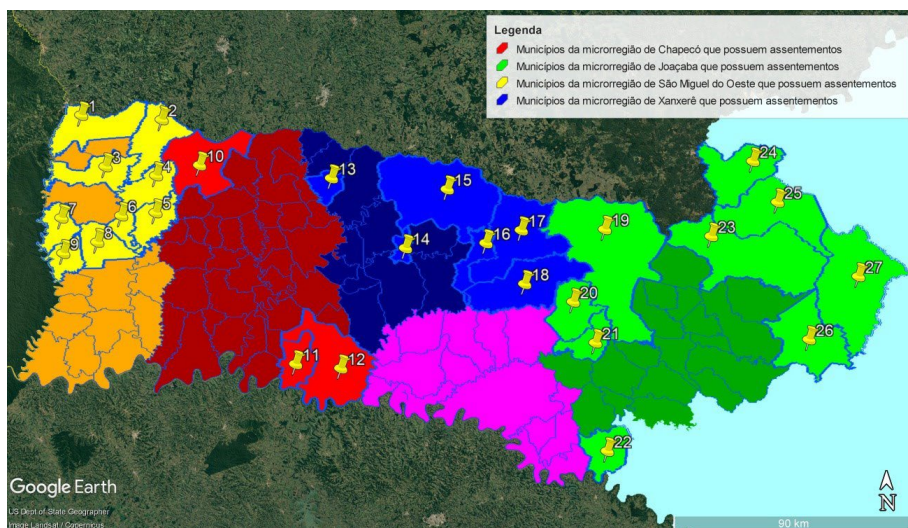
As ondas de ocupações ocorridas, principalmente, em meados da década de 1980 e 1990 – das quais muitos dos entrevistados participaram[181] ou que fazem parte da trajetória de vida dos seus pais –, resultaram na conquista de 94 assentamentos no Oeste Catarinense[182] (Ilustração 11). Classificados em diversas modalidades[183], tais assentamentos compreendem 3.560 famílias e ocupam uma área de 61.023 ha (Tabela 5).

Microrregião de São Miguel do Oeste	Microrregião de Chapecó	Microrregião de Xanxerê	Microrregião de Joaçaba
1 - Dionísio Cerqueira (2) 2 - Palma Sola (2) 3 - São José do Cedro (2) 4 - Anchieta (2) 5 - Romelândia (1) 6 - Barra Bonita (1) 7 - Paraíso (1) 8 - São Miguel do Oeste (2) 9 - Bandeirantes (1)	10 - Campo Erê (2) 11 - Guatambu (1) 12 - Chapecó (1)	13 - Coronel Martins (1) 14 - Bom Jesus (1) 15 - Abelardo Luz (22) 16 - Vargeão (1) 17 - Passos Maia (15) 18 - Ponte Serrada (1)	19 - Água Doce (5) 20 - Vargem Bonita (1) 21 - Catanduvas (3) 22 - Capinzal (1) 23 - Caçador (1) 24 - Matos Costa (6) 25 - Calmon (2) 26 - Fraiburgo (9) 27 - Lebon Régis (7)
Total: 14 assentamentos	Total: 4 assentamentos	Total: 41 assentamentos	Total: 35 assentamentos

Ilustração 11. Localização dos assentamentos no Oeste Catarinense I. Fonte: Elaborado a partir da sobreposição do Shapefile SIGSC-limites municipais no Google Earth. Org.: BASTIANI, T. M.; BORGES, L. F. S. 2020. Fonte: Elaborado a partir da sobreposição dos Shapefile INCRA-assentamento de SC e SIGSC-limites municipais no Google Earth. Org.: BASTIANI, T. M.; BORGES, L. F. S. 2020.
* Os dados fornecidos pelo Painel de assentamentos – atualizado em 31/12/2017 – e os fornecidos pelo Shapefile, não condizem. Por isso, os projetos de assentamento PE Itatiba, PRB Chapada verde,

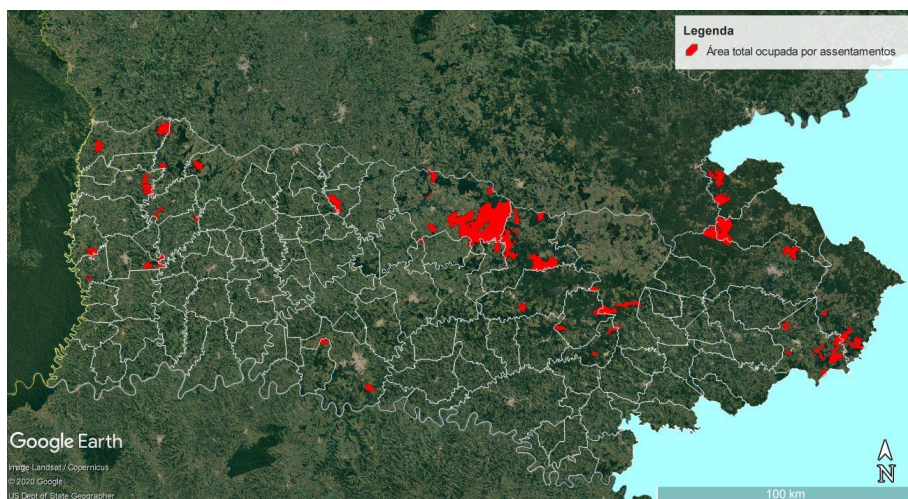



Ilustração 12. Localização dos assentamentos no Oeste Catarinense II. Fonte: Elaborado a partir da sobreposição dos Shapefile INCRA-assentamento de SC e SIGSC-limites municipais no Google Earth. Org.: BASTIANI, T. M.; BORGES, L. F. S. 2020. * Os dados fornecidos pelo Painel de assentamentos – atualizado em 31/12/2017 – e os fornecidos pelo Shapefile, não condizem. Por isso, os projetos de assentamento PE Itatiba, PRB Chapada verde, PA Rio água azul, apontados na Ilustração 11, não aparecem na Ilustração 12.

Tabela 5. Número e Área de Estabelecimentos Oeste Catarinense/Assentamentos

Oeste Catarinense		Assentamentos Oeste Catarinense	
Número Total de Estabelecimentos	Área Total dos Estabelecimentos	Famílias Assentadas	Área dos Projetos de Assentamento
72.857	2.161.884	3.560	61.023
Área Média			
29,67 há		17,14 ha	

Fonte: IBGE; INCRA. Org.: BASTIANI, T. M. 2020.

Com base na tabela acima, conclui-se que 4,88% do número total de estabelecimentos do Oeste Catarinense é formado por famílias assentadas, bem como, 2,82% da área total é ocupada por assentamentos. Tais dados, apesar de relativamente pouco representativos em relação ao todo, demonstram que os assentamentos, devido a seus tamanhos – área média de 17,14 ha – também

são parte do número e área de estabelecimentos classificados como minifúndios e pequenas propriedades, ou seja, demonstram que parte da atual constituição agrária do Oeste Catarinense é fruto de um processo de luta pela terra.

Apesar das grandes ondas de ocupações ocorridas no Oeste Catarinense, até 2008 o local conhecido como o berço dos movimentos sociais ainda carecia de um assentamento fruto da reforma agrária em seu maior município. Uma realidade que passaria a se transformar a partir de 2002, com a ocupação da fazenda *Seringa/Paraíso*, em Chapecó.

3.1.2. Enquanto os outros dormem...

A capa do jornal *Diário da Manhã*[184], de 24 de abril de 2002, em cerca de meia página, abordou um episódio ocorrido na madrugada do dia 23, envolvendo a fazenda *Seringa/Paraíso*, localizada na linha Água Amarela, zona rural de Chapecó e distante 10 km do centro urbano. Mesmo sem folhear o jornal, qualquer transeunte em frente a uma banca podia ler o anúncio de que "MST invade fazenda no interior de Chapecó"[185] e visualizar uma fotografia (Ilustração 13) com dois grupos separados por uma cerca, em parte, caída ao chão: de um lado, alguns homens, e do outro, um homem e uma mulher. Além do anúncio e da fotografia, na capa era possível ler:

> Duzentas famílias sem-terra invadiram ontem de madrugada a Fazenda Paraíso, em Água Amarela, interior de Chapecó. As lideranças do MST dizem que a área chega a 700 hectares e não é totalmente produtiva. A proprietária do imóvel, Mara Baldissera, contesta as informações. Ela diz que a área é de pouco mais de 220 hectares e é utilizada para a criação de gado, ovelhas e plantações de milho e soja. A ocupação começou por volta das 4h30min. Oito ônibus, cinco caminhões e 10 carros de passeio foram utilizados para transportar os ocupantes. Ao chegar no local, os sem-terra derrubaram parte da cerca para facilitar o transporte de móveis, ferramentas, utensílios domésticos e comida[186].

Mesmo sem abrir o jornal, com as informações da capa, o transeunte poderia tecer algumas conclusões, tais como: de que o grupo de homens da fotografia é parte das 200 famílias "invasoras" e pertencentes ao MST e de que a única

mulher da fotografia acompanhada de um homem era a "proprietária" e seu marido. Além do mais, com o texto, além da informação da hora em que ocorreu a ocupação, têm-se os meios de locomoção dos sem terra até o local e o que eles transportavam. Assim, o leitor teve dados para concluir que a cerca na fotografia não somente separava os dois grupos, mas também concepções quanto à área da fazenda, bem como o seu aproveitamento para produção.

Ilustração 13. Fotografia da capa do jornal "Diário da Manhã".Fonte: Diário da Manhã, Chapecó-SC, 24 abr. 2002. Geral, p. 3.

Dependendo do leitor, poderia inclinar-se a acreditar na versão do MST ou da proprietária. Alguém estaria mentindo? Ambos estariam enganados? Fosse ele adepto da Teologia da Libertação – tão forte no município durante a atuação do bispo Dom José Gomes – e/ou sensível às demandas da reforma agrária, tendo em vista a dinâmica expropriadora do processo colonizador e da "modernização" do campo, talvez pudesse inclinar-se à versão dada pelo Movimento. No entanto, sendo ele um seguidor da lógica do "vencer pelo trabalho", tão presente no imaginário do local, devido em grande parte as glórias atribuídas aos colonos aqui chegados, talvez estivesse disposto a aceitar a versão da proprietária, até por condenar a ocupação como uma forma legítima de conquista da terra.

São apenas, entretanto, possíveis modos de como o leitor da capa reagiria diante do episódio anunciado pelo jornal. As diferentes informações fornecidas pelo MST e a proprietária, certamente despertam diferentes leituras sobre o fato envolvendo a ação da ocupação – definido na representação do jornal como a "invasão" da fazenda *Seringa/Paraíso*.

Antes da ação propriamente dita e na companhia de uma "lua cheia..., noite estrelada"[187], como rememorada por Otávio, a madrugada enluarada de 23 de abril de 2002 assistiu muitos caminhões, ônibus e carros de passeio que faziam fila na avenida Nereu Ramos. Já passava das 2 horas, momento propício para realizar o que aconteceria em breve, pois, na compreensão do participante, as ocupações geralmente ocorrem à noite. Otávio resume esta tática de ocupação noturna da seguinte forma: "enquanto os outros dormem, nós fizemos a luta"[188].

Nos meios de transporte, mais de 200 famílias – oriundas "de Chapecó e outras cidades do Oeste como Xanxerê, Passos Maia, Dionísio Cerqueira, São Miguel do Oeste, Quilombo, Vargem Bonita e Faxinal dos Guedes"[189] e formada por "agricultores e ex-produtores rurais que decidiram retornar ao campo depois de tentar a sorte na zona urbana dessas cidades"[190] – aguardavam ansiosas para seguir em frente. Em meio à expectativa com o episódio, representada até mesmo em alterações do bem-estar do corpo, como "uma dor no estômago", sentida por Isabela, que "nunca tinha participado de uma coisa dessas"[191], e torcendo, ao mesmo tempo, para que não houvesse nenhum imprevisto que pudesse atrapalhar seus planos, como, por exemplo, a presença policial, as famílias rumaram em direção à fazenda *Seringa/Paraíso* para ocupá-la.

Para estar ali, Isabela, mãe de 7 filhos e avó de 6 netos, separada/morando com novo companheiro e com 50 anos na data da entrevista, superou muito mais do que "dor no estômago", pois precisou enfrentar a discordância do marido, dos pais e dos irmãos que diziam que ela estava "louca" ao decidir participar da ocupação. Entretanto, tais desafios não foram maiores do que a sua vontade de voltar para "a roça", lugar de moradia e trabalho familiar durante sua infância.

Nascida em Chapecó em 1967, até os 12 anos residiu em diversos lugares da área rural deste município, onde os seus pais sobreviviam do arrendamento de terra. Todavia, após fazerem uma "boa safra", seus pais compraram uma casa na área urbana e foram trabalhar como assalariados, fato que fez com que Isabela acabasse deligando-se da roça. Na rotina urbana, casou-se aos 21 anos, dando

início a uma vida marcada por diversas atividades de trabalho: ajudava o marido a catar papel, foi costureira, cozinheira, trabalhou na justiça federal servindo cafezinho, foi doméstica, trabalhou em um seminário da igreja católica e como servente em uma escola, em resumo, fez "de um tudo", como definido por ela.

Após participar da noite da ocupação – da qual também se orgulha em dizer que, das mulheres atualmente moradoras no assentamento DJG, foi "a única que participou"[192] –, deixou o bairro São Pedro, em Chapecó, e passou residir no acampamento DJG, junto com os 5 dos filhos e o marido que, ao perceber que ela não desistiria do seu desejo de retorno ao rural, resolveu acompanhá-la.

Uma das filhas de Isabela que também se transferiu ao acampamento, em 2002, foi Aline. Mãe de 3 filhas, casada e com 29 anos na data da entrevista, nasceu em Chapecó, em 1988. Diferentemente de sua mãe, que destaca os diversos trabalhos que tivera, nos mais distintos lugares, Aline sublinha os locais onde a família residiu, todos marcados por uma trajetória de necessidade financeira.

Quando criança, sabe que morou um tempo no interior, onde os pais trabalhavam de agregados, mas suas lembranças se remetem apenas a uma rotina urbana. Até uns 8 anos, sua família residiu em diversas casas, pagando aluguel ou "de favor" na casa de algum parente. Dos 8 anos até os 14 (idade em que chegou no DJG) residiram em um terreno "irregular", próximo ao Verde Vida[193], onde, posteriormente, os lotes foram regularizados pela prefeitura mediante o pagamento de "um valor simbólico" pelo terreno e destinado a 40 famílias formada por catadores de papel, atividade que seu pai passara a exercer – contando com a colaboração da esposa e dos filhos – diante da dificuldade de conseguir outro emprego, principalmente, depois que ficara surdo.

Aos 14 anos, um mês após a ocupação, Aline, o pai e os irmãos juntaram-se a Isabela no acampamento DJG que, como vimos, lá residia desde a noite da ocupação. No acampamento, Aline foi professora da escola Itinerante[194] e conheceu seu marido, sendo atualmente beneficiária da reforma agrária junto com ele, em lote próximo ao da mãe.

Assim como para Isabela, mãe de Aline, a participação na ocupação da área foi algo inédito para muitos outros que, apesar de já terem ouvido falar no MST, às vezes até de forma estereotipada, nunca haviam participado de "uma coisa dessas". Para outros, filhos de assentados da região ou que mais uma vez repetiam o ato a fim de conquistar um pedaço de chão, era algo sem novidade, mas que nem

por isto deixava de trazer preocupações com o que poderia acontecer depois. Isto porque, já carregavam experiências vivenciadas em outros locais, às vezes quando crianças, ou haviam crescido com os relatos constantes de ocupações anteriores, contadas pelos pais ou familiares. Apesar dos anseios gerados pela novidade do ato ou por saberem dos possíveis percalços na repetição do mesmo, a chegada ao lugar de destino, a fazenda *Seringa/Paraíso*, ocorreu de "forma pacífica [já que] os sem terra não encontraram seguranças ou outro tipo de dificuldade para entrar na propriedade"[195].

Ao rememorar esse momento, Alberto resume a ação do grupo com as seguintes palavras: "nois invadimo (...) nois estouremo, era tudo cercado"[196]. Alberto, filho de agricultores, pai de 2 filhos, separado e com 62 anos na data da entrevista, nasceu em 1954, em Constantina/RS. Ao constituir nova família, foi morar em Ronda Alta, onde trabalhou em uma empresa que, ao falir, o levou a morar e trabalhar de peão em uma fazenda em Lucas do Rio Verde/MT. Entretanto, devido a inadaptação da esposa, deixou a fazenda e, posteriormente, ao se separar, ela foi morar com os filhos em Sarandi/RS e ele em Chapecó. Nesse município, trabalhou como taxista e em uma empresa de sistema de alarme, vindo a deixar o emprego pouco antes da noite da ocupação da fazenda *Seringa/Paraíso*, momento a partir do qual Alberto passaria a residir no acampamento.

A caracterização da ação enquanto uma "invasão", utilizada por Alberto, foi a linguagem empregada pelos jornais que noticiaram o episódio. Dois dos quais trazem como títulos de seus textos "MST realiza duas invasões em SC"[197] e "MST invade fazenda no interior de Chapecó"[198] e, outro que, apesar de não utilizar no título, pois nesse consta "Sem-terra ocupam duas fazendas no Oeste"[199], aborda, no conteúdo, por diversas vezes tal expressão. Apesar de ser uma simples palavra, ela conota grande significado e, não faz parte do vocabulário do MST.

Sobre a definição do ato como "invasão", bem como, as diferenças entre invadir e ocupar, é preciso compreender que,

> [...] na maioria das vezes, a imprensa usa a palavra invasão, em vez de ocupação, para designar a entrada e o acampamento dos sem-terra dentro de uma fazenda. É preciso que fique claro que a área ocupada pelos sem-terra é sempre, por princípio, terra grilada, latifúndio por exploração, fazenda improdutiva ou área devoluta. Segundo os juristas Fábio Comparato, Luiz Edson Facchin e Ré-

> gis de Oliveira, existem profundas diferenças entre invadir e ocupar. Invadir significa um ato de força para tomar alguma coisa de alguém em proveito particular. Ocupar significa, simplesmente, preencher um espaço vazio – no caso em questão, terras que não cumprem sua função social – e fazer pressão social coletiva para a aplicação da lei e a desapropriação[200].

Ao utilizar a palavra "invasão", Alberto, o participante que resume a ação, provavelmente não tenha as explicações teóricas que a justifique, reproduzindo aquilo que geralmente se escuta da mídia quando ocorre uma ocupação de terra organizada pelo MST. Quanto aos jornais, a utilização do verbo "invadir" e/ou suas derivações, além de chamar a atenção dos leitores, reafirma o discurso dominante e hegemônico do "dono" da terra que, por sua vez, ao negar que a propriedade é improdutiva, compartilha da opinião de que se trata de uma "invasão".

Considerando o ato de invadir e ocupar e, seguindo as concepções do Movimento, podemos afirmar que os participantes ocuparam a fazenda *Seringa/Paraíso* e, após chegarem ao local em que ficariam instalados, imediatamente iniciaram os preparativos do que viria a ser uma rotina diferente da vivida antes e, ao mesmo tempo, a possibilidade de concretização dos sonhos que os movimentaram para chegarem até ali.

Após adentrarem a fazenda, diz um dos ocupantes, "fizemos o primeiro fogo ali, bem perto daquela riveira, ali de baixo"[201], que servia para iluminar a escuridão da noite, aquecer a água para o chimarrão e o preparo da alimentação. Logo após, começaram a erguer os barracos que seriam de residência no novo local de morada. Tão rápida foi a ação que, "até o meio dia praticamente todas as famílias estavam organizadas e instaladas em barracas de lona"[202].

Otávio, já acostumado às lutas do MST, pois já havia participado de outras ações, resume do seguinte modo os sentimentos que envolvem uma ocupação:

> [...] quando a gente faz uma ocupação, o sonho meu, o teu, de todos, é o mesmo objetivo... tu ta ali para se organizar, para ver, tu é parte também, se sente parte... tu tem o sonho de melhorar as condições de vida, para tu ter comida para os teus filhos, para a tua família, para tu produzir[203].

Posicionamento bem diferente, no entanto, da versão de um dos proprietários na ocasião, Paulo Baldissera, para o qual a ocupação de sua propriedade "não é a melhor saída para pressionar por rápidas soluções de reforma agrária"[204]. Se partirmos da justificativa do INCRA diante do fato de que "por imposição da lei[205], está impedido de fazer qualquer levantamento (...) pelos próximos dois anos, justamente em decorrência da invasão"[206] e que, portanto, não poderia "intervir na negociação para a saída dos invasores"[207], poderia haver o entendimento que, diante do período de 2 anos na resolução da questão, o proprietário tivesse razão ao defender que a ocupação não é a melhor alternativa. Entretanto, intuímos que se não fosse devido à ocupação, dificilmente a desapropriação da área seria levada a diante, ou seja, a ocupação da fazenda *Seringa/Paraíso* criou o fato, demonstrou a necessidade da desapropriação.

No que se refere aos primeiros momentos da ocupação, é interessante destacar que os proprietários da fazenda só ficaram sabendo o que estava ocorrendo "após às 6 da manhã"[208], quando forma avisados pelos empregados, pois, devido ao lugar de acesso, os ocupantes não chamaram atenção, uma vez que "entraram pela área de pastagem e se instalaram ao lado de uma fonte de água"[209], local situado a cerca de 1 km da sede da fazenda. Assim, o encontro entre os ocupantes e o casal proprietário se deu pela aproximação do último até o local escolhido para a ocupação, já que "os integrantes do MST não tentaram chegar a sede da fazenda"[210].

Uma das aproximações entre ocupantes e proprietários foi relatada por Alberto da seguinte maneira: "daí veio o dono da fazenda... queriam tirar nois com a polícia"[211]. O encontro foi registrado na fotografia estampada na capa do jornal *Diário da Manhã* do dia 24 de abril de 2002, entretanto, sem o registro da presença policial. Portanto, o acompanhamento policial aos proprietários não é algo que se pode afirmar que tenha ocorrido, pois nem a fotografia estampada na capa do referido jornal, nem outros relatos, o confirmam.

Alberto foi o único que relatou a ação de tentar tirá-los da fazenda com a presença de aparato policial. Acreditamos que ele associe o episódio a outra das muitas ocupações onde houve o confronto direto, uma vez que a presença policial nas ocupações de terra, seja no Oeste Catarinense, em específico, ou em qualquer outra parte do país, não é algo incomum. Assim, Alberto talvez tenha contado como um episódio vivido por ele o que, na verdade, foi somente um

acontecimento "vivido por tabela"[212], apenas imaginado, estando seu relato baseado em uma situação que teria grande probabilidade de ocorrer.

A situação de perceber que o relato de um entrevistado está, de certo modo, mesclado com informações que não correspondem à realidade, foi vivenciada por Portelli, ao entrevistar Alberto Filliponi, em 1973. Portelli conta que seu entrevistado – um antigo operário comunista italiano do ramo de fundição de aço que, durante a resistência comunista diante do regime fascista dos anos 1940, foi secretário da resistência e também comandante da brigada "Antonio Gramsci" – relatou-lhe que tivera um papel central na convenção que deu origem ao Partido Comunista, mesmo sem comparecer à mesma; que fugira com Gramsci da prisão para esconderem-se nas montanhas, sem que tal situação tenha sucedido; e que teria tido um confronto com Togliatti em uma reunião sobre a presença ou não do socialismo na agenda do Partido, sendo que ele sequer tenha participado de tal reunião.

Às situações imaginadas pelo entrevistado, segundo Portelli, estão diretamente relacionadas ao desejo de reconhecimento, pois

> [...] embora tenha dado muito de sua vida ao partido, Filliponi sentiu nunca ter sido suficientemente reconhecido e recompensado por isto. Assim, ele colocou a si mesmo, em imaginação, no centro da história do partido e ao lado do seu "pai fundador", do qual alegava ter recebido, em uma espécie de investidura de batismo, seu codinome e sua identidade política[213].

Da mesma forma que Fillipone, Alberto também relatou uma situação meramente imaginada, muito em função do desejo de reconhecimento. Todavia, diferentemente do italiano, que buscava reconhecimento pessoal, Alberto, ao relatar a presença policial para retirá-los da fazenda ocupada, talvez tenha desejado enfatizar a virtude dos acampados, que haveriam sido aguerridos frente a uma situação de enfrentamento, não abandonado o local que conquistariam após quase 7 anos de acampamento, período esse, como veremos a seguir, permeado por distintas representações sobre seus participantes.

3.2. Representações sobre os Sem Terra

3.2.1. Protagonistas ou manipulados?

A participação em um movimento de luta pela reforma agrária, que tem na ocupação uma estratégia de conquista da terra, não deixa ilesos seus participantes, muito menos o movimento social do qual fazem parte.

Com grande destaque ao papel exercido pelos meios de comunicação, à medida que o MST foi ganhando força, suas ações passaram a ser discutidas socialmente, criando-se representações que tem por objeto aqueles que estão envolvidos nas ocupações, acampamentos e, até mesmo, nos posteriores assentamentos conquistados.

Compreender as representações criadas sobre as atuações do MST é, antes de tudo, entender que as adjetivações criadas para descrever o Movimento recaem sobre pessoas, qualificando o que são, o que fazem e o porquê fazem. Neste aspecto, geralmente, a mídia divide os participantes nas ações do MST em dois grupos: os "líderes" e os "demais", sendo os últimos tradados como coitados, pois seriam simplesmente manipulados pelos dirigentes do Movimento. Uma situação exemplificada pela abordagem de um jornal da região sobre o acampamento DJG, um ano após a ocupação da fazenda *Seringa/Paraíso*.

Atribuindo aos acampados o papel de sujeitos manipulados pelos "líderes" e, portanto, sem poder de voz, o jornal *Folha A Verdade*[214], por intermédio de seu fundador, Américo Pedroso, expôs suas impressões sobre o acampamento nos seguintes termos:

> Fiquei triste, pois é desumano o que este povo está passando nos acampamentos com a lei do silêncio, um ano de sofrimento em barraco de lona preta. Nesta última quinta-feira, dia 22, estive visitando o acampamento do MST Ocupação Dom José Gomes, na localidade de Água Amarela, em Chapecó. Fiquei mais uma vez desacreditando nas lideranças (oportunistas), pois as pessoas que lá estão ficam submetidas à lei do silêncio, as lideranças não falam e não deixam ninguém falar e o medo é tal que as senhoras que ali estavam se preocuparam tanto com minha presença e os líderes tremiam de medo. Eu gostaria de ver aqueles que levaram estas famílias para aquele local. Moram ali com eles ou estão em seminários, apartamentos com telefone e ar condicionado? Ou só

> aparecem lá para fazer reuniões? Eu quero, sim, ver uma reforma agrária, mas não como sempre fizeram, com invasão[215].

A "lei do silêncio", mencionada pelo articulista, certamente existia por parte dos acampamentos para com a imprensa, pois ela, muitas vezes, costuma abordar as ações do MST com um tom fortemente pejorativo, buscando desqualificar os métodos utilizados e fomentando uma opinião pública contrária ao Movimento. Como é possível observar no relato de Américo Pedroso, permeado por representações preconceituosas e estereotipadas, onde busca demarcar uma narrativa para deslegitimar a luta pela terra a partir das supostas desumanidades a que os acampados estariam sendo submetidos pelos líderes, negando às presumíveis vítimas qualquer capacidade de organização e discernimento racional.

Ao tratar os acampados como manipulados, o articulista os destitui da capacidade de decisão ao optarem pelo acampamento como tática para conquistarem em pedaço de terra, subtraindo-lhes todo protagonismo, uma vez que seriam simples joguetes submissos aos caprichos das oportunistas lideranças do MST que os "levaram" até lá.

A falta de protagonismos dos trabalhadores é uma tendência que passou a ser questionada no decorrer da historiografia brasileira, tanto ao observarmos o "paradigma da ausência"[216] dos escravos nas lutas antiescravistas, quanto aos nos determos no "paradigma da classe como sujeito subordinado"[217] ao protagonismo do Estado na realização das reformas.

No que se refere aos escravos, sua ausência de protagonismo na bibliografia é problematizada pela visão do escravo como um ser coisificado, e, portanto, incapaz de pensamentos e ações próprias que, por sua vez, tem origens em fontes intelectuais como Joaquim Nabuco e José de Alencar. Enquanto o primeiro acreditava que a abolição deveria ser uma iniciativa do poder público, Alencar julgava que era responsabilidade dos senhores. Entretanto, nenhum deles concebia a abolição enquanto um impulso dado pelos próprios escravos que, por sua vez, para esses autores, estavam ausentes de seu processo de libertação.

Quanto à classe operária, apesar de haver um grupo de pesquisadores como, por exemplo, Juarez Rubens Brandão Lopes, Fernando Henrique Cardoso, Azis Simão, Leôncio Martins Rodrigues e José Albertino Rodrigues que, a partir da década de 1960, buscaram compreendê-la no contexto brasileiro de sua forma-

ção, ainda a concebiam submetida à tutela do Estado, pois careceria de consciência adequada que pudesse impulsionar transformações sociais e políticas.

Situação modificada, entretanto, nas publicações acadêmicas após 1978, ano de ocorrência de grandes greves de massa. A partir de então, passou-se a questionar a passividade dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, a concebê-los como sujeitos sociais que se expressam em diversas dimensões. Neste contexto, as publicações acadêmicas sofrem o que os autores classificam como ruptura, ou seja, os trabalhadores que eram vistos,

> [...] como personagens subordinados ao Estado e incapazes de impulsão própria e, após 1964, silenciados e atomizados politicamente pelo regime militar, irrompem na cena política em 1978 falando por boca própria e revelando a existência de formas de organização social que haviam tecido à margem dos mecanismos tradicionais montados para representá-los e que serviam para sua cooptação, enquadramento e controle[218].

Entretanto, na contramão dos avanços historiográficos, o apagamento do protagonismo dos sujeitos participantes do processo de ocupação e acampamento atrás de seus "lideres" é uma tendência muito utilizada pelos meios de comunicação. Nesta perspectiva, uma pesquisa[219] analisou as visões sobre o MST em um jornal impresso do Oeste Catarinense, o *Diário da Manhã*. Nos 5 anos pesquisados (1985 -1989), foram mapeadas e analisadas 127 notícias que citavam o MST, das quais 17 emitem opinião sobre a atuação deste movimento social, sempre presentes nos editoriais. Assim, observaram os autores que, ao mesmo tempo em que eram noticiados episódios envolvendo o MST, também eram elaboradas opiniões nos editoriais, escritos pelo diretor do jornal, Dyogenes Pinto.

Dentro do recorte temporal, os autores concluem que, de forma geral, as notícias eram superficiais e davam pouca voz aos envolvidos nos acontecimentos noticiados que, por sua vez, eram representados pela abordagem dada por representantes do INCRA ou políticos da região. Por outro lado, nos editoriais, onde se expressavam as opiniões escritas pelo diretor do jornal, buscava-se formar uma imagem sobre o MST, seus integrantes e apoiadores.

As análises dos editoriais demonstram que as opiniões estão relacionadas à defesa da propriedade privada e, consequentemente, à condenação de qualquer

ação que a ponha em xeque. Desse modo, as ações do MST são caracterizadas como transgressões da lei e da ordem, seus dirigentes são descritos como "insufladores", "agitadores", "invasores", "incautos", "criminosos", "extremistas de esquerda" e "totalitários" e seus demais integrantes são qualificados como pessoas "manipuladas", dos quais deveríamos sentir "pena" [220].

Na mesma perspectiva da análise feita das reportagens do jornal *Diário da Manhã*, outro estudo[221] buscou analisar as reportagens da revista *Veja* sobre o MST. Ao longo de 6 anos e meio – do início do governo Fernando Henrique Cardoso, em 1995, até meados do ano de 2001 –, Souza percebeu que após um momento inicial de silêncio, as abordagens dadas às ações do Movimento passaram por três fases seguintes: 1ª) a cooptação; 2ª) a divisão; e 3ª) a satanização.

Rompido o período inicial de silêncio, que dura até setembro de 1995, as reportagens da revista entraram na fase da "cooptação", na qual tentavam neutralizar o potencial de contestação do MST, através de um discurso que pregava que o governo deveria ser considerado um parceiro do Movimento para acabar com as desigualdades do campo. Nesse tipo de reportagem, os leitores eram levados a despertar sentimentos de misericórdia, já que os Sem Terra seriam considerados sujeitos dignos de piedade, pois seriam trabalhadores que, apesar das mão calejadas, estavam em condições muito precária de sobrevivência.

Com o fracasso da proposta anterior, as reportagens de *Veja* entram na fase da "divisão". Nessa, há o isolamento do MST no intuito de que não ganhe mais força. Para tanto, as reportagens buscavam isolá-lo tanto externamente, quando pregava que havia uma separação entre o Movimento e seus aliados mais tradicionais – tais como o Partido dos Trabalhadores (PT) e igreja católica, afirmando, inclusive, que eles haviam deixado de apoiar o Movimento –, quanto internamente, quando se tentava indispor seus principais dirigentes, tais como João Pedro Stédile e José Rainha, chamando-os, muitas vezes, de "agitadores profissionais".

Na fase da "satanização", que ocorreu no período de término do estudo, as palavras "baderna", "arruaça" e "desordem" passam a serem utilizadas com frequência para abordar as ações do MST. Além disso, seus integrantes deixam de serem considerados sujeitos dignos de piedade, dispensando qualquer abordagem que viesse a contrapor alguns aspectos positivos com outros negativos, pois passam a serem descritos como simples "arruinados", ou seja, um conjunto de "desempregados, analfabetos, agricultores arruinados, gente que foi bóia-fria ou veio de favelas nas grandes cidades"[222].

Adjetivar os participantes das ocupações e acampamentos como "manipulados" por lideranças, bem como, "dignos de piedade" ou "arruinados" é, como dissemos, desconsiderar o protagonismo de tais sujeitos na luta pela conquista da terra, pois, ao afastá-los da condição de fazer suas escolhas, vendo-os como seres que simplesmente são conduzidos, elimina-se a possibilidade de entender os caminhos vividos que os levaram a tomar a difícil escolha de participarem de um movimento social de luta pela reforma agrária.

Entretanto, como havíamos visto pela trajetória de vida dos entrevistados, participar das ações do MST que, por sua vez, tem nas ocupações e acampamentos estratégias de luta, é uma escolha. Muitos sabem das dificuldades a serem enfrentadas, mas, ainda assim, decidem encará-las no intuito de alcançarem seus objetivos, qual seja, a conquista da terra.

3.2.2. Do MST aos sujeitos: extensão de adjetivos

A "satanização" do MST, geralmente, é a versão mais divulgada pelos meios de comunicação. Tal feito coloca as ações do Movimento como sinônimo de desorganização, entendimento que passa a ser estendido aos seus integrantes – desde o momento da ocupação até, posteriormente, como moradores de assentamentos – fazendo com que esses deixem de ser meros ouvintes das críticas ao Movimento, para tornarem-se objeto delas.

Recordando-se do tempo do acampamento, Salete relata do seguinte modo um episódio envolvendo um vereador do município de Chapecó: "[ele] foi na rádio falar mal de nós, 'que queriam terra, uma tropa de vadio'"[223]. Sua inclusão dentro de um grupo denominado de "vadios", provavelmente, não foi algo com que se identificou, principalmente por sua trajetória de vida marcada pelo trabalho, desde muito jovem, e nas mais diversas atividades.

Salete, mãe de 4 filhos, avó de 3 netos, casada e com 52 anos na data da entrevista, nasceu em 1965, em Cordilheira Alta/SC – na ocasião distrito de Chapecó, atualmente município emancipado –, local em que os pais trabalhavam de agregados. Uma entre 12 irmãos, filhos de mãe cabocla com pai de origem italiana, ela se define enquanto "brasileira". Não por aqui ter nascido, mas pelo tom da pele mais escura, diferente da maioria dos irmãos, que são "tudo branco,

bem branco, com os olhos bem azul"[224]. Aos 3 anos, foi residir com a família no interior de Chapecó, na linha Cachoeira, local onde adquiriram um pedaço de terra. Lá, permaneceu até os 15 anos, quando saiu da casa dos pais e foi trabalhar na área urbana do município.

Quando Salete tinha 18 ou 19 anos, seus pais venderam a propriedade e novamente passaram a morar de agregados, desta vez, na linha Simonetto, também localizada no interior de Chapecó. Na ocasião, ela retornou a casa dos pais para contribuir no trabalho com porcos e plantação de soja. Conheceu seu marido (Ademar) e casou-se um ano depois. Com ele, residiu em diversos lugares da área urbana de Chapecó e também em Foz do Iguaçu, onde trabalharam como atravessadores de mercadorias do Paraguai pra o Brasil. Em 2002, quando da ocupação da fazenda *Seringa/Paraíso*, moravam no bairro Vila Rica, em Chapecó. Nesse momento, enquanto Salete trabalhava na plantação de verdura em uma estufa – localizada no município de Cordilheira Alta – Ademar trabalhava por dia com um primo, cortando lenha "dos mato". Um mês após a ocupação, Salete e os filhos juntaram-se a Ademar que já estava no local desde a noite da ocupação.

Uma trajetória com muitas mudanças de lugar, por sua vez, relacionadas ao trabalho, tornava difícil a sua inclusão em um grupo de pessoas "vadias". Entretanto, mesmo que Salete não se identificasse com tal adjetivo, sabia que teria que conviver com ele, pois o receberia pelo simples fato de ser uma integrante do MST.

O tipo de adjetivação que passara a incomodar Salete é tão forte que até o seu marido, Ademar, antes de conhecer melhor o Movimento, compartilhava dele. Ao relatar sua chegada ao acampamento DJG, Ademar diz o seguinte:

> [...] eu vim com a intenção de ficar 3 dias apenas... eu vim só para conhecer, ver como é que era, porque eu não conhecia nada, só assistia pela televisão, pelo rádio, quando saia nos outros lugar, que era uma tropa de baderneiro, que era isso, era aquilo, era tropa de bêbado, vadio (...) aí eu pensei... 'mas não é como falam lá'[225].

Ao estipular, inicialmente, quanto tempo ficaria, além de participar da ocupação somente "para conhecer", Ademar juntou a necessidade da luta pela terra com a curiosidade e, sobretudo, colocou em confronto aquilo que havia ouvido desde até então sobre o MST e a realidade percebida. Concluindo, posteriormente, que ambas não estavam de acordo, decidiu continuar no acampamento.

A propósito da questão dos julgamentos sobre o MST e seus integrantes, Geraldo relatou que, enquanto estava acampado, ao participar de uma atividade de lazer na comunidade rural Água Amarela, local do acampamento e hoje assentamento, ouviu uma pessoa falando de forma bastante pejorativa sobre aqueles que estavam no acampamento DJG. Geraldo relatou a situação da seguinte forma:

> [...] um cara sentado pra trás assim, ele não me conheceu e daí ele falando mal de nois aqui "aqueles vagabundo, não merecem terra, querem terra para ficar de 'varde', essa tropa de vagabundo"[226].

Diante da situação relatada, admitiu que havia ficado nervoso, mas que resolvera não tomar nenhuma atitude, pois a pessoa que estava junto com ele disse-lhe "deixa, deixa... oh, deixe que fale" [227]. Assim, Geraldo acabou não tomando uma atitude intempestiva, pois tinha a clara convicção de que o adjetivo "vagabundo" não poderia ser aplicado a ele, que trabalhara desde muito cedo.

O relato de Geraldo remete à questão de que as representações sobre os participantes do MST impulsionaram conflitos entre os sujeitos que chegaram e os que já estavam presentes no espaço ocupado. Tanto acampados, quanto indígenas kaingang que hoje formam a reserva *Aldeia Kondá*, chegaram a uma comunidade que já vinha sendo ocupada há décadas por pequenos agricultores. Em um primeiro momento, acreditamos que, influenciados pelos meios de comunicação, principalmente no que diz respeito à defesa da propriedade privada, os dois grupos não foram bem aceitos devido à forma em que chegaram ao local, pois, enquanto os integrantes do Movimento haviam acampado na localidade, os indígenas haviam se transferido para lá antes mesmo da regularização da reserva. Além disso, ambos os grupos, seja "índio" ou "MST", carregam estigmas negativos que, por sua vez, fazem parte das representações cotidianas de muitos na região.

Além do mais, os julgamentos sobre o acesso à terra por um grupo de "vagabundos", como vimos nos relatos de Salete, Ademar e Geraldo, mais do que uma simples externalização de adjetivos, representam distintas concepções acerca das formas de utilização da terra, acesso à propriedade e modos de vida.

Nesta concepção, merece a terra aquele que não a utiliza apenas para seu sustento, mas é capaz de integrá-la aos interesses do capital. Os demais, além de não a merecerem, não podem ser considerados como trabalhadores, pois as for-

mas que a utilizam não são consideradas como trabalho. Além do mais, a pecha de "vagabundos", lançada sobre os indígenas e os integrantes do MST, resiste ao tempo, mesmo após muitos anos de convívio com os moradores da reserva indígena e do assentamento DJG, pois esses, possivelmente, carregam a marca do acesso à terra por meio da "transgressão" à lei e à ordem.

Sobre os 3 grupos que atualmente residem na Água Amarela – indígenas, assentados e os demais moradores que já estavam na localidade antes dos outros dois grupos –, podemos dizer que, em alguma medida, eles se veem "forçados" ao convívio esporádico, pois se cruzam constantemente, uma vez que tanto o caminho para ir e vir a diversos lugares, quanto os locais em que acessam alguns serviços como, por exemplo, posto de saúde[228], escola[229] e estabelecimentos comerciais, podem ser os mesmos.

Alda relatou que em um desses locais, pouco tempo antes da entrevista ocorrida em 2017, ela e o companheiro tiveram uma conversa com a caixa de um supermercado que evidencia parte do estigma que ainda pesa sobre os moradores da reserva indígena e do assentamento. Ao revelarem que moravam na localidade Água Amarela, a caixa encontrou um ponto de vivência em comum com eles e começou a fazer uma série de comentários, entretanto, sem saber exatamente onde moravam. Alda relatou a situação do seguinte modo:

> [...] daí ela perguntou assim, "vocês são novos aqui?"; e a gente falou "não, a gente tem comprado direto aqui no mercado" (...) o Otávio falou "moramos ali na Água Amarela", aí ela disse "há... pois é, eu morava ali na Água Amarela também, eu era professora ali, mas depois que o PT ganhou a prefeitura em Chapecó e que veio, que eles invadiram lá, aqueles... a indiarada, aqueles bugraiada, sem terra lá, aí eu tive que sair de lá e ir embora"[230].

O transferir-se de local relatado pela caixa do supermercado e, portanto, a negação de compartilhamento do mesmo espaço com indígenas e acampados, pode tanto tratar-se de um fato isolado de alguém que não mais suportou a convivência com o "outro" tão diverso do "seu" grupo, quanto de uma necessidade particular de transferir-se por motivações particulares como, por exemplo, o fato de não ter sido mais contratada como professora na escola da Água Amarela, tendo de assumir uma função de menor remuneração e prestígio e, portanto,

morar mais próximo ao trabalho. Na segunda possibilidade, atribuí ela aos "outros", no caso, o PT e aos que "invadiram lá", uma motivação que, no entanto, pode ter sido impulsionada por uma necessidade de trabalho. Entretanto, muito além das verdadeiras motivações para sua transferência, estão as pistas deixadas pelas justificativas dadas sobre o porquê saiu da comunidade Água Amarela.

No relato de transferência, se destacam ao menos dois elementos. Primeiramente, a não diferenciação entre os grupos ocupantes, indígenas e acampados. Ou seja, os que chegaram posteriormente não são diferenciados, aparecem na fala como sendo parte de um todo, como se tivessem chegado ao mesmo tempo no local, algo que, na realidade, tem um espaço de tempo de 3 anos, pois, enquanto os indígenas se transferiram para a área em 1999, a ocupação da fazenda *Seringa/Paraíso* se deu, como vimos, em 2002. Além disso, para a caixa do supermercado, esse não era um grupo qualquer, já que era formado por uma "indiarada", uma "bugrada" e uns "sem terra lá", o que, no seu entendimento, era razão mais do que suficiente para justificar sua repulsa e afastamento da localidade.

Além da não diferenciação entre os grupos, um segundo elemento a ser destacado é a atribuição da "culpa" pela presença dos que chegaram posteriormente ao local, a um determinado partido político, o PT. Juntam-se, assim, às suas concepções sobre indígenas e MST à condenação de um partido por legitimar as ações de ocupação, denominada por ela de "invasão" ao espaço, onde a ex-moradora julgou não ser mais procedente continuar. Entretanto, a condenação e julgamentos sobre as ações do PT, não é uma exclusividade sua.

Os discursos de ódio direcionados ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao PT, já foram tema de pesquisa[231]. Por meio da análise da seção de cartas dos leitores do jornal *O Globo*, publicadas aos domingos, durante os seis meses anteriores ao afastamento da então presidente Dilma Rousseff, em 2016, o estudo buscou compreender a gênese de tais discursos. Como resultado, concluiu estar relacionada à questões que permeiam a história e formação do país e, portanto, vinculada à duas motivações principais: a ideia do ressurgimento do "perigo comunista" e a rejeição aos pobres.

Quanto ao "perigo comunista", o estudo concluiu que o anticomunismo por já haver sido utilizado em momentos da história do Brasil para conter governos que adotaram algumas medidas populares, está, portanto, vivo na memória do país. Além do mais, na atualidade, o anticomunismo se traveste de antipetis-

mo, projetando a necessidade de que o partido também precise ser combatido e exterminado. No que se refere à rejeição aos pobres, por sua vez, constatou-se que o conceito de aporofobia[232] é chave de explicação da compreensão da projeção de ódio ao PT e ao Lula, pela implantação de programas sociais realizadas pelo partido e pela origem social vinculada à pobreza do ex-presidente. Isto porque, o medo aos pobres compreende a reprodução da representação, por parte do que a autora chama de "classes altas", de que os pobres não somente ameaçam a estabilidade, mas são sinônimos de delinquência, sendo eles os responsáveis pela condição de pobreza pela qual se encontram e que, portanto, nem todos merecem auxílio, pois a maioria é julgada como preguiçosa e parasitária.

Entretanto, é preciso acrescentar que a aversão aos pobres, nem sempre se dá apenas pelas ditas "classes altas", mas envolvem sujeitos dentro da classe trabalhadora que, apesar de pertencerem a ela, não se concebem assim. Nesta perspectiva, do relato de Geraldo e da conversa envolvendo a caixa do supermercado e o casal Otávio e Alda, é possível constatar que os possíveis julgamentos por parte dos moradores da comunidade Água Amarela, por sua não aceitação aos indígenas e integrantes do MST, foi uma situação vivenciada durante o acampamento, mas que, todavia, é estendidas até o presente, mesmo após a condição de assentados que, além do mais, também é relacionada ao ódio a um determinado partido político.

Entretanto, para além de tal constatação, escondido em tais conflitos está a dominação envolvendo a hegemonia política, econômica e cultural manifesta nos grupos que, apesar de pertencentes a mesma classe, fazem projeções diversas a ponto de não se considerarem enquanto tal. Isto pode ser entendido, pois,

> [...] um grupo embrionário, que se manifesta na ação e, portanto, descontínua e ocasionamente – isto é, quando tal grupo se movimenta como um conjunto orgânico – toma emprestada a outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que lhe é estranha; e aquele (o primeiro) grupo afirma por palavras esta concepção, e também acredita segui-la, já que a segue em "épocas normais", ou seja, quando a conduta não é independente e autônoma, mas sim submissa e subordinada[233].

No caso da caixa do supermercado, ao tomar emprestado de outro grupo social uma concepção que lhe é estranha, compartilha de um conjunto de valores, percepções e cognições que formam a sua visão de mundo que, por sua vez, não somente sustentam práticas cotidianas de um determinado grupo o qual ela não pertence, mas, de outro, que a domina. Isto porque, uma classe, neste caso, a burguesa, pode exercer domínio sobre outra, a trabalhadora, tornando-se superior mediante o consenso a favor de seus valores e, assim, os estendendo-os como válidos para toda a sociedade.

Entretanto, um desafio a ser superado, pois enquanto houver a subordinação das classes subalternas ao projeto político do grupo dominante, mais impedimentos se criam à classe trabalhadora para realizar sua própria visão de mundo e, consequentemente, lutar por seus interesses. Assim, torna-se necessário, ao mesmo tempo, sair da condição de posição subordinada e articular-se em torno de projetos que tenham como objetivo o processo de emancipação dos trabalhadores. Nesta perspectiva, o MST e os sujeitos que o constituem, deixariam de ser julgados por meio de adjetivos, muitas vezes, estereotipados, e o Movimento passaria a ser reconhecido em sua importância, não somente de confronto direto a concentração fundiária, mas de melhoria de vida dos beneficiários da reforma agrária.

Capítulo IV

Do acampamento à desapropriação

> [...] se a gente fosse escrever... escrever bem do começo, quando começou a ocupação até agora, que novela que dava, meu Deus! Esses dias nois comentamos com o seu Geraldo e ele disse "dava um livro de não sei quantas páginas", tudo que nois passemo...[234].

O "tudo que nois passemo", expresso em tom de orgulho e misturado com lembranças de um tempo que não volta mais, está no âmbito daquilo que geralmente não chega ao conhecimento da sociedade no processo de desapropriação e, posterior, assentamento rural. Após longa abordagem midiática sobre a ocupação da terra, muitas vezes caracterizada como uma "invasão" impulsionada pelo MST, outras notícias passam a demandar mais atenção e, com o transcurso dos dias, os acontecimentos ocorridos após a ocupação acabam ficando esquecidos, a não ser que aconteça algo considerado uma transgressão à ordem, geralmente retirado de boletins policiais.

Mas, o que acorre entre a ocupação e a desapropriação (quando ela acontece)? Este período, que costuma ser curto, quando se dá, por exemplo, uma ordem de reintegração de posse, ou bem longo, quando se passa a negociar uma área, muitas vezes só aparece e é sentido por aqueles que o vivenciam: os que estão envolvidos no dia a dia dos acampamentos e os responsáveis pelas instâncias burocráticas de negociações para a desapropriação da área ocupada – ou outra área em que possam ser assentadas algumas famílias [235].

Nas páginas que se seguem, abordaremos o processo de discussão interna para a desapropriação da fazenda *Seringa/Paraíso*, bem como o cotidiano dos quase 7 anos do acampamento formado após a ocupação, permeados por momentos de alegria, companheirismo e alguns conflitos. Isto porque, ao retratarmos trajetórias de vida, percebemos que certas práticas individuais entram em conflito com as do Movimento que ajudam a formar. Assim, os modos de vida formados por experiências passadas e as concepções do MST nem sempre andam lado a lado, trazendo à tona a questão da discrepância entre o acesso à terra por meio das estratégias e organização do MST e a identidade de pertencimento aos valores já consolidados anteriormente.

4.1. Caminhos para a desapropriação

4.1.1. Caminho institucional

Quando da ocupação ocorrida em abril de 2002, o imóvel fazenda *Seringa/Paraíso* era administrado pelo casal Mara Regina Baldissera e Paulo Cesar Baldissera, que o haviam comprado do casal Olga Faccio Roman e João Roman, ainda em 1993. Entretanto, por "inadimplência por parte do comprador"[236], a partir de 1998 iniciou-se disputa judicial quanto a posse do imóvel, que teve desfecho em 2005. Por meio de Mandato de Reintegração de Posse[237] de 17 de agosto e, posterior, Ordem de Reintegração de Posse[238] datado em 14 de novembro, o casal vendedor passou novamente a administrar o imóvel.

O caminho institucional para a desapropriação da fazenda, ocupada desde 2002, somente passou a ser percorrido em maio de 2006, quando houve oferta de venda ao INCRA da fazenda *Seringa/Paraíso*. Portanto, meses após a resolução do impasse judicial que, por sua vez, contribuiu na morosidade da resolução da questão. Uma situação, entretanto, já antecipada desde a ocupação, quando em Nota da Assessoria de Imprensa do Tribunal de Justiça do Estado enviada ao jornal *Diário do Iguaçu*[239] previu-se que: "esses conflitos de interesses tornam a questão ainda mais complexa, ensejando muita cautela e estudo – daí a alegada morosidade – para o seu deslinde"[240].

Por meio da oferta de venda, realizada em 08 de maio de 2006, foi formalizado o processo administrativo n. 54211.000042/2006-98, tendo por base a aqui-

sição de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, por meio de compra e venda, como definido no Decreto nº 433/92. Na ocasião, "atendendo ao interesse e pedido de que fosse formalizada uma proposta de venda"[241], o casal Olga e João Roman propuseram pela fazenda o valor de R$ 4.335.700,00 (Quatro milhões, trezentos e trinta e cinco mil e setecentos reais), bem como autorizaram o INCRA a vistoriar o imóvel, algo que ocorreu dias após e cujos resultados encontram-se no Relatório Agronômico de Fiscalização, datado em 25 de maio de 2005.

Os engenheiros agrônomos avaliadores, após vistoria, apresentaram os seguintes dados: Área Medida/Vistoriada do Imóvel: 382,3503 ha (menor que a área registrada de 395,5687 ha) e Valor do Total do Imóvel: R$ 3.022.853,96 (Ilustração 14). Como a fazenda foi avaliada abaixo do valor ofertado pelo casal, os proprietários, no final de julho de 2006, desistiram da negociação por meio de compra e venda, alegando que "o valor a ser recebido em espécie (benfeitorias) era de apenas R$ 102.767,02"[242].

Item avaliado	Valores (R$/TDA)
Valor Total do Imóvel por hectare (VTI/ha)	R$ 7.905,98
Valor Terra Nua por hectare (VTN/ha)	R$ 7.637,20
Valor da Terra Nua em TDA Tipo 1	TDA 33.437,38
Valor da Terra Nua	R$ 2.920.086,94
Valor das Benfeitorias	R$ 102.767,02
Valor Total do Imóvel	R$ 3.022.853,96
Campo de Arbítrio Inferior	R$ 2.665.408,90
Campo de Arbítrio Superior	R$ 3.380.299,02
Preço Máximo para a Microrregião Geográfica	R$ 5.467.609,29

Ilustração 14. Quadro – Avaliação do imóvel fazenda *Seringa/Paraíso*. Fonte: Processo nº 54210.000790/2006-81. Relatório Agronômico de Fiscalização.

O desacordo do casal proprietário na negociação por compra e venda, ocasionou nova tentativa de aquisição do imóvel por meio de desapropriação por interesse social, como definido na Lei nº 4.132/62. Para tanto, justificou-se que:

> Dentre outras ponderações argumentou o Sr. Superintendente da Regional das dificuldades que vem enfrentando na obtenção de terras para assentamento, as quais atribuiu a fatores de diferentes ordens (...). Informa ainda que 'estudos feitos pelo INCRA, com a base de dados do SNCR no Estado de Santa Catarina apontam que apenas 270 imóveis poderiam ser aproveitados para a reforma agrária dentro dos conceitos de grande propriedade improdutiva. Deve-se isso a condição de que o Estado possui uma malha fundiária equilibrada onde predominam as pequenas e médias propriedades, restando apenas 1,27% de imóveis rurais classificados no SNCR como sendo passíveis de desapropriação sanção'. Aduziu ainda que diante do quadro caótico acima descrito, outra opção não se lhe apresentou senão lançar mão de instrumentos constitucionais e legais alternativos para dar celeridade ao processo de reforma agrária em Santa Catarina. Por estes motivos encaminhou o imóvel rural 'Fazenda Seringa' para desapropriação, forte no artigo 2º, III, da Lei nº 4.132/62[243].

Portanto, diante da dificuldade de aquisição de terras para assentamento passíveis de desapropriação-sanção, lançou-se "mão de instrumentos constitucionais e legais alternativos" e a fazenda foi encaminhada para a desapropriação por interesse social, com o objetivo de realizar "o estabelecimento e a manutenção de colônias ou cooperativas de povoamento e trabalho agrícola"[244]. Proposta aceita pelo casal de proprietários que, além disso, na data de 08 de agosto de 2006, concordou com "o valor total da avaliação efetuada pelos Peritos Federais Agrários do INCRA pelo preço do campo de arbítrio superior"[245]. Ou seja, concordaram em receber R$ 3.380.299,02.

Definido o valor a ser pago pelo imóvel, R$ 3.380.299,02, bem como, a base legal da aquisição do imóvel, Art. 2º, inciso III da Lei nº. 4.132/62, instaurou-se o processo administrativo nº 54210.000790/2006-81. A partir de então, passou-se a discutir duas grandes questões envolvendo o imóvel fazenda *Seringa/Paraíso*: 1) ele cumpria sua função social?; e 2) era possível retroceder sua cadeia dominial até a origem no patrimônio público?. Tais questões implicaram diretamente na indenização, tanto no que diz respeito à forma – Dinheiro ou Título da Dívida Agrária (TDA) – quanto sobre quem deveria receber os valores indenizatórios.

Quanto à discussão envolvendo a função social da propriedade, é preciso compreender, como bem nos explica Didier Jr., que ela "é parte integrante do

próprio conteúdo do direito de propriedade"[246]. Ou seja, o direito à propriedade perpassa a necessidade de cumprimento da sua função social que, por sua vez, depende de um conjunto de deveres constitucionais impostos ao titular do domínio. Tais deveres surgiram a partir de uma concepção assumida pela intervenção do Estado, fazendo com que o direito à propriedade privada deixasse de ser absoluto, pois sua utilização não estaria restrita apenas aos interesses exclusivos do proprietário, uma vez que passara a estar subordinado ao interesse coletivo.

Nesta perspectiva, na Constituição Federal brasileira, a função social da propriedade aparece no Art. 5º, XXIII, que trata dos direitos e deveres individuais e coletivos, e no Art. 170, III, que se refere aos princípios gerais da atividade econômica. No que diz respeito, especificamente, à função social da propriedade rural, se faz presente no Art. 184, que aborda a desapropriação por interesse social quando do não cumprimento da função social, e no Art. 186, que determina os requisitos para o seu cumprimento, requisitos esses analisados para verificar se a fazenda Seringa/Paraíso cumpria ou não a sua função social.

O Art. 186 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei nº 8.629/93, estabelece que:

> A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo graus e critérios estabelecidos nesta lei, os seguintes requisitos:
> I - aproveitamento racional e adequado;
> II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
> III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
> IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores[247].

No que diz respeito ao "aproveitamento racional e adequado", constatou-se que o imóvel era "altamente produtivo"[248]. O Uso da Terra (Ilustração 15), bem como, o Efetivo Pecuário (Ilustração 16), durante o Período de Julho/2005 a Maio/2006, foram assim apresentados:

Distribuição das áreas do imóvel	Área (ha)	Área Colhida (ha)	Quantidade
Milho: Responsável: Acampados	8	8	380
Soja: Responsável: Proprietário	75	75	1.600
Pastagens Melhoradas	97,3320	-	-
Com benfeitorias e Inapr.	3,6275	-	-
Preservação Permante	62,8376	-	-
Cobertura Vegetal Mata Nativa	100,5051	-	-
Aproveitamento não utilizadas	35,0481	-	-
TOTAL	382,3503	83	1.980

Ilustração 15. Quadro – Uso da Terra da fazenda *Seringa/Paraíso*. Fonte: Processo nº 54210.000790/2006-81. Relatório Agronômico de Fiscalização.

Categoria Animal	Número	Fatos de Conversão	Nº de Unidade Animal
Touros (Reprodutor)	6	1,39	8,34
Bovinos de 3 anos e mais	130	1,00	130,0
Bov. de 2 a menos de 3 anos	114	0,75	85,5
Bov. de 1 a menos de 2 anos	55	0,50	27,5
Bov. menores de 1 ano	64	0,31	19,8
Equinos	4	1,00	4,0
TOTAL	**363**		**275,14**

Ilustração 16. Quadro – Efetivo Pecuário da fazenda *Seringa/Paraíso*. Fonte: Processo nº 54210.000790/2006-81. Relatório Agronômico de Fiscalização.

Com base nos dados, concluiu-se que o imóvel fazenda *Seringa/Paraíso*, "foi classificado como imóvel rural que atingiu os índices previstos"[249], sendo o Grau de Utilização da Terra (GUT) e Grau de Eficiência na Exploração (GEE) da fazenda, respectivamente, 83,73% e 171,84%[250]. Ou seja, com base no Art. 6º da Lei n° 8.629/93, foi classificada como "propriedade produtiva" por atingir

GUT igual ou superior a 80% (oitenta por cento)[251] e GEE maior ou superior a 100% (cem por cento)[252].

A conclusão sobre a produtividade do imóvel em 2006, todavia, é bem diferente da versão apresentada pelo MST, 4 anos antes. Em 2002, justificou-se a ocupação da fazenda Seringa/*Paraíso*, pois ela "não estaria cumprindo sua função social"[253], já que não era "totalmente produtiva"[254]. Teria o espaço de tempo entre a ocupação e o Relatório Agronômico de Fiscalização sido suficiente para alterar a realidade do imóvel a ponto dele ser considerado produtivo?

No entender de Otávio, sim, pois ele afirmou que "Baldissera colocou gado para dizer que a terra era produtiva"[255]. Além do mais, sabemos que após retomada a posse do imóvel, Roman retornou a cultivar a área, como é possível constatar, não somente pelas Ilustrações 15 e 16, mas pela data e conteúdo de Boletim de Ocorrência, registrado por ele contra os acampados, como veremos adiante.

Todavia, não encontramos evidências nas fontes analisadas que nos permitam afirmar que a área era improdutiva em 2002 e que passara, intencionalmente, ao seu inverso a partir da ocupação. Mesmo assim, destacamos que tal dúvida é fruto da morosidade ocorrida entre a ocupação e o início de negociação da área, transformando, assim, a suspeita em possibilidade.

Quanto às questões ambientais, o Relatório de Vistoria realizado pelo IBAMA, datado em 09 de julho de 2007, constatou que:

> 65 hectares da área do imóvel estão caracterizadas como Área de Preservação Permanente, (parte ocultada com grifo preto) 15% se encontram sem a cobertura florestal original. (...). Sob o prisma fiscalizatório, a Lei 9.605/98 prevê como crime ambiental, em seu Art. 38, *destruir ou danificar florestas* consideradas de Preservação Permanente (...). Porém, não mais existe o objeto material do delito naqueles locais, que são as florestas; por outro lado, não se pode precisar a autoria, tampouco a época em que tal fato tenha ocorrido. Como consequência, prejudicada está qualquer ação sancionatória administrativa, na forma como se apresenta[256].

Apesar de vistoria caracterizar a falta de cobertura vegetal, sendo esta um crime ambiental, com base no Art. 38 da Lei 9.605/98, avaliou-se não ser possível a aplicação de sanção. Assim, sugeriu-se ao INCRA o registro de um "passivo ambiental" a ser recomposto e com custo decrescido do valor a ser indenizado

pela desapropriação. Algo já realizado pelo INCRA, antes mesmo da sugestão, ao constatar "com auxílio de imagem de satélite e verificação *in loco*, a existência de 5,7480 ha de passivo ambiental, que resultou numa avaliação a ser abatida do valor da terra nua em R$ 7.874,76"[257]. Com isto, alterou-se o valor acordado em 08 de o de 2006, passando de R$ 3.380.299,02 para R$ 3.372.424,26.

Quanto às questões trabalhistas, não foi registrada qualquer irregularidade. Entretanto, a constatação não foi confirmada pelos trabalhadores, pois "não se encontrava[m] na área"[258] no momento da vistoria realizada pelo INCRA, mas sim pelo filho do proprietário, que relatou o seguinte: "somente uma família reside no imóvel, (...), a mesma não tem vínculos trabalhistas com o proprietário, pois recebe semanalmente e é responsável para cuidar o rebanho bovino"[259].

A família em questão era a de Rute. Mãe de 3 filhos, casada e com 34 anos na data da entrevista, nasceu em 1983, na linha Praia Bonita, interior de Chapecó, local onde morou até o casamento com o primeiro companheiro e pai de seu primeiro filho, aos 15 anos. Aos 18 anos, em outro relacionamento, foi morar na fazenda *Seringa/Paraíso*, pois o novo companheiro residia e trabalhava no local. Quando da ocupação e ao longo dos quase 7 anos de acampamento, apesar de dividir o mesmo espaço com os acampados, pois, segundo ela, "durante todo o processo que eles estavam aí, eu tava aqui"[260], não compartilhava da mesma rotina.

Enquanto os acampados seguiam seus afazeres cotidianos, dentro e fora do acampamento, a família de Rute mantinha a rotina das atividades da criação de gado leiteiro. De fevereiro de 1995 a dezembro de 1998, trabalharam no imóvel como empregados; de janeiro de 1999 a dezembro de 2007, na condição de parceiros[261], continuando a exercer atividades rurais sem contrato formal de trabalho; de janeiro de 2008 a dezembro de 2008, novamente como empregados[262].

Após a desapropriação da fazenda *Seringa/Paraíso*, Rute e seu marido à época, procuraram seus direitos em serem assentados. Diante da informação do advogado de que eles tinham o "direito a ser assentado em primeiro lugar"[263], o casal entrou com ação na 2ª Vara de Chapecó contra o INCRA, no intuito de conseguir um lote no DJG. Como resultado do processo e com base no inciso II do Art. 19 da lei 8.629/93[264], a sentença julgou procedente a ação para condenar o INCRA "a praticar os atos necessários ao assentamento dos autores em condições idênticas às oferecidas às demais famílias"[265] e o casal foi assentado.

Quanto às questões trabalhistas envolvendo a família de Rute, no momento

da vistoria do imóvel fazenda *Seringa/Paraíso*, importante salientar que a ausência de irregularidades, além de não estar baseada nos relatos dela e do marido, ainda teve por base a justificativa na falta de "vínculos trabalhistas", fazendo-se entender que os compromissos com questões trabalhistas e o "bem-estar" dos trabalhadores são responsabilidades apenas dos que estabelecem tais vínculos, ficando os demais isentos de tais responsabilidades. Mesmo que assim o fosse, a justificativa dada para a falta de vínculos trabalhistas foi baseada no recebimento semanal e nas atividades exercidas, ou seja, em fatos que justamente caracterizam tais vínculos.

Analisadas questões referentes à produtividade da fazenda, à situação ambiental do imóvel e aos vínculos trabalhistas com a família que residia no local, constatou-se que não havia sido demonstrado "fato que configurasse que o imóvel objeto da desapropriação não estivesse cumprindo com sua função social"[266]. Assim, estando a desapropriação por interesse social baseada no Inciso III do Art. 2º da Lei 4.132/62, somada à comprovação de que o imóvel cumpria sua função social, constatou-se, seguindo o Inciso XXIV do Art. 5º da Constituição Federal, que a indenização deveria se dar em dinheiro[267] e não em TDA – indenização realizada quando do não cumprimento da função social[268]. Entretanto, no caso específico, em comum acordo com o casal Olga e João Roman, o INCRA julgou que seria mais adequado e vantajoso que a indenização do imóvel fazenda *Seringa/Paraíso* fosse 50% em dinheiro e 50% em TDA.

Além da função social, outro tema discutido envolvendo a fazenda *Seringa/Paraíso* foi o da sua cadeia dominial. No caso, abriu-se duas questões a serem esclarecidas: primeiro, a possibilidade da nulidade do título *Barra Grande* e, segundo, se o imóvel era ou não pertencente a tal título. Essa discussão nos reporta ao direito de propriedade no Brasil, constituído a partir da desvinculação, no ordenamento jurídico, do patrimônio público:

> [...] as terras eram assim originariamente públicas e, até hoje, elas podem ser consideradas propriedade de particulares só se seus detentores comprovarem que as receberam a justo título tendo obedecido aos procedimentos administrativos previstos na legislação em vigor no momento histórico do destaque do imóvel do patrimônio público. Por isso todo e qualquer documento de propriedade imobiliária, para ser considerado juridicamente válido, deverá apresentar sua vinculação a um ato emanado pelo poder

> público competente que lhe dê a garantia de que aquela terra foi legalmente descorporada do patrimônio público[269].

Considerando a origem pública de todas as terras do Brasil, a indenização pela desapropriação perpassa a comprovação de que o imóvel foi "legalmente descorporado do patrimônio público". Assim, a discussão do tema da cadeia dominial da fazenda *Seringa/Paraíso* se deu na perspectiva de verificar se o imóvel proveio de "justo título" no "momento histórico do destaque do imóvel do patrimônio público". Segundo "Histórico Dominial" da fazenda *Seringa/Paraíso*:

> [...] pesquisas feitas junto a Mapoteca desta Unidade e nos Processos de Caracterização Fundiária confirmam que o imóvel está inserido no Título "Barra Grande", expedido pelo Estado do Paraná a JOSÉ JOAQUIM DE MORAES em 04/04/1893, relativamente a uma área com 39.542,5435 hectares[270].

Considerando a possibilidade do imóvel pertencer ao título *Barra Grande*, como afirmado pelo "Histórico Dominial", passou-se a um primeiro esclarecimento: Trata-se de "justo título"? Ou seja, seria título válido ou pode ser considerado nulo?

Tal esclarecimento se fez necessário levando em conta a legislação do Estado do Paraná, pois se tratava de área, na ocasião, pertencente a esse Estado. Segundo a Lei Estadual nº 68, de 20 de dezembro de 1892, o limite máximo para titulações seria de 10.000 ha. Portanto, sendo o título *Barra Grande* maior do que o limite máximo permitido, ele deveria ser considerado nulo e, consequentemente, de domínio do Estado. Entretanto, seguindo informações fornecidas pela (Ilustração 17), considerou-se a localização de tal título (distante a mais de 66 km da fronteira) e o espaço de tempo da sua expedição (1893), quando "vigoravam os conteúdos normativos constitucionais presentes na Constituições Federais de 1891 e de 1934, período durante o qual, na faixa de 66 a 100 km, os Estados membros poderiam, em princípio, alienar e conceder livremente"[271]. Assim, concluiu-se que, no caso específico, não havia a necessidade da restrição do limite máximo de 10.000 ha como definido pela legislação estadual e, portanto, a expedição do título *Barra Grande*, "não infringiu dispositivo legal vigente à época de concessão"[272], sendo ele "justo título" e afastado, portanto, da hipótese de ser nulo.

CF DE 24.01.1891 A CF DE 16.07.1934	1. Dentro de 66 Km – 13.068 ha – Só União (Estado: passível de ratificação) 2. Fora de 66 Km – LIVRE – Estado
CF DE 16.07.1934 A DL. 1.164 de 18.03.1939	1. Dentro de 66 Km – 10.000 ha – Só União (Estado: passível de ratificação) 2. De 66 Km a 150 Km – 10.000 ha – Estados, com anuência do CSSN 3. Fora dos 150 Km – 10.000 ha – Estados
DL. 1.164 de 18.03.1939 A EC 10 DE 09.11.1964	1. Dentro de 66 Km – 2.000 ha – Só União (Estado: passível de ratificação) 2. De 66 Km a 150 Km – 2.000 ha – Estado, com anuência prévia do CSN 3. Fora dos 150 Km – 10.000 ha – Estados
EC 10 DE 09.11.1964 A L. 4.947 DE 06.04.1966	1. Dentro de 66 Km – 2.000 ha – Só União (Estado: passível de ratificação) 2. De 66 Km a 150 Km – 2.000 ha – Estado, com anuência prévia do CSN 3. Fora dos 150 Km – 3.000 ha – Estados

Ilustração 17. Quadro – Alienações na Faixa de Fronteira. Fonte: INCRA. Instrução Normativa Nº 27-A/2005[273].

Entretanto, a nulidade do título pela perspectiva de desacordo com a legislação estadual do Estado do Paraná de 1892, como vimos no primeiro capítulo, é apenas um dos "vícios" que, na perspectiva de Gaiger[274], justificam a nulidade do título *Barra Grande*. Juntamente a este, soma-se, a improvável rapidez na verificação da fazenda por parte dos peritos e o desprezo a presença dos kaingang no local que, se considerada, não poderia ter sido concebida como terra devoluta (ver a Ilustração 4). Os demais "vícios" não foram levados em conta pelo INCRA que, apenas baseou seus argumentos na questão do cumprimento ou não da legislação estadual. Portanto, melhor investigação sobre o título *Barra Grande* poderia ter levado a conclusões diferentes que, por sua vez, se comprovado ser nulo, mudariam os rumos da desapropriação.

Entretanto, concluído que o título *Barra Grande* tratava-se de um "justo título", prosseguiu-se a um outro esclarecimento: se o imóvel fazenda *Seringa/Paraíso* era ou não pertencente a tal título, buscando comprovar assim, sua ligação "a um ato emanado pelo poder público", ou seja, que foi desmembrado do patrimônio público. Apesar da afirmação do "Histórico Dominial", tendo em vista a cadeia dominial da fazenda *Seringa/Paraíso*, evidenciou-se que "nenhuma das

matrículas ou registros apresenta destaque do patrimônio público (já que deixam transparecer uma interrupção que vai do ano de 1936 a 1943)"[275]. E, assim sendo, fez surgir dúvida quanto ao pertencimento do imóvel ao título *Barra Grande*.

Diante da incerteza da proveniência do imóvel fazenda *Seringa/Paraíso* do Patrimônio Público, devido a interrupção da cadeia dominial, aventou-se sobre a possibilidade que, "o 'domínio' ostentado pelo titular não passaria de simples posse levada a registro, e as terras continuariam de domínio do Estado"[276]. Como vimos, diferentemente de outros locais, no Oeste Catarinense, a ocupação do espaço, no âmbito privado, se deu por meio das posses. Entretanto, a posse por si só jamais caracterizou a aquisição domínio, pois essa sempre esteve ligada à legitimação dada pelo Estado, como bem nos explica Treccani:

> [...] os ordenamentos jurídicos lusitanos e brasileiros nunca consideraram a posse por si só como fator originário de aquisição domínio, mas como pré-requisito para o acesso à terra reconhecendo-se o domínio pleno só depois de terem sido cumpridas as exigência legais relativas a produção, moradia, demarcação, decurso do prazo legal, pagamento das taxas e reconhecimento formal por parte do poder público por meio de ato administrativo ou judicial. A lei garante o fundamento de validade da propriedade privada, mas sem o reconhecimento formal por parte do Estado esta não se constitui como tal. Considerando a origem pública da propriedade no Brasil o título expedido pelo Estado não é mera formalidade, mas o meio para garantir a incorporação daquele imóvel na propriedade particular. A mera posse não legitimada não pode ser considerada, portanto, como propriedade[277].

Portanto, tendo em vista a possibilidade de que as matrículas ou registros da fazenda *Seringa/Paraíso* fossem "mera posse" regularizada sem o cumprimento das "exigências legais", e, portanto, não legitimada pelo Estado, concluiu-se o seguinte:

> [...] a mingua de solução quanto a cadeia dominial devemos reprisar a necessidade de que o Decreto de desapropriação faça alusão à citação do ente estadual e à permanência do correspondente depósito sob a custódia do MM. Juízo expropriatório, enquanto pendente de esclarecimento a interrupção constatada na cadeia dominial[278].

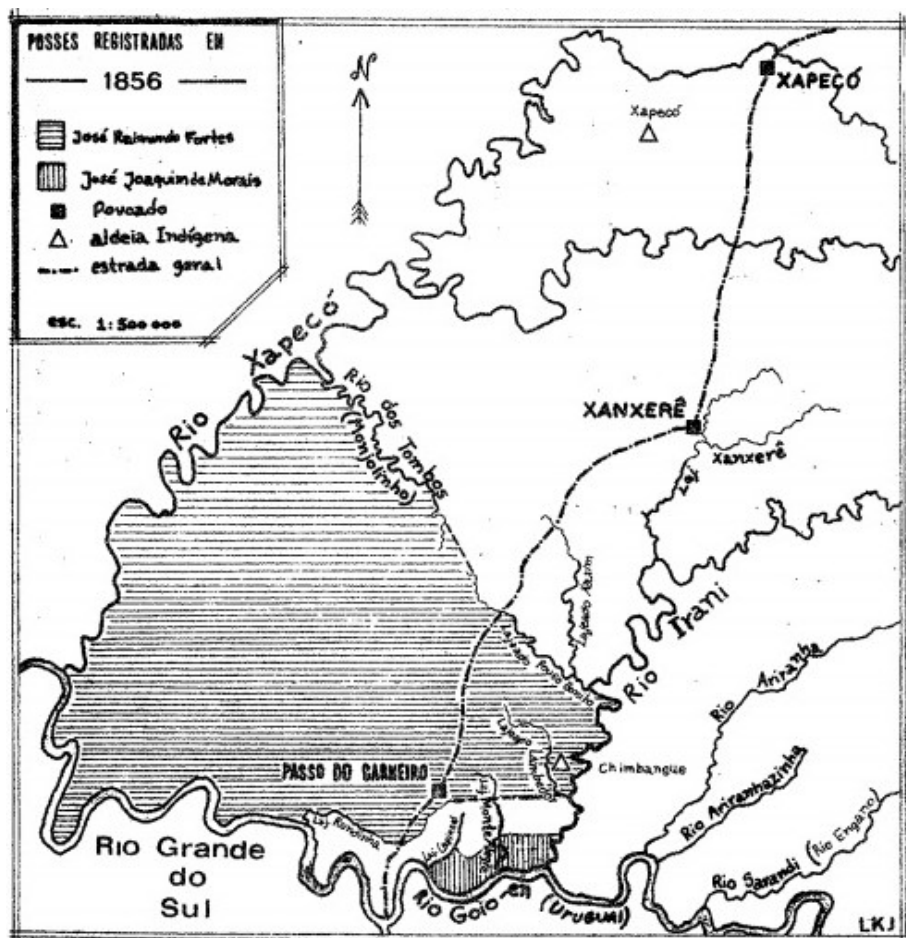



Ilustração 18. Registros paroquiais em Palmas, 1856. Fonte: GAIGER, J. M. G. **Toldo Chimbangue**. Op. cit. p. 13.

Logo, quando da desapropriação em 2008, apesar de resolvida a questão quanto à forma de indenização (em dinheiro), deixou-se como pendente o seu pagamento ao casal Olga e João Roman[279], haja vista que a interrupção da cadeia dominial não permite retroceder até a origem no patrimônio público, colocando em suspeita o registro da fazenda *Seringa/Paraíso*.

É preciso ressaltar que, se a cadeia dominial não estivesse interrompida, sendo, assim, possível retornar até o título que foi destacado do patrimônio público, apenas parte das matrículas ou registros retornariam ao *Barra Grande*, pois outra parte pertencia ao registro de posse realizado por José Raymundo Fortes em 1856, denominado *Campina do Gregório* (Ilustração 18).

Cabe destacar, também, que a medição de tal área, executou-se em 1886 e foi anulada em 1892[280], sendo que parte dela passou a pertencer ao título *Barra Grande* (Ilustração 19).

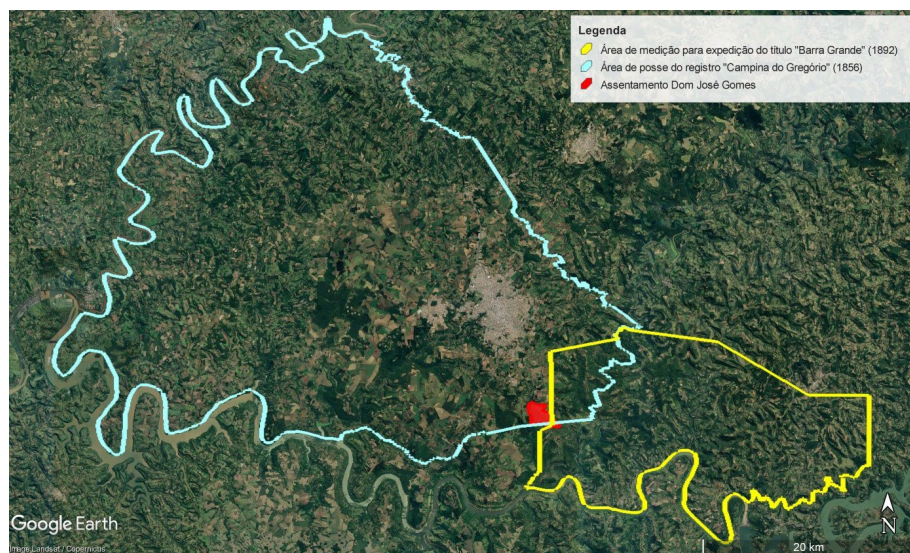



Ilustração 19. Assentamento DJG em relação à área de posse do registro *Campina do Gregório* (1856) e área de medição para a expedição do título *Barra Grande* (1892). Fonte: Elaborado no Google Earth a partir da "Ilustração 6", da "Ilustração 18" e da sobreposição do Shapefile INCRA-assentamentos_SC. Org.: BASTIANI, T. M.; BORGES, L. F. S. 2020.

Após a anulação do título em 1892, a fazenda *Campina do Gregório* passou a ter nova delimitação. Em 1918, pertencia aos herdeiros da Baronesa da Limeira, sendo comprada pela colonizadora Bertaso (Ilustração 20), que a subdividiu em lotes para a venda. Como é possível verificar (Ilustração 21), parte da fazenda *Seringa/Paraíso* (atualmente assentamento DJG), pertencia ao título anulado, mas fica fora da Planta da fazenda adquirida pela empresa, o que suscita outros questionamentos[281] que deveriam ter sido realizados pelo INCRA no processo de desapropriação, a fim de compreender a origem das matrículas ou registros que extrapolam o título *Barra Grande*.

Ilustração 20. Planta da fazenda *Campina do Gregório*, adquirida por Ernesto F. Bertaso (1918)
Fonte: Arquivo do CEOM.

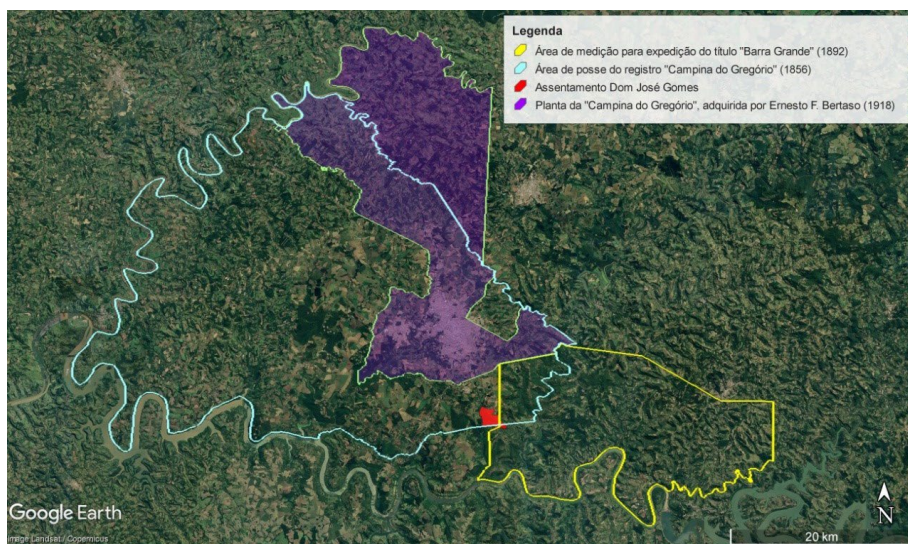



Ilustração 21. Assentamento DJG em relação a área de posse do registro *Campina do Gregório* (1856), área de medição para a expedição do título *Barra Grande* (1892) e a planta da fazenda *Campina do Gregório*, adquirida por Ernesto F. Bertaso (1918). Fonte: Elaborado no Google Earth a partir da "Ilustração 6", da "Ilustração 18", da "Ilustração 20" e da sobreposição do Shapefile INCRA-assentamentos_SC. Org.: BASTIANI, T. M.; BORGES, L. F. S. 2020.

Entretanto, a constatação de que as matrículas ou registros poderiam originalmente pertencer a dois diferentes títulos, não foi cogitada pelo INCRA enquanto possibilidade no decorrer do processo de desapropriação que, por sua vez, apenas confiou nas informações obtidas em pesquisa realizada junto à mapoteca e nos processos de caracterização fundiária que, como vimos, confirmaram que o imóvel *Seringa/Paraíso* estava inserido no título *Barra Grande*. Entretanto, cabe ressaltar que a investigação sobre o título *Campina do Gregório* não alteraria a decisão referente a indenização da fazenda, pois a interrupção das cadeias não permite o retorno ao título emanado do Estado, logo, não sana a dúvida sobre a possibilidade do imóvel tratar-se de posse levada a registro.

4.1.2. Entre acampados e proprietários

Além do caminho institucional das negociações envolvendo os temas da função social e da cadeia dominial da fazenda *Seringa/Paraíso*, outro caminho percorrido foi marcado pela relação entre os pretensos proprietários e os acam-

pados. Tendo como pano de fundo a disputa judicial do imóvel, posicionamentos diferentes foram tomados por Paulo César Baldissera e João Roman, logo após a ocupação em 2002. A Nota da Assessoria de Imprensa do Tribunal de Justiça do Estado, enviada ao jornal *Diário do Iguaçu*, esclarece que:

> [...] enquanto Baldissera ingressou com ação de reintegração de posse para fazer valer seu pretenso direito, Roman endereçou ofício ao juiz agrário Jânio Machado, em 23 de setembro, colocando-se à disposição para buscar uma 'solução social e conjunta' para resolução do conflito, acrescentando não estar incomodado com a ocupação de sua – igualmente pretensa – propriedade[282].

Alguns relatos dos atuais assentados abordam os distintos posicionamentos dos pretensos proprietários para com os acampados. Enquanto Baldissera demonstrava certa hostilidade – "[ele] não queria nem ver nós"[283], diz Otávio –, Roman buscou se aproximar dos acampados. Paulo relatou do seguinte modo a aproximação de Roman: "com 30 dias [de ocupação] ele veio aqui, fez visita, com 30 ou sei lá... o dia certo a gente nem tem memória... fez reunião com nós ali e disse 'eu quero que saia um assentamento aqui'"[284].

O posicionamento quanto uma "solução social conjunta", somado ao diálogo entre João Roman e acampados, quanto a possibilidade de transformar a fazenda em um assentamento são, no mínimo, inusitados. Em contexto em que geralmente as ocupações de terra têm como desdobramentos atos violentos, o posicionamento de Baldissera é o mais corriqueiro. Entretanto, o que estaria escondido no viés pacífico da relação entre Roman e os ocupantes?

Relatos trazem à tona uma possível explicação para tal, pois afirmam que a "contribuição" de João Roman para o futuro assentamento se deu antes mesmo do processo de ocupação. Com base em comentários ouvidos, Plínio afirmou que um político local e o dono da fazenda "fizeram um acordo", caso o Movimento ocupasse a área, o próprio João Roman iria facilitar a permanência dos acampados e seria favorável à criação de um assentamento "para ele poder receber pela terra que o outro não tinha pagado"[285]. Corroborando o entendimento de que Roman tinha interesse de que os acampados permanecessem na área, Ademar diz o seguinte: "sozinho, [ele] não tinha força de... ele até usou nois para vim pra cá, daí tinha mais força e ele ganhou a terra de volta e ele vendeu para os Sem Ter-

ra... pro INCRA..."[286]. Partindo dos relatos, é possível perguntar: o apoio dado pelo proprietário quanto à transformação da sua fazenda em um assentamento, estaria relacionada à questão de acelerar a retomada da posse e, assim, a posterior venda ao INCRA, a fim de receber, finalmente, pelo imóvel? Talvez.

O posicionamento amistoso de João Roman quanto à ocupação, pode passar de simples "conversa", como compreendido por Plínio, mas, de forma ampla, o apoio às ocupações trata-se de um negócio lucrativo para muitos proprietários de terra que são indenizados por imóveis, muitas vezes, com títulos fraudados. Isto porque, a prática de incentivo das ocupações de terra para posterior negociação dos imóveis por altos valores com o INCRA, é uma estratégia utilizada pelos grandes proprietários de terra no Brasil. Essa prática compreende, principalmente, terras "griladas", sendo essa uma realidade amplamente abrangente no país e constatado em mapeamento da estrutura fundiária realizada pelo INCRA entre 1995 e 1999. O relatório publicado no "Livro Branco da Grilagem de Terras no Brasil", apresenta por Estado os imóveis que tiveram os títulos cancelados pelo INCRA por apresentarem fraudes. No total, 3.065 cadastros foram cancelados, totalizando uma área de 93.620.587 ha[287]. Todavia, trata-se de um processo inconcluso, pois supostos proprietários recorreram à justiça e novas fraudes ocorreram ano após ano.

No caso envolvendo João Roman e a fazenda *Seringa/Paraíso*, apesar de desconfiança quanto à posse levada a registro durante a discussão para a desapropriação do imóvel, não ficou provado que se trata de titulação envolvendo fraude, mas o interesse do proprietário na ocupação pode sim estar relacionado a uma oportunidade de receber pela venda do imóvel. Tal situação pode explicar o posicionamento favorável ao surgimento do assentamento, tanto via justiça, quanto em diálogo com os próprios acampados e, ao mesmo tempo, como veremos a seguir, as alterações nas relações, após a retomada da posse do imóvel, ocorrida em novembro de 2005. Depois de retomada a posse do imóvel, acontecimentos relatados e registrados em Boletim de Ocorrência trouxeram à tona a possibilidade de que a harmonia já não fosse a principal explicação na relação entre proprietários e acampados.

Nesta perspectiva, Paulo relembra um episódio em que Roman esteve no acampamento:

> [...] veio ali querer botar ordem ali, mas não funcionou... (risos), ah não, prenderam ele ali, prendemo ele e até que não veio o filho dele ali, não liberaram... queria botar ordem dizendo até onde nois podia ir, até onde não podia, o 'véio' era...[288].

O episódio da possível "prisão" do proprietário, em consequência das discordâncias as suas "ordens", pode estar relacionado a outro episódio relatado em Boletim de Ocorrência, registrado por João Roman:

> Relata o comunicante que no local supracitado possui uma fazenda e que esta foi invadida pelo MST. Que já estão em tramito judicial para resolver esta questão da invazão. A questão pertinente a este, é que, na data citada, aproximadamente 30 dos integrantes do Movimento impediram um dos seus contratados, RONI ANGELO TONI, de trabalhar com o trator na integração do adubo com o solo, dizendo que era para ele ir embora e que se voltasse eles iriam queimar o seu trator. Que a terra onde Roni estava trabalhando estava destinada à um dos sem terra trabalhar. Porém a lavoura que este plantou não vingou. Que o comunicante comporu a lavoura dele (para alimentar o gado) e, conforme combinado, recebeu o direito de plantar no local nas próximas safras. Que os sem terra esperaram para fazer o que fizeram, após todo um processo de preparação do solo (aragem, adubação, integração)[289].

O Boletim de Ocorrência, datado em 05 de janeiro de 2006, juntamente ao episódio relatado pelo assentado Paulo, demonstram que proprietário e acampados já não se entendiam em relação aos espaços por ambos ocupados e que, portanto, diferente da suposta harmonia havida logo após a ocupação, esta foi alterando-se com a retomada da posse do imóvel, passando, provavelmente, a incomodar o proprietário, a ponto de relatar o caso à polícia. Tais desentendimentos teriam contribuído na decisão de João Roman em ofertar a venda da fazenda ao INCRA, ocorrida em maio de 2006? Talvez.

Além do mais, o Boletim acima citado, para além do conflito que nele se tornou materialidade, revela um acordo traçado entre Roman e os acampados, como demonstra o combinado entre a compra, por parte do proprietário, da "lavoura" plantada por um dos acampados, em troca do seu posterior "direito de plantar no local". Portanto, apesar do rompimento da suposta harmonia por

meio de conflitos surgidos após a retomada de posse da fazenda, o negociar entre proprietário e acampados não permeou apenas o suposto interesse em acelerar a retomada de posse, mas estendeu-se a outras combinações posteriores.

Apesar de não ser possível afirmar que a "contribuição" de João Roman quanto ao futuro assentamento se deu para acelerar a retomada da posse da fazenda *Seringa/Paraíso*, bem como, se os desentendimentos entre proprietário e acampados impulsionaram na decisão de João Roman em ofertar a venda da fazenda ao INCRA, estas são possibilidades que fazem parte dos caminhos percorridos para a desapropriação da fazenda *Seringa/Paraíso*. Isto porque, o processo para a desapropriação não deve ser resumido apenas pelo caminho institucional de negociações realizada via INCRA, pois envolve relações cotidianas entre pessoas que, por sua vez, são permeadas por acordos e desentendimentos.

4.2. A Constituição do acampamento

4.2.1. Chegadas e despedidas

Depois da ocupação da fazenda *Seringa/Paraíso*, em 2002, aos que se dispuseram a ficar, ou seja, acampar, a esperança era de que a conquista por um pedaço de terra se desse o mais breve possível. Para estarem ali, alguns deixaram suas famílias nas antigas residências. Outros apostaram tudo, se é que tinham algo a perder, na perspectiva de conseguir algo para chamar de seu, e mudaram-se com toda a família para a mais nova residência: o acampamento batizado como *Dom José Gomes*. Uma referência ao bispo emérito de Chapecó e, no entender do PDA,

> [...] uma homenagem mais do que justa ao homem que sempre esteve junto ao povo, apoiando e incentivando as lutas dos trabalhadores. A partir de seu trabalho surgiram várias organizações e Movimentos Sociais na região e muitas lideranças foram forjadas e desafiadas a encarar a luta[290].

Em maio de 2003, o DJG era o "segundo maior acampamento catarinense com 228 famílias cadastradas"[291]. À semelhança de muitos outros, apresentava condições (ou falta delas) diante das quais alguns acampados não se dispuseram a ficar, pois ninguém sabia ao certo quanto tempo seria necessário para conquistar a terra, podendo ser alguns meses ou anos.

O grupo de 200 famílias que participou da ocupação não foi sempre o mesmo. O acampamento é algo instável, tem chegadas e despedidas: as primeiras, grandemente impulsionadas por convite; as segundas, tanto por escolha dos que saem, desistem ou até mesmo são assentadas em outros lugares, quanto pela expulsão daqueles que não seguem as regras estabelecidas.

A forma mais comum de chegada ao acampamento deu-se por meio de convite, tanto feito por pessoas ligadas ao MST ou por aqueles que já estavam acampados, quanto os realizados pela Frente de Massa. Este setor é responsável pelo diálogo com as famílias que tem possibilidades de conquistar a terra, como foi o caso envolvendo Edna e sua família.

Edna, mãe de 3 filhos, casada e com 36 anos na data da entrevista, nasceu em 1981, no município de Chapecó. Nesse município, deslocou-se com os pais por diversos bairros, mas sempre em rotina urbana. Aos 17 anos, após "se juntar", como definido por ela, com o atual companheiro, foi morar no bairro Universitário, transferindo-se, posteriormente, ao bairro Seminário, ela trabalhando na "faxina" doméstica e ele na construção civil.

Segundo Edna, o companheiro, que sempre foi do interior, demonstrava vontade de retornar ao campo, mas tal desejo não era concretizado devido à falta de condições para comprar uma terra. No entanto, após conhecimento da atuação do MST através do trabalho desenvolvido pelo setor de Frente de Massa, foram convencidos a participar do acampamento. Após 3 meses da ocupação, Edna juntou-se ao marido que já estava no DJG desde a noite da ocupação.

A trajetória de Edna destaca-se pela origem das pessoas participantes do acampamento. Enquanto em outras décadas e lugares, somente pessoas com origem agrária eram convidadas a participar dos acampamentos do MST, a partir dos anos 2000 os convites começaram a ser estendidos a pessoas que não tinham vínculos com o campo, gerando, assim, alguns pequenos desentendimentos que advinham da própria origem dos acampados, que passaram a se distinguir em dois grupos, os que eram acostumados com a lida do campo e os que não eram.

O fato de parte das pessoas do acampamento, assim como Edna, não ter relação com o universo rural, é uma das críticas relatadas por Roberto, ao recordar-se das atividades de produção de alimentos realizadas dentro do acampamento. Sobre o envolvimento de algumas pessoas na produção de feijão, relata:

> [...] não dava, não sabiam nem maiá um feijão, assim com manguá, sabe? fazia assim (gestos), eu e um tal de gaúcho maiemo um monte de feijão, não sei quantos sacos lá, daí cada um pegou um pouquinho e tavam reclamando que um pegou demais pra levar, então, como vai dar certo?[292]

O não saber "maiá" o feijão com manguá, ou seja, não saber bater em um monte de feijão com uma vara a fim de separar o grão da casca, visto como corriqueiro por Roberto, devido a sua vivência no universo rural, não era algo natural para todos os acampados, possivelmente pela vivência urbana que tinham. Diante dessa realidade, Roberto fez algumas críticas à opção em convidar pessoas sem origem agrária para acampar, argumentando o seguinte:

> [...] [se um sujeito] trabalhou na colônia, ele sabe plantar... agora, se é um coitadinho que tá lá na favela, pegar uma pessoa dessa aí e trazer acampar... se ele é de lá não adianta trazer... [mas como veio], tinha que recuperar as pessoas também... e aqui não teve esse negócio de recuperar as pessoas[293].

Apesar de se dizer contrário à vinda das pessoas urbanas, Roberto, diante do fato de que tais pessoas foram "trazidas", critica a coordenação do acampamento por não ter "recuperado" as pessoas, ou seja, lhes ensinado sobre os afazeres do campo. Talvez Roberto, enquanto acampado, não se colocasse como um sujeito apto a realizar tal "recuperação", esperando que alguém o fizesse, pois quando transfere a culpa a coordenação, atribui a responsabilidade aos outros, sendo que os ensinamentos da vida no campo poderiam ter partido do próprio criticante. Contrapondo-se à crítica de falta de "recuperação", Edna não só aprendeu a lidar com a terra, como, atualmente, é a principal força de trabalho em seu lote, pois, enquanto o marido e o filho mais velho trabalham fora, ela é a responsável principal pelo dia a dia de parte do sustento familiar dentro do lote.

Assim como houve muitas chegadas, principalmente, por convite, também houve muitas despedidas do acampamento. Geralmente, as desistências eram acompanhadas pela desesperança em conquistar a terra, somadas às dificuldades cotidianas de viver em um local sem água encanada, luz e tendo como teto uma lona preta. Além disso, muitos ainda se preocupavam com o pouco que tinham fora dali, como os pais da entrevistada Regina, que decidiram abandonar o acampamento.

Regina, mãe de 2 filhos, casada e com 30 anos na data da entrevista, nasceu em 1987, em Chapecó. Com seus pais, acabou indo morar em Cachoeira do Sul/RS, Soledade/RS e Planalto Alegre/SC. Posteriormente, retornou a Chapecó. Quando tinha 15 anos, transferiu-se com a família para o DJG, local em que conheceria seu futuro marido.

Os afazeres cotidianos de transitar entre o acampamento e a casa da família na vila Páscoa, além da depressão da sua mãe, fizeram com que os seus pais acabassem desistindo da conquista da terra cerca de 2 anos após irem acampar. "O pai ia levando a mãe na conversa, ele queria ficar"[294], disse Regina ao comentar o período em que estiveram em dúvida se iriam ou não abandonar o acampamento. Após a saída dos pais, Regina deu continuidade à vida de acampada ao lado do namorado.

Destino semelhante, o de deixar o acampamento, poderia ter se apresentado ao marido de Beatriz que, por sua vez, acampou sozinho por um tempo, enquanto ela ficou morando no bairro Seminário, em Chapecó. Beatriz, sem filhos, casada e com 47 anos na data da entrevista, nasceu em Chapecó, em 1970. Descendente de italianos e uma das filhas entre 6 irmãos, conta que tanto o pai, quanto a mãe vieram de Constantina/RS ainda crianças acompanhando seus pais, isto é, seus avós. Aos 16 anos, se casou e deixou a casa dos pais na linha Pequena, interior de Chapecó, transferindo-se para o bairro Seminário, área urbana do mesmo município, local em que o casal passou a residir na casa dos pais dele e, enquanto ele cuidava de um galinheiro, ela foi trabalhar de faxineira, atividade que exerceu durante 20 anos.

Uma vida que, no entender de Beatriz, "não foi boa", tanto pela inadaptação da transferência do rural para o urbano, quanto por não ter uma casa somente deles e ter de morar com os sogros, mas também por questões familiares envolvendo a perda de 4 filhos – ainda durante as gestações – e também pelo suicídio do sogro. Em torno de 8 meses após a ocupação, o marido passou a residir no acampamento DJG, enquanto ela ficou trabalhando como faxineira, transferindo-se em outro momento, sem recordação do ano.

Quando apenas o marido residia no acampamento, Beatriz recorda-se que diversas eram as reclamações e vontade de desistir manifestadas por ele. Entretanto, ela sempre o incentivava a retornar, inclusive demonstrando que, se fosse preciso, poderia trocar de lugar com o companheiro. Relatou ela:

> [...] um dia que ele chegou em casa e disse "eu vou desistir, eu não vou mais ficar lá", daí eu disse "então tá bom, então você fique aqui, você vai arrumar um serviço aqui, vai trabalhar aqui e eu vou lá", daí ele nunca mais falou de desistir (risos), ele voltou e ficou[295].

A decisão de Beatriz de acampar no lugar do marido criou nele o incentivo que faltava para a continuidade no espaço e, apesar das dificuldades, o apoio familiar deu as bases da permanência, situação diversa dos pais de Regina. Sua mãe, ao contrário de Beatriz, não mais estava disposta a enfrentar situações para, quiçá, conquistar a terra.

Entretanto, mais do que pensar nas desistências como simples afastamento do acampamento, elas devem ser pensadas também pela discussão daqueles que não desistiram. Ao mesmo tempo em que a não desistência pode estar relacionada à esperança de conquista da terra, pode também estar vinculada ao fato de não haver para onde retornar. Nessa perspectiva, desistir significaria recomeçar de novo, visto que, para estarem ali, muitas coisas ficaram pra trás: vínculos familiares (quando da separação conjugal), de emprego (quando do desligamento de vínculos de trabalho formal ou informal), de vizinhança e de amizades, só para citar alguns.

Para os que de fato desistiram, mais do que simplesmente julgá-los como "derrotados" ou "sem fibra", é preciso pensar que somente a esperança da conquista da terra não é suficiente para a continuidade, pois não é difícil conceber que qualquer outro contexto é melhor do que o frio e o calor enfrentados embaixo da lona preta, falta de luz e água potável. Portanto, diante da situação vivenciada, a procura de outro lugar torna-se bem mais compreensível.

Outro impulsionador da despedida do acampamento era a busca por uma vida melhor, finalmente ser assentado em outro local. Ou seja, à medida que iam abrindo vagas em outros assentamentos da região, algumas famílias iam deixando o acampamento DJG para finalmente conquistarem um pedaço de terra. Este poderia ter sido o destino de Ana, se tivesse aceito o convite de ser assentada em outro local.

Ana, mãe de 1 filha, viúva/casada novamente e com 29 anos na data da entrevista, nasceu em Quilombo, em 1987. Durante a infância, lembra que o seu pai (Jorge) por um tempo arrendou terras e que, posteriormente, acabou indo para um acampamento em Abelardo Luz. Aos 9 ou 10 anos ela foi residir no assentamento *José Maria*, daquele município, em um lote que o seu pai havia troca-

do por um terreno da área urbana de Xaxim. Aos 16 anos, já casada, transferiu-se com o marido e a filha de apenas 4 meses ao DJG, um ano após a ocupação. Em 2009, durante uma atividade do Movimento, o companheiro se envolveu em um acidente de carro e Ana ficou viúva. Mais tarde, constituiu novo relacionamento.

Durante o período em que esteve acampada no DJG, Ana teve a oportunidade de ser assentada em São Miguel do Oeste, mas acabou não indo devido ao modelo do assentamento, pois ela "não queria ser assentada no coletivo"[296]. A experiência que Ana recusou, sem ao menos experimentar, foi vivenciada por Regina em outro assentamento coletivo, o *Conquista na Fronteira*, em Dionísio Cerqueira. Todavia, ela resolveu não permanecer no local, pois não havia se adaptado à produção coletiva. Comentando sobre a sua inadaptação, Regina relatou:

> [...] não me adaptei muito com o trabalho deles, o trabalho deles lá era coletivo, daí já para mim... eu pensava mais no lado assim... vou perder muito tempo, porque era tudo contado os horários de trabalhar, dia de folga e tudo... para poder ir para a cidade[297].

A recusa de Ana em ir para um assentamento coletivo, sem mesmo experienciar, bem como, a de Regina que, após certo tempo, desistiu, pode ser analisada naquilo que Neide Esterci denomina de "incompatibilidades estruturais"[298]. Ao analisar o papel das roças comunitárias para o fortalecimento da capacidade de resistência a um sistema de expropriação a que os camponeses são submetidos, depara-se com a resistência dos trabalhadores a tal modelo, isto porque, no seu entender, não há compatibilidade entre o modo de vida dos camponeses e a organização produtiva dentro de um modelo ideal do que deve ser as roças comunitárias.

Tais afastamentos estão imbricados, tanto aos objetivos da produção que, no modo de vida camponês, se realiza principalmente para a satisfação das necessidades da família, bem como, a utilização da força de trabalho que, por ser o familiar, relaciona-se aos papéis que cada membro assume. Neste modo de trabalho, o pai assume o papel de "chefe" e responsável máximo pela produção, desde o seu planejamento até a execução final, enquanto os demais membros reduzem-se a simples "ajudantes".

Sendo assim, o costume, no que tange ao trabalho familiar, entra em conflito com os valores do trabalho coletivo. Neste caso, o "chefe de família" não mais terá a quem transferir sua autoridade e poder de decisão, pois os demais não se-

rão meros "ajudantes", mas estarão em igualdade de condições com ele. Além do mais, o cálculo da produção, com o objetivo de suprir as necessidades da família, fica abalado, pois, no novo contexto, precisam produzir para além delas. Tais situações, como no caso das entrevistadas Regina e Ana, fazem com que os trabalhadores rurais tenham resistência ao modelo baseado na produção e trabalho coletivos. Além da inadaptação, muitos avaliam que se trata de "perda de tempo".

Opinião diversa de Isabela que, por sua vez, atribui outra justificativa para o retorno do assentamento coletivo de Dionísio Cerqueira para o acampamento DJG. Ela relata o seguinte: "não me adaptei lá e daí voltei pra cá (...) mas é muito bonito lá, só que muito longe da família, porque a gente é muito família, então daí ficava longe"[299].

Assim, Regina e Isabela, apesar de justificarem seus retornos ao DJG devido à inadaptação ao local, tiveram motivos muito distintos para isso, pois enquanto Regina não se adaptou ao modelo coletivo de trabalho, Isabela não se adaptou ao fato de ficar longe da família. A última não encarou como um problema o fato do *Conquista da Fronteira* ser um assentamento coletivo, inclusive, o concebendo como "modelo" que envolve tanto a igualdade na remuneração, independente da profissão/afazeres, quanto à diversidade daquilo que é produzido, como explicado por ela nos seguintes termos:

> [...] o que um agrônomo ganha... qualquer outro funcionário ganha igual, o dentista, o médico, que lá tinha tudo, tem frigorífico lá dentro (...) imagina lá se produzia acho que na época 22 tipos de alimento lá, era de tudo que a gente produzia lá[300].

Além das desistências e de serem assentados em outro local, ou seja, despedidas que perpassam a escolha de quem se despede, também havia outra forma de deixar o acampamento em que, todavia, não dependia da escolha de quem saía. Trata-se do caso da expulsão daqueles que não seguiam as regras do acampamento, formuladas a partir de normas gerais estabelecidas pelo MST[301]. Moisés resume do seguinte modo essas despedidas forçadas: "quem não andava na linha era expulso"[302].

O "andar na linha", complementado por Moisés como "seguir as ordens dos chefes"[303], foram diversas vezes desviadas por ele. Devido a uma vida envolta no

alcoolismo, afirma que diversas foram as situações vivenciadas envolvendo conflitos dentro do acampamento, definidas por ele como "perseguições".

As "perseguições" talvez estivessem relacionadas aos avisos e discussões havidos devido à sua dependência ou às diversas vezes que a possibilidade de sua expulsão foi encaminhada pela coordenação para votação em assembleia. Não sabemos os motivos de não ter sido concretizada, mas acreditamos que se deve ao fato dele ser solteiro e responsável por dois filhos pequenos que o acompanharam quando deixou a área urbana de Dionísio Cerqueira. Na ocasião, pode-se ter concluído que, fora do acampamento, a vida dele e da família seria mais desgraçada do que a situação em que se encontrava. Entretanto, apesar de Moisés ser apenas "perseguido", conforme suas palavras, muitos foram os que efetivamente chegaram à concretude das expulsões.

As chegadas e despedidas do acampamento faziam com que as famílias não fossem sempre as mesmas e, portanto, a dinâmica do acampamento também não. Aos poucos, as desistências, as expulsões e os assentamentos em outros lugares foram diminuindo o número de famílias. Quando da desapropriação da fazenda *Seringa/Paraíso*, em 2008, só restavam as que seriam assentadas.

4.2.2. Para além das experiências "da lona preta" ...

Geralmente permeado por dificuldades em relação às baixas e altas temperaturas, à falta de luz e água encanada, ao fato de ter como lar o barraco construído com lona preta, o acampamento é, para além de tudo isto, um espaço de solidariedade, de laços de amizade, de formação política e humana, onde regras e compromissos devem ser assumidos cotidianamente. É o momento de construção da identidade Sem Terra, de estabelecimentos de vínculos entre trabalhadores com trajetórias de vida em comum que, por sua vez, envolvem a exploração, a miséria, a violência e a desilusão[304].

A lona preta, o símbolo do acampamento, é o que se vê de longe, logo após uma ocupação de terra. Entretanto, para além da materialidade que os olhos alcançam, o que está no dia a dia de um acampamento? No DJG, durante o período em que permaneceram todos juntos[305], estar acampado não era simplesmente dormir e acordar embaixo de uma lona preta e esperar a desapropriação da terra,

pois também era preciso envolver-se diariamente nos afazeres da organização interna daquele espaço, além de deslocar-se para fora dele quando necessário.

Para a organização interna do acampamento, contava-se com diferentes setores, tais como, o de alimentação, higiene, segurança[306], saúde e educação[307], os quais eram coordenados por um dos acampados. Além do mais, "tinha umas regrinhas"[308] que, como vimos, se não fossem seguidas, podiam ocasionar expulsões. As regras estavam relacionadas à proibição de bebidas alcóolicas, ao silêncio e não perturbação após determinada hora, ao retorno ao acampamento dentro do prazo combinado quando da necessidade de sair, à contribuição mensal de parte do que recebiam como remuneração, à participação de manifestações, marchas e outras ocupações.

De modo geral, eram regras que envolviam financiamento, controle dos participantes, envolvimento em atividades ocorridas extra-acampamento e harmonia da organização local, entendidas, ao mesmo tempo, como imprescindíveis na avaliação de uma participante ao conceber que, sem elas tudo "vira uma bagunça (...) [pois não há] uma norma a cumprir"[309].

A participação de todos nas atividades organizativas, bem como, no seguimento das regras, é uma maneira de manter a segurança e a ordem no espaço, além de ser uma forma de estimular o desenvolvimento de uma concepção de coletividade entre os acampados, demonstrada pela compreensão da importância de cada um com as coisas do acampamento. Ademais, foi neste espaço político organizativo que se consolidaram ou afastaram interesses comuns entre os integrantes que, aos poucos, acabaram formando 3 núcleos de famílias com visões parecidas[310].

Quanto aos deslocamentos para fora do acampamento, excetuados os que se davam devido aos laços familiares – pois muitos não se transferiam com toda a família – eram impulsionados por vínculos de trabalho e participações em demais atividades do MST.

As saídas para trabalhar fora era uma maneira encontrada para permanecerem acampados, pois, apesar do recebimento de cestas básicas do Programa Fome Zero[311] – "distribuídas para famílias de trabalhadores rurais de 22 assentamentos cadastrados em Santa Catarina"[312] – e do pouco que conseguiam produzir internamente, era preciso ganhar dinheiro fora do acampamento para poderem comprar itens básicos de alimentação, higiene e limpeza. Sobre essa situação, Edna, que trabalhava como faxineira enquanto era acampada, diz o seguinte: "nós ti-

nha que trabalhar para sobreviver, nós ganhava uma cesta básica, mas como é que tu vai viver com uma cesta básica? Alguma coisa sempre faltava"[313].

Assim como Edna, Isabela não pensou em largar o emprego logo no início do acampamento. Talvez por receio de que algo não desse certo, ficou mais 10 meses trabalhando como servente em uma escola do bairro São Pedro, local em que residia anteriormente. Além disso, continuou dando aulas particulares de artesanato em uma sala de costura do bairro Santa Maria.

A escolha de dar continuidade aos afazeres anteriores, mesmo após acampar, também foi traçada por Lígia, entretanto, de forma mais conturbada. Mãe de 3 filhos e avó de 4 netos, separada, com 42 anos na data da entrevista, nasceu em São José do Cedro, em 1975. Aos 4 anos, mudou-se com a família para o interior de Campo Erê, local em que a família comprou uma terra. Aos 14 para 15 anos casou-se e saiu da casa dos pais. Com o marido, Lígia passou a trabalhar de agregada, até os 18 anos, quando resolveram se transferir para Chapecó. Nesse município, residiu em diversos bairros e trabalhou de empregada doméstica. Com a separação, impulsionada por um relacionamento abusivo, e não conseguindo mais sustentar os filhos sozinha, decidiu acampar. Lígia chegou ao DJG, junto com os filhos, cerca de 2 meses após a ocupação.

A partir de então, Lígia passaria a dividir-se entre o acampamento e a continuidade do emprego como doméstica. Para tanto, teve de desafiar o patrão, um policial civil, a fim de dar continuidade aos seus afazeres de doméstica, um vínculo que já se estendia há 8 anos. Ela relata do seguinte modo a reação que o seu patrão teve no momento em que lhe contou que iria acampar:

> [...] ele falou bem sério: "amanhã pode trazer tua carteira que eu vou te mandar embora, você vai se misturar com aqueles baderneiro lá, ladrão, sem vergonha, invadidor de terra", não sei o que, falou um monte de coisa... falou também "você vai lá, vai ficar 15 dias, você não fica, vai vim pra cá", daí eu disse: "escreva o que estou te dizendo, eu só vou sair de lá se não sair a área, nem que leve 30 anos, eu vou ficar lá" (...) daí ele não me mandou embora e eu trabalhei mais uns 3 anos na casa dele[314].

É provável que a discussão traçada com o patrão tenha sido um impulsionador para a permanência de Lígia no acampamento. Desafiada sobre a possi-

bilidade de se "misturar" com pessoas ao qual o policial julgava com difamação, ela provou a ele e a si mesma que seus objetivos deveriam ser cumpridos e assim sucedeu. Hoje, afirma que continua seu vínculo de amizade com o ex-patrão que, inclusive, frequenta o assentamento e afirma admirá-la.

Além dos poucos que, como Isabela, Edna e Lígia que mantiveram, ao menos por determinado tempo, os antigos vínculos de trabalho, para a grande maioria, o acampamento não era apenas uma possibilidade de conquista da terra, mas sim uma garantia de emprego. Durante a ocupação da fazenda *Seringa/Paraíso*, o vínculo com atividades de trabalho era garantido, bastava se dispor a vender sua força de trabalho.

Por meio de "bicos", ou seja, atividades provisórias e temporárias, sem renda fixa ou carteira assinada e, muitas vezes, com remuneração abaixo do tempo gasto em sua realização, os acampados trabalhavam nas mais diversas funções. Tais atividades, podiam ser desenvolvidas em um dia, mas também em empreitadas, em que geralmente se fazia um revezamento, 15 dias no trabalho e 15 dias nas atividades internas do acampamento.

As relações de trabalho exercidas beneficiavam quem recebia o dinheiro, pois era a condição da continuidade da sua existência, neste caso, a continuidade dentro do acampamento, para comprar o básico para a alimentação e também na contribuição de 10% para a organização do local, uma das regras a ser cumprida.

Sobre a contribuição ao MST, mais uma vez as críticas à coordenação se fazem presente. Moisés, ao lembrar-se das saídas para trabalhar e da contribuição dada ao acampamento, sugere que os únicos que não saiam para as empreitadas "eram os chefes, os cabeças [pois] eles eram da coordenação [e] se mantinham com o dinheiro que entrava..."[315]. Além disso, outro destino apresentado à contribuição estava relacionado ao sustento daqueles que não trabalhavam, conforme relata Alberto: "tinha muito pouco no serviço, mas é que tinha que dar para sustentar o acampamento, porque tinha... (pausa) bom uma mulher aí que tinha 5 ou 6 filho"[316].

A diversidade de pessoas que formam um acampamento é constituída tanto por algumas que são aptas a sair para trabalharem fora, quanto por outras que não têm condições de ficarem os 15 dias na empreitada, como, por exemplo, uma mulher com muitos filhos. As críticas à coordenação ou aos que não saiam para trabalhar podem estar relacionada ao fato de que os afazeres desses não estivessem relacionados diretamente com o ganho de dinheiro. Em uma sociedade

capitalista, naturaliza-se a valorização daqueles que realizam atividades remuneradas, enquanto, por outro lado, diminui-se a importância de atividades não remuneradas, vendo como ociosos aqueles que "simplesmente" participam dos setores e demais afazeres internos do acampamento.

Tão ou mais interessante do que o ganho de dinheiro, por meio dos vínculos empregatícios dos que saiam para trabalhar e para os que, ao desenvolver outras atividades dentro do acampamento, também se beneficiavam das contribuições, eram as vantagens e os benefícios do empregador, principalmente para os que contratavam os acampados por empreitada.

No caso, destacaram-se dois ramos: da construção civil e da celulose que, por sua vez, tinham ao seu dispor um grupo de pessoas dispostas a vender sua força de trabalho sem carteira assinada. Essa não era uma condição reivindicada pelos que trabalhavam, pois estavam convencidos de que ter carteira assinada era um empecilho para se tornar um futuro assentado. Uma crença abordada por Edna do seguinte modo: "podia até trabalhar, mas não assinar a carteira (...) eu sempre trabalhei frio e nunca assinei minha carteira, até hoje..."[317]. Alberto também relata a mesma crença: "se tu tá assalariado, o governo vai dizer: 'mas você não é agricultor, porque tá trabalhando em uma empresa com carteira assinada'"[318]. Plínio também aborda a questão da impossibilidade de trabalhar sem carteira assinada, mas, diferentemente de Edna e Alberto, desconfia que os motivos sejam outros. Assim, diz ele: "naquela época não podia ser fichado mais (...) a regra entre aspas, né? (...) porque eles mentem para gente que não pode, né? (...) mas a gente sabe que tem muita gente que tá fichado, até hoje, e foi assentado durante este período, depois que a gente descobre"[319].

Acreditamos que Plínio não domine conhecimentos sobre as condições estipuladas pelo INCRA para ter-se o acesso à terra, pois, caso os dominasse, poderia certificar-se que suas desconfianças são procedentes. O INCRA define que não pode ser assentado[320]: 1) funcionário público federal, estadual ou municipal – a regra também se aplica ao cônjuge ou parceiro; 2) candidato com renda familiar proveniente de atividade não agrícola superior a três salários mínimos mensais; 3) agricultor que for dono, sócio ou cotista de empresa ou indústria – a proibição também se aplica a cônjuge ou companheiro; 4) qualquer pessoa que já foi assentada anteriormente – regra vale para o cônjuge ou companheiro; 5) proprietário de imóvel rural superior a 01 módulo rural do município – o

mesmo vale para o cônjuge; 6) portador de doença física ou mental, cuja incapacidade o impossibilite totalmente para o trabalho agrícola – afora os casos em que um laudo médico garante que a deficiência apresentada não prejudique o exercício da atividade agrícola; 7) estrangeiro não naturalizado; 8) aposentado por invalidez – não se aplica a cônjuge ou parceiro; e 9) condenado pela Justiça – por sentença final definitiva transitado em julgado – com pena pendente de cumprimento ou não prescrita.

Portanto, não há impedimentos de ser assentado àqueles que tenham carteira assinada, desde que não sejam funcionários públicos (regra 1) ou recebam mais de três salários mínimos mensais (regra 2). Não sabemos qual o fundamento da informação, mas convenceu a muitos acampados de que ter carteira assinada, independente das condições, era um empecilho para se tornar um futuro assentado. Ao mesmo tempo, portanto, fortaleceu ainda mais as empresas locais que, aproveitando-se da crença dos acampados que não era possível ter carteira assinada, os contratava livrando-se dos encargos trabalhistas a que eles teriam direito.

Nelson, pedreiro de profissão, como ele mesmo se orgulha ao se definir, viu a transferência para o acampamento como uma oportunidade de emprego. Sendo Chapecó um município em crescimento, ele dificilmente ficaria desempregado. Então, juntou o desejo de conquistar a terra com uma maneira de exercer sua profissão. Aproveitando-se de sua experiência, fez da construção civil um ramo de atividade também para outros acampados, principalmente devido à parceria estabelecida entre empresas ligadas ao ramo, onde explica que uma delas, ligada à fabricação de pré-moldado, por exemplo, "vendia o barracão e dava a mão de obra para o pessoal"[321], além de indicá-los para outros empregadores. A rotina da construção civil, inclusive, permitia que Nelson ficasse mais de 15 dias fora do assentamento, desde que respeitasse o acordo de pagar para a organização do acampamento os 10% do que ganhava.

Outro ramo de empregabilidade dos acampados era o do setor de celulose. Apesar de envolver-se apenas no ramo da construção civil, Nelson pontua:

> [...] quando nós entramos tava naquela febre de plantar eucalipto e coisa... daí o pessoal que trabalhava na roça, eles já sabiam roçar, plantar, esse tipo de coisa... daí era o ideal, fazia lá 10 ou 12 equipes, saia 5 equipe, 5 voltava (...) era plantado por tudo perto, até lá em Salto Veloso foi ido (...) lá perto da região norte[322].

Saber roçar e plantar era algo que outros acampados haviam aprendido ainda na infância. Francisco é um deles. Pai de 5 filhos, avô de 4 netos, separado e com 63 anos na data da entrevista, nasceu em 1955, em Chapecó. Um dos filhos de um total de 21 irmãos, provém de uma família de agricultores que tinha, por meio de posse, meia colônia de terra na linha Baronesa da Limeira, em Chapecó. Aos 8 anos, um dos irmãos foi para o Estado do Paraná – município de Três Barras/PR, localidade de Bufadeira – para trabalhar e tomou posse de uma terra, posteriormente, buscando a família para lá morar que, aos poucos, entretanto, no seu entender, foi "se extraviando". Em 1982, retornou a Chapecó, município em que constituiu nova família e foi morar na Vila Rica, passando a trabalhar para os verdureiros locais. Neste local, de onde saiu sozinho, já que a família continuou a residir ali, rumou ao acampamento DJG no ano de 2002, cinco meses após a ocupação.

Enquanto acampado, Francisco se lembra das condições enfrentadas nos alojamentos em que ficavam durante as empreitadas de trabalho. Diz ele:

> [...] nós ia trabalhar no campo e lá... tinha aquelas pedrerama, aqueles pedrerão, assim, sabe. E daí nós fazia um acampamento lá de chão e estendia os colchões, tudo no chão para dormir. E as noites de chuva, ás vezes alagava e nós acabava se molhando tudo, e aquilo lá não faz bem para a saúde. Hoje a gente tem resfriado por causa disso, a gente perde um pouco da saúde[323].

Para além das dificuldades vividas por Francisco, o trabalho de empreitada foi relatado como uma saída por outro entrevistado. Horácio, ao refletir sobre as dificuldades financeiras enfrentadas, afirma o seguinte: "a sorte é que o [nome do empregador] começou a plantar eucalipto para lá e pra cá e [...] foi aonde nós desapertemo, que deu pra aguentar"[324]. Em um contexto de falta de dinheiro e de um melhor emprego, trabalhar, mesmo que em condições precárias e sem carteira assinada, torna-se uma saída, a ponto de Horácio expressar gratidão pelo empregador, ao invés de questionar suas condições de trabalho.

Os vínculos de trabalho constituídos durante o acampamento demonstram que mais do que a esperança de conquistar um pedaço de chão, acampar também era uma forma de conseguir ganhar dinheiro para sobreviver, mesmo que, para isso, fosse necessário enfrentar um trabalho bastante precarizado. Fora do acampamento, qualquer problema deveria ser resolvido individualmente, mas, dentro dele, os

problemas eram resolvidos de forma coletiva, de tal modo que aquele saía para trabalhar sabia que estava acompanhado de outros em situação semelhante a sua.

Além dos deslocamentos para fora do acampamento, por vínculos de trabalho, era preciso envolver-se com atividades do Movimento, ao qual, a partir do momento que resolveram ocupar, tornaram-se parte. Isso incluía as práticas sociais de participação em novas ocupações de terra, de manifestações e marchas que levassem a público as reivindicações mais próximas, como a condição de acampado e a pressão para que a terra onde estavam fosse finalmente desapropriada, bem como questões mais amplas, envolvendo problemas sociais. Trata-se de ações utilizadas pelo MST como forma de chamar a atenção da sociedade para uma dada realidade vivenciada. Entretanto, apesar de estratégias de luta, a participação em tais ações, quando rememoradas, dividem opiniões.

Otávio, por exemplo, considera o seguinte: "quando é acampamento é uma facilidade de tu ir para outras lutas, nós fizemos muita luta em defesa da educação, da saúde, de várias coisas nós fizemos porque faz parte, um movimento social não pode ficar só na questão da terra"[325]. Todavia, havia outros que consideravam essas atividades muito sofridas, como é o caso da Edna, que relata assim: "a gente sofria bastante porque tinha que sair em manifesto e tudo que tinha, tu tinha que ir, no INCRA, tinha que viajar para longe"[326]. Também tinham aqueles que receavam essas atividades, pois as consideravam perigosas, como é o caso de Francisco, que diz seguinte: "para ajudar as outras pessoas de outros lugar lá, fazer ocupação, enfrentar boca quente de novo, arriscar ir lá e perder a vida (...) era obrigado ir, se não fosse, eu podia ser despejado (...) era mesma coisa que tempo de guerra, ou você briga ou você morre"[327].

Enquanto Otávio concebe as participações das ações do movimento com amplitude, compreendendo que a luta não é apenas por terra, mas abrange também outros setores, Edna e Francisco, por sua vez, além de conceber as atividades como obrigatórias, as relacionam, respectivamente, ao sofrimento e a guerra, demonstrando que, se fosse por livre e espontânea vontade, não participariam.

Para muitas famílias, a motivação para aproximarem-se do acampamento, mesmo com todas as privações e dificuldades, estava relacionada ao "ganho" da terra, não compreendendo, portanto, a participação em outras ações organizadas pelo Movimento como uma relação direta com a conquista da terra.

Além das participações de novas ocupações, manifestações e marchas que

ocorriam, não somente localmente, mas em diversos locais do Brasil, um exemplo de pressão exercido pelos acampados do DJG, dentro do município de Chapecó, foi a ocupação do INCRA, em 19 de agosto em 2008. Impulsionados pela crença de que eles iriam ser despejados, "pelo menos 80 integrantes"[328], decidiram ocupar a sala do prédio onde funciona o órgão, a fim de pressionar pela desapropriação de áreas para a reforma agrária. Entre elas, a aquisição da fazenda *Seringa/Paraíso*, além de "outro terreno, de 300 hectares localizado em Campo Erê, no Extremo-Oeste do Estado"[329], na ocasião, ocupado pelo MST há 2 dias.

Além da crença no despejo, a morosidade no andamento dos processos passou a preocupar os acampados que receavam, na época, a desistência da venda por parte dos proprietários, como noticiou-se: "os integrantes do Movimento alegam que os proprietários querem vender as terras, oferecidas ao INCRA a dois anos. Mas com a demora nas negociações eles estariam desistindo da proposta"[330].

Além da pressão para a resolução final de desapropriação da área que ocupavam a quase 7 anos, a ocupação do INCRA também foi uma forma de demonstrar a importância da reforma agrária e da agricultura familiar para a produção de alimentos. Aproveitando-se da visibilidade no local ocupado, no centro do município de Chapecó, ao mesmo tempo em que mantiveram a sala do prédio do Instituto ocupado, uma das ações realizadas foi a distribuição de alguns produtos cultivados no acampamento DJG à população local, tais como, "Laranja, mandioca, repolho, milho, abóbora e alface"[331]. Ao encontro do entendimento de Soberania Alimentar[332] proposta pelo MST, tal ato teve por intenção, "mostrar para a população que nosso objetivo é produzir alimentos"[333], afirmou ao jornal um dos coordenadores do acampamento na ocasião, hoje assentado no DJG (marido da entrevistada Aline).

A ocupação do INCRA durou mais de 20 dias e foi considerada vitoriosa, pois resultou na assinatura do decreto de desapropriação da fazenda *Seringa/Paraíso*[334], pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Essa foi a condição para que desocupassem o local, como explicou Otávio, que ainda relatou a comemoração que fizeram pela conquista da terra:

> [...] só saímos de lá com o decreto em mão, eu ainda tive a alegria e felicidade de pegar este decreto e dizer "tá aqui companheirada,

> conquista nossa, tá aqui", daí enfileiremo lá, começamos a dar tiros e foguete e descemos fazer festa, comer carne e tomar cerveja... muita gente chorava, mas de alegria, saber que agora nós podemos ficar aqui.

A assinatura do decreto de desapropriação, ocorrida em setembro de 2008, e a posterior imissão de posse, assinada em novembro do mesmo ano, era o que faltava, no quesito jurídico, para a definitiva transformação do acampamento em assentamento. Entretanto, conforme veremos no próximo capítulo, os desafios na terra conquistada não seriam menores, apenas diferentes.

A partir de 2008, uma nova etapa iniciou-se na vida de muitas pessoas que deixaram seus locais de origem e projetaram-se pela mudança de suas vidas. O "ficar aqui", expressado por Otávio, estava dotado de novos desafios enquanto assentados, para alguns seria um aprendizado sobre a vida rural, para outros um relembrar ou continuar. Para todos, na ocasião, a certeza de que haviam cumprido o objetivo de quando se dispuseram a acampar.

Capítulo V

Na terra:

outros desafios e novas possibilidades

Após quase 7 anos da ocupação, no final de 2008, quando da desapropriação da área pelo INCRA e destinação do imóvel fazenda *Seringa/Paraíso* para a reforma agrária, o acampamento dava espaço para o assentamento com o mesmo nome: *Dom José Gomes*. Como rememoração desta conquista, duas vezes ao ano festeja-se no local datas de suma importância: a ocupação, ocorrida em abril de 2002, e a conquista do assentamento, ocorrida em novembro 2008.

Neste contexto, ao longo do domingo de 11 de novembro de 2018, a comunidade local realizou uma comemoração festiva pelo fechamento de um ciclo: 10 anos de conquista do assentamento. Assim, juntamente a familiares e convidados, foi celebrada, embaixo da sombra de grandes árvores da sede, uma linda festa, que incluía uma reunião religiosa, seguida de churrasco, cerveja e muita música.

A transformação do acampamento em assentamento veio acompanhada de conquistas, que podem parecer pequenas para quem está tão acostumado a elas, mas que são de importância fundamental para quem consegue alcançá-las. Trata-se de coisas como luz[335], água encanada[336], construção de casas[337] e política de créditos[338].

Com área total de 372,35 ha[339], o assentamento foi estruturado para a organização de formas coletivas de produção e passou a contar com 33 famílias, sendo que, em 2009, "30 [estavam] aptas ao assentamento e (...) organizadas em 03 núcleos. Uma família [permanecia] apenas residindo como 'agregados' na

mesma área destinada à seus pais; as 2 demais [estavam] fora dos núcleos e não foram contempladas para serem assentadas"[340].

Das 30 famílias "aptas ao assentamento", a maioria, mais especificamente 26 delas, participou do acampamento em Chapecó, outras 4 famílias, entretanto, estavam acampadas ou assentadas em outros locais e foram transferidas ao DJG. No momento, 2020, ele conta com 31 lotes, sendo que uma das famílias é a de Regina, que residia de "agregada" e recebeu um dos lotes após o falecimento do beneficiário original, pois ele não possuía herdeiros, outra família é a de Rute, que morava e trabalhava na fazenda e, apesar de "fora dos núcleos", conseguiu, via processo judicial, o direito ao lote. É preciso destacar, ainda, que a outra família que não integrava os núcleos acabou se retirando após inúmeras tentativas frustradas de direito à terra.

Aproximadamente 4,0 ha do assentamento é espaço comunitário. Este é formado pelo local onde está a casa do antigo dono da fazenda e pela sede, na qual localiza-se a igreja católica, o salão de festas e um campo de futebol. Na sede, além de celebrações católicas semanais, reuniões internas e atividades envolvendo público externo, é o espaço de festividades, como a ocorrida em comemoração aos 10 anos do assentamento.

O DJG é um entre os 94 assentamentos da região Oeste Catarinense. Sua análise nos faz compreender que a luta pela terra não se encerra com a conquista. Após ela, há a continuidade por meio de outros lutas e desafios que, por sua vez, nem sempre são exclusivos de assentamentos rurais, mas dizem respeito também a qualquer outro pequeno produtor. Como pano de fundo, o capital, que ora avança sobre o território conquistado, ora é barrado pelos assentados que resistem ao seu avanço.

Quanto ao DJG, as lutas e desafios após a conquista evidenciam conflitos de opiniões e condutas dos assentados que, por sua vez, dividem-se ao menos em dois grandes grupos, um com valores mais aproximados às concepções do MST sobre os objetivos da reforma agrária, outro mais voltado às concepções individuais permeadas pelo "vencer pelo trabalho" e o ideal de "ser colono" e que, por sua vez, integra-se aos valores do capital, tanto em práticas, como em valores. Assim, neste capítulo, por meio de dois grandes temas, a cooperação e a produção de alimentos, veremos as lutas e desafios após a conquista da terra. Para tanto, serão consideradas tanto as experiências de confrontação à ofensiva do capital, quanto aquelas de

assimilação, o que, consequentemente, envolve uma discussão acerca das dificuldades relacionadas à permanência no campo e à continuidade do assentamento.

5.1. Assentamento e cooperação

5.1.1. Cooperação entre povos

Levando em conta a conjuntura atual, na qual ações do governo Bolsonaro se contrapõem e ameaçam destruir os modos de vida dos povos do campo e da floresta, tal como a Medida Provisória 870 – que transfere para as mãos de um dos ruralistas e grileiro de terras indígenas do país, Nabhan Garcia, a responsabilidade por identificar, delimitar, demarcar e registrar terras tradicionais –, o MST reafirmou seu compromisso com as populações indígenas e quilombolas. Isto porque compreende que sua luta e a deles guardam uma centralidade em si, que buscam um mesmo fim. Ou seja, pretendem subverter a lógica que o capital submeteu à terra, a concebendo enquanto solo sagrado, lugar de vida e reprodução de relações humanas e emancipadoras[341].

Em Chapecó, o DJG é lugar de passagem obrigatória dos indígenas da reserva *Aldeia Kondá* que se deslocam rumo ao bairro Seminário ou centro do município. Portanto, encontrá-los no caminho principal até o assentamento não é novidade, tanto a pé, quando de carro, mas quase nunca sozinhos. Entretanto, as relações entre os indígenas e os assentados vão muito além do compartilhamento do mesmo caminho, pois são marcadas por relações cotidianas[342], trocas de produtos e por contratos de trabalhos, bem como, por representações criadas pelos assentados diante dos vizinhos indígenas. Elas são constituídas nas relações sociais, neste caso, em especial nas disputas espaciais, envolvendo a reserva e o assentamento e, ao mesmo tempo, demonstram que nem sempre assentados e indígenas centralizam suas lutas.

No que tange às trocas, as relações entre indígenas e assentados ocorrem devido ao tipo de produtos que os indígenas recebem por meio de cestas básicas, pois alguns não se enquadram em seu costume alimentar, como explica Isabela:

> [...] eles pegam na cesta básica deles esses produtos que eles não são de consumir, que nem o trigo, o açúcar, o óleo e trocam por

> produtos produzidos no aqui no assentamento (...) eles pegam leite, queijo, galinha aqui (...) troco a banha pelo óleo também... mas tudo no preço justo[343].

Para que as trocas se concretizem, indígenas procuram os assentados e vice-versa. Assim, tais trocas com os indígenas, que na versão de Isabela ocorrem ao preço "justo", são também uma forma de garantia da diversidade alimentar de ambos os negociantes.

Além do mais, pela proximidade dos locais, as relações entre indígenas e assentados vão muito além das simples trocas de produtos, mas estabelecem-se também nos contratos de trabalho. Muitos indígenas trabalham para os assentados em tempos de plantio ou colheita, como explica Paulo: "quando aperta o serviço, a gente tem que contratar (...) quando não arruma aqui é os índio que trabaia"[344].

Não é raro, em um lote que tenha ao menos de um membro trabalhando fora, contratar mão de obra indígena nos momentos de maior precisão. Assim, Raquel explica que, no ano anterior à entrevista (2016), foram "os índios que fizeram"[345] a colheita do milho. Bianca, ao comentar sobre a necessidade de contratar mão de obra de fora como condição para a continuidade da produção agroecológica, que demanda bastante trabalho, diz o seguinte: "geralmente são os índios aqui que trabalham com a gente"[346].

Alguns assentados justificam a contratação de indígenas pelo fato de necessitarem mais pessoas para trabalharem em seus lotes e encontrá-los dispostos a realizarem os serviços. No que diz respeito a essa contratação, as falas nas entrevistas evidenciam que seria uma espécie de favor prestado aos indígenas, como explicado por Francisco:

> [...] eu dou um servicinho pra eles (...) às vezes pediam para carpir ali, mandei limpar a mandioca, mandei... servicinho assim, eu dava para eles ganhar os troquinhos deles, eles vem pedir, daí as vezes eu mandava eles fazer um cesto, uma coisa[347].

Entretanto, se extrapolarmos as justificativas do empregador, como entender as relações de trabalho neste caso? Estariam elas comprometendo a caracterização de assentamento e reserva indígena? E, ainda, de trabalho familiar?

Se partirmos da definição de funcionamento de um assentamento forne-

cido pelo INCRA que, por sua vez, concebe que os "trabalhadores rurais que recebem o lote comprometem-se a morar na parcela e a explorá-la para seu sustento, utilizando exclusivamente a mão de obra familiar"[348] e de reserva indígena fornecido pelo Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/73) que em seu Art. 27 a define como "área destinada a servidor de habitat a grupo indígena, com os meios suficientes à sua subsistência"[349], pode-se dizer que as relações de trabalho entre indígenas e assentados, não se encaixam nas definições de assentamento e reserva indígena, respectivamente. Isto porque, estariam abrangendo, no caso do primeiro, a absorção de algo que vem de fora, ou seja, a mão de obra que não é exclusivamente a da família. Quanto aos indígenas, ao contrário, não se estaria absorvendo algo, mas sim deixando algo, demonstrando que o local não fornece os meios suficientes ao autossustento. Assim, se considerarmos que as definições devem realizar-se na vida cotidiana, poderemos concluir que as relações de trabalho se contrapõe as concepções de assentamento e reserva indígena fornecidos pelo INCRA e pelo Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/73).

Porém, mais do que tentar enquadrar a vida cotidiana em conceitos já elaborados, devemos compreendê-la marcada por necessidades. Neste caso, por parte dos assentados, a necessidade de mão de obra de fora em alguns momentos, já que nem todos os membros da família trabalham no lote, pois alguns estão fora assegurando que, além daquilo que se produz no lote e que garante a alimentação, também se receba dinheiro para o pagamento das demais despesas. Por parte dos indígenas, no que lhes diz respeito, também há essa mesma necessidade de dinheiro para o consumo daquilo que não é ofertado dentro da cesta básica e nem retirado da mata e dos rios. Entretanto, é preciso destacar que essa utilização de mão de obra indígena é completamente distinta daquelas que ocorrem em condições análogas à escravidão[350] ou em linhas de produção das agroindústrias locais[351], pois as últimas duas têm na exploração do trabalho indígena um método de redução dos custos que lhes permite auferirem maiores lucros, enquanto que nas relações de trabalho estabelecidas entre os assentados e os indígenas há uma troca que possibilita que ambos consigam dinheiro para consumirem aquilo que não produzem/possuem.

Além das relações cotidianas, marcadas em grande medida pelas trocas entre produtos e os contratos de trabalhos, na relação entre indígenas e assentados também se destacam as representações criadas pelos últimos diante dos vizinhos da reserva *Aldeia Kondá*. Essas aparecem com maior facilidade principalmente

devido às disputas de espaço. Isto porque, com a construção da usina hidrelétrica Foz do Chapecó[352], diminuiu a área destinada à reserva indígena e, consequentemente, houve o deslocamento dos indígenas. Plínio explica deste modo o deslocamento dos indígenas: "[eles] recuaram da beirada do rio, que subiu. O nível da área subiu e eles moravam mais para baixo. [E] o que que eles fizeram? Subiram para cima. E daí, o que? Foi apertando nois"[353]. Tal situação implicou tanto no tamanho do assentamento, quanto na instalação de famílias indígenas na área pertencente a ele. Segundo o PDA:

> Outra situação foi a entrada dos indígenas da Reserva Indígena Condá, confrontante ao sul da área do assentamento. Diante do ocorrido foi realizada audiência com a FUNAI, Caciques da Reserva, MST, INCRA e Coordenação do Assentamento; foi colocado por parte da coordenação do assentamento e MST que já cederam parte da área do assentamento para a Reserva, o que impossibilitou inclusive que fossem assentadas mais famílias na área do PA, demonstrando que não existe má vontade em contribuir com a causa indígena, e que, pelo contrário são aliados na mesma luta. O fato que tem causado atritos entre as partes acabou num acordo verbal de que 3 famílias indígenas instaladas na área do PA permaneçam temporariamente em aproximadamente 1,5 hectares por estas ocupado, até que a FUNAI adquira outra área para anexar à Reserva[354].

A parte da área cedida à reserva, muito além da contribuição com a "causa indígena" manifestada pelo MST, é sentida com pesar por alguns assentados. Sobre essa questão, Alberto se manifesta do seguinte modo: "os índios acabou tomando, tirou de nois"[355]. Plínio, da mesma forma, falando sobre a área cedida, diz: "sem contar a nossa terra que tiraram um pedaço ali"[356]. Ambos ao utilizarem as expressões "tomar" e "tirar", não parecem estar de acordo com o ocorrido, mas sim lamentar a diminuição da área que, por sua vez, lhes foi subtraída, fazendo com que o tamanho e, consequentemente, o número de famílias do assentamento fosse menor. Entretanto, diante do contexto vivido, Plínio expõe deste modo a "aceitação" da cedência, que, no seu entender, parece não haver tido o resultado esperado: "pra conseguir pegar a área, nós tivemos que ceder essa parte para eles ali e cedemos aquela parte maior, depois cedemos mais um pedacinho ali e eles querem mais um pedaço"[357].

O "mais um pedaço" requerido pelos indígenas, expresso por Plínio, diz respei-

to a proposta de alteração dos limites da reserva indígena[358]. Além de não cumprir o "acordo verbal" de adquirir outra área para anexar as 3 famílias indígenas instaladas na área do assentamento, a FUNAI entrou com processo administrativo, reivindicando a ampliação da área da reserva e, consequentemente, diminuição da área correspondente ao assentamento, pois segundo alegação, existiriam áreas sobrepostas.

Importante destacar que na ocasião de demarcação do DJG, o INCRA consultou a FUNAI sobre o interesse na área. Em resposta, o Administrador Executivo Regional FUNAI, em documento datado em 23 de outubro de 2007, afirmou que:

> 1. Quando o INCRA iniciou o processo, não havia por parte da FUNAI, qualquer interesse sobre a referida área; 2. Esta terra, NÃO é terra tradicional; 3. Por conta da necessidade de complementar o perímetro da Aldeia Kondá, a FUNAI precisa adquirir mais terras, que pode ser na região. Não há sobreposição de área[359].

Diante da negativa de interesse da FUNAI na área, bem como a negativa de sobreposição, o INCRA deu continuidade a delimitação do DJG. Entretanto, em 2015, conclui-se que a consulta sobre o interesse não seguiu fluxo regular, pois,

> [...] o pedido foi encaminhado à unidade regional de Chapecó, não tendo sido elaborada resposta pela então Diretoria de Assuntos Fundiários, na qual encontrava-se a competência de proceder os processos de identificação e delimitação e regularização fundiária de terras indígenas. Ademais, observa-se que a resposta encaminhada pela unidade regional da Funai sequer foi acompanhada de análise técnica fundamentada, com dados cartográficos, acerca da incidência do imóvel na área do Despacho nº 87/PRES/2001[360].

Diante disso e da constatação de áreas sobrepostas do assentamento e da reserva indígena, a FUNAI deu início ao processo administrativo de reivindicação das áreas. Estas são formadas pela "Área 01 = 4,0285 ha e Área 02 = 9,8637 ha, totalizando uma área de 13,8922 ha"[361] (Ilustrações 22) que, por sua vez, compreende "parte das áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente, do lote coletivo e de um lote individual"[362]. Se forem cedidas para a reserva indígena[363], entretanto, os lotes atingidos no DJG "não perdem totalmente sua viabilidade de exploração econômica, social e financeira"[364].

Ilustração 22. Área de sobreposição assentamento DJG e reserva *Aldeia Kondá* I. Fonte: Processo nº 54210.001556/2015-61.

Entretanto, é importante salientar que a Ilustração 22, ao confrontar as divisas do assentamento e da reserva, identifica duas áreas de sobreposição e ignora outras duas, como é possível perceber pelos tracejados da linha roxa (assentamento) e da linha amarela (reserva). Assim, além dos 13,8922 ha abordados no processo, ainda restam 15,6078 ha não identificados, o que leva à conclusão de que são 29,5 ha de sobreposição (Ilustrações 23 e 24). Portanto, a informação despreocupada, da não inviabilidade dos lotes atingidos com o repasse da área, deve ser investigada de forma mais aprofundada.

A disputa espacial entre reserva indígena e assentamento, por sua vez, é interpretada de formas diversas entre os assentados. Paulo, por exemplo, a cita como uma questão já resolvida: "o ano passado eles estavam tentando, eles queriam mais terra aqui, só que daí como já tinha, foi medido os lote, ia pegar casas e diversas moradias ali, 3 moradia ia pegar ou 4, daí o INCRA debateu contra a FUNAI e conseguiu"[365]. Olga, por outro lado, teme quanto ao futuro, por entender que se trata de uma questão atual: "tem os índios também que estão querendo já, estão reivindicando já (...) aí quem tá aqui ou vende ou é expulso"[366].

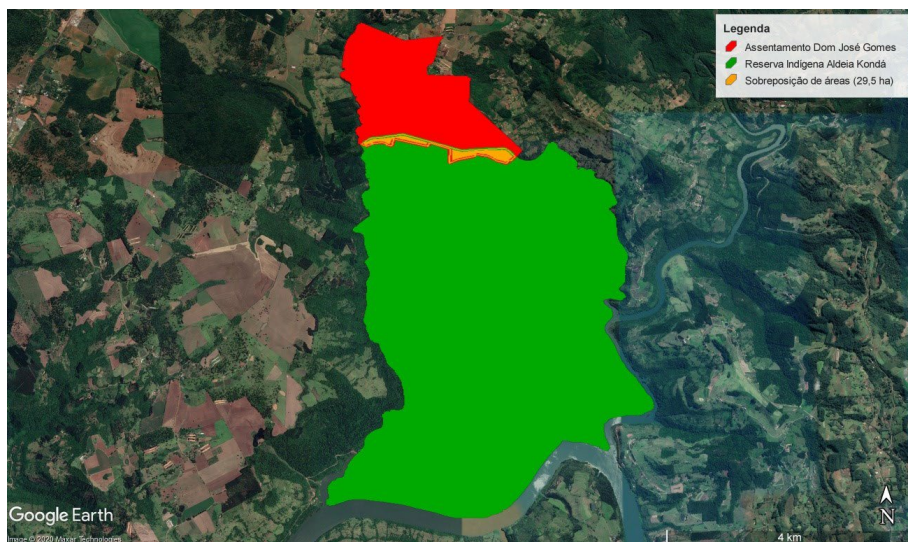



Ilustração 24. Área de sobreposição assentamento DJG e reserva *Aldeia Kondá* III. Fonte: Elaborado no Google Earth a partir da "Ilustração 22" e da sobreposição do Shapefile INCRA-assentamentos_SC e do KML FUNAI-terras_indígenas. Org.: BASTIANI, T. M.; BORGES, L. F. S. 2020.

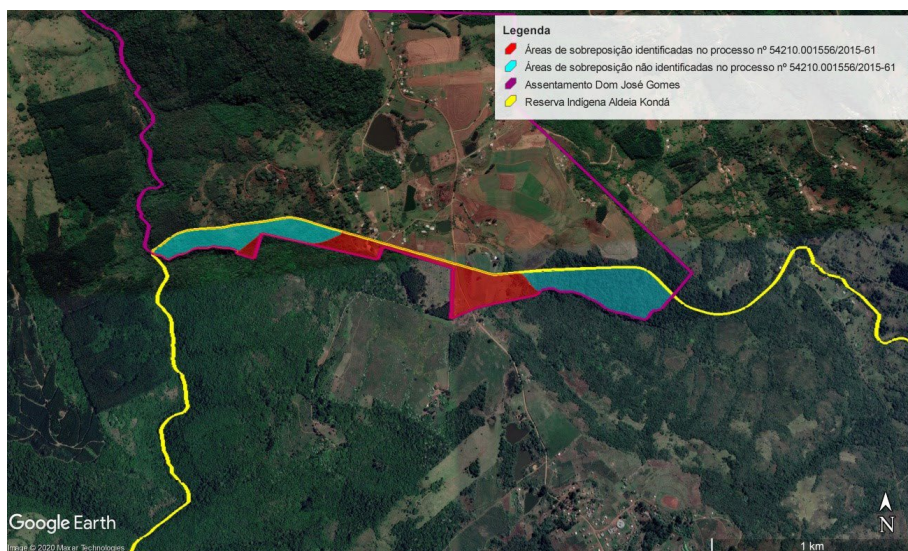



Ilustração 23. Área de sobreposição assentamento DJG e reserva *Aldeia Kondá* II. Fonte: Elaborado no Google Earth a partir da "Ilustração 22" e da sobreposição do Shapefile INCRA-assentamentos_SC e do KML FUNAI-terras_indígenas. Org.: BASTIANI, T. M.; BORGES, L. F. S. 2020.

Apesar da afirmação, via processo, de não tornar os lotes inviáveis (embora posto em suspenso pela constatação de que se trata de área maior de sobreposição), a possibilidade de saída da terra conquistada faz Olga temer o futuro, isto porque pode estar relacionada, ao mesmo tempo, às rememorações das vivências fracassadas da trajetória familiar de adquirir terra. Ela sabe o que é ser sem terra, sendo esta, uma condição que teme repetir-se em sua vida.

Mãe de 2 filhos, casada e com 27 anos na data da entrevista, Olga nasceu em 1989, em São Miguel do Oeste. Uma entre 7 irmãos que foram criados pelos avós, pois explica que sendo o pai doente, a mãe tinha que dedicar-se a ele. Desde os 11 anos, sempre ajudou no serviço da roça, tanto no tempo em que residiram nas terras de um tio no assentamento *25 de maio*, em São Miguel do Oeste, quanto no tempo em que moraram em uma terra que tentaram financiar pelo do Banco da Terra, mas que, devido ao falecimento dos avós, não conseguiram concluir.

Os avós de Olga faleceram no mesmo ano, quando ela tinha 17 anos. Diante disto, ela foi morar com a sua mãe, mas como não se "acertou", ficou apenas um mês, indo residir e trabalhar como babá de 4 crianças no centro urbano de São Miguel do Oeste, mas como a empregadora mudou-se para a Bahia e ela não quis a acompanhar, ficou sem emprego e retornou a morar com a mãe. Entretanto, "no outro dia", aquele que é hoje seu companheiro a procurou para convidá-la a morar no acampamento, uma situação no seu entender inesperada, pois, apesar de o conhecer desde que eram crianças e namorarem desde que ela tinha 14 anos, até então o relacionamento dos dois se dava por ligações telefônicas e mensagens e ela nem ao menos conhecia o DJG. Contudo, aceitou o convite e chegou no acampamento em agosto de 2008.

Da disputa espacial entre assentamento e reserva indígena, que faz Olga temer pelo futuro, a ponto de em seu imaginário pensar que até mesmo possa ser "expulsa" do local, já que, caso se de ganho de causa a FUNAI, parte de seu lote passará a ser reserva, e, diferente do que pensa Paulo, ainda não resolvida, aflora outro tipo de fronteira: a *étnica*. Tal fronteira, em sentido limitado, significa a apropriação territorial por parte de um grupo que se considera separado e diferente do outro a que estabelece concorrência e, em sentido mais amplo, geralmente ocorre quando há sobreposição de territórios, manifestando-se em confronto entre o *nós* e os *outros*, até que se estabeleça um acordo de convivência no mesmo espaço[367].

Apesar de relacionamento aparentemente pacífico, marcado pelas diversas relações que estabelecem entre si, as concepções sobre quem são e como se organizam os indígenas não é algo mantido em segredo entre os assentados. Entre outras falas, Alberto evidencia, de forma estereotipada, a representação social do indígena como *outro*:

> [...] eles não é que nem nois da reforma agrária, que nois cada um temo um pedaço nosso, eles lá não plantam nada na verdade, índio não trabalha, daí eles pegam tudo junto, uns faz um pedacinho, não planta nada[368].

Amalgamado à concepção de que "índio não trabalha", concebida por Alberto – apesar de muitos serem contratados como mão de obra nos lotes –, não são raros os questionamentos sobre o porquê os indígenas reivindicam mais terra, tanto por supostamente não plantarem, quanto por julgarem que dispõe de outros meios de sobrevivência que não advém da terra, como expressado por Irene: " os índios não plantam um pé de nada, eles querem a terra só para... [pausa], tem índio ali que anda de carrão novo "[369].

Irene, sem concluir o porquê acha que os índios querem terra, emenda com uma frase indicativa, ou seja, de que por eles terem acesso a bens como um "carrão novo", não precisam de terra para o autossustento, pois, inclusive, dispõe de coisas que eles, assentados, não possuem. Alberto, ao comentar o que ele entende como sendo uma realidade na vida dos indígenas, fala o seguinte: "eles ganham um salário mínimo [por] cada filho... tem uns aí que tem 40 barrigudinho (risos)"[370]. Para além do número exagerado de filhos, está implícita a ideia de que os indígenas dispõem de outros meios de acesso ao dinheiro que lhes garantem não somente a alimentação, que não precisa ser produzida, mas também bens materiais e que, portanto, não precisam de mais terra.

Ao contrário do que acredita Alberto, conforme a FUNAI, "os indígenas são cidadãos plenos, e têm direito aos benefícios sociais e previdenciários do Estado Brasileiro"[371] que incluem: Aposentadoria por idade, Salário Maternidade, Aposentadoria por invalidez, Auxílio-Doença, Pensão por morte e Programa Bolsa Família. Portanto, a informação de que os indígenas ganham um salário mínimo para cada filho, além de exagerada, não é procedente, existindo apenas no imaginário social.

O julgamento dos assentados de que os indígenas “não trabalham”, “não plantam”, tem outros meios de sobrevivência que não advém da terra, se dão por comparação entre “eles” e “nós”. Ou seja, por meio de autoconsciência socialmente elaborada[372], concebem tanto a sua autoimagem, quanto a do “outro”. Enquanto os assentados concebem-se como trabalhadores e produtores de alimentos que, por sua vez, necessitam da terra para seu sustento, atribuem representações sociais aos indígenas como sujeitos que não necessitam tanto da terra, pois entendem que eles não trabalham, não cultivam produtos e que, além disso, possuem outros meios para se sustentarem. Assim, apesar da versão do Movimento de que ambos são “aliados na mesma luta”, as questões espaciais acabam impulsionando e expondo um traço do pensamento dos assentados que se desejaria que não existisse mais.

Neste contexto, o entendimento sobre “trabalho” e “direito à terra” são questões trazidas à tona. Ao mesmo tempo em que, talvez, os assentados sigam o lema “terra para quem nela trabalha”, concebem como trabalho a perspectiva dada pelo colonizador. Ou seja, assimilam a lógica de “vencer pelo trabalho” e, seguindo esta perspectiva, concluem que os indígenas “não trabalham” e que, portanto, não têm necessidade de mais terras, pois, seguindo o lema, a terra é de quem não apenas mora nela, mas também planta e colhe o alimento que chega à mesa.

Talvez tais concepções sobre os indígenas não seriam expostas, ao menos não tão explicitamente, caso não houvessem disputas espaciais em discussão. Entretanto, como vimos ao abordar as relações entre indígenas e fazendeiros no período de posses ocorrido no Oeste Catarinense, o conflito social faz da fronteira o lugar da “descoberta do outro” e, ao mesmo tempo, do “desencontro”. Neste caso, a “descoberta” e o “desencontro” entre Sem Terra e Indígenas, geram representações oriundas do descompasso entre aquilo que se vive e aquilo que se deveria conceber.

Em suma, a disputa espacial, além de justificativa do porque os indígenas não devem ficar com mais terra, também leva os sujeitos a elaborarem representações sociais identitárias acerca de quem são, o que fazem e como se organizam. Entretanto, essas representações, apesar de dificultarem uma relação mais profunda entre os assentados e os indígenas, não impede que eles possam estabelecer laços de solidariedade e companheirismo, uma vez que são parceiros na luta pela

terra enquanto lugar sagrado e da vida, na qual se reproduzem as relações humanas e emancipadoras.

5.1.2. Cooperação agrícola

Partindo do modelo ideal de organização proposto pelo MST para os assentamentos – baseado no "sistema cooperativo, onde a terra, os meios de produção e outras riquezas não sejam de propriedade particular distribuída entre os assentados, mas que tudo seja do coletivo organizado através da cooperativa"[373] –, o DJG foi pensado para ter suas áreas dividas em apenas 3 núcleos. Com isso, esperava-se que as famílias que, em grande maioria, já se conheciam desde o acampamento, trabalhassem na terra de forma coletiva.

O ideal de organização dos assentamentos não é apenas marcado por novas relações com a terra, com o trabalho e, portanto, com a supressão das formas tradicionais de organização da produção, ele também é uma forma de resistência aos avanços do capitalismo no campo. Do ponto de vista desse ideal organizativo, é preciso destacar que existem algumas experiências em assentamentos do Brasil que tendem a se aproximar dele, como é o caso do *Conquista na Fronteira*, em Dionísio Cerqueira, que tem sido uma referência nacional na produção coletiva por fazer da cooperação agrícola um símbolo do local[374].

O *Conquista na Fronteira*, ao reconstruir o território, fez com que a antiga fazenda *Tracutinga* passasse a ter uma nova função, o que gerou uma série de mudanças no espaço do município[375]. No que diz respeito à organização espacial – que reverbera, obviamente, nas relações humanas –, a primeira coisa a ser observada é que esse assentamento tem um modo de estruturação que se contrapõe a algo que é vital ao desenvolvimento do capitalismo no campo, que é a noção privatista da terra e do controle do trabalho. Ou seja, os lotes não são individualizados e a remuneração de cada um se dá pelas horas trabalhadas, independente da função exercida. A produção, além de coletiva, é centralizada na *Cooperativa de Produção Agropecuária União Oeste* (Cooperunião), por meio da qual primeiro objetiva-se garantir o autossustento da família com alimentação de qualidade e, depois, industrialização e comercialização da produção para geração de renda, contando com a instalação de um frigorífero para o abate de frango que, posteriormente, é vendido com a marca *terra viva*.

Buscando adequar-se ao ideal de organização de assentamentos, tendo o *Conquista na Fronteira* como uma referência, no DJG não houve a demarcação individual dos lotes que, segundo o PDA, se daria apenas por "divisas de respeito"[376]. Ana explica do seguinte modo a tentativa de coletivização do assentamento:

> [...] o Movimento queria que fosse coletivo, como era um lugar privilegiado, perto da cidade, para conseguir ter uma boa produção... que daí consegue garantir mais, até mais investimento consegue, não sei, eu acho (...) nunca vai dar certo uma coisa obrigada, tem que ter um consenso de todos ou você quer ou você não quer (...) a maioria não quis, daí ficou assim, individual[377].

Assim, com a falta de "consenso de todos" e seguindo a opção da "maioria", a partir de 2014, deu-se continuidade ao parcelamento do assentamento em lotes individuais, em que cada família beneficiária ficou, provisoriamente[378], com uns 4,0 ha, para residência e a produção. A pequena porção de terra se justifica, pois como é possível verificar pelo (Ilustração 26), apesar da área total ser de 372 ha, grande parte das áreas não são produtivas (Ilustração 25), já que são destinadas à área de reserva legal, à área de preservação permanente (APP), e às matas e banhados.

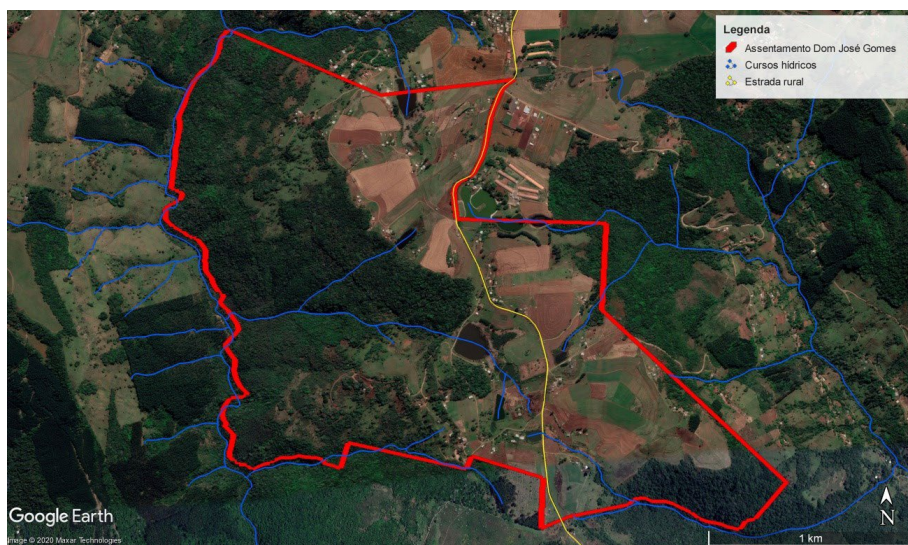



Ilustração 25. Assentamento Dom José Gomes. Fonte: Elaborado no Google Earth a partir da sobreposição dos Shapefile SIGSC-curso_d'água e INCRA-assentamentos_SC. Org.: BASTIANI, T. M.; BORGES, L. F. S. 2020.

USO DA TERRA	ÁREA (HECTARES)
Área Total do projeto de assentamento – PA	372,3508
Área destinada à reserva legal	79,5142
Áreas de pastagens melhoradas	62,8746
Áreas de lavouras	90,8721
Área de preservação permanente – APP ao longo dos rios e outros corpos d'água	50,3350
Área de preservação permanente – APP com pastagens	15,5722
Área de preservação permanente – APP em fase de regeneração	6,1789
Área de preservação permanente – APP com lavouras	5,9470
Área de preservação permanente – APP degradada por construções	0,8059
Área de Matas	41,2629
Banhados	6,7729
Estradas e Sede comunitária	4,5757
Açudes	2,2864
Área com nozes pecan	1,1750

Ilustração 26. Quadro – Distribuição das áreas de terra no PA Dom José Gomes. Fonte: PDA, 2009.

Principalmente pela pequena área do lote, a decisão do parcelamento foi lamentada por algumas famílias. Além disso, os marcos estabelecidos pelos assentados enquanto medidas de "respeito" não são os mesmos estabelecidos após as medidas realizadas pelo INCRA. Assim, a alteração das divisas ainda é motivo de discórdias e atritos entre alguns vizinhos.

Levar a diante ou não a proposta do MST quanto ao meios de produção e o uso e posse da terra de forma coletiva e que, no caso do DJG, divide opiniões por não haver um consenso, foi tema de pesquisa de trabalho envolvendo a comparação entre um assentamento coletivo e um individual no Oeste Catarinense, quais sejam, o *Rosário*, em Romelândia/SC, e o *Conquista da Fronteira*, localizado em Dionísio Cerqueira/SC[379]. Considerando a percepção dos assentados acerca da noção de propriedade, a visão sobre a escritura da terra e de seu uso de forma individual ou coletiva, a autora conclui que, quando há participação ativa do MST na vida dos assentados como, por exemplo, a presença de lideranças no assentamento ou na participação de cursos de formação promovidos, os assentados internalizam

o discurso do Movimento. O desejo da escritura da terra por parte dos moradores do *Rosário* está relacionada ao sentimento de serem donos da propriedade, para os residentes no *Conquista da Fronteira* a escritura está relacionada à ideia de comercialização, logo, a recusam pelas compreensões ligadas às diretrizes do Movimento de que a terra não é uma mercadoria, mas um meio de trabalho.

Assim como os assentados do *Rosário*, no DJG optou-se pelo parcelamento em lotes individuais. Seguindo as conclusões da autora, podemos dizer que o distanciamento em relação ao MST fez com que os assentados acabassem tomando decisões que iam de encontro às diretrizes do Movimento. Além do mais, permite compreender que os assentados orientam-se também por experiências passadas que, assim como já discutimos ao analisar as recusas de Ana e Regina em serem assentadas no *Conquista da Fronteira*, estão marcadas por "incompatibilidades estruturais" entre modo de vida e a organização produtiva dentro de um modelo esperado, neste caso, de um assentamento coletivo.

Apesar de não ter havido a continuidade do que o Movimento concebe como ideal de organização dos assentamentos – que envolve a coletivização das terras, dos instrumentos de produção e do trabalho –, existem formas de cooperação agrícola, impulsionadas por *relações de reciprocidade*[380]*,* que se fazem presentes no cotidiano dos assentados por meio da ajuda entre vizinhos[381], das parcerias produtivas[382], da *Associação de Máquinas*[383] e das trocas de produção[384]. Isto porque, o parcelamento dos lotes não foi capaz de dissolver os laços de amizade que se formaram ao longo do processo de conquista da terra, os quais são fortalecidos ainda mais por relações de parentesco, compadrio e até mesmo de ajuda na criação dos filhos, estendidos, também, em atividades de lazer para àqueles que se reúnem para almoços de domingo, jantares, jogos de baralho e futebol, uma "cervejinha" ou um simples chimarrão.

Entretanto, diferentemente das formas de cooperação agrícolas, marcadas por relações de reciprocidade entre os moradores dos lotes e até mesmo fora dele, outra realidade é quanto à organização envolvendo a venda da produção[385] que, por sua vez, ocorre de forma individual. Isso se evidencia na atividade leiteira, da qual muitos assentados desistiram. Os que permanecem passam por diversas dificuldades, a ponto de refletir sobre a manutenção nela.

A maior parte do que é produzido dentro do assentamento é utilizado para o

autossustento dos moradores do DJG. Entretanto, a venda com a finalidade de geração de renda também é uma realidade encontrada. Uma possibilidade já prevista no PDA, já que ele "se encontra numa localização privilegiada, próxima ao maior centro urbano do oeste catarinense [e a venda pode ser realizada] diretamente ao consumidor, através de feiras livres ou outros mecanismos"[386]. Além da garantia de dinheiro para a compra de serviços e produtos que os assentados não produzem, as vendas também são pensadas para que eles possam comprovar seus vínculos com a terra e consigam, futuramente, aposentarem-se como trabalhadores rurais.

Quando do surgimento do assentamento, a produção leiteira foi o grande impulso de imersão dos assentados no mercado. No intuito de elevar o preço pago pelo litro do leite, eles decidiram pela venda do produto a duas empresas diferentes – a *Cooperoeste*[387] e a *Tirol*[388]. Entretanto, o que deveria ser a solução, o preço pago pelo litro do leite, continua como um problema nos 6 dos 31 lotes que ainda trabalham no ramo, pois, como explica Aline, "o leite tem dado muito pouco"[389]. O baixo preço pago, somado às outras questões foi, inclusive, um dos impulsionadores da desistência de muitas famílias que, apesar de investimentos em criação, ordenha, resfriador e tudo que necessitavam para a venda de leite às empresas, acabaram por concluir que não compensava a continuidade, pois, como resume Moisés, "não adianta (...) trabalhar só no prejuízo"[390].

Nelson e Plínio são os únicos que, apesar da divisão do assentamento em lotes individuais e, portanto, da não continuidade do projeto com formas coletivas de produção, produzem coletivamente. Plínio explica deste modo a cooperação que estabeleceram:

> [...] eu só tenho a casa e a família (risos), o resto daqui pra fora, tirando o carro também, o carro é só meu, o resto tudo ele tem parte, a moto é junto, nois compramo junto para gente usar, o trator compramo junto, aqui nois construimo junto também, as vacas nós compramo tudo junto e tamo investindo na roça também o que nois bota na dele, foi emendado, a gente trabalha nas duas propriedades, tiramo leite eu e ele também[391].

Uma relação iniciada ainda no acampamento, local em que não só dividiam o barraco, como também estabeleciam parceria na criação de animais. Um impulso dado por Plínio, também devido a uma preocupação com o parceiro,

pois relata que Nelson, pedreiro na construção civil, como vimos, gastava todo o dinheiro que ganhava sem fazem qualquer planejamento do futuro.

> [...] o que ele ganhava, ele torrava, ele gastava tudo, daí um dia eu disse para ele 'mas você vai trabalhar a vida inteira, não vai comprar nada?, vamos comprar uma vaca' disse pra ele, na verdade eram 6 vacas que o cara tinha pra vender lá em Pinhalzinho, ele disse 'eu vou comprar, mas eu não te ajudo a tirar leite, eu te ajudo a comprar as vacas, mas não te ajudo a tirar leite' eu disse 'então tá bom, vamos comprar' e compramos[392].

A parceria iniciada no acampamento, prosseguiu no assentamento mesmo após o parcelamento em lotes. No momento da entrevista, 2017, o leite era o "o carro chefe"[393] da produção e, cada um deles, relatou a atividade leiteira de uma perspectiva diferente, enquanto Plínio abordou o cotidiano da produção, Nelson trouxe à tona as dificuldades a serem enfrentadas quanto à atividade.

Na conversa com Plínio, esse destacou que, com exceção das épocas de plantio em que "dá uma apuradinha"[394], no cotidiano do trabalho com vacas de leite, também por contarem com o auxílio de ordenhadeira e com 30 piquetes já prontos, "não é um serviço puxado"[395]. Nelson, por sua vez, destacou os desafios de continuidade na produção leiteira. Considerando a instabilidade do preço pago pelo litro do leite, bem como, a pouca quantidade de terra que dispõem, expressa que:

> [...] com essas baixa, alta... agora deu uma queda muito brusca... nós perdemos em 2 meses 2000 reais por mês já (...) agora as vacas não vão deixar de comer a ração, então na verdade além dos 2000, mais mil de ração são 3000, daí como é que a agricultura vai para frente? (...) nós precisava mais terra para produzir mais leite e na forma em que ele [o assentamento] foi constituído é quase inviável, tem que trabalhar com alta tecnologia senão não consegue em 8 hectares de terra sustentar 2 famílias e o custo é alto[396].

Os questionamentos da continuidade no campo, impulsionados por prejuízos vivenciados no momento da entrevista, bem como, pelo descontentamento com o pouco espaço disponível para a produção – mesmo com a junção de

seu lote com o de Plínio – também se fizeram presentes em outros momentos da entrevista. Na concepção de Nelson:

> [...] hoje para a agricultura tá difícil, a gente fica porque é teimoso na verdade (...) pra você manter a propriedade não tem dinheiro que chega, que tudo que você ganha você vai investindo, não é que você não ganhe dinheiro, mas se você para de investir daqui a pouco para de ganhar e assim vai, isso aí é um rolo (...) para mim era mais cômodo vender tudo que eu tenho e trabalhar na minha profissão na verdade, eu ia trabalhar de segunda a sexta, no máximo sábado até meio dia e eu garanto que minha renda seria melhor que essa"[397].

O discurso em relação a vida no campo faz Nelson, inclusive, refletir sobre sua antiga atividade de pedreiro. Entretanto, apesar do desalento em relação aos afazeres do assentamento, os projetos futuros do entrevistados estão todos focados no rural, "pra uns 2 anos ficar com as vaquinhas de leite e depois colocar um confinamento de boi (...) daí zerar as vacas de leite"[398]. Ou seja, apesar de projetar que daqui dois anos irá desenvolver outra atividade – a troca das vacas de leite por gado confinado – não projeta o abandono do campo, pois planeja a continuidade da vida de agricultor, buscando alternativas de adaptação ao mercado.

Apesar das dificuldades, o leite continua sendo a principal atividade de Plínio e Nelson, assim como de outras famílias. Entretanto, em alguns lotes, encontram-se ordenhadeira, resfriador, estrebaria e taro inutilizáveis, são os resquícios materiais de uma atividade que não deu certo, e, ao mesmo tempo, a lembrança de que apesar disto, devem ser pagos pelos financiamentos que foram feitos para tal investimento. A situação vivenciada por alguns vizinhos é refletida com certo alívio por Célia que, diferente dos que investiram e desistiram da produção leiteira, orgulha-se em destacar que não cometeu os mesmos erros dos vizinhos e que, logo, não endividou-se como eles, pois planejou melhor que os outros, já que na sua concepção "tudo tem que ser muito bem pensado"[399].

Que os investimentos exigem planejamento, não há a menor dúvida, mas até que ponto a desistência da atividade leiteira pode ser explicada apenas como falta de planejamento dos que desistiram? Certamente, essa não é a única explicação da desistência, haja vista que ela não é uma característica apenas do DJG,

vindo a ser enfrentada pelos pequenos produtores do Oeste Catarinense e também do restante do Brasil.

Muito além de motivações individuais, a análise da realidade do Oeste Catarinense com fontes de dados de 1994 a 2001, foi tema de estudo[400] realizado pelo Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar (CEPAF) da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI). O diagnóstico do estudo sintetiza dois grupos que reúnem ameaças à permanência dos pequenos produtores na atividade: a) baixa renda obtida com a atividade; e b) "qualidade" insatisfatória da produção.

O primeiro grupo inclui tanto o pagamento do leite por volume vendido (bonificação por volume), ou seja, o valor pago a mais para os agricultores que vendem maior volume, cujo preço aumenta diretamente com o volume vendido e, consequentemente, o achatamento (transferência de renda) dos preços pagos aos produtores que vendem menor volume, quanto o valor cobrado pelo frete que, por sua vez, tem seu custo afetado pela configuração espacial das rotas de coleta de leite e do número de caminhões que circulam em cada uma delas. Portanto, também está relacionado ao volume de leite vendido e que, por sua vez, será menor aos que vendem mais e maior aos que vendem menos.

Assim, o preço pago pelo leite e o valor cobrado do frete não são fixos, já que dependem do volume de leite vendido e, nesta lógica, os maiores produtores ganham mais em detrimento dos valores pagos aos que produzem menos, ou melhor, são melhores remunerados não somente pela quantidade a mais vendida, mas pelo preço maior pago pelo litro do leite e menor do frete. Nesta lógica, os melhores remunerados conseguem acesso privilegiado aos instrumentos tradicionais de políticas públicas (crédito, assistência técnica, pesquisa, ações de fomento e controle sanitário) e, consequentemente, podem investir cada vez mais na produção, gerando, assim um processo em círculo que acarreta na exclusão dos produtores menos capitalizados.

O pouco valor pago pelo litro do leite e que, ainda é uma situação presente, foi um dos motivos de desistência de muitas famílias. Somado a isso, fatores envolvendo os mais diversos aspectos – gastos com conserto de equipamentos, vacas que pararam de produzir leite, corroborada com a falta de alimentação para elas – também contribuíram para as desistências e, em alguns casos, até mesmo endividamentos por uma atividade que não deu certo.

A baixa renda obtida com a atividade leiteira impede que se invista em qualidade[401] – sendo a insatisfação nessa o segundo grupo de ameaças à permanência dos pequenos produtores na atividade –, pois para o cumprimento da legislação[402] no que se refere ao leite de qualidade, se exige modificações no sistema produtivo e tecnológico, no armazenamento e no transporte. Entretanto, tais investimentos não garantem, necessariamente, um aumento da produção.

Diante dessa situação, muito assentados apontam suas insatisfações com a questão dos padrões a serem seguidos, considerando que é necessário um investimento de adequação às normas que, muitas vezes, acaba fazendo com que a estrebaria "tenha mais tecnologia (...) [e] infraestrutura que a própria casa"[403] do agricultor, sem que, por outro lado, haja um aumento do volume do leite vendido e, consequentemente, o aumento na renda obtida. Tendo em vista que o dinheiro proveniente da venda do leite é utilizado pela ampla maioria como parte do sustento da família, nem ao menos sendo investido na atividade, é pouco provável que seja utilizado para pagamento de investimentos que, apesar de poderem ser financiados, não poderão ser pagos.

As dificuldades na produção leiteira, que fazem Nelson refletir sobre a continuidade da vida no campo, e refletidas com alívio por aqueles que não se inseriram nela e, com pesar por todos os que amargam endividamentos com financiamentos por uma atividade que vieram a desistir, não dizem respeito apenas a essa atividade, mas estão relacionadas à produção na pequena propriedade. Nesta perspectiva, Magali, apesar de seu histórico de luta em prol da reforma agrária, demonstra certo descontentamento quanto ao pequeno produtor, pois, na sua concepção, ele "já não tem espaço, a pequena propriedade saiu do contexto da produtividade"[404].

Nos desafios enfrentados na atividade leiteira, juntamente ao desânimo demonstrado por Magali quanto à produção na pequena propriedade, podem estar a chave de entendimento da situação envolvendo o DJG, bem como, o apontamento de novos caminhos a serem percorridos. Como vimos, existe cooperação para a produção, entretanto, essa não avança no que diz respeito a geração de renda por meio da venda, que permanece sendo uma preocupação individual.

Apesar da cooperação estar presente no dia a dia da produção, os assentados ainda orientam-se em alternativas individuais, como no caso da atividade leiteira, em que muitos tornaram-se reféns de financiamentos para atividade que

perceberam não ser lucrativa, haja vista o pouco espaço para plantação de pastagem e criação de animais. Assim, enquanto o pequeno produtor tentar inserir-se no mercado de forma individual, dificilmente conseguirá competir. Neste aspecto, é preciso união, pensar em ampliar as alternativas coletivas pra a produção, bem como, estendê-las para a geração de renda por meio da venda, mesmo que dentro do modelo de parcelamento dos lotes, optado pela maioria.

No que se refere especificamente ao leite, uma experiência no Oeste Catarinense tem demonstrado dar certo, a *Cooperoeste*. Existente desde 1996 e situada em São Miguel do Oeste, tem como intuito industrializar e comercializar a produção dos assentamentos da reforma agrária em Santa Catarina. Conta com uns 1500 produtores de leite, entre assentados de toda a região, bem como, outros pequenos produtores e recebe até 500 mil litros de leite por dia, sendo um símbolo da resistência do MST frente ao agronegócio[405]. Como vimos, alguns assentados do DJG já entregam leite a esta cooperativa, entretanto, os laços podem ser ainda mais estreitados, não só como uma maneira de permanecer no ramo leiteiro, mas de valorização e propagação da marca *Terra Viva*, que também expande o papel da reforma agrária nacionalmente.

Quanto a pequena área dos lotes que, inclusive, faz com que os assentados se queixem, a junção das áreas para produção, tal como o fazem Plínio e Nelson, é uma experiência que pode ser repetida por outros. No que tange à venda da produção, inserções em programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), bem como, associações na Cooperativa Alternativa da Agricultura Familiar (*Cooperfamiliar*)[406], podem ampliar a demanda daquilo que é produzido, auxiliando também no fornecimento de alimentação saudável.

Outra forma seria a concretização de algo já previsto pelo PDA, ou seja, por meio de feiras. Uma realidade já colocada em prática em um dos lotes, o de Bianca. No espaço batizado como *Quiosque Pachamama*, todos os sábados sua família recepciona pessoas de fora do assentamento que têm a oportunidade de não somente levar pra casa uma diversidade de produtos e degustar de café colonial e almoço, mas também de ter contato direto com a natureza. Uma proposta que visa devolver à sociedade os saberes, conhecimentos e formações obtidos durante o processo de luta pela terra, por meio da aliança campo e cidade e da defesa da alimentação saudável na perspectiva agroecológica.

No que diz respeito ao envolvimento das demais famílias, as feiras poderiam ocorrer com regularidade, aglutinar a produção de diversos lotes e ocorrer dentro do assentamento, aproveitando-se do espaço coletivo onde localiza-se o centro comunitário, bem como, a venda da produção em feiras que ocorrem na área urbana de Chapecó, como a Feira de Produtos Coloniais e Agroecológicos e o Mercado Público. Dentro ou fora do local, poderia ser disponibilizando também espaços para que os indígenas vendam seu artesanato, estreitando, assim, laços entre o assentamento e a reserva *Aldeia Kondá*.

5.2. Assentamento e produção de alimentos

5.2.1. Resistências e assimilações ao agronegócio

Seguindo uma perspectiva de Soberania Alimentar e de "compromisso em produzir alimentos saudáveis para o povo brasileiro"[407], o PDA do DJG apresenta como pretensão:

> [...] utilizar o plantio direto e cuidar para diminuir o uso de agrotóxico, produzir organicamente sem o uso de venenos, evitando o uso das sementes transgênicas (...) ir gradativamente fazendo o processo de transição para a produção orgânica e agroecológica[408].

Uma proposta que se direciona à perspectiva defendida pelo MST, elaborada a partir do 4º Congresso Nacional ocorrido no ano de 2000, em Brasília, que incluiu a Agroecologia em seu programa político, passando não só a realizar diversas ações para promovê-la como ciência que orienta a reconstrução ecológica da agricultura, mas também a impulsioná-la como base de produção nos acampamentos e assentamentos[409]. Esta perspectiva está sendo adotada por ao menos 3 famílias do DJG, que produzem na perspectiva agroecológica[410]. Bianca e seu companheiro, o casal Otávio e Alda e, um dos filhos de Otávio e sua companheira Regina – sendo que as duas últimas participam do grupo ecológico *Herança Viva* e possuem certificação de conformidade orgânica[411], emitida pela Comissão de Ética do Núcleo Oeste de Santa Catarina da Rede Ecovida de Agroecologia.

Na perspectiva agroecológica, ao menos duas preocupações se fazem presente: a qualidade e a diversidade da produção. Otávio faz questão de enfatizar

a preocupação para que a população urbana coma com qualidade já que, apesar da quantidade de opções, não se sabe a qualidade dos alimentos, pois compram "pelo olho", pelo que é bonito. Beleza essa, muitas vezes, relacionada ao modelo "moderno" de agricultura, baseado na utilização de agrotóxicos, algo condenado por ele. Enfatiza que sempre foi contra o veneno: "sempre condenei, porque eu sei que mata, destrói, daqui a pouco não dá mais nem na terra, se tu começar a colocar veneno ali, daqui a pouco nem uma fruta tu não... nada"[412].

Além da qualidade destacada por Otávio, a diversidade daquilo que é produzido também é uma preocupação dentro da perspectiva agroecológica. Neste sentido, Bianca fala da diversidade de produção no lote:

> [...] a gente tem diversas frutíferas e no meio delas a gente faz o cultivo em algumas áreas ainda, cultivo de pequeno porte que a gente chama que é feijão, melancia, moranga, cultivos mais rasteiros que aí o sombreamento das frutíferas proporciona os outros[413].

A diversidade na produção é, independente da produção na perspectiva agroecológica ou não, uma característica em comum que perpassa os lotes do DJG. Seguindo o PDA do assentamento, que define "a melhor forma de se aproveitar ao máximo o que a área tem a oferecer é trabalhar com a diversidade (produzir um pouco de tudo) de acordo com os limites e potenciais do PA"[414], e contando com a contribuição de experiências já acumuladas ao longo da vida, assistência técnica[415] ou algum curso[416], o cotidiano do assentamento é marcado pela produção da diversidade para o autossustento que, não somente chega cotidianamente à mesa, mas que dispensa a compra em outro local.

Se os assentados tivessem que sobreviver apenas com o que é produzido dentro do limite dos 31 lotes que formam o DJG, além de alimentação farta, poucos seriam os itens com necessidade de serem comprados fora dali. Com produção de alimentos dos 8 grupos da Pirâmide Alimentar[417], se produz no assentamento não apenas os alimentos que nos mantêm, mas que garantem uma alimentação saudável[418]. Durante as entrevistas, a maioria das famílias afirmou não utilizar agrotóxico naquilo que é destinada ao consumo da família, além do mais, muitas propriedades utilizam sementes crioulas, pois dizem que o bom é consumir alimentos "sem veneno e sem nada"[419].

Baseando-se em exemplos relatados até aqui que, envolvem a produção de

alimentos, bem como as formas de produzir, o DJG pode ser classificado como um "território de resistência", assim como aponta um estudo que, além disso, o considerou como um "território alternativo" que questiona e contraria a lógica de desenvolvimento capitalista hegemônico da região baseado na integração à lógica das agroindústrias[420]. Isto porque, além da diversidade da produção e das práticas agroecológicas, no assentamento nenhum dos lotes é integrado, o que, mesmo que houvesse a intenção, não seria uma possibilidade viável, pois os assentados ainda não possuem o Título de Domínio (TD) dos lotes, o que inviabiliza as relações contratuais entre produtores integrados e integradores[421].

Quanto à integração envolvendo assentados e agroindústrias, está é uma realidade que abrange o território dos assentamentos, conforme analisado em estudo realizado no assentamento *Vitória*, situado no município de Lindoeste/PR[422]. Ao conhecer a realidade dos assentados produtores avícolas integrados, conclui-se que não há garantias quanto à sua estabilidade, pois, além das intensas cobranças quanto aos atualizados padrões exigidos pela empresa, vivem constantemente sob a ameaça de serem cortados do programa. Desafios que são ainda maiores aos assentados, em relação a outros pequenos produtores, por disporem de poucas áreas de terra e poucos recursos financeiros para realizarem os investimentos necessários.

Entretanto, para além de práticas produtivas compatíveis com as diretrizes do MST, bem como, de não integração às agroindústrias que, como vimos, estendem-se também aos assentamentos, outras foram as observadas no DJG. Assim, arrendamento e venda de terra pertencente ao lote, monocultura, bem como a utilização de sementes transgênicas (com destaque para a soja e o milho) e agrotóxicos, apesar de apresentarem preocupação com aquilo que consomem, é uma realidade principalmente envolvendo aquilo que é destinado à comercialização. Uma realidade, portanto, que vai de encontro à perspectiva defendida pelo MST e que, por sua vez, coloca em suspenso a questão do território ser de "resistência" ou "alternativo". Um descompasso, por sua vez, que pode ser entendido por duas perspectivas. A primeira, pela distância entre ser assentado e as perspectivas esperadas e desejadas pelo MST de um assentamento. A segunda, pelo avanço do agronegócio que também se dá na pequena propriedade, como vimos, sendo os assentamentos territórios de seus interesses.

Compreender o descompasso entre assentados e MST quanto à utilização

de algumas práticas está relacionado à questão de que a condição de assentado não é o suficiente para criar uma identidade política pretendida pelo Movimento. Ou seja, o simples fato de residir em um assentamento não é garantia de que o sujeito levará adiante em suas práticas cotidianas os valores esperados pelo MST. Assim, enquanto esse propõe um modelo organizativo, os assentados, levando em conta seus modos de vida, às vezes, vão à contramão do proposto, provando que a reforma agrária, na sua incompletude como política de Estado, não é suficiente para a inclusão social plena e para a superação de situações baseadas na anomia[423].

Neste contexto, apesar da proposta de soberania alimentar, com produção de alimentos saudáveis, através de produção orgânica e sem uso de semente transgênica, as famílias do assentamento, com exceção de 3 delas, continuam produzindo de forma mais corriqueira, ou seja, com uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos. Alguns assentados, inclusive, entendem que essa realidade não pode ser alterada, pois ainda concebem a produção em outro formato como muito cara. Moisés, por exemplo, ao relatar que uma técnica agrícola havia tentado convencê-lo a produzir numa perspectiva agroecológica, diz o seguinte: "não tem como, só para quem tem dinheiro"[424].

Considerando investimentos iniciais, como o próprio melhoramento do solo (com adubo, calcário e cobertura) e criação de barreiras de proteção[425], juntamente ao maior investimento em mão de obra, como veremos melhor adiante por meio da fala de Bianca, muito além de dinheiro para iniciar, ainda se tem o tempo mais prolongado para os resultados da produção. Tudo isto ajuda no entendimento da justificativa de não inserção no modelo agroecológico, entretanto, serve mais como justificativa pessoal do que a explicação de âmbito geral.

A maioria dos assentados têm origens no mundo rural. Provavelmente, o "como" produzir de hoje está relacionado à forma que sempre fizeram. Assim, apesar da inserção em um movimento social que defenda uma perspectiva agroecológica de produção de alimentos, não conseguem romper facilmente com os costumes de uma forma voltada mais à agricultura "moderna", o que os faz acabar entrando em descompasso com os valores do MST. Portanto, o processo de transição para a produção agroecológica objetivada pelo PDA ainda precisa dar alguns passos para se concretizar.

Além do mais, compreender o descompasso entre assentados e MST, nos remete a questão de que, assim como a pequena propriedade em geral, os assenta-

mentos também são territórios de interesse do agronegócio. O avanço do agronegócio sobre os assentamentos foi tema de discussão de diversos trabalhos que se preocuparam em contextualizar as ofensivas do capital pelo controle das terras, bem como as disputas pelo território envolvendo o agronegócio e o campesinato.

Neste aspecto, estudo sobre o assentamento *Fazenda Primavera*, em Andradina/SP[426], constatou que o monocultivo da cana de açúcar e eucalipto tem substituído lavouras alimentares e áreas de pastagens. Por meio do arrendamento e venda de terra dos lotes, têm ocorrido diversos problemas, tais como: a desterritorialização das famílias camponesas, com crescente concentração das terras controladas pelas usinas agroprocessadoras; implicações na saúde das pessoas, dos animais e deterioração da cobertura vegetal atingida devido à aplicação aérea de agrotóxicos; deterioração das estradas em função da movimentação de caminhões e máquinas pesadas; e o desgaste excessivo do solo após algumas safras.

Problemas similares aos observados por outro estudo[427] que, não somente teve como contexto o avanço do capital no controle das terras envolvendo assentamentos e, neste caso, também em um território indígenas, mas trouxe à discussão o processo de estrangeirização de terras, intensificado a partir da crise de 2007/2008, devido ao aumento da procura de terras para produzir *commodities*. Tendo como foco de pesquisa o município de Rio Brilhante/MS, abordaram-se os impactos e resistências ocorridos nos assentamentos *São Judas*, *Margarida Alves*, *Sílvio Rodrigues* e no território indígena *Laranjeira Ñanderu*, diante do arrendamento e/ou compra de terra pelo grupo francês *Louis Dreyfus Commodities* (LDC).

Na mesma perspectiva dos dois estudos mencionados, as disputas territoriais e contradições manifestadas nos assentamentos conquistados a partir da ocupação da fazenda *Araupel* – o *Celso Furtado*, no município de Quedas do Iguaçu/PR; o *Ireno Alves dos Santos* e o *Marcos Freire*, em Rio Bonito do Iguaçu/PR – também foram temas de pesquisa[428].

Considerando a realidade dos assentamentos pesquisados, o estudo abordou a conflitualidade entre o campesinato e o agronegócio. Enquanto o primeiro se manifesta no fomento à transição para a agricultura agroecológica e a produção orgânica, viabilizadas pela educação formal, bem como, associações, o segundo avança nos assentamentos por meio da intensa utilização de fertilizantes químicos, agrotóxicos e sementes transgênicas para produção de soja, cultivo

e manejo de madeira e arrendamento de terras. Assim, partindo do pressuposto que as disputas territoriais entre campesinato e agronegócio não terminam com a criação dos assentamentos rurais, conclui que eles são territórios em disputa, onde se faz presente o conflito entre a resistência camponesa e a exploração capitalista do território camponês.

Considerando o DJG como um território em disputa, é preciso, antes de tudo, reavaliar práticas existentes na perspectiva de romper com aquelas relacionadas ao agronegócio e avançar com a agricultura camponesa/familiar, baseada na produção de alimentos diversificados e saudáveis. Neste contexto, como vimos, os assentados já cumprem com a diversidade, entretanto, a qualidade através da produção de orgânicos na perspectiva agroecológica deve ser expandida para além do autossustento, abrangendo também o fornecimento de alimentos saudáveis para aqueles que estão além dos limites do assentamento. Acesso às políticas públicas, como a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), são possibilidades para investimentos nos lotes, tornando o DJG destaque não somente na diversidade e quantidade do que é produzido, mas na qualidade e, contribuindo, portanto, com a proposta do MST de produção de alimentos saudáveis ao "povo brasileiro".

5.2.2. Viver "do" ou "no" lote

A cidade e o campo não são termos estanques e sem relação um com o outro. Apesar de serem frequentemente contrastados, não são contraditórios, pois um perpassa necessariamente as dimensões constitutivas do outro, fazendo com que eles fiquem imbricados por meio das relações estabelecidas. À medida que a urbanização se expande, o campo e a cidade se absorvem simultaneamente[429], são, portanto, testemunhos de um mesmo processo histórico e, também, de realidades históricas em transformação, representadas em muitos campos e muitas cidades em que vivemos[430].

A proximidade geográfica do DJG em relação ao centro urbano de Chapecó (Ilustração 27), faz com que relações rurais-urbanas se realizem constantemente, a ponto de não podermos dissociar pertencimentos. Essa proximidade, que, em certa medida, indiferencia o fato de se morar no campo ou na cidade,

apresenta-se como um risco para a continuidade do assentamento diante do avanço da urbanização em direção ao seu território, principalmente pelas implicações diretas sobre o sucessor do lote.

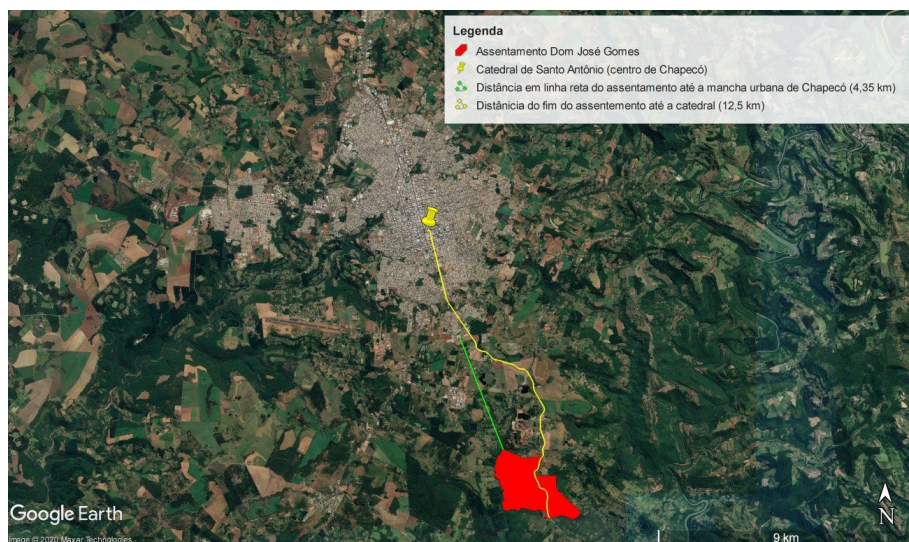



Ilustração 27. Localização do assentamento DJG em relação à área urbana de Chapecó. Fonte: Elaborado a partir da sobreposição dos Shapefile SIGSC-assentamentos em SC no Google Earth. Org.: BASTIANI, T. M.; BORGES, L. F. S. 2020.

Os avanços da urbanização em direção ao território do assentamento se fazem presentes em diversas dimensões. Uma das mais imediatas delas está ligada à concepção de que o local é apenas um lugar de morada, pois existem muitos assentados que têm seus principais rendimentos oriundos de empregos que possuem na área urbana, o que tanto implica no envolvimento de apenas alguns membros na produção do lote, quanto tornam os contratos de mão de obra de fora necessários para a substituição daquela que deveria ser familiar.

A proximidade do assentamento em relação ao centro urbano de Chapecó é um atrativo para que pessoas vejam nele um lugar de morada. São raros os lotes em que mora apenas a família do beneficiário, pois, normalmente, há mais de uma residência no local. Estas residências foram construídas e estão sendo ocupadas por filhos dos beneficiários que constituíram novas famílias, parentes próximos ou amigos, os definidos pelos assentados como "agregados". Tal situação é explicada com preocupação por Alda. Segundo ela:

> [...] as famílias começaram a trazer filhos que moravam na cidade, pra morar aqui, esta questão de não pagar aluguel que era o que a gente falava antes..., mas isso foge um pouco da realidade do MST, porque o compromisso é de que a família que fica aqui trabalha na terra e produza na terra... (...) vai se perdendo a essência do Movimento, do MST (...) quando entra familiares e pessoas estranhas vai se perdendo essa, eu diria que uma fraternidade, uma confraternidade[431].

Assim, ao mesmo tempo em que é uma forma de ajudar os familiares que necessitam, visto que ali não precisam pagar aluguel, é uma preocupação, pois muitos dos moradores apenas têm no assentamento um lugar de morada, vivem "no" lote, sem, entretanto, envolverem-se diretamente na produção. Além do mais, a localização do mesmo não somente atrai moradores, mas também facilita os deslocamentos[432] até a área urbana do município e, portanto, os vínculos de trabalho fora do assentamento. Estabelecidos, tanto pelos "agregados", quanto pelos beneficiários, principalmente os mais jovens, que em sua grande maioria trabalham fora.

Com carteira assinada ou em atividades esporádicas, na área urbana ou rural, em serviços de comércio, agroindústria, faxinas, construção civil, pintura, carpintaria, babá, professora, motorista, empregados rurais, são raros os casos em que ao menos um dos elementos familiares não estabeleçam vínculos de trabalho fora do assentamento. O que, por sua vez, diferencia o DJG em relação a outros lugares. Inácio, filho de assentados no município de Passos Maia, como vimos, faz o seguinte comparativo entre o assentamento dos seus pais e o de Chapecó:

> [...] lá o povo lida diferente, o povo trabalha em casa com a família e tal com aquela renda que tem que saber se controlar, porque é aquele valor, né? e nós pra cá não (...) então acho que a realidade é um pouco diferente, nós aqui temos mais chance de ter salário melhor e viver melhor[433].

O "viver melhor", definido em comparação ao assentamento dos pais, está relacionado aos vínculos que pode estabelecer fora e que, por sua vez, melhor lhe remunera em relação à vida de agricultor. É deste contexto que surgem, inclusive, diferentes concepções sobre a possibilidade de conseguir sobreviver somente com a produção, algo esperado de um assentamento.

Para alguns, o lote é o meio principal da sobrevivência, como Isabela, que explica que os seus rendimentos provêm do gado e do milho que vende: "é muito pouco dinheiro que entra, mas eu vivo bem"[434]. Ela sabe que aquilo que produz garante a alimentação de toda a família e, portanto, basicamente vive "do" lote. Entretanto, para outros, o lote não passa de simples ajuda, como relata Rute: "aqui a gente não tem aquela renda para se manter, é uma ajuda, né? (...) se nós parar de trabalhar lá e só plantar... nós não vive, só com a plantação"[435]. Há também o caso de outros que vêm o lote como um complemento da renda, como é o caso de Lígia, que afirma o seguinte: "mantendo meu emprego para se manter aqui, porque se eu não trabalhasse... tu não produz tudo aqui"[436]. Por fim, também existem aqueles que necessitam de trabalho fora para a sobrevivência da família, como revela Carine: "é o [meu filho] que me sustenta, ele que trabalha fora, é ele que põe o pão na mesa"[437].

Como nem todos os moradores do assentamento se envolvem no cotidiano da produção de alimentos, acabam se relacionando com o espaço como simples residência, o que faz com que as atividades dentro do lote sejam realizadas, geralmente, por apenas alguns membros, não havendo assim o envolvimento de toda a família. Na impossibilidade dos moradores do lote darem conta de todos os afazeres na produção, contam ainda com a mão de obra de fora, sendo que essa pode ser tanto de membros da família e paga em produtos, quanto de membros fora da família e paga em dinheiro.

No dia da entrevista com Beatriz, ela relatou que 3 pessoas da família do marido estiveram, algumas horas antes, ajudando na plantação de mandioca sem, entretanto, receberem dinheiro por isso, pois, como forma de "pagamento", eles levaram alguns outros produtos que haviam no lote. Relação parecida à vivida por Isabela, que não contrata pessoas de fora, já que "a família dá conta do serviço"[438], ou seja, para além dos moradores do lote, ela recebe frequentemente os que moram fora do assentamento que, para relações além do lazer dos finais de semana, também contribuem nos afazeres do lote, onde "o que plantar pode colher"[439].

Enquanto Lígia necessita da mão de obra contratada para "lavrar, plantar, passar o veneno"[440], por que, segundo ela, muitas vezes não dá tempo de limpar o terreno, Bianca justifica a necessidade da mão de obra por motivo que vai na contramão a justificativa de Lígia, ou seja, pela produção mais trabalhosa, visto que, apesar de não ter certificação, trabalham na perspectiva da agroecologia. Bianca

explica do seguinte modo essa necessidade da produção: "[a gente] não usa nada de agrotóxico, é tudo na enxada, tudo no manejo, tudo na roçadeira, aí a gente precisa, a mão de obra é bastante, exige o cuidado e a mão de obra é pouca"[441]. Ou seja, para ambas, a falta de mão de obra familiar justifica a contratação daquela que vem de fora, mas Lígia a utiliza dentro de uma prática relacionada à agricultura convencional, com a utilização de agrotóxicos, enquanto Bianca justifica que é a condição de continuidade dentro de outra perspectiva, a agroecológica.

Quanto aos membros do lote que se dedicam à produção – sejam eles adultos, crianças ou adolescentes –, geralmente há uma divisão de tarefas. Essa é influenciada por questões de saúde, como Vera e Neda que não participam das atividades realizadas fora de casa, pois não podem pegar sol, a primeira porque fez quimioterapia e a segunda por alergia, mas também segue uma questão de gênero, ou seja, afazeres masculinos e femininos. Em muitos lotes, enquanto as mulheres geralmente dedicam-se à produção de alimentos para o lar, os homens envolvem-se naquilo que será vendido.

Assim como acontece no lote de Marlene, que se envolve "na produção de alimentos para casa "[442], enquanto os homens dedicam-se à produção de cana para a venda, e também acontece nos lotes de Bianca, Aline e Raquel, onde seus respectivos companheiros são os responsáveis pela "parte maior", ou seja, pela produção leiteira e dos produtos da roça, enquanto elas dedicam-se à produção de alimentos para o autossustento, principalmente daquilo que é plantado na horta, ou seja , as "miudezas", na concepção de Aline.

Ao definir que o marido fica com a parte "maior" e ela com as "miudezas", estaria Aline atribuindo às atividades do marido maior importância? Talvez. No caso dela, como professora municipal com emprego fixo, sabe que sua renda não depende apenas do lote para sobreviver e, talvez, veja nas atividades do marido maior importância dos que as desenvolvidas por ela, pois afinal são dos afazeres do marido que recebem dinheiro que, juntamente com seu salário de professora, sustentam os dois e mais suas 3 filhas. Entretanto, diferente de Aline que trabalha fora e no lote, muitas mulheres do assentamento e também fora dele, são as responsáveis diretas pela produção de alimentos da família, enquanto seus companheiros os responsáveis pelos produtos que serão vendidos.

Assim, considerando a importância da atividade desenvolvida pelas mulheres que, apesar de muitas vezes não remunerada, é o que garante a alimentação da

família, dentro de uma lógica de luta não somente pela terra, mas de empoderamento feminino, passou-se a substituir a palavra "miudeza" – utilizada por Aline para definir aquilo que ela planta próximo a casa para o sustento da família – por "grandezas", uma linguagem já utilizada por Bianca. Diferente de Aline e, talvez, por sua maior aproximação ao MST, ao definir suas atividades quanto à produção, afirma que é a responsável pelas "grandezas (...) no pequeno espaço"[443].

Considerar como grande aquilo que não se vende, significa valorizar o trabalho feminino no meio rural, dando a devida importância à produção de alimentos nos quintais produtivos. Aline sabe, certamente, o valor do trabalho das mulheres no meio rural e, ao mesmo tempo em que se refere às atividades do marido como "maior", por ser uma das fontes de renda da família, também utiliza, possivelmente, a palavra "miudeza" como uma expressão de costume, sem a intenção de achar que suas atividades sejam menores que a dele. No lote, ela e o marido ainda contam com a contribuição da filha mais velha. Aline relata do seguinte modo o impulso que os fez envolverem a filha na produção: "ela já tá grande, com 12, [assim dá] pra vê se ela tem ideia de continuar, [por que] a gente não sabe o que eles querem da vida"[444].

O envolvimento de crianças e adolescentes, como a filha de Aline, na produção vai além da necessidade, mas é uma preocupação dos assentados quanto à valorização do rural e, quiçá, de que permaneçam no campo e, consequentemente, deem continuidade aos afazeres do lote. Na perspectiva de valorização do rural, Moisés diz preocupar-se em ensinar aos netos sobre a vida no campo. Assim, expressa ele:

> [...] levo na roça pra mostrar como tem que fazer, eu ensino... eles não trabalham, mas eu ensino, agora não porque é muita correria e muito quente o sol, mas eu sempre levava eles, ponhava numa sombra e eu ia trabalham para eles vê (...) eles tem que ter outra visão das coisas, de como é que... se um dia eles tiverem um estudo, se formar e sair daqui, de onde é que saiu para eles se formar [445].

Apesar de julgar importante que os netos saibam sobre os afazeres rurais, sua expectativa é de que estudem, ou seja, na sua concepção o "mostrar como tem que fazer" está mais relacionado à valorização do que à permanência, pois acredita que, caso o seu desejo se confirme, os seus netos irão se formar e acabarão

saindo do meio rural, mas, ainda assim, terão "outra visão das coisas", talvez por compreenderem o cotidiano de luta que proporcionou que tivessem a oportunidade de estudar e mudar de vida.

A dimensão envolta na abordagem dada por Moisés é a de que estudo e meio rural não combinam. Bem diferente, entretanto, da compreendida por Regina e Bianca, enquanto a primeira tem um filho adolescente que estuda em uma escola agropecuária onde "as matérias são diferentes"[446], pois, são voltadas ao meio rural, influenciando no envolvido do filho na produção, a segunda tem uma filha que faz o curso de veterinária[447] e que "não tem planos de ir embora" [448], pois deseja contribuir no lote. Portanto, enquanto Moisés demonstra que se os netos estudarem, possivelmente, não permanecerão, Regina e Bianca compreendem que o estudo dos filhos é uma forma de contribuição nas atividades do lote, o que, consequentemente, auxiliará na permanência dos jovens no meio rural.

Geralmente entrelaçado às questões envolvendo o sucessor do lote nos assentamentos, a permanência dos jovens no meio rural é assunto que permeia a preocupação quanto à continuidade da vida no campo. Com pesquisa em 5 dos 22 assentamentos de Abelardo Luz, quais sejam, *Papuan I*, *Juruá*, *José Maria*, *Nova Aurora* e *Maria Silveston*, estudo constatou que as motivações para a venda e arrendamentos de terra vão além da falta de políticas públicas de incentivo à produção na pequena propriedade, mas estão relacionadas à falta de um sucessor para dar continuidade ao trabalho da família[449]. Ou seja, entre outros motivos, devido à idade avançada dos assentados, constatou-se que em torno da metade dos lotes já não são ocupados pelos beneficiários da reforma agrária.

Diferente dos assentamentos pesquisados em Abelardo Luz em que há o envelhecimento do campo, no DJG os jovens moram ali, entretanto, projetam sua vida como empregados na cidade. Neste aspecto, apesar dos assentados demonstrarem preocupações quanto à permanência no campo, o que acontece no cotidiano é que, enquanto "os velhos" ficam, nas palavras de Salete, "peleando na roça", os mais jovens direcionam a mão de obra para fora do assentamento.

Neste aspecto, mais do que uma preocupação com a extensão do agronegócio sobre o território do assentamento, está a urbanização do local. Deve-se pensar que ao passo que mais famílias chegam, menores são os espaços para a produção, fazendo com que as roças virem pátios. Além do mais, à medida que

“os velhos” não conseguem mais desenvolver sua força de trabalho nas atividades do campo, sua substituição pode não ocorrer. Sem mãos trabalhadoras do campo, não há quem plante ou colha, o que acabaria gerando uma ameaça à produção da diversidade de alimentos que, apesar de ser uma feliz realidade no momento, não se manterá sem sucessores.

A proximidade do assentamento em relação ao centro urbano não deve ser um pretexto para que a urbanização abranja seu território, já que deve ser considerado como uma vantagem para, por exemplo, a venda da produção. Caso haja o adequado acesso às políticas públicas e invista-se na comercialização da produção, será demandada mais mão de obra do que aquela utilizada atualmente nos lotes. Entretanto, isso não é problema no DJG, uma vez que parte dos assentados que estão empregados na área urbana poderão voltar-se para a produção no lote. Isso iria não apenas auxiliar na estruturação do local, mas também ajudaria a minimizar questões relativas aos futuros sucessores dos lotes, afastando a ameaça da urbanização tomar conta do território do assentamento.

São alternativas que podem ser julgadas fáceis para quem está olhando “de fora”, mas os assentados sabem das dificuldades envolvidas, pois é necessária muita organização e disciplina. Para tanto, é preciso retomar valores já vivenciados desde o acampamento, pois somente a união dos assentados, seja para seguir as ideias propostas aqui ou outras que julguem melhores, garantirão a continuidade do assentamento. Se esse, por um lado, já é considerado um território de resistência, ao menos no que diz respeito às agroindústrias da região que, muitas vezes, fazem dos pequenos agricultores seus empregados, deve ir além, mostrar-se como exemplo da diversidade de produção nos moldes agroecológico, demonstrando, assim, que a reforma agrária é possível para a permanência no campo, em condições materiais e socioculturais para uma vida saudável e digna.

Considerações finais

A luta pela terra faz parte da constituição agrária do Oeste Catarinense. Ela é fruto da organização daqueles que, ao longo do processo de constituição da estrutura fundiária na região, acabaram sendo expropriados da terra. Inicialmente, foram os indígenas e caboclos que sofreram os efeitos da apropriação privada da terra por meio das posses e da colonização. Todavia, com o acelerado avanço do capitalismo no campo, até mesmo os colonos acabaram vendo-se na difícil situação de perder suas terras. Partindo de tal constatação, torna-se mais compreensível que essa região, marcada por uma presença significativa de pequenas propriedades, tenha tanta luta pela terra envolvendo indígenas, caboclos e colonos.

No que diz respeito ao desenvolvimento da configuração agrária local, foram colocados frente a frente grupos com modos de vida diversos. Inicialmente, foram indígenas e fazendeiros que se confrontaram durante a ocupação dos campos, mas, posteriormente, caboclos e colonos também entraram na dinâmica confrontatória por meio do processo de venda de terras pelas colonizadoras. Os contatos foram permeados tanto por práticas assimilacionistas – exemplificadas pela atuação do Índio Kondá que, de certa forma, contribuiu com o processo de ocupação dos Campos de Palmas – quanto por conflitos advindos das ações dos indígenas e caboclos para defenderem suas terras. Essas ações foram responsáveis pela geração de uma representação social muito comum, qual seja, a de que o indígena é um "selvagem" e o caboclo um "bruto", ao passo que o colono, que só pôde se instalar na região através da subjugação desses, é caracterizado de forma muito elogiosa como o "desbravador".

Tais concepções, por sua vez, chegam até o presente, tanto em toponímia e materialidade – exemplificados, respectivamente, pelas homenagens ao Índio Kondá e pelo monumento "desbravador" – quanto em concepções de mundo. A glorificação do colono, disposto a vencer pelo trabalho, faz com que os valores do trabalho "duro" e "árduo" sejam quase que exclusividade dele, enquanto que os expropriados da terra – entre os quais também estão muitos colonos – passam a ser vistos de forma muito negativa. É interessante destacar que essa glorificação está tão enraizada na mentalidade da população local, que mesmo alguns integrantes do MST têm muita dificuldade de se afastarem dela, como ficou evidenciado no trato de alguns assentados do DJG em relação aos indígenas da *Aldeia Kondá*.

Outra questão relativa às formas de manifestação das representações sociais que, em alguma medida, mantém relação com a glorificação do colono e ao louvor ao trabalho "duro", diz respeito à repercussão midiática sobre as ações do MST. Muitas matérias jornalísticas sobre o Movimento atribuem adjetivações negativas aos seus integrantes, que ora são tratados como "manipulados", ora como "vagabundos". Uma concepção também alimentada pelos moradores da comunidade Água Amarela, comunidade rural em que o DJG está localizado, que desde o início da ocupação veem os participantes do Movimento de forma estereotipada.

Tais casos evidenciam que as relações, convergências e disputas entre grupos subalternos, no caso, moradores da Água Amarela, indígenas e assentados, estão ancoradas no encontro dos três grupos. Enquanto convivem pacificamente, em determinadas situações, em outras, passam a conceber o outro grupo enquanto diferente daquele que julga pertencer, extrapolando também em concepções que envolvem hegemonia política, econômica e cultural.

Outra questão, de fundamental importância, no que diz respeito ao entendimento da luta pela terra, foi a demonstração da existência da concentração fundiária na região. Essa é fruto de um processo que se iniciou com a ocupação dos Campos de Palmas, por meio das "fazendas de criar", e ganhou novo impulso a partir das transformações do campo que fizeram com que parte dos pequenos produtores abandonasse o meio rural, propiciando uma prática de aglutinações de propriedades, como ficou demonstrada pela análise da cadeia dominial da fazenda *Seringa/Paraíso*. Entretanto, a concentração fundiária camufla-se nas estatísticas, tanto no que tange ao número das pequenas propriedades, como no

que concerne à área média do total dos estabelecimentos (29,67 ha). Ao deslindar esta obliteração, foi possível entender, de forma mais adequada, o *fazer-se* do MST neste local, bem como suas formas de luta, como a ocupação, o acampamento, e a resistência na terra conquistada como forma legítima de pressionar o Estado pela realização efetiva da reforma agrária, que compreenda, além da criação de novos assentamentos, a estruturação dos já existentes.

No que diz respeito ao próprio *fazer-se* do MST, constatamos que, após a conquista do assentamento, diversos desafios surgiram para as famílias e a luta ganhou outras dimensões, pois, além da permanência no campo – que já é um feito considerável –, ainda é preciso combater o avanço de uma concepção de campo avessa a uma reforma agrária ecologicamente sustentável e voltada para o atendimento das necessidades do povo. Nesta perspectiva, os assentamentos passam a ser entendidos como territórios em disputa entre o agronegócio e a agricultura camponesa, pois ora assimilam práticas daquele, ora resistem a seus avanços.

Sobre a questão da assimilação de algumas práticas vinculadas à ideologia do agronegócio, uma realidade observada no DJG, é preciso fazer a seguinte reflexão: "Vale a pena brigar pelo assentamento?". Esse foi um instigante questionamento levantado durante a banca de qualificação da tese sobre a importância do MST, sua luta pela reforma agrária e seus desdobramentos com a conquista de assentamentos.

As motivações para sua formulação podem ser pensadas, no mínimo, por duas perspectivas. Em primeiro lugar, no "brigar" fica implícita a classificação dos escritos da tese enquanto "militante", pois não só aborda uma temática, como também defende a continuidade de um projeto social e político que tem por base a reforma agrária. Em segundo lugar, no "vale a pena", apesar do trabalho ter como propósito defender a existência e continuidade dos assentamentos rurais, ele também abordou os conflitos envolvendo práticas que são incompatíveis com valores defendidos pelo MST, existentes desde o processo de ocupação até a organização do assentamento, tais como: questionamentos envolvendo contribuições de porcentagem do que ganhavam enquanto acampados, as participações em atividades organizadas pelo MST, as recusas por assentamentos coletivos, arrendamento e venda de terra pertencente ao lote, monocultivo, utilização de agrotóxicos e sementes transgênicas e o emprego de mão de obra de fora, enquanto os membros da família tem vínculos empregatícios na área urbana.

Feitas as considerações que ajudam a compreender as motivações do questionamento, entende-se que a melhor maneira de tentar responder se "vale a pena brigar pelo assentamento" é partindo da própria realidade do DJG, tanto ao considerar as trajetórias de vida dos sujeitos que o compõe, quanto pela formação do território onde ele se localiza.

Quanto às trajetórias de vida dos entrevistados, foi possível perceber que muitas delas rementem ao próprio processo de configuração agrária da região, tendo forte ligação tanto com indígenas e com os caboclos que tiveram suas terras expropriadas durante o processo de colonização, quanto com colonos que ficaram sem terra durante o transcurso da "modernização" do campo. No que diz respeito à formação do território onde hoje se localiza o DJG, vimos que ele está envolto no duvidoso processo de emissão do título *Barra Grande*, ao qual, segundo o processo de desapropriação, pertencia a fazenda *Seringa/Paraíso*, que é fruto da junção de 9 propriedades.

As fontes pesquisadas envolvendo o referido título, nos levam a compreender que a desapropriação da fazenda e a origem do DJG envolvem, de um lado, os expropriados da terra e, de outro, um território símbolo de processo duvidoso de registro – do imóvel *Barra Grande* e da própria *Seringa/Paraíso*, que devido à interrupção de sua cadeia dominial, suspeita-se de que pode tratar-se de mera posse levada a registro –, bem como da concentração fundiária.

Além do mais, é preciso compreender que a propriedade, anteriormente de apenas um dono, passou a abrigar 31 famílias beneficiárias e seus "agregados" que, por sua vez, têm no assentamento um espaço que lhes devolveu a dignidade. Apesar de haver contradições no processo produtivo e organizativo local, a democratização no acesso à terra demonstra o quanto a luta é importante e que, portanto, "brigar" pelo assentamento "vale a pena".

Quanto à pesquisa de campo realizada no DJG, é preciso dizer que muitas das situações remetem à realidade do assentamento em 2017. Assim, várias questões abordadas ao longo dos capítulos foram alteradas durante a passagem destes 3 anos, entre a realização das entrevistas e a conclusão dos escritos da tese. Algumas mudanças, inclusive, já foram sentidas no primeiro ano, após as entrevistas. Em especial, quando, no final de 2018, as famílias foram revisitadas, pois era necessário esclarecer algumas dúvidas.

Mudanças ocorridas entre as entrevistas e o registro escrito, entretanto, são parte dos desafios de se trabalhar com o tempo presente. Entre aquilo que se escreve e o que está ocorrendo sempre há filigranas que escapam ao historiador, pois os sujeitos se movem por valores e interesses, como afirma Thompson[450], num permanente *fazer-se* de si, das relações sociais de produção, das práticas políticas e da cultura. Além do mais, aquilo que se escreve está sempre atrasado em relação ao que está ocorrendo. No momento em que estas linhas estão sendo escritas, mudanças estão ocorrendo por lá e, portanto, o que foi afirmado enquanto a realidade envolvendo o cotidiano do assentamento pode não mais corresponder às situações do presente. Além disso, a recepção de novos moradores e a partida dos que residiam lá, novos afazeres dentro e fora do local, nascimentos e falecimentos – inclusive de participantes da pesquisa, como as entrevistadas Carine, Irene, Vera e Lígia –, podem ter contribuído para a mudança na dinâmica dos lotes.

Entretanto, são mudanças que não alteram a constatação de que a luta pela terra não se encerrou com a conquista do DJG, pois ela assumiu e deve continuar a assumir novas dimensões. Portanto, a "briga" não se resume apenas à constatação de conflitos, já que também envolve apontamentos de caminhos a serem percorridos para a superação de problemáticas.

No assentamento pesquisado, demonstrou-se que, após a conquista da terra, outros desafios surgiram aos assentados. Nesses, estão inclusos não somente a luta diária para a permanência no mercado, logo também no espaço rural, mas envolvem a transposição de problemas, tais como, a assimilação de algumas práticas do agronegócio e o avanço da urbanização em direção ao território do assentamento.

Para a superação desses problemas, é preciso planejamento, pois os descompassos com o projeto de reforma agrária, envolvendo a produção defendida pelo MST, amalgamado a concepção do espaço como simples residência, uma vez que seus principais rendimentos provêm de empregos na área urbana do município, acabam pondo em risco a continuidade do próprio assentamento. Em razão disso, é preciso compreender que novas dinâmicas de organização, envolvendo a cooperação, podem garantir não apenas a permanência no campo, mas também a continuidade do próprio assentamento através de uma mudança na concepção dos assentados, baseada em resultados palpáveis, de que é possível viver exclusivamente do que se produz nos lotes, ainda que esses sejam muito pequenos.

Conquistar um lote para morar e produzir com a família, com o objetivo do autossustento ou geração de renda, mesmo diante de inúmeras dificuldades e pressões do mercado, é um avanço qualificado, mas não o suficiente. De forma geral, os assentamentos necessitam não só que as políticas de reforma agrária já existentes sejam colocadas em prática, mas que também haja uma Política Agropecuária de Estado voltada à distribuição da terra, produção agropecuária, assistência técnica, educação *do* e *para o* campo, entre outras, para garantir a permanência no campo.

Chegado ao fim deste longo caminho de pesquisa, as fontes analisadas demonstram que a luta pela terra e o *fazer-se* do MST são inerentes ao processo contraditório e conflituoso da formação fundiária no Oeste Catarinense. Ao mesmo tempo, a pesquisa suscita novos questionamentos para outros estudos sobre os assentamentos na região, entre as quais: 1) as agroindústrias têm ocupado seus territórios?; 2) quantos lotes continuam com seus beneficiários originais?; 3) quais as motivações para a venda ou troca dos lotes?; 4) qual a origem étnica dos assentados?; 5) teriam os títulos de origem das fazendas que, após desapropriadas, deram origem aos assentamentos, imbróglios similares ao *Barra Grande* no processo de regularidade?; e 6) as fazendas surgiram de processos de aglutinação de propriedades, tal como a *Seringa/Paraíso*?

Com exceção do primeiro questionamento, os demais foram surgindo no decorrer do processo de coleta de fontes e escrita do texto. Parte deles, apesar de intenção, não foi respondido, tanto em função de dificuldades no acesso às fontes, quanto pelo fato de estar fora da área de abrangência da pesquisa. Mesmo assim, é importante que eles sejam registrados para que possam ser abordados em outro momento, ou pelos pesquisadores da questão agrária.

O primeiro dos questionamentos foi o impulso inicial de pesquisa, mas pela conclusão das dificuldades em visitar os 94 assentamentos do Oeste Catarinense, limitamos a pesquisa para o que estava mais próximo, o DJG. Como esse não possui casos de assentados integrados às agroindústrias, a proposta de pesquisa foi abandonada. Entretanto, apesar da impossibilidade de dar prosseguimento à questão envolvendo as agroindústrias e os assentamentos da região, este é um assunto que precisa ser aprofundado, pois ele também diz respeito à luta pela terra após a sua conquista.

Tal qual o DJG, que ora assimila e ora resiste aos avanços do capital sobre o seu território, assentados envolvidos no sistema de integração são constantemente desafiados a permanecer no campo, principalmente pela falta de estabilidade na atividade que pode, a qualquer momento, exclui-los da lógica produtiva. Além do mais, é preciso pensar na questão levando em conta os conflitos existentes entre às práticas agrícolas dos assentados integrados e as concepções de outro modelo projetado para o campo, proposto pelo Movimento, sob o pano de fundo da compreensão de que os assentamentos são territórios em disputa, logo, de interesse das práticas do agronegócio.

Chegado ao final deste processo de escrita de tese, há a percepção de que a problematização e diálogo com as fontes propiciou a análise de questões que se desdobraram ou foram reorientadas ao longo do percurso da pesquisa. Se o DJG apresentasse a realidade que correspondesse ao propósito inicial de pesquisa, qual seja, experiências de assentados integrados, não teriam sido traçados novos caminhos. Haveria contribuição, provavelmente, na temática que segue sem pesquisa, mas não quanto ao rompimento com visões hegemônicas que envolvem à pequena propriedade e as glórias dos colonizadores, a fim de demonstrar que a luta pela terra faz parte da constituição agrária do Oeste Catarinense.

A aferição envolvendo a luta pela terra, entretanto, não se trata de simples ponto final, mas envolve o entendimento de que a formação agrária no Oeste Catarinense se dá por meio da organização coletiva de sujeitos, muitas vezes no enfrentamento direto à concentração fundiária que, apesar de camuflada, existe. No que se refere à conquista dos assentamentos como fruto da luta pela terra, percebe-se que muitas famílias conseguem tirar do lote a alimentação que chega à mesa e, ao mesmo tempo, fazem da propriedade fonte de renda para comprar o que não produzem. Assim, apesar de permeado por muitas dificuldades que surgem, mesmo após conquistada a terra, os assentados seguem cotidianamente driblando os desafios e criando possibilidades de permanência no campo. No que se refere à historiografia, a inclusão da luta pela terra na formação agrária local, não apenas afasta as concepções que se baseiam na glorificação e heroicização dos colonos, como também se contrapõe fortemente a ela, demonstrando a importância das trajetórias de lutas dos que foram expropriados da terra.

Fontes de pesquisa

1. Bibliografia

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 2007.

ALBA, R. S. **A produção do espaço urbano de Chapecó-SC**. 1998. 223f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ARESI, C. **Transformações culturais e território:** o Kaingang da Reserva Indígena de Serrinha/RS. 2008. 169f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BANDEIRA, J. J. P. Notícia da Descoberta do Campo de Palmas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, Rio de Janeiro, 15 (4): 425-237, 1851.

BASTIANI, T. M. de. **Rompendo as cercas da educação burguesa**: a luta pela construção de uma escola no Assentamento Madre Terra, São Gabriel/RS. 2014. 166f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

BASTIANI, T. M. de. Os assentados do Madre Terra em São Gabriel-RS respondem: que escola queremos para que nossos filhos permaneçam no campo?. In: João Carlos Tedesco; Jonas José Seminotti; Humberto José da Rocha. (Org.). **Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil:** questões contemporâneas. Chapecó: UFFS, 2018.

BASTIANI, T. M. de. Não vou sair do assentamento pra poder ir pra escola: a luta do Madre Terra por educação formal. In: Ane Carine Meurer; Ivanio Folmer. (Org.). **São Gabriel:** território da Educação do Campo?. São Leopoldo/RS: Oikos, 2018.

BAZOTTI, A. **Assentamentos Rosário e Conquista da Fronteira**: entre o coletivo e familiar. 2007. 142f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

BEGNINI, S.; ALMEIDA, L. E. D. F. de. Grau de desenvolvimento regional dos municípios da mesorregião oeste catarinense: caracterização e classificação. **Interações**, Campo Grande/MS, v. 17, n. 4, p. 547-560, out./dez. 2016.

BELLANI, E. M. **Madeira, balsas e balseiros no rio Uruguai:** o processo de colonização do velho município de Chapecó (1917/1950). 1991. 387 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BLOEMER, N. M. S. **Brava gente brasileira**: Migrantes Italianos e caboclos nos campos de Lages. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

BOITEUX, J. A. **Oeste catharinense**: de Florianópolis a Dionísio Cerqueira. Florianópolis: Livraria Central, 1931.

BONI, V. Movimento de Mulheres Camponesas: um movimento camponês e feminista. **Revista Grifos**, Chapecó, N. 34/35, p. 67-88. 2013.

BONI, V.; MARQUES, S. A.; MOHR, N. E. R.; BASTIANI, T. M. (Org.). **Organização Produtiva de Mulheres e Promoção de Autonomia por Meio do Estímulo a Prática Agroecológica**. Tubarão: Copiart, 2015.

BONI, V.; PERON, L.; MARQUES, S. A.; MOHR, N. E. R.; BASTIANI, T. M. (Org.). **Mulheres Camponesas e Agroecologia**. Curitiba: CRV, 2017.

BONI, V.; PERON, L.; MARQUES, S. A.; MOHR, N. E. R.; BASTIANI, T. M. (Org.). **Organização produtiva de mulheres e promoção de autonomia por meio do estímulo à prática agroecológica**: Relatos de uma vivência. Tubarão: Copiart, 2017.

BRIGHENTI, C. A. **O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a igreja católica na diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980**. 2012. 611f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BUSCIOLI, L.D. **Impactos e resistências no processo de estrangeirização de terras em Rio Brilhante (MS)**: o caso dos projetos de assentamentos federais São Judas, Margarida Alves, Silvio Rodrigues e do território indígena Laranjeira Ñanderu. 2016. 443f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARVALHO, J. I. S. L. de; BASTIANI, T.M. de. Memórias da Luta pela educação do campo: acampamento Dom José Gomes de Chapecó-SC. In: BROCARDO,

D.; DEBIASI, R. E.; ORBEN, T. A. **Terra e Memórias**: Vivências, conflitos e conquistas no(s) rural(is) do Brasil. Porto Alegre: Fi, 2018.

CAUME, D. J. Agricultura familiar e agronegócio: falsas antinomias. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 1, p. 26 - 44, jan./abr. 2009.

CEOM. **A viagem de 1929**: Oeste de Santa Catarina – documentos e leituras. Chapecó, SC: Argos, 2005.

CHAGAS, T. **Assentamento Dom José Gomes:** uma história de luta, organização, e conquista. 2009. 69f. Monografia (Bacharel em Serviço Social) – Universidade Comunitária Regional de Chapecó, Chapecó.

CHALHOUB, S.; SILVA, F. T. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, v. 14, n. 26, p. 11-50, 2009.

COSTA, A. F. da. **Oeste catharinense**: visões e sugestões de um excursionista. Rio de Janeiro: Villas Boas e Cia, 1929.

CRUZ, H. de F.; PEIXOTO, M. do R. da C. Na oficina do historiador: conversa sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

DALLA COSTA, A. J. **O grupo Sadia e a produção integrada**. O lugar do agricultor no complexo agroindustrial. 1993. 254f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

D´ANGELIS, W. da R. Para uma história dos índios do oeste catarinense. **Cadernos do CEOM:** 20 anos de memórias e histórias no oeste de Santa Catarina, Chapecó, v. 19, n. 23, p. 265-343. 2006.

D'EÇA, O. G. **Aos espanhóis confinantes**. Florianópolis: UFSC, 1992.

DELGADO, G. Capital. In: CALDART, R.S.; PEREIRA, I.B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

DIDIER JÚNIOR, F. A função social da propriedade e a tutela processual da posse. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). **Revista de Processo**, v.33, n. 161. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, julho/2008, p. 9-20. p. 10.

ESTERCI, N. Roças comunitárias: projetos de transformação e formas de luta. In: ESTERCI, N., org. **Cooperativismo e coletivização no campo**: questões sobre a prática da Igreja Popular no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

FERNANDES, L. **Os Caingangues de Palmas**. Arquivos do Museu Paranaense. Curitiba, (1): 161-223, 1941.

FERNANDES, R. C. Notícia sobre os processos de retomada de Terras Indígenas

Kaingang em Santa Catarina. **Revista de Antropologia - UFPR**. Campos 4: 195-202, 2003.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro:** formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra - MST (1979 –1999). 1999. 318f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

FERNANDES, B. M. Agronegócio e Reforma Agrária In: XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2004, Gramado - RS. **Tradição x Tecnologia**: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FERNANDES, J. A. O mercado argentino da erva-mate brasileira: um dos grandes problemas que levaram à criação do instituto nacional do mate no Brasil. In: XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. Niterói, agosto 2017. p. 01-16.

FERRARI, D. L.; MELLO, M. A. de; TESTA, V. M.; SILVESTRO, M. L. Agricultores familiares, exclusão e desafios para inserção econômica na produção de leite em Santa Catarina. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.35, n.1, p. 22-36, jan. 2005.

FIORENTIN, M. **MST e desenvolvimento local:** uma experiência do assentamento "Conquista na Fronteira"/SC. 2006. 159f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociência, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

FORTES, A. **A Proto-História do Município de Chapecó**: oeste de Santa Catarina. São Paulo: Carthago Editorial, 1990.

GAIGER, J. M. G. **Toldo Chimbangue**: direito Kaingang em Chapecó – análise jurídica. Xanxerê: Cimi Regional Sul, 1985.

GIRELLI, L.S. Discursos contra Lula e o PT: expressões do ódio no cenário político brasileiro no pré-impeachment de Dilma Rousseff. **Revista Idealogando**, Recife, v. 2, n. 2, p. 27-47. 2018.

GOBBO, A. **Dom José Gomes**: escudo dos oprimidos. São Paulo: Paulinas, 2002.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e Ecologia: Crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GUILHOTO, J. J. M.; SILVEIRA, F. G.; ICHIHARA, S. M.; AZZONI, C. R. A

importância do agronegócio familiar no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, Brasília, v.44, n.3, Jul/Set. 2006.

HADICH, C. L. A.; BASTIANI, T. M. de. As mulheres assentadas e a construção da Agorecologia no Oeste Catarinense. In: BONI, V. (et al.). **Mulheres Camponesas e Agroecologia**. Curitiba: CRV, 2017.

HAMMEL, A. C.; BASTIANI, T. M. de. Da luta pela terra às conquistas educacionais: o MST nas áreas de abrangência da UFFS (PR e SC). In: BONI, V.; ROCHA, H. J. da. (Org.). **Pesquisas em Movimentos Sociais na Fronteira Sul**. Curitiba: CRV, 2019.

HASS, M. **O linchamento que muitos querem esquecer**. Chapecó/SC: Argos, 2013.

IANNI, O. A formação do proletariado rural no Brasil. In: STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil 2** – o debate na esquerda: 1960-1980. São Paulo: Expressão popular, 2005.

JANK, M. S. **Agricultura familiar vs agronegócio é uma falácia e um besteirol.** Disponível em: https://www.cnabrasil.org.br/artigos/agricultura-familiar-vs-agronegocio-e-uma-falacia-e-um-besteirol. Acesso em: 13 de março de 2020.

LACERDA, R. **Terras para a Aldeia Kondá**: Considerações Jurídico-Legais sobre o caso das famílias Kaingang residentes na cidade de Chapecó/SC. Disponível em: https://cimi.org.br/2004/06/21650/. Acesso em 07 de maio de 2020.

LAVERDI, R. **Tempos diversos, vidas entrelaçadas**: trajetórias itinerantes de trabalhadores no Extremo-Oeste do Paraná. Curitiba: Aos quatro ventos, 2005.

LEFEBVRE, H. **La presencia y la ausência**: contribuicion a la teoria de las representaciones. México. Fondo de Cultura Econômica, 1983.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. Trad. Maria H. R. Ramos & Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LISBOA, T. K. **O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Oeste Catarinense – um novo movimento social**. 1987. 289f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFSC, Florianópolis.

LOPES, S. **O Território Federal do Iguaçu no contexto da "Marcha para o Oeste"**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

LOVERA, C.; STÜLP, C.; ORO, I.; FRANCISCO, D. M.; CARBONERA, M. (Org.). **Sermões do Bispo Dom José Gomes**. Florianópolis: Premier, 2013.

LÖWY, M. Marxismo e cristianismo na América Latina. Lua Nova: Revista de cultura e política. São Paulo, n.19, p. 5-21, Nov.1989.

MACHADO, P. P. **Um Estudo Sobre as Origens Sociais e a Formação Política das**

Lideranças Sertanejas do Contestado, 1912 - 1916. 2001. 498f. Tese (Doutorado em História) – Unicamp, Campinas.

MACHADO, P. P. A política de terras em Santa Catarina: posse, propriedade e legitimação no Planalto Serrano e Meio-oeste no final do Império e início da República (1854-1912). In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. p. 01-18.

MALAGE, K. G. J. M. **Condá e Viri**: chefias indígenas em Palmas - PR, década de 1840. 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MARTINS, J. de S. **Fronteira:** a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, J. de S. **O Sujeito Oculto**: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

MARTINS, J. S. **O cativeiro da terra**. São Paulo: Contexto, 2010.

MELO, C. D. de. A ocupação da Fazenda Burro Branco: história, memória e posições – 1980. **Cadernos do CEOM:** Bens culturais e ambientais, Chapecó, v. 21, n. 29, p. 207-229. 2008.

MONEGO, S. **Histórias que se revelam**: representações simbólicas da formação de Chapecó no monumento "O Desbravador" e no mural "O Ciclo da Madeira". 2009. 85f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo.

MOREIRA, V. J. O fazer-se de trabalhadores como sem-terra na luta pela terra em Sumaré, São Paulo (1980-1997). **Revista Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 11, p. 69-103, 2008.

MOREIRA, A. C. **A reterritorialização do assentamento Conquista na Fronteira de Dionísio Cerqueira – SC**: para além da dimensão cultural. 2009. 225f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOURA, G. de. **Radicais gregos e latinos do português**. Vitória: EDUFES, 2007.

NEDEL, M.A. **Condá**: o Imperador do Oeste. Chapecó/SC: Ed. autor, 2015.

OLIVEIRA, A. U. de. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1994.

OLIVEIRA, V. de. **Integração agroindustrial na avicultura**: Um estudo de caso no assentamento Vitória no município de Lindoeste-PR. 2016. 58f. Monografia (Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar) – Universidade Federal da Integração Latina – Americana, Foz do Iguaçu.

PAIM, E. A. Aspectos da constituição histórica da região oeste de Santa Catarina. **SAECULUM – Revista de História**, João Pessoa, 14, p. 121-138, Jan./Jun. 2006.

PAIM, E. A.; SIQUEIRA, G. H. de. CPT e MST: formação e ocupação no oeste catarinense. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 40-56. 2014.

PAOLI, M. C.; SADER, E.; TELLES, V. S. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. **Revista Brasileira de História**, vol. 3, nº 6, p. 129-149, 1983.

PEIXER, Z. I. **Utopias de progresso:** ações e dilemas na localidade de Itá frente a uma hidrelétrica. 1993. 166f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

PERTILE, N. **Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina:** o processo de produção de carnes no Oeste Catarinense. 2008. 318 f. Tese (Doutorado em Geografia) – UFSC, Florianópolis.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15. 1989.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212. 1992.

POLI, J. Caboclo: pioneirismo e marginalização. **Cadernos do CEOM:** 20 anos de memórias e histórias no oeste de Santa Catarina, Chapecó, v. 19, n. 23, p. 149-188. 2006.

POLI, O. **Leitura em Movimentos Sociais**. Chapecó: Grifos, 1999.

PORTELLI, A. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto História.** São Paulo, v. 10, p. 41-58, dez. 1993.

PORTELLI, A. A filosofia e os Fatos. **Tempo**. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p. 59-72. 1996.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. São Paulo, n. 14, p. 25-39, Fev. 1997.

RABAÇA, C. A.; BARBOSA, G. G. **Dicionário de comunicação**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

RADIN, J. C. **Companhias colonizadoras em Cruzeiro:** representações sobre a civilização do sertão. 2006. 210f. Tese (Doutorado em História) – UFSC, Floria-

nópolis.

RADIN, J. C.; CORAZZA, G. **Dicionário Histórico-Social do Oeste Catarinense**. Chapecó: Editora UFFS, 2018.

RENK, A. Etnicidade e itinerários de grupos étnicos no sul do Brasil. **Grifos**. Chapecó, v. 6, n.1, p. 93-107. 1999.

RENK, A. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. Chapecó: Argos, 2006.

RENK, A. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. **Cadernos do CEOM:** 20 anos de memórias e histórias no oeste de Santa Catarina, Chapecó, v. 19, n. 23, p. 37-71. 2006.

RENK, A., & WINCKLER, S. (2017). Para uma biografia da pequena propriedade rural no oeste catarinense. **Revista História:** Debates e Tendências, Passo Fundo/RS, v. 17, p. 307-321. 2017.

REZENDE, D. S.; LOPEZ, A. P. A. Relações entre a construção de memórias e mitos locais e a prática política: observação da manutenção e uso de acervos documentais municipais durante o projeto DIGIFOTO/CNPQ. **Cadernos do CEOM**: Arquivo: pesquisa, acervo e comunicação, Chapecó, v. 18, n. 22, p. 115-127. 2005.

ROCHA, D.; RIBEIRO, V. N. da S. Ocupando os editoriais: representações do MST no Jornal Diário da Manhã no Oeste Catarinense (1985 – 1989). **Fronteiras:** Revista Catarinense de História [on-line]. Florianópolis, n.22, p.54-73, 2013.

RODEGUERO, M. O frigorífico na aldeia: algumas implicações do trabalho nas indústrias de carne para os kaingang do Toldo Chimbangue. **Teoria e cultura**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFJF, v. 11, n. 2, p. 53-62, jul/dez. 2016.

ROOS, D. A disputa pelo território: agricultura camponesa versus agronegócio nos assentamentos do centro-sul paranaense. In: Anais do XIII Jornada do Trabalho. Presidente Prudente/SP, 09 a 12 de outubro de outubro de 2012. p. 01-12.

SANTOS, S. C. dos. **Nova História de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

SANTOS. R. O. C. dos. A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP). **Revista NERA**. Presidente Prudente, Ano 17, nº. 25, p. 102-135, jul-dez. 2014.

SABOURIN, E. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. **Tomo**. São Cristóvão/SE, Nº VII, p. 75-103. 2004.

SCHREINER, D. F. **Entre a exclusão social e a utopia**: Um estudo sobre os assentados rurais. Curitiba: CRV, 2016.

SILVA, J. G. da. **A modernização dolorosa**: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

SILVA, M. A. M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Unesp, 1999.

SILVA, C. M. da; HASS, M. “O Oeste Catarinense não pode parar aqui”. Política, agroindústria e uma história do ideal de progresso em Chapecó (1950-1969). **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 338 – 374, maio/ago. 2017.

SILVA, T. A. da. **A práxis política da Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC (1970 e 1980)**. Erechim/RS: All Print, 2018.

SIMONION, L.T.L. Visualização: Estado expropria e domina povo Guarani e Kaingang. **Caderno do Museu**. Ijuí: Museu Antropológico “Diretor Pestana” - Fidene, n. 9, p. 1-44. 1980.

SOUZA, E. F. de. **Do silêncio à satanização**: o discurso da veja e o MST. São Paulo: Annablume, 2004.

STEDILE, J. P. Tendências do capital na agricultura. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil 7 – O debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa:** a árvore da liberdade. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRECCANI, G. D. O Título de posse e a legitimação de posse como formas de aquisição da propriedade. **Revista da Procuradoria Geral do Estado do Pará**. Belém, n. 20, p. 121-158, 2009. p. 123.

TREVISAN, J.G. **Nos meandros da colonização chapecoense**: a resistência camponesa territorializada no assentamento Dom José Gomes. 2018. 63f. Monografia (Licenciatura em geografia) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó.

UCZAI, P. (Org.). **Dom José Gomes:** mestre e aprendiz do povo. Chapecó: Argos, 2002.

VEIGA, J. E. da. **O desenvolvimento agrícola:** uma visão histórica. São Paulo: Edusp, 2012.

VENDRAMINI, C. R. A Experiência Coletiva como Fonte de Aprendizagens nas Lutas do Movimento Sem Terra no Brasil. **Revista Lusófona de Educação**, n. 6, p. 67-80, 2005.

VIANA, F. C. **História e memória da peste suína africana no Brasil, 1978-1984**: passos e descompassos. 2004. 171 f. Tese (Doutorado em Ciência Animal) – UFMG, Belo Horizonte.

VUELMA, A. **Análise das causas do arrendamento ou venda de terras nos assentamentos rurais do município de Abelardo Luz-SC**. 2018. 130f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão.

WERLANG, A. Processo de colonização do oeste de Santa Catarina: Atuação da Cia. Territorial Sul Brasil. **Cadernos do CEOM:** Companhias colonizadoras e a luta pela terra, Chapecó, v. 9, n. 9, p. 09-46. 1995.

WILLIAMS, R. **Recursos da esperança**: cultura, democracia, socialismo. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. Trad. por Paulo Henrique de Britto. São Paulo; Cia das Letras, 1989.

ZARTH, P. Colonos imigrantes e lavradores nacionais no Sul do Brasil: projetos de ocupação da terra em conflito. In: MOTTA, M.; ZARTH, P. (Org.). **Formas de resistência camponesa**: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, Vol. II – Concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009.

2. Orais

ADEMAR, 2017; SALETE, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 31 de outubro de 2017, duração: 1h. 02 min. 52 seg.

ALBERTO, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 13 de setembro de 2017, duração: 55 min. 39 seg.

ALDA, 2017; OTÁVIO, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 24 de agosto de 2017, duração: 2h. 59 min. 29 seg.

ALINE, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 08 de novembro de 2017, duração: 37 min. 57 seg.

ANA, 2017; JORGE, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 04 de novembro de 2017, duração: 1h. 04 min. 08 seg.

BEATRIZ, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chape-

có-SC: 17 de outubro de 2017, duração: 31 min. 20 seg.

BIANCA, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 07 de novembro de 2017, duração: 53 min. 27 seg.

CARINE, 2017; MARLENE, 2017; SANDRA, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 13 de setembro de 2017, duração: 1h. 13 min. 09 seg.

CÉLIA, 2017; INÁCIO, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 07 de novembro de 2017, duração: 34 min. 03 seg.

EDNA, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó--SC: 07 de novembro de 2017, duração: 42 min. 11 seg.

FRANCISCO, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 05 de setembro de 2017, duração: 1h. 18 min. 29 seg.

GERALDO, 2017; INÊS, 2017; NEDA, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 24 de outubro de 2017, duração: 1h. 15 min. 17 seg.

HELENA, 2017; ROBERTO, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 17 de outubro de 2017, duração: 1h. 20 min. 23 seg.

HORÁCIO, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 24 de OUTUBRO de 2017, duração: 52 min. 00 seg.

IRENE, 2017; PAULO, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 19 de setembro de 2017, duração: 1h. 05 min. 44 seg.

ISABELA, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 13 de setembro de 2017, duração: 1h. 19 min. 22 seg.

LÍGIA, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó--SC: 08 de novembro de 2017, duração: 37 min. 49 seg.

NELSON, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado**

em História. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 26 de setembro de 2017, duração: 37 min. 59 seg.

MAGALI, 2017; SÉRGIO, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 24 de outubro de 2017, duração: 1h. 23 min. 56 seg.

MOISÉS, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 29 de agosto de 2017, duração: 41 min. 07 seg. (Parte 1); 05 de setembro de 2017, duração: 42 min. 17 seg. (Parte 2).

OLGA, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 26 de setembro de 2017, duração: 51 min. 46 seg.

PLÍNIO, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 19 de setembro de 2017, duração: 54 min. 34 seg.

RAQUEL, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 29 de agosto de 2017, duração: 2h. 39 min. 03 seg.

REGINA, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 04 de novembro de 2017, duração: 1h. 07 min. 58 seg.

RUTE, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 08 de novembro de 2017, duração: 50 min. 01 seg.

3. Leis, Decretos e Documentos Federais

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império.

BRASIL. Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de1854. Manda executar a Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850.

BRASIL. Decreto nº 10.432, de 9 de novembro de 1889. Concede privilegio, garantia de juros e terras devolutas, mediante autorisação legislativa, para a construcção, uso e gozo de uma estrada de ferro, que partindo das margens do Itararé, na Provincia de S. Paulo, vá terminar em Santa Maria da Bocca do Monte, na Provincia do Rio Grande do Sul, com diversos ramaes.

BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispões sobre o Estatuto do

Índio.

BRASIL. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto de 09 de setembro de 2008. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel denominado Fazenda Seringa, situado no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

BRASIL. **Guia alimentar: como ter uma alimentação Saudável**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Lei nº 13.288, de 16 de maio de 2016. Dispõe sobre os contratos de integração, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e integradores, e dá outras providências.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Livro Branco da Grilagem de Terras no Brasil**. Ministério da Política Fundiária e do desenvolvimento agrário, 1999.

4. Jornais

ACAMPAMENTO recebe cestas básicas do governo. **Diário do Iguaçu**, Chapecó-SC, 27 mai. 2003.

COOPEROESTE, A terra viva que encheu os olhos de Lula. **Brasil de Fato**, São Paulo-SP, 25 mar. 2018.

INVASÕES impedem mais desapropriações em SC. **A notícia**, Joinville-SC, 25 abr. 2002. Geral.

MST distribui alimentos em Chapecó. **A notícia**, Joinville-SC, 21 ago. 2008.

MPF denuncia trabalho escravo de indígenas em Herval d'Oeste. **A notícia**, 17 ago. 2009.

MST invade fazenda no interior de Chapecó. **Diário da Manhã**, Chapecó-SC, 24 abr. 2002. Geral, p. 3.

MST realiza duas invasões em SC. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 24 abr. 2002. Santa Catarina, p. 22.

MST invade sede regional do Incra em Chapecó. **Diário Catarinense**, Florianópolis-SC, 19 ago. 2008. Disponível em: http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2008/08/mst-invade-sede-regional-do-incra-em-chapeco-2128534.html. Acesso em: 02 de setembro de 2018

MST mantém ocupação na sede do Incra em Chapecó. **A notícia**, Joinville-SC, 20 ago. 2008.

PEDROSO, Américo. MST. **Folha A verdade**, Quilombo-SC, 24 mai. 2003. Política/Tiro Livre, p. 3.

PROPRIETÁRIO de Fazenda invadida contesta justiça. **Diário do Iguaçu**, Chapecó-SC, 28/29 set. 2002. Geral.

SEM-TERRA ocupam duas fazendas no Oeste. **A notícia**, Joinville-SC, 24 abr. 2002. Geral, p. A9.

VOJNIAK, F. Índio Condá: novas narrativas. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 17 dez. 2016, p. 7.

5. Sites

AGÊNCIA BRASIL. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-07/producao-de-alimentos-e-suficiente-mas-ainda-ha-fome-no-pais-diz. Acesso em: 12 de agosto de 2020.

ASSOCIAÇÃO PITANGA ROSA. **Resumo**. Disponível em: https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/pitanga-rosa-agroecologia-saude-e-qualidade-de-vida. Acesso em: 16 de junho de 2020.

DICIONÁRIO ONLINE MICHAELIS. **Desbravar**. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/desbravar/. Acesso em: 12 de maio de 2020.

DIOCESE DE CHAPECÓ. **História da paróquia de São Pedro Apóstolo - Itá**. Disponível em:http://diocesechapeco.org.br/paroquias#ita. Acesso em: 10 de outubro de 2020.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Estatísticas/Desempenho da produção**. Disponível em: https://www.embrapa.br/suinos-e-aves/cias/estatisticas. Acesso em: 12 de junho de 2020.

FIOCRUZ. **Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil**. Disponível em: http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=sc-conflito-sobre-demarcacao-da-terra-indigena-guarani-de-aracai-pede-urgencia. Acesso em: 12 de maio de 2020.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). **Modalidades de terras in-**

dígenas. Disponível em: http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas. Acesso em: 02 de setembro de 2018.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). **Quais os benefícios sociais e previdenciários que os indígenas têm direito?.** Disponível em: http://www.funai.gov.br/index.php/todos-ouvidoria/23-perguntas-frequentes/1257-quais-os-beneficios-sociais-e-previdenciarios-que-os-indigenas-tem-direito. Acesso em: 27 de maio de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agrícola de 1960**. Paraná - Santa Catarina. Série Regional. Volume II- Tomo XII (1ª parte).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário 1995-1996**. Santa Catarina. Número 21. Rio de Janeiro, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário 2006.** Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário 2017.** Resultados Definitivos. Rio de Janeiro, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010**. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm. Acesso em: 02 de setembro de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário 2017**. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em: 18 de dezembro de 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Acesso à terra**. Disponível em: http://www.incra.gov.br/acesso-terra. Acesso em: 02 de setembro de 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Assentamentos**. Disponível em: http://www.incra.gov.br/assentamento. Acesso em: 02 de setembro de 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Instrução Normativa Nº 27-A/2005**. Disponível em: http://www.incra.gov.br/media/docs/legislacao/instrucao-normativa/IN_27A_2005.pdf. Acesso em: 20 de julho de 2020.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC). **Lutas**. Disponível em: http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/47. Acesso em: 15 de junho de

2020.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Nossa produção**. Disponível em: http://www.mst.org.br/nossa-producao/. Acesso em: 27 de maio de 2019.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **A história da luta pela terra**. Disponível em: http://www.mst.org.br/nossa-historia/. Acesso em: 12 de setembro de 2019.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Surge o MST**. Disponível em: http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86. Acesso em: 12 de setembro de 2019.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Em SC, Sem Terra comemoram 30 anos de luta coletiva no Assentamento Conquista da Fronteira**. Disponível em: https://mst.org.br/2018/06/23/em-sc-sem-terra-comemoram-30-anos-de-luta-coletiva-no assentamento-conquista-da-fronteira/. Acesso em: 12 de dezembro de 2019.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Durante encontro nacional, MST reafirma compromisso com luta indígena e quilombola.** Disponível em: https://mst.org.br/2019/01/28/durante-encontro-nacional-mst-reafirma-compromisso-com-luta-indigena-e-quilombola/. Acesso em: 04 de setembro de 2020.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Cooperação agrícola, o símbolo do assentamento Conquista na Fronteira.** Disponível em: https://mst.org.br/2015/01/15/cooperacao-agricola-o-simbolo-do-assentamento-conquista-na-fronteira/. Acesso em: 05 de setembro de 2020.

PORTAL KAINGANG. **Relação das aldeias**. Disponível em: http://www.portalkaingang.org/index_aldeia_principal_1.htm. Acesso em: 11 de maio de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERÊ. **História do município**. Disponível em: http://www.vere.pr.gov.br/municipio/historia. Acesso em: 11 de maio de 2020.

TERRAS INDÍGENAS DO BRASIL. Terra Indígena Toldo Chimbangue. Disponível em: https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3878. Acesso em: 09 de outubro de 2020.

TERRAS INDÍGENAS DO BRASIL. Terra Indígena Toldo Chimbangue II. Disponível em: https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/4128. Acesso em: 09 de outubro de 2020.

TERRAS INDÍGENAS DO BRASIL. Reserva Indígena Aldeia Kondá. Disponível em: https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/4115. Acesso em: 09 de outubro de 2020.

TERRAS INDÍGENAS DO BRASIL. Terra Indígena Xapecó. Disponível em https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3906. Acesso em: 10 de outubro de 2020.

6. Processos Administrativos

Processo nº 54210.001556/2015-61. Interessados: INCRA - Terra Indígena. Assunto: Proposta/alteração de limites de área indígena Aldeia Condá.

Processo nº 54210.000790/2006-81. Interessado: INCRA/SC. Assunto: Desapropriação por interesse social – Art. 5º, XXVIV da CF/88 e Art. 2º III da lei nº 4. 132/62.

7. Processo judicial

Processo nº 2009.72.02.001873-1/nº 50030093820124047202. Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública.

8. Documentos produzidos pelo MST

MST. **Normas gerais do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Secretaria Nacional, 1988.

MST. **Gênese e desenvolvimento do MST**. Caderno de Formação nº 30, 1998.

MST. **Agroecologia, Soberania Alimentar e Cooperação**. Coleção Sempre é tempo de aprender (caderno nº 2), 2010.

PDA. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Dom José Gomes**. Convênio INCRA/COOPTRASC n° 627.837, Cooperativa dos trabalhadores da reforma agrária de Santa Catarina. INCRA: SR-10/SC. Chapecó/SC, out. 2009.

9. Arquivos para confecção das Ilustrações

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Assentamento Brasil_SC**. Arquivo em formato Shapefile. Disponível em <http://certificacao.incra.gov.br/csv_shp/export_shp.py>. Acesso em 15 de outubro de 2020.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Terras indígenas**. Arquivo em formato KML. Disponível em <http://www.funai.gov.br/index.php/2013-11-06-16-22-33>. Acesso em 15 de outubro de 2020.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS DE SANTA CATARINA.

Curso d’água. Arquivo em formato Shapefile. Disponível em <http://sigsc.sds.sc.gov.br/download/restricted/home.jsp>. Acesso em 15 de outubro de 2020.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS DE SANTA CATARINA. **Limites municipais**. Arquivo em formato Shapefile. Disponível em <http://sigsc.sds.sc.gov.br/download/restricted/home.jsp>. Acesso em 15 de outubro de 2020.

10. Músicas

LENINE. **Quem leva a vida sou eu**. Intérprete: Lenine. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Ce_DJrLOmP8. Acesso em: 13 de agosto de 2019.

MERITI, S.; CAIS, E. do. **Deixa a vida me levar**. Intérprete: Zeca Pagodinho. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ON7q-TDAL2Q. Acesso em: 13 de agosto de 2019.

11. Documentários

OS HOMENS do Presidente (ou Plante que o João Garante). Direção: Luis Rufino. Rio de Janeiro/RJ: Embrafilme, 1984. 52 min. Disponível em: http://www.casadecinema.com/a-produtora/os-homens-do-presidente/. Acesso em: 14 de junho de 2020.

DOM Quixote das Artes. Direção: Cassemiro Vitorino & Ilka Goldschmidt. Chapecó/SC: Margot produções, 2017. 97 min.

BALSEIROS do rio Uruguai. Produção: acadêmicos dos cursos de História e Pedagogia da UFFS. Chapecó/SC. 33 min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NFdtd1tZQ3w. Acesso em: 12 de maio de 2020.

12. Poema

BERTOLT, B. **Poemas 1913-1956**. Seleção e tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Editora 34, 2000.

Notas de fim

[1] BASTIANI, T. M. de. **Rompendo as cercas da educação burguesa**: a luta pela construção de uma escola no Assentamento Madre Terra, São Gabriel/RS. 2014. 166f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS. A dissertação resultou nas seguintes publicações: 1. BASTIANI, T. M. de. Os assentados do Madre Terra em São Gabriel-RS respondem: que escola queremos para que nossos filhos permaneçam no campo?. In: João Carlos Tedesco; Jonas José Seminotti; Humberto José da Rocha. (Org.). **Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil:** questões contemporâneas. Chapecó: UFFS, 2018; 2. BASTIANI, T. M. de. Não vou sair do assentamento pra poder ir pra escola: a luta do Madre Terra por educação formal. In: Ane Carine Meurer; Ivanio Folmer. (Org.). **São Gabriel:** território da Educação do Campo?. São Leopoldo/RS: Oikos, 2018.

[2] Ao longo do texto, toda vez que surgir a expressão "Movimento" (com letra maiúscula) estaremos nos referindo, exclusivamente, ao MST. Tal distinção gráfica se deve a dois motivos: 1) para distinguir do simples "movimento" enquanto ato ou efeito de mover-se; e 2) para diferenciar o MST dos demais movimentos sociais, haja vista que as entrevistas foram realizadas com integrantes do MST e que é bastante comum o fato dos militantes dos mais variados movimentos sociais utilizarem o termo "movimento" para referirem-se àqueles em que eles militam.

[3] Em relação ao tamanho dos estabelecimentos agropecuários, segundo a Lei 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, os imóveis rurais são classificados em: Minifúndio – é o imóvel rural com área inferior a 1 (um) módulo fiscal; Pequena Propriedade - o imóvel de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; Média Propriedade - o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais; Grande Propriedade - o imóvel rural de área superior 15 (quinze) módulos fiscais. O módulo fiscal (e não apenas a metragem) varia de acordo com cada município.

[4] Segundo o Censo Agropecuário (2017), a área em hectares dos estabelecimentos agropecuários/número de estabelecimentos agropecuários em Alegrete/RS e São Gabriel/RS são, respectivamente, 750.885/2.671 e 495.505/2.208. Portanto, a área média dos estabelecimentos agropecuários corresponde a 281,12 ha em Alegrete e 224,41 ha em São Gabriel. Sendo o módulo fiscal nestes municípios de 28 ha, pode-se concluir que, como a área média dos estabelecimentos agropecuários não é superior a 15 módulos fiscais, ficando em 10,04 módulos fiscais em Alegrete e 8,01 módulos fiscais em São Gabriel, os dados médios não consideram as diferenças sociais e, ao classificarem as propriedades como Média Propriedade, maquiam as grandes estâncias dos locais.

[5] Os módulos fiscais dos 118 municípios do Oeste Catarinense variam entre: 16 ha, 18 ha e 20 ha. Em grande medida, os estabelecimentos agropecuários do Oeste Catarinense são maiores que 1 e menores que 4 módulos fiscais o que, seguindo a classificação da Lei 8.629/1993, faz com que eles estejam enquadrados como pequena propriedade.

[6] REZENDE, D. S.; LOPEZ, A. P. A. Relações entre a construção de memórias e mitos locais e a prática política: observação da manutenção e uso de acervos documentais municipais durante o projeto DIGIFOTO/CNPQ. **Cadernos do CEOM**: Arquivo: pesquisa, acervo e comunicação, Chapecó, v. 18, n. 22, p. 115-127. 2005.

[7] Cf. WILLIAMS, R. **Recursos da esperança**: cultura, democracia, socialismo. São Paulo: Editora Unesp, 2015, Modo de vida é um dos sentidos assumidos pela palavra Cultura que, por sua vez, designa modo de vida e também as artes e o aprendizado.

[8] Sobre a articulação entre as formas familiares e o desenvolvimento da moderna agricultura capitalista ver: ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 2007; e também, VEIGA, J. E. da. **O desenvolvimento agrícola:** uma visão histórica. São Paulo: Edusp, 2012.

[9] MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **A história da luta pela terra**. Disponível em: http://www.mst.org.br/nossa-historia/. Acesso em: 14 de julho de 2019).

[10] LÖWY, M. Marxismo e cristianismo na América Latina. Lua nova: Revista de cultura e política, São Paulo, n.19, p. 5-21, Nov.1989, p. 11.

[11] Os contatos foram estabelecidos a partir de 2015, enquanto atuava como professora substituta na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), por meio da contribuição na coordenação do Projeto de Extensão: "Organização Produtiva de Mulheres e Promoção de Autonomia por Meio do Estímulo a Prática Agroecológica" e participação no Projeto de Pesquisa: "Movimentos Sociais na Fronteira Sul". Os projetos resultaram em algumas publicações: Organização de livros: 1. BONI, V.; PERON, L.; MARQUES, S. A.; MOHR, N. E. R.; BASTIANI, T. M. (Org.). **Mulheres Camponesas e Agroecologia**. Curitiba: CRV, 2017; 2. BONI, V.; PERON, L.; MARQUES, S. A.; MOHR, N. E. R.; BASTIANI, T. M. (Org.). **Organização produtiva de mulheres e promoção de autonomia por meio do estímulo à prática agroecológica**: Relatos de uma vivência. Tubarão: Copiart, 2017; 3. BONI, V.; MARQUES, S. A.; MOHR, N. E. R.; BASTIANI, T. M. (Org.). **Organização Produtiva de Mulheres e Promoção de Autonomia por Meio do Estímulo a Prática Agroecológica**. Tubarão: Copiart, 2015. Capítulos de livros: 1. HADICH, C. L. A.; BASTIANI, T. M. de. As mulheres assentadas e a construção da Agroecologia no Oeste Catarinense. In: BONI, V. (et al.). **Mulheres Camponesas e Agroecologia**. Op. cit.; 2. HAMMEL, A. C.; BASTIANI, T. M. de. Da luta pela terra às conquistas educacionais: o MST nas áreas de abrangência da UFFS (PR e SC). In: BONI, V.; ROCHA, H. J. da. (Org.). **Pesquisas em Movimentos Sociais na Fronteira Sul**. Curitiba: CRV, 2019.

[12] O fazer-se é atribuído por Thompson quanto à formação da classe operária inglesa que, por sua vez, envolve "um processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos. A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente no seu próprio fazer-se" (THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa:** a árvore da liberdade. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 9). No que se refere ao fazer-se dos trabalhadores enquanto sem-terra, ver: MOREIRA, V. J. O fazer-se de trabalhadores como sem-terra na luta pela terra em Sumaré, São Paulo (1980-1997). **Revista Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 11, p. 69-103, 2008.

[13] As representações nascem do movimento dialético entre o vivido e o concebido que, por sua vez, não são separados por cortes ou rupturas, fazendo com que relação entre ambos seja marcada como lugar de conflito. Uma tensão que dá origem a representação que, por sua vez, não se define unicamente pelo concebido/conhecimento, mas pela relação com uma vivência, uma presença. (LEFEBVRE, H. **La Presencia y La Ausencia**: contribución a la teoría de las representaciones. México. Fondo de Cultura Económica, 1983. p. 69-70).

[14] A categoria experiência, elaborada por Thompson, considera o papel dos sujeitos na história, pois compreende homens e mulheres como sujeitos, "não como sujeitos autônomos, 'indivíduos livres', mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida 'tratam' essa experiência em sua consciência e sua cultura (...) e em seguida (...) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada" (THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 182).

[15] MERITI, S.; CAIS, E. do. **Deixa a vida me levar**. Intérprete: Zeca Pagodinho. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ON7q-TDAL2Q. Acesso em: 13 de agosto de 2019.

[16] LENINE. **Quem leva a vida sou eu**. Intérprete: Lenine. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Ce_DJrLOmP8. Acesso em: 13 de agosto de 2019.

[17] O protagonismo dos depoentes e suas, respectivas, opções conscientes através de escolhas, é tema de: LAVERDI, R. **Tempos diversos, vidas entrelaçadas**: trajetórias itinerantes de trabalhadores no Extremo-Oeste do Paraná. Curitiba: Aos quatro ventos, 2005.

[18] O casal Olga Faccio Roman e João Roman denominaram o imóvel de fazenda "Seringa", que assim é chamado nos documentos disponíveis no INCRA de Chapecó. Em 2002, quando da ocupação da fazenda, o imóvel era administrado pelo casal Mara Regina Baldissera e Paulo César Baldissera, que lhe atribuíram o nome de "Paraíso" e assim também chamado em reportagens de jornais. Assim, devido a mesma fazenda ser denominada de duas formas diferentes, ao nos referirmos a ela utilizaremos os dois nomes, a saber: Seringa/Paraíso.

[19] Ao longo do texto, utilizou-se a expressão "Sem Terra" para se referir aos integrantes do MST e "sem terra" para se reportar aos que carecem de terra.

[20] Sabemos das implicações da utilização dos termos moderno e modernização, no que se refere às transformações ocorridas no campo brasileiro a partir da segunda metade do século XX. Por compreendermos que o contrário de tais termos remete-se às ideias de "atraso" ou "retrogrado", visões pelas quais não concordamos, utilizaremos "moderno" e "modernização" entre aspas, pois queremos enfatizar a conflitualidade inerente ao avanço do capitalismo no campo e as alterações nas dinâmicas produtivas até então estabelecidas.

[21] CRUZ, H. de F.; PEIXOTO, M. do R. da C. Na oficina do historiador: conversa sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

[22] POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15. 1989, p. 04.

[23] PORTELLI, A. A filosofia e os Fatos. **Tempo**. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p. 59-72. 1996.

[24] Idem. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. São Paulo, n. 14, p. 25-39, Fev. 1997b.

[25] POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. Op. cit.

[26] MARTINS, J. de S. **O sujeito oculto**: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003. p. 52.

[27] Agregado é um termo comumente utilizado na região Oeste Catarinense, para se denominar os moradores e praticantes de atividades agrícolas na terra de outro. Na especificação do pagamento pela terra utilizada, este termo pode ser substituído por "arrendatário", quando o pagamento pelo uso da terra é em dinheiro ou "parceiro", quando o pagamento é em produtos. Neste texto, independente da forma de pagamento, utilizaremos o termo agregado (sem aspas). Entretanto, considerando que o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) do assentamento, assim como em diversas partes das entrevistas, o mesmo termo é utilizado para designar aqueles que moram no lote e não são os beneficiários da reforma agrária, nem filhos solteiros, utilizaremos para nos referir a esses o termo "agregado" (com aspas).

[28] IANNI, O. A formação do proletariado rural no Brasil. In: STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil 2** – o debate na esquerda: 1960-1980. São Paulo: Expressão popular, 2005.

[29] Os campos de Palmas "estão, em sua maior parte, em territórios do atual Oeste Catarinense, abrangendo grandes extensões de terras nessa região. (...) incluem, do Paraná atual, apenas os municípios de Clevelândia e Palmas, enquanto que do atual Estado de Santa Catarina abrangem onze municípios, de São Lourenço do Oeste a Quilombo, a Oeste; até Caçador, Rio das Antas e Videira, a Leste. Desses municípios, seis têm a totalidade de seu território abrangida pelos referidos campos, e, outros quatro, mais da metade de seu território" (D´ANGELIS, W. da R. Para uma história dos índios do Oeste Catarinense. **Cadernos do CEOM:** 20 anos de memórias e histórias no Oeste de Santa Catarina, Chapecó, v. 19, n. 23, p. 265-343. 2006, p. 282).

[30] POLI, J. Caboclo: pioneirismo e marginalização. **Cadernos do CEOM:** 20 anos de memórias e histórias no Oeste de Santa Catarina, Chapecó, v. 19, n. 23, p. 149-188. 2006.

[31] Ibidem.

[32] BANDEIRA, J. J. P. Notícia da Descoberta do Campo de Palmas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, Rio de Janeiro, 15 (4): 425-237, 1851.

[33] D´ANGELIS, W. da R. Para uma história dos índios do Oeste Catarinense. Op. cit. p. 267-268.

[34] No manuscrito, o juiz afirma que "... Até findar o século passado ainda existia um (toldo) situado no lugar onde está assentada a cidade, sede do município, o que constitui a origem de sua denominação: Passo dos índios, e que vigorou até o ano de 1938, sendo substituído pela denominação Chapecó, pela Lei Federal que regularizou a divisão territorial país. Distante menos de vinte quilômetro a Leste, próximo ao Rio Irani, houve o Toldo Chimbangue, cujos índios, com pressão da colonização, foram se deslocando para o interior da mata, rio acima" (CAMPOS, Antonio Selistre. **Índios de Chapecó e suas terras**. Chapecó: manuscritos, 1950. s/p.)

[35] Antonio Selistre de Campos (1881-1957), enquanto juiz da comarca de Chapecó, entre os anos de 1931 e 1943, ficou conhecido pelo seu envolvimento de defesa da causa indígena. Atualmente, grande parte do acervo do museu que recebe seu nome, criado Pela Lei 198 de 19 de abril de 1978 e localizado no centro de Chapecó, é composto pela coleção pessoal do juiz. O acervo é formado por peças arqueológico e etnológico de grupos caçadores-coletores e ceramistas e das etnias kaingang e Guarani Mbya.

[36] MOISÉS, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 29 de agosto de 2017, duração: 41 min. 07 seg. (Parte 1); 05 de setembro de 2017, duração: 42 min. 17 seg (Parte 2).

[37] FORTES, A. **A Proto-História do Município de Chapecó**: Oeste de Santa Catarina. São Paulo: Carthago Editorial, 1990.

[38] LACERDA, R. **Terras para a Aldeia Kondá**: Considerações Jurídico-Legais sobre o caso das famílias Kaingang residentes na cidade de Chapecó – SC. Disponível em: https://cimi.org.br/2004/06/21650/. Acesso em 07 de maio de 2020.

[39] BRIGHENTI, C. A. **O movimento indígena no Oeste Catarinense e sua relação com a Igreja Católica na diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980**. 2012. 611f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

[40] MARTINS, J. de S. **Fronteira:** a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

[41] FERNANDES, L. **Os Caingangues de Palmas**. Arquivos do Museu Paranaense. Curitiba, (1): 161-223, 1941.

[42] BANDEIRA, J. J. P. Notícia da Descoberta do Campo de Palmas. Op. cit.

[43] Ibidem. p. 436.

[44] Para saber mais sobre as relações estabelecidas entre Kondá, Viri e os indígenas denominados "selvagens", bem como as relações estabelecidas entre Kondá e Viri com o governo imperial e com as expedições que foram enviadas pela coroa portuguesa para explorar os Campos de Palmas, ver: MALAGE, K. G. J. M. **Condá e Viri**: chefias indígenas em Palmas - PR, década de 1840. 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

[45] D´ANGELIS, W. da R. Para uma história dos índios do Oeste Catarinense. Op. cit.

[46] VOJNIAK, F. Índio Condá: novas narrativas. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 17 dez. 2016, p. 7.

[47] NEDEL, M.A. **Condá**: o Imperador do Oeste. Chapecó/SC: Ed. autor, 2015.

[48] VOJNIAK, F**.** Índio Condá. Op. cit.

[49] A outra liderança kaingang símbolo do "encontro", Viri, é homenageado pela denominação dada ao município de Verê/PR. Explica-se que: "a palavra Verê é um advérbio de origem linguística caingangue (homenagem ao cacique Caingangue Viry de Guarapuava, que foi amigo dos povoadores) e significa 'Sempre; Eternamente; Constantemente'" (PREFEITURA MUNICIPAL DE VERÊ. **História do município**. Disponível em: http://www.vere.pr.gov.br/municipio/historia. Acesso em: 11 de maio de 2020).

[50] BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império.

[51] BRASIL. Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de1854. Manda executar a Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850.

[52] MARTINS, J. S. **O cativeiro da terra**. São Paulo: Contexto, 2010.

[53] MACHADO, P. P. A política de terras em Santa Catarina: posse, propriedade e legitimação no Planalto Serrano e Meio-oeste no final do Império e início da República (1854-1912). In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

[54] RENK, A., & WINCKLER, S. Para uma biografia da pequena propriedade rural no Oeste Catarinense. **Revista História:** Debates e Tendências, Passo Fundo/RS, v. 17, p. 307-321. 2017. p. 310.

[55] RENK, A. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste Catarinense. Chapecó: Argos, 2006, cita alguns dos imóveis registrados que, a partir de 1917, passaram a pertencer a Santa Catarina: Campo Erê, São Bento, Chapecó, Marco, Hiranin, Goio En, Capoeira, São Joaquim, São Domingos, Campina do Gregório, Chapecozinho, Estrela, Rodeio do Erval, Barra Grande e Norte.

[56] D´ANGELIS, W. da R. Para uma história dos índios do Oeste Catarinense. Op. cit.

[57] GAIGER, J. M. G. **Toldo Chimbangue**: direito Kaingang em Chapecó – análise jurídica. Xanxerê: Cimi Regional Sul, 1985.

[58] GAIGER, J. M. G. **Toldo Chimbangue**. Op. cit. p. 12-13.

[59] SANTOS, S. C. dos. **Nova História de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

[60] José Bernardino Bormann (Porto Alegre, 4 de maio de 1844 — Rio de Janeiro, 1 de junho de 1919), conhecido como "capitão Bormann", foi escritor, historiador do exército, jornalista, político e militar. Por seu casamento com uma indígena, ficara na memória dos kaingang de Xapecó.

[61] O entendimento do declínio da exportação da erva-mate no Brasil perpassa as relações econômicas estabelecidas entre o nosso país e a Argentina. Sobre o assunto ver: FERNANDES, J. A. O mercado argentino da erva-mate brasileira: um dos grandes problemas que levaram à criação do instituto nacional do mate no Brasil. In: XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. Niterói, agosto 2017. p. 01-16.

[62] O decreto Nº 10.432, de 9 de novembro de 1889 "Concede privilegio, garantia de juros e terras

devolutas, mediante autorisação legislativa, para a construcção, uso e gozo de uma estrada de ferro, que partindo das margens do Itararé, na Provincia de S. Paulo, vá terminar em Santa Maria da Bocca do Monte, na Provincia do Rio Grande do Sul, com diversos ramaes".

[63] Ver mais em: MACHADO, P. P. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912 - 1916**. 2001. 498f. Tese (Doutorado em História) – Unicamp, Campinas.

[64] O município de Chapecó foi criado pela Lei 1.147, de 25 de agosto de 1917. Sua sede localizava-se no atual Passo Bormann, na época conhecido como Passo do Carneiro; em 1919 foi transferida para Xanxerê; em 1923 volta ao Passo do Carneiro; em 1929 retorna a Xanxerê; finalmente em 1931 é transferida para Passo dos Índios, atual centro de Chapecó.

[65] Sobre a viagem, foram produzidos uma conferência (BOITEUX, J. A. **Oeste Catharinense**: de Florianópolis a Dionísio Cerqueira. Florianópolis: Livraria Central, 1931), dois livros (D'EÇA, O. G. **Aos espanhóis confinantes**. Florianópolis: UFSC, 1992; COSTA, A. F. da. **Oeste Catharinense**: visões e sugestões de um excursionista. Rio de Janeiro: Villas Boas e Cia, 1929); e, um álbum de fotografias. O livro de D'eça foi reeditado em 1992 pela Editora da UFSC, a conferência de Bointeux e o livro de Costa publicados em edição fac-similar no livro: CEOM. **A viagem de 1929**: Oeste de Santa Catarina – documentos e leituras. Chapecó, SC: Argos, 2005.

[66] "O Território Federal do Iguaçu foi criado pelo Decreto-Lei lei n.5.812, de 13 de dezembro de 1943, durante o governo de Getúlio Vargas, e extinto, em 18 de setembro de 1946, pelas disposições da Constituição Federal de 1946. O referido Território abrangia uma área de 68,8 mil Km^2, em terras do Oeste e Sudoeste do Paraná e o Oeste de Santa Catarina, sendo a maior parte deles pertencente ao Estado do Paraná. Ao mesmo tempo em que era criado o Território Federal do Iguaçu, foi criada, também, através do Decreto 12.417 de 1943, a Colônia Nacional General Osório, cuja sede ficava em Francisco Beltrão, com o objetivo de promover a colonização ao longo da fronteira com a Argentina, na região de Barracão. A capital do Território foi, inicialmente, a cidade de Foz do Iguaçu, mas logo após a instalação do novo território, por razões de segurança, foi transferida para a cidade de Laranjeiras do Sul, que ficava mais afastada da fronteira. Por conta disso, seu nome foi alterado para Iguaçu. O traçado da fronteira do Território do Iguaçu também foi alterado, em 1944, para que pudesse incorporar também a região da nova capital" (RADIN, J. C.; CORAZZA, G. **Dicionário histórico-social do Oeste Catarinense**. Chapecó: Editora UFFS, 2018. p. 138).

[67] ANA, 2017; JORGE, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 04 de novembro de 2017, duração: 1h. 04 min. 08 seg.

[68] WERLANG, A. Processo de colonização do Oeste de Santa Catarina: Atuação da Cia. Territorial Sul Brasil. **Cadernos do CEOM:** Companhias colonizadoras e a luta pela terra, Chapecó, v. 9, n. 9, p. 09-46. 1995.

[69] No que diz respeito aos dados, não é possível quantificar de forma exata os estabelecimentos agropecuários do Oeste Catarinense em Minifúndio, Pequena Propriedade, Média Propriedade e Grande propriedade. Isto porque, a Lei 8.629/93 não tem como base o número de hectares, mas o Módulo fiscal. O Oeste Catarinense, como vimos, é formado por 118 municípios e o módulo fiscal tem 3 medidas diferentes (16, 18 e 20 ha), sendo este um dos impeditivos de quantificar de forma exata segundo a classificação da lei. Além disso, os dados fornecidos pelo Censo Agropecuário estratifica a porção de terra por hectares, entretanto, tais valores não correspondem de forma exata a quantidade de hectares correspondente aos 3 diferentes módulos fiscais dos municípios que formam o Oeste Catarinense. Assim, temos apenas uma quantia aproximada.

[70] A área ocupada pelos estratos que compreendem apenas as médias e as grandes propriedades (877.358 ha), foi calculada por meio de 2 passos. Primeiramente, subtraímos da área ocupada por

todos os estabelecimentos agropecuários – 2.161.884 – a área ocupada pelos estrados (mais de 0 e menos de 2.500 ha) – 2.008.988. Como resultado obtivemos o valor de 152.896 ha, correspondente aos estratos (de 2.500 ha a 10.000 ha e mais), que na tabela aparecem como inibidos pela letra X. Posteriormente, somamos 152.896 ha aos demais valores (155.477 ha, 163.272 ha, 217.615 ha, 188.098 ha), chegando ao somatório de 877.358 ha.

[71] Descoberto o valor inibido pela letra X, 152.896 ha, somamos aos demais valores (155.477 ha e 163.272 ha), chegando ao somatório de 471.645 ha.

[72] A terra indígena Xapecó localiza-se a margem direita do rio Chapecozinho, e rio Chapecó (esq)., nos atuais municípios de Ipuaçu/SC e Marema/SC. Foi criado por meio do Decreto n. 7, de 18.06.1902 (Governo do Paraná), na ocasião, abrangendo uma área de aproximadamente 25.000 ha. Entretanto, passou por diversos processos de redução: "(1) Toldo Imbú, de onde os Kaingang foram retirados à força em 1949, com base em uma grilagem de terras iniciada em 1917, com a expedição de dois títulos para a 'Fazenda S.Pedro"; (2) Acordo do SPI com o Governo de Sta Catarina, em 1952, retirou dos índios as terras da aldeia Formigas e do Chapecozinho (hoje sede do munic. de Bom Jesus) e do Toldinho (atual sede do munic. de Entre Rios), e consagrou o esbulho do Toldo Imbú; (3) Área no Canhadão, grilada na demarcação dos anos 50; (4) Na década de 1930 a Faz. Alegre do Marco avança mais de 800 hectares sobre a terra indígena; (5) Acordo da FUNAI com a firma Saulle Pagnoncelli, em 1971, toma cerca de 400 ha no Pinhalzinho" (PORTAL KAINGANG. **Relação das aldeias**. Disponível em: http://www.portalkaingang.org/index_aldeia_principal_1.htm. Acesso em: 11 de maio de 2020).

[73] D´ANGELIS, W. da R. Para uma história dos índios do Oeste Catarinense. Op. cit.

[74] Para saber mais, acesse: FIOCRUZ. **Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil**. Disponível em: http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=sc-conflito-sobre-demarcacao-da-terra-indigena-guarani-de-aracai-pede-urgencia. Acesso em: 12 de maio de 2020.

[75] RENK, A., & WINCKLER, S. Para uma biografia da pequena propriedade rural no Oeste Catarinense. Op. cit. p. 312.

[76] ALDA, 2017; OTÁVIO, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 24 de agosto de 2017, duração: 2h. 59 min. 29 seg.

[77] Otávio, 2017. Entrevista citada.

[78] RENK, A. A colonização do Oeste Catarinense: as representações dos brasileiros. **Cadernos do CEOM:** 20 anos de memórias e histórias no Oeste de Santa Catarina, Chapecó, v. 19, n. 23, p. 37-71. 2006. p. 50-51.

[79] Moisés, 2017. Entrevista citada.

[80] No Brasil, o instituto do usucapião surgiu oficialmente com o Código Civil de 1916 que já o elencava como modalidade de aquisição da propriedade. A Lei nº 2.437, de 07 de março de 1955, deu nova redação a dispositivos do Código Civil, em seu Art. 550 define que "Aquele que, por 20 (vinte) anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquirir-lhe-á o domínio, independentemente de título de boa fé que, em tal caso, se presume, podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual lhe servirá de título para transcrição no registro de imóveis". Atualmente, o usucapião de imóvel em zona rural é regulamentado pelo Art. 191 da Constituição Federal e pelo Art. 1.239 do atual Código Civil, ambos definem que a posse para o usucapião deve ser de, no mínimo, 5 anos, não superior a 50 ha, sendo a área produtiva pelo trabalho próprio ou da família, onde também deve ter sua moradia e, além disso, não podendo o possuidor ter outro imóvel.

[81] POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. Op. cit. p. 172.

[82] D´ANGELIS, W. da R. Para uma história dos índios do Oeste Catarinense. Op. cit. p. 327.

[83] O cotidiano das viagens é tema de: BELLANI, Eli M. **Madeira, balsas e balseiros no rio Uruguai:** o processo de colonização do velho município de Chapecó (1917/1950). 1991. 387 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Também de um documentário produzido por acadêmicos da UFFS intitulado "Balseiros do rio Uruguai". Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NFdtd1tZQ3w. Acesso em: 12 de maio de 2020.

[84] O Oeste Catarinense já presenciou 2 encontros dos balseiros do Rio Uruguai. Além do mais, o "Museu dos Balseiros do Rio Uruguai" foi criado, em Chapecó, por meio da Lei Municipal nº 6280, de 31 de maio de 2012. Entretanto, as obras que iniciaram em 2016 ainda não foram concluídas e o museu segue sem previsão de funcionamento.

[85] PERTILE, N. **Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes no Oeste Catarinense**. 2008. 318 f. Tese (Doutorado em Geografia) – UFSC, Florianópolis.

[86] RENK, A. A colonização do Oeste Catarinense: as representações dos brasileiros. Op. cit.

[87] A trajetória de vida de Atílio Fontana foi abordada com base nas informações obtidas em: DALLA COSTA, A. J. **O grupo Sadia e a produção integrada**. O lugar do agricultor no complexo agroindustrial. 1993. 254f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

[88] Perdigão S.A. Indústria e Comércio (Videira, 1940); Com. Ind. Saulle Pagnoncelli (Joaçaba, 1942); S.A. Indústria e Comércio Concórdia (Concórdia, 1943, rebatizada no ano seguinte como SADIA); SAIC – S.A. Indústria e Comércio Chapecó (Chapecó, 1952); Indústria e Comércio Marafon Ltda. (Chapecó, 1956); Frigorífico Seara (Seara, 1956); S. A. Frig. Itapiranga (Itapiranga, 1962); Unifrico S. A. Ind. e Com. (Salto Veloso, 1963); Indústrias Reunidas Ouro S. A. (Ouro, década de 1960); Cooperativa Central Oeste Cat. (Chapecó, 1969); Frigorífico São Carlos, FRISCAR (São Carlos, 1975).

[89] HASS, M. **O linchamento que muitos querem esquecer**. Chapecó/SC: Argos, 2013.

[90] Sobre a construção da identidade étnica a partir da diferença entre "brasileiros" (auto denominação) ou "caboclos" (como eram estigmatizados pelos colonos) e os "de origem" (auto denominação) ou "gringo" (como eram estigmatizados pelos que aqui se encontravam) ver: RENK, A. A colonização do Oeste Catarinense: as representações dos brasileiros. Op. cit. Nesta mesma perspectiva, BLOEMER, N. M. S. **Brava gente brasileira**: Migrantes Italianos e caboclos nos campos de Lages. Florianópolis: Cidade Futura, 2000, p. 246, apresenta um quadro com a Autoqualificação e a Qualificação do "Outro" realizada por Brasileiros e Italianos. Enquanto os primeiros se autoqualificam como generosos, sem ambição, gozam a vida/festeiros e tolerantes; os segundos se auto concebem como caprichosos, trabalhadores, previdentes e tolerantes. Quanto a qualificação do "outro", enquanto os Italianos são concebidos como sovinas, gananciosos, sem gosto pela vida, intolerantes; os brasileiros o são como relaxados, gananciosos, preguiçosos, festeiros e imprevidentes.

[91] RENK, A. Etnicidade e itinerários de grupos étnicos no sul do Brasil. **Grifos**, Chapecó, v. 6, n.1, p. 93-107. 1999.

[92] ZARTH, P. Colonos imigrantes e lavradores nacionais no Sul do Brasil: projetos de ocupação da terra em conflito. In: MOTTA, M.; ZARTH, P. (Org.). **Formas de resistência camponesa**: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, Vol. II – Concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009.

[93] RADIN, J. C. **Companhias colonizadoras em Cruzeiro:** representações sobre a civilização do sertão. 2006. 210 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

[94] A ideia de progresso enquanto forma de traduzir e fundamentar a construção de um projeto político hegemônico, reunindo em torno de si diferentes grupos políticos e econômicos e que, nas décadas de 1950 e 1960, se materializou no aumento da infraestrutura regional e se difundiu por todos os demais

grupos sociais do município, é tema de: SILVA, C. M. da; HASS, M. "O Oeste Catarinense não pode parar aqui". Política, agroindústria e uma história do ideal de progresso em Chapecó (1950-1969). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 338-374, maio/ago. 2017.

[95] RAQUEL, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 29 de agosto de 2017, duração: 2h. 39 min. 03 seg.

[96] O processo de criação do monumento "o desbravador", bem como seus significados no ambiente urbano do município de Chapecó, são temas de: MONEGO, S. **Histórias que se revelam**: representações simbólicas da formação de Chapecó no monumento "O Desbravador" e no mural "O Ciclo da Madeira". 2009. 85f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo.

[97] O artista plástico Paulo de Siqueira (1949-1996) teve sua vida registrada por meio do documentário, produzido em 2017 por Margot Produções, intitulado "Dom Quixote das Artes". No centro de Chapecó e anexo a obra de sua autoria, "O desbravador", está o "Memorial Paulo de Siqueira", onde encontra-se uma parte do acervo de obras e objetos do artista.

[98] DICIONÁRIO ONLINE MICHAELIS. **Desbravar**. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/desbravar/. Acesso em: 12 de maio de 2020.

[99] AGÊNCIA BRASIL. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-07/producao-de-alimentos-e-suficiente-mas-ainda-ha-fome-no-pais-diz. Acesso em: 12 de agosto de 2020.

[100] MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.

[101] GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

[102] GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e Ecologia: Crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

[103] SILVA, M. A. M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Unesp, 1999.

[104] FERNANDES, B. M. Agronegócio e Reforma Agrária In: XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2004, Gramado - RS. **Tradição x Tecnologia**: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

[105] STEDILE, João Pedro. Tendências do capital na agricultura. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil 7** – O debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

[106] Especialista em agronegócio e bioenergia, formou-se em engenharia agronômica pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (ESALQ-USP). É mestre em economia agrícola em Montpellier, na França, doutor pela FEA-USP. Foi colunista da "Folha de São Paulo" até o ano de 2019, onde escreveu o texto "Agricultura familiar vs agronegócio é uma falácia e um besteirol", a primeira de uma série de artigos sobre agricultura e agronegócio, publicados também em diversos outros sites.

[107] JANK, M. S. **Agricultura familiar vs agronegócio é uma falácia e um besteirol.** Disponível em: https://www.cnabrasil.org.br/artigos/agricultura-familiar-vs-agronegocio-e-uma-falacia-e-um-besteirol. Acesso em: 13 de março de 2020.

[108] Ibidem, n.p.

[109] Cf. a Lei N° 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos

fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

[110] GUILHOTO, J. J. M.; SILVEIRA, F. G.; ICHIHARA, S. M.; AZZONI, C. R. A importância do agronegócio familiar no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, Brasília, v.44, n.3, Jul/Set. 2006.

[111] VEIGA, J. E. da. **O desenvolvimento agrícola...** Op. cit.

[112] ABRAMOVAY, R. **Paradigmas...** Op. cit.

[113] "Através dessas obras [O Desenvolvimento Agrícola: Uma Visão Histórica, de José Eli da Veiga e Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão, de Ricardo Abramovay] vê-se como a configuração da moderna agricultura capitalista se apoiou numa forma social de trabalho e empresa específica que é a empresa familiar, contrariando assim duas tradições científicas e políticas muito fortes: a que sempre preconizou que o desenvolvimento generalizaria as unidades produtivas baseadas no uso exclusivo ou predominante de mão-de-obra assalariada, e que tem na obra clássica de Kautsky, A Questão Agrária, a principal referência; e também a que, inversamente, via a agricultura camponesa como modelo, tal como preconizado nas vertentes inspiradas em Alexander Chayanov. Enquanto Veiga demonstrou a articulação entre as formas familiares e o desenvolvimento do capitalismo avançado, Abramovay tomou a realidade desses mesmos países para proceder à distinção conceitual entre o significado da agricultura de base familiar e a agricultura camponesa" (FAVARETO, A. Prefácio. In.: ABRAMOVAY, R. **Paradigmas...** Op. cit. p. 11-12).

[114] JANK, M. S. **Agricultura familiar vs agronegócio é uma falácia e um besteirol.** Op. cit.

[115] FERNANDES, B. M. & MOLINA, M. C. O campo da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica; JESUS, Sônia M. A. de (Orgs). **Por uma educação do campo.** Brasília: 2004.

[116] CAUME, D. J. Agricultura familiar e agronegócio: falsas antinomias. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 1, p. 26 - 44, jan./abr. 2009, p. 28.

[117] ABRAMOVAY, R. **Paradigmas...** Op. cit.

[118] OLIVEIRA, A. U. de. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1994.

[119] PERTILE, N. **Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina.** Op. cit.

[120] Na direção da concepção de que a Peste Suína Africana (PSA) não existiu na proporção que foi disseminada, mas que tinha como intuito estimular os agricultores ao sistema de integração imposto pelas Agroindústrias, ver: VIANA, F. C. **História e memória da peste suína africana no Brasil, 1978-1984**: passos e descompassos. 2004. 171 f. Tese (Doutorado em Ciência Animal) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. No estudo, com base em depoimentos de criadores, técnicos, pessoas-chave e consultas a outras fontes documentais, conclui-se que a PSA somente existiu no município de Paracambi/RJ e que os casos observados no restante do país correspondiam a diagnósticos sorológicos falso-positivos.

[121] POLI, O. **Leituras em Movimentos Sociais**. Chapecó: Grifos, 1999. p. 68.

[122] PLÍNIO, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 19 de setembro de 2017, duração: 54 min. 34 seg.

[123] O assentamento 25 de Maio é denominado pelo INCRA como Sandra.

[124] ALBA, R. S. **A produção do espaço urbano de Chapecó-SC**. 1998. 223 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFSC.

[125] POLI, O. **Leituras em Movimentos Sociais**. Op. cit.

[126] D´ANGELIS, W. da R. **Para uma história dos índios do Oeste Catarinense**. Op. cit.

[127] POLI, O. **Leituras em Movimentos Sociais**. Op. cit.

[128] NELSON, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 26 de setembro de 2017, duração: 37 min. 59 seg.

[129] Para saber mais ver o documentário: OS HOMENS do Presidente (ou Plante que o João Garante). Direção: Luis Rufino. Rio de Janeiro/RJ: Embrafilme, 1984. 52 min. Disponível em: http://www.casadecinema.com/a-produtora/os-homens-do-presidente/. Acesso em: 14 de junho de 2020.

[130] A cadeia sucessória dominial é a relação dos proprietários de determinado imóvel rural desde a titulação original emanada do poder público até o último dono (atual proprietário).

[131] Os valores das tabelas, quando estiverem escritos no corpo do texto, sempre estarão arredondados para ficarem limitados a duas casas decimais após a vírgula.

[132] A partir de 1995, independentemente do tamanho, todas as classes de área decrescem em número e área ocupada.

[133] As informações fornecidas por Carlos foram adquiridas por meio de uma conversa realizada em sua casa, no dia 31 de outubro de 2017, sem gravação, anotadas em caderno de campo.

[134] CARINE, 2017; MARLENE, 2017; SANDRA, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 13 de setembro de 2017, duração: 1h. 13 min. 09 seg.

[135] A biografia envolvendo a trajetória familiar, infância, juventude, vida adulta e velhice, com destaque para o envolvimento do bispo Dom José Gomes em prol das lutas pelas causas sociais, foram retratadas por: GOBBO, A. **Dom José Gomes**: Escudo dos oprimidos. São Paulo: Paulinas, 2002, e também por UCZAI, Pedro (Org.). **Dom José Gomes**: mestre e aprendiz do povo. Chapecó: Argos, 2002.

[136] PAIM, E. A. Aspectos da constituição histórica da região Oeste de Santa Catarina. **SAECULUM – Revista de História**, João Pessoa, 14, p. 121-138, Jan./Jun. 2006. p. 135.

[137] Convém destacar que, apesar da denominação de "reserva indígena", a Serrinha é reconhecida como uma área de ocupação tradicional, pois ela é fruto de um aldeamento criado 1847 e demarcado em 1856, o qual viria a sofrer constantes perdas ao longo do século XIX, até que, entre 1911-12, o restante dessa área seria divida para a criação de duas reservas indígenas, a Nonoai, com 34.908 ha, e a Serrinha, com 11.950 ha. Para saber mais sobre o processo de constituição da reserva indígena Serrinha, ver: SIMONION, L.T.L. Visualização: Estado expropria e domina povo Guarani e Kaingang. **Caderno do Museu**. Ijuí: Museu Antropológico "Diretor Pestana" - Fidene, n. 9, p. 1-44. 1980.

Sobre a distinção entre as modalidades de terras indígenas, ver a nota nº 148.

[138] Para saber mais, ver: ARESI, C. **Transformações culturais e território:** o Kaingang da Reserva Indígena de Serrinha/RS. 2008. 169f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

139 Ver nota nº 72.

[140] "O marco inicial deste processo, verdadeiro mito de origem da 'luta indígena' no sul do Brasil, foi a expulsão de três mil agricultores ocupantes da Terra Indígena de Nonoai, no Rio Grande do Sul. Num período de cinco dias os Kaingang de Nonoai, com o apoio dos Kaingang de outras terras indígenas (notadamente Xapecó/SC e Mangueirinha/PR), queimaram as sete escolas rurais construídas pela prefeitura da cidade vizinha à T.I. e, armados com porretes, arcos e flechas, lanças e algumas armas de fogo, expulsaram os agricultores que ocupavam suas terras. A expulsão dos colonos da T.I. Nonoai foi

o primeiro grande movimento de retomada de terras empreendido pelos Kaingang. Em 1978, cerca de setecentos colonos foram expulsos da T.I. Xapecó, em Santa Catarina; outros quinhentos foram expulsos da T.I. Manguerinha no Paraná" (FERNANDES, R. C. Notícia sobre os processos de retomada de Terras Indígenas Kaingang em Santa Catarina. **Revista de Antropologia - UFPR**. Campos 4: 195-202, 2003, p. 195).

[141] No mês de maio de 1978, os índios Kaingang da reserva indígena de Nonoai, que vinham lutando desde 1974, contando com o apoio do Conselho Indigenista Missionário - CIMI, expulsaram 1.800 famílias de colonos de suas terras. Entre as alternativas para as famílias expulsas, estavam: 1) migrar para os projetos de colonização da Amazônia; 2) tornar-se assalariados de empresas agropecuárias ou de indústrias, migando para as cidades, e 3) lutar pela terra no Estado do Rio Grande do Sul. Muitos, sem trabalho, acamparam nas margens de estradas e, posteriormente, tomaram a decisão de ocupar fazendas (FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro:** formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979 –1999). 1999. 318f. Tese (Doutorado em Geografia) – USP, p. 40-41).

[142] TERRAS INDÍGENAS DO BRASIL. **Terra Indígena Xapecó**. Disponível em: https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3906. Acesso em: 10 de outubro de 2020.

[143] PORTAL KAINGANG. **Relação das aldeias**. Op. cit.

[144] D´ANGELIS, W. da R. Para uma história dos índios do Oeste Catarinense. Op. cit.

[145] Vasta documentação sobre o episódio, bem como outros que abordam a atuação política da igreja católica em Chapecó nas décadas de 1970 e 1980, são tema de: SILVA, T. A. da. **A práxis política da Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC (1970 e 1980)**. Erechim/RS: All Print, 2018.

[146] TERRAS INDÍGENAS DO BRASIL. Terra Indígena Toldo Chimbangue. Disponível em: https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3878. Acesso em: 09 de outubro de 2020.

[147] Idem. Terra Indígena Toldo Chimbangue II. Disponível em: https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/4128. Acesso em: 09 de outubro de 2020.

[148] Existem quatro modalidades de Terras Indígenas: 1) Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas; 2) Reservas Indígenas; 3) Terras Dominiais; e 4) Interditadas. No caso das reservas indígenas, é utilizada a seguinte designação: "São terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, que se destinam à posse permanente dos povos indígenas. São terras que também pertencem ao patrimônio da União, mas que não se confundem com as terras de ocupação tradicional. Além disso, vale destacar que existem reservas indígenas, que foram reservadas pelos Estados-membros, principalmente durante a primeira metade do século XX , mas que hoje são reconhecidas como de ocupação tradicional" (FUNADAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). **Modalidades de terras indígenas**. Disponível em: http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas. Acesso em: 09 de outubro de 2020).

Sobre o caso das reservas indígenas que são reconhecidas como de ocupação tradicional, ver nota nº 137.

[149] FERNANDES, R. C. Notícia sobre os processos... Op. cit.

[150] TERRAS INDÍGENAS DO BRASIL. Reserva Indígena Aldeia Kondá. Disponível em: https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/4115. Acesso em: 09 de outubro de 2020.

[151] POLI, O. **Leituras em Movimentos Sociais**. Op. cit.

[152] Parte dos sermões do bispo Dom José Gomes, de 1975 a 1992, foram organizados no livro: LOVERA, C.; STÜLP, C.; ORO, I.; FRANCISCO, D. M.; CARBONERA, M. (Org.). **Sermões do Bispo Dom José Gomes**. Florianópolis: Premier, 2013.

[153] A alteração da nomenclatura, em 2004, explica-se: "pelo fato de que o termo camponês englobaria

a heterogeneidade de identidades de mulheres que representam o campesinato, sejam as agricultoras, as assalariadas rurais, as pescadoras ou as extrativistas, bem como a associação entre as atividades de subsistência e comercialização que envolve a categoria camponês em torno do trabalho familiar e à produção de alimentos" (BONI, V. Movimento de Mulheres Camponesas: um movimento camponês e feminista. **Revista Grifos**, Chapecó, N. 34/35, p. 67-88. 2013, p. 70).

[154] Uma das metas do MMC é a recuperação das sementes crioulas como patrimônio dos povos e a serviço da humanidade. Nesta defesa, este ano (2020) lançaram campanha nacional intitulada "Sementes de Resistência", com o lema "Camponesas semeando a esperança, tecendo transformação".

[155] "Pitanga Rosa, está localizada na Linha Faxinal dos Rosas, comunidade rural do município de Chapecó, SC. É coordenada pela Associação Pitanga Rosa, constituída por mulheres e suas famílias com a finalidade de resgatar e preservar, a partir de um trabalho voluntário e coletivo, as sementes e mudas crioulas, para cultivo e processamento de plantas medicinais. Além disso, conscientizar da importância da alimentação saudável e do uso da fitoterapia para prevenção e tratamento das doenças e produção de alimentos livres de agrotóxicos. A formação dessa TS partiu da iniciativa de um grupo de mulheres que na sua maioria, tiveram militância no Movimento Mulheres Camponesas" (ASSOCIAÇÃO PITANGA ROSA. Resumo. Disponível em: https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/pitanga-rosa-agroecologia-saude-e-qualidade-de-vida. Acesso em: 16 de junho de 2020).

[156] Alda, 2017. Entrevista citada.

[157] MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC). **Lutas**. Disponível em: http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/47. Acesso em: 15 de junho de 2020.

[158] PEIXER, Z. I. **Utopias de progresso**: ações e dilemas na localidade de Itá frente a uma hidrelétrica. 1993. 166f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 110 p.

[159] DIOCESE DE CHAPECÓ. **História da paróquia de São Pedro Apóstolo – Itá**. Disponível em: http://diocesechapeco.org.br/paroquias#ita. Acesso em: 10 de outubro de 2020.

[160] BIANCA, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 07 de novembro de 2017, duração: 53 min. 27 seg.

[161] Frente de Massa é a denominação dada ao grupo de pessoas que dialoga com as famílias com potencial a serem assentadas e as convida para participarem das ocupações.

[162] SCHREINER, Davi F. **Entre a exclusão social e a utopia**: Um estudo sobre os assentados rurais. Curitiba: CRV, 2016. p. 179.

[163] "Em 1984, os trabalhadores rurais que protagonizavam essas lutas pela democracia da terra e da sociedade se convergem no 1° Encontro Nacional, em Cascavel, no Paraná. Ali, decidem fundar um Movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país" (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Surge o MST**. Disponível em: http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86. Acesso em: 12 de setembro de 2019).

[164] FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão popular, 2008, concebe o território enquanto uma totalidade, porém não una. Assim, segundo o autor, é preciso falar em territórios que, como criações humanas, estão em constantes conflitualidades. Nesta perspectiva, compreende o MST como um movimento socioterritorial que, ao lutar pela terra, luta por um determinado tipo de território: o território campesino.

[165] MARTINS, José de Souza. **O sujeito oculto**... Op. cit. p. 10.

[166] MST. **Gênese e Desenvolvimento do MST**. Caderno de Formação nº 30, 1998. p. 25.

[167] MELO, C. D. de. A ocupação da Fazenda Burro Branco: história, memória e posições – 1980. **Cadernos do CEOM:** Bens culturais e ambientais, Chapecó, v. 21, n. 29, p. 207-229. 2008.

[168] Ibidem, p. 112.

[169] As operações foram detalhadamente descritas por: LISBOA, Teresa Kleba. **O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Oeste Catarinense – um novo Movimento Social**. 1987. 289f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFSC, Florianópolis.

[170] POLI, O. **Leituras em Movimentos Sociais**. Op. cit. p. 114.

[171] PAIM, E. A.; SIQUEIRA, G. H. de. CPT e MST: formação e ocupação no Oeste Catarinense. Op. cit. p. 53. Em memória ao episódio de ateamento de fogo à ponte e em frente dessa, posteriormente foi construído um monumento denominado "Fogo na Ponte".

[172] MAGALI, 2017; SÉRGIO, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 24 de outubro de 2017, duração: 1h. 23 min. 56 seg.

[173] Rabo de Galo - São Miguel do Oeste; Entre Rios - São Miguel do Oeste; Santa Rosa I - Abelardo Luz; Parolim – Itaiópolis; Santa Rosa II - Abelardo Luz; Papuan - Abelardo Luz; Derrubada - Ponte Serrada; Sandra - Abelardo Luz; Barra Escondida - São José do Cedro; Jacutinga - São Miguel do Oeste; Lageado Grande - São José do Cedro.

[174] Os assentamentos União da Vitória e Vitória da Conquista são denominados pelo INCRA, respectivamente, como Faxinal dos Domingues I e Faxinal dos Domingues II.

[175] O assentamento Conquista na Fronteira é denominado pelo INCRA como Tracutinga.

[176] MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Em SC, Sem Terra comemoram 30 anos de luta coletiva no Assentamento Conquista da Fronteira.** Disponível em: https://mst.org.br/2018/06/23/em-sc-sem-terra-comemoram-30-anos-de-luta-coletiva-no-assentamento-conquista-da-fronteira/. Acesso em: 12 de dezembro de 2019.

[177] A data escolhida para a ocupação, foi uma forma de rememorar os 300 anos da morte do líder quilombola "Zumbi dos Palmares", símbolo de luta e resistência para o MST.

[178] CÉLIA, 2017; INÁCIO, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 07 de novembro de 2017, duração: 34 min. 03 seg.

[179] Inácio, 2017. Entrevista citada.

[180] Inciso I do Art. 19-A da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

[181] Sobre relações com ocupações e assentamentos no Oeste Catarinense, os entrevistados dividem-se em 4 grupos: 1. Filho de assentados: em Abelardo Luz (Nelson, Plínio, Inês); em Passos Maia (Célia, Inácio e Neide); 2. Assentado em outros locais: (Raquel, Bianca, Helena, casal Sérgio e Magali, casal Vera e Mário); 3. Passou por outros acampamentos, sem ser assentado: (Marlene, Roberto, Jorge, Sandra, Carine); 4. Residiu em assentamentos sem ser o beneficiário: Olga (nas terras de um tio), Jorge (trocou um terreno em Xaxim por um lote), Ana (filha de Jorge).

[182] Segundo dados fornecidos pelo INCRA, o Oeste Catarinense compreende 94 assentamentos. Pelos dados fornecidos apenas temos conhecimento sobre: Superintendência Regional, Código do Projeto de assentamento, Nome do assentamento, Código do IBGE, Município, Capacidade, Famílias Assentadas, Área do Projeto de Assentamento, Data de Criação. Entretanto, não temos informações sobre sua origem, ou seja, se é resultado da luta do MST para sua criação. Sendo assim, apesar de 94 assentamento criados ou reconhecidos pelo INCRA, não temos a exatidão de quantos estão relacionados à luta pela terra impulsionada pelo Movimento.

[183] As modalidades de assentamentos ligados ao INCRA divide-se em dois grupos: "Modalidades de Projeto criados pelo INCRA atualmente" e "Modalidades de áreas reconhecidas pelo INCRA". Do primeiro grupo fazem parte: o Projeto de Assentamento Federal (PA), o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), o Projeto de Assentamento Florestal (PAF), o Projeto de Assentamento Casulo (PCA) e o Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável (PDAS). Formam o segundo grupo: Projeto de Assentamento Estadual (PE), Projeto de Assentamento Municipal (PAM), Programa Nacional de Crédito Fundiário (antigo Programa Cédula da Terra) (PCT), Reservas Extrativistas (RESEX), Território Remanescentes Quilombola (TRQ), Reconhecimento de Assentamento de Fundo de Pasto (PFP), Projeto de Reassentamento de Barragem (PRB), Floresta Nacional (FLONA) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS).

[184] É um jornal diário, fundado em Passo Fundo/RS no ano de 1935. No ano de 1979, foi inaugurado em Chapecó. Hoje, é impresso em Passo Fundo/RS, Carazinho/RS e Erechim/RS.

[185] MST invade fazenda no interior de Chapecó. **Diário da Manhã**, Chapecó-SC, 24 abr. 2002. Geral, p. 3.

[186] Diário da Manhã, 24/04/2002. Documento citado.

[187] Otávio, 2017. Entrevista citada.

[188] Idem.

[189] Diário Catarinense, 24/02/2002. Documento citado.

[190] Diário da Manhã, 24/02/2002. Documento citado.

[191] ISABELA, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 13 de setembro de 2017, duração: 1h. 19 min. 22 seg.

[192] Idem.

[193] O Verde Vida é uma Organização Não Governamental (ONG) que atua, desde 1994, no município de Chapecó, desenvolvendo trabalho social nas áreas educacional e ambiental.

[194] Após 15 dias do início da ocupação, os acampados do DJG organizaram-se para constituir uma escola. A luta pela escola itinerante denominada "Milton Santos", bem como, seu funcionamento, foi retratado no artigo: CARVALHO, J. I. S. L. de; BASTIANI, T.M. de. Memórias da Luta pela educação do campo: acampamento Dom José Gomes de Chapecó-SC. In.: BROCARDO, D.; DEBIASI, R. E.; ORBEN, T. A. **Terra e Memórias**: Vivências, conflitos e conquistas no(s) rural(is) do Brasil. Porto Alegre: Fi, 2018.

[195] SEM-TERRA ocupam duas fazendas no Oeste. **A notícia**, Joinville-SC, 24 abr. 2002. Geral, p. A9.

[196] ALBERTO, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 13 de setembro de 2017, duração: 55 min. 39 seg.

[197] Diário Catarinense, 24/02/2002. Documento citado.

[198] Diário da Manhã, 24/02/2002. Documento citado.

[199] A notícia, 24/02/2002. Documento citado.

[200] SILVA, J. G. da, 1996, p. 114-123 apud MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001. p. 132.

[201] Otávio, 2017. Entrevista citada.

[202] A notícia, 24/02/2002. Documento citado.

[203] Otávio, 2017. Entrevista citada.

[204] A Notícia, 24/02/2002. Documento citado.

[205] Trata-se do Parágrafo 6º do Art. 2º da lei 8.629 de 1993, incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56/2001 que define que: "§ 6º O imóvel rural de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência; e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o descumprimento dessas vedações".

[206] A notícia, 24/02/2002. Documento citado.

[207] Diário da Manhã, 24/02/2002. Documento citado.

[208] A notícia, 24/02/2002. Documento citado.

[209] Ibidem.

[210] Diário Catarinense, 24/02/2002. Documento citado.

[211] Alberto, 2017. Entrevista citada.

[212] POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212. 1992, p. 02.

[213] PORTELLI, A. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto História.** São Paulo, v. 10, p. 41-58, dez. 1993. p. 43-44.

[214] Foi um jornal com periodicidade de 3ª a 6ª feira e sábado, domingo e segunda em Edição conjunta, fundado em Quilombo, em 2001. Segundo uma moradora do município. Pertencia ao também seu fundador, Américo Pedroso.

[215] PEDROSO, Américo. MST. **Folha A verdade**, Quilombo/SC, 24 mai. 2003. Política/Tiro Livre, p. 3.

[216] CHALHOUB, S.; SILVA, F. T. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, v. 14, n. 26, p. 11-50, 2009.

[217] PAOLI, M. C.; SADER, E.; TELLES, V. S. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. **Revista Brasileira de História**, vol. 3, nº 6, p. 129-149, 1983.

[218] Ibidem, p. 130.

[219] ROCHA, D.; RIBEIRO, V. N. da S. Ocupando os editoriais: representações do MST no Jornal Diário da Manhã no Oeste Catarinense (1985 – 1989). **Fronteiras:** Revista Catarinense de História [on-line], Florianópolis, n.22, p.54-73, 2013.

[220] Ibidem, p. 72.

[221] SOUZA, E. F. de. **Do silêncio à satanização**: o discurso da veja e o MST. São Paulo: Annablume, 2004.

[222] Ibidem, p. 121 apud Revista Veja, 1998, edição nº 1549, p.42.

[223] ADEMAR, 2017; SALETE, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 31 de outubro de 2017, duração: 1h. 02 min. 52 seg.

[224] Salete, 2017. Entrevista citada.

[225] Ademar, 2017. Entrevista citada.

[226] GERALDO, 2017; INÊS, 2017; NEDA, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-

-SC: 24 de outubro de 2017, duração: 1h. 15 min. 17 seg.

[227] Idem.

[228] Quanto a saúde, enquanto os indígenas tem seu próprio posto de saúde, os moradores da Água Amarela e os assentados tem atendimento médico no posto do Bairro Universitário. Entre os problemas de saúde dos moradores do assentamento, desde crianças até idosos, foram destacados: problemas de coluna, hérnia de disco, câncer de próstata, alergia, pressão alta, artrite, artrose, câncer de mama, retardo no crescimento, leucemia, fratura óssea, utilização de marca-passo; problemas cardíacos; epilepsia.

[229] No que diz respeito ao acesso ao ensino formal, após o fechamento da escola "Milton Santos", as crianças e adolescentes do assentamento passaram a frequentar duas escolas: 1) a Escola Básica Municipal Água Amarela (Anos iniciais e finais do Ensino Fundamental), uma escola considerada do campo e distante uns 2 km do assentamento, onde também estudam os demais moradores da Água Amarela e alguns indígenas – apenas àqueles que por algum desacordo interno realizam esta opção, pois dentro da reserva Aldeia Kondá existem duas escolas: Escola Indígena de Ensino Fundamental - EIEF Sape Ty Ko (Ensino fundamental inicial e final e EJA) e o Centro de Educação Infantil Municipal - CEIM Sãpe TyKó Si (Educação Infantil); 2) Escola de Educação Básica São Francisco (Ensino Médio), localizada no bairro Seminário, uma escola urbana e distante uns 7 km do assentamento, onde também estudam os demais moradores da Água Amarela e os indígenas que optam em realizar o Ensino Médio, visto que na reserva não se oferece esta etapa.

[230] Alda, 2017. Entrevista citada.

[231] GIRELLI, L.S. Discursos contra Lula e o PT: expressões do ódio no cenário político brasileiro no pré-impeachment de Dilma Rousseff. **Revista Idealogando**, Recife, v. 2, n. 2, p. 27-47. 2018.

[232] A palavra aporofobia é formada a partir de dois radicais gregos, ἄπορος [á-poros], que significa sem póros ou sem saída, e por φόβος [fobos], que se refere a medo, terror, pavor. Assim, o conceito de aporofobia vem designar justamente o medo ou pavor relacionado aos sem saída, aos sem recursos, enfim, aos pobres (MOURA, G. de. **Radicais gregos e latinos do português**. Vitória: EDUFES, 2007. p. 85 e 353).

[233] GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987. p. 15.

[234] Salete, 2017. Entrevista citada.

[235] Algumas, pois, geralmente, não há lugar para todos. Então, seguindo alguns critérios, há uma escolha, enquanto os demais se direcionam a outros locais, isto quando não desistem do sonho da conquista da terra. Quanto à questão do critério de escolha, deve ser observado o Art. 19-A da lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que determina o seguinte: "Caberá ao INCRA, observada a ordem de preferência, classificar os candidatos a beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, segundo os seguintes critérios: I - família mais numerosa cujos membros se proponham a exercer a atividade agrícola na área objeto do projeto de assentamento; II - família ou indivíduo que resida há mais tempo no Município em que se localize a área objeto do projeto de assentamento para o qual se destine a seleção, ou nos Municípios limítrofes; III - família chefiada por mulher; IV - família ou indivíduo integrante de acampamento situado no Município em que se localize a área objeto do projeto de assentamento ou nos Municípios limítrofes; V - filhos que tenham entre dezoito e vinte e nove anos idade de pais assentados que residam na área objeto do mesmo projeto de assentamento; VI - famílias de trabalhadores rurais que residam em área objeto de projeto de assentamento na condição de agregados; e VII - outros critérios sociais, econômicos e ambientais estabelecidos por regulamento, de acordo com as áreas de reforma agrária para as quais a seleção é realizada" (Lei nº 8.629/93 – Redação dada pela Lei nº 13.465/2017).

[236] Processo nº 54210.000790/2006-81. Documento encaminhado ao Superintendente Regional do INCRA, João Paulo Lajus Strapazzon, assinado pelo casal Olga e João Roman, datado em 05 de maio de 2006.

[237] Idem. Mandado de Reintegração de Posse. "O (A) Doutor(a) Rogério Carlos Demarchi, Juiz de Direito da(o) 3ª Vara Cível, da Comarca de Chapecó, na forma da lei, etc. Manda o Senhor Oficial de Justiça que, em cumprimento ao presente, (...), efetue a reintegração de posse em favor dos autores".

[238] Idem. Ato de Reintegração de Posse. "Aos sete dias do mês de novembro de dois mil e cinco (...) dirigi-me [Fabio Baldissera, Oficial de Justiça] ao local indicado e após as formalidades legais, procedi a Reintegração de Posse".

[239] É um jornal diário, fundado em Chapecó, em 1997, e em circulação até o presente. Pertence ao grupo RedeComSC.

[240] PROPRIETÁRIO de Fazenda invadida contesta justiça. **Diário do Iguaçu**, Chapecó-SC, 28/29 set. 2002. Geral.

[241] Processo nº 54210.000790/2006-81. Oferta de venda realizada pelo casal Olga e João Roman.

[242] Idem. MEMO/INCRA/SR(10)GAB/Nº2036.–

[243] Idem. INFORMAÇÃO/INCRA/CGA/Nº452/2006.

[244] Art. 2º, III, da Lei nº 4.132/62.

[245] Processo nº 54210.000790/2006-81. MEMO/INCRA/SR(10)GAB/Nº2036.–

[246] DIDIER JÚNIOR, F. A função social da propriedade e a tutela processual da posse. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). **Revista de Processo**, v.33, n. 161. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, julho/2008, p. 9-20. p. 10.

[247] Art. 186 da CF.

[248] Ibidem. –

[249] Processo nº 54210.000790/2006-81. OFÍCIO/INCRA/SR(10) encaminhado a João Roman em 19 de julho de 2006.

[250] Idem. MEMO/INCRA/SR(10)GAB/Nº2036.—

[251] "O grau de utilização da terra, para efeito do caput deste artigo, deverá ser igual ou superior a 80% (oitenta por cento), calculado pela relação percentual entre a área efetivamente utilizada e a área aproveitável total do imóvel" (§ 1º do Art. 6º da Lei nº 8.629/93).

[252] "O grau de eficiência na exploração da terra deverá ser igual ou superior a 100% (cem por cento), e será obtido de acordo com a seguinte sistemática: I - para os produtos vegetais, divide-se a quantidade colhida de cada produto pelos respectivos índices de rendimento estabelecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, para cada Microrregião Homogênea; II - para a exploração pecuária, divide-se o número total de Unidades Animais (UA) do rebanho, pelo índice de lotação estabelecido pelo órgão competente do Poder Executivo, para cada Microrregião Homogênea; III - a soma dos resultados obtidos na forma dos incisos I e II deste artigo, dividida pela área efetivamente utilizada e multiplicada por 100 (cem), determina o grau de eficiência na exploração" (§ 2º do Art. 6º da Lei nº 8.629/93).

[253] Diário Catarinense, 24/02/2002. Documento citado.

[254] Diário da Manhã, 24/02/2002. Documento citado.

[255] Otávio, 2017. Entrevista citada.

[256] Processo nº 54210.000790/2006-81. Relatório de Vistoria IBAMA.

[257] Idem. INFORMAÇÃO/INCRA/CGA/Nº452/2006.

[258] Idem. Relatório Agronômico de Fiscalização.

[259] Ibidem.

[260] RUTE, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 08 de novembro de 2017, duração: 50 min. 01 seg.

[261] Ver nota nº 27.

[262] Informações obtidas do Processo nº 2009.72.02.001873-1 (data de autuação 26/06/2009 com baixa definitiva em 29/08/2012 devido a digitalização do processo) que passou a tramitar a partir de 19/04/2012, após registro no Sistema e-Proc, exclusivamente na forma eletrônica nº 50030093820124047202.

[263] Rute, 2017. Entrevista citada.

[264] O direito do casal em ser assentado é garantido pelo Inciso II do Art. 19 da Lei Nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que define a ordem de preferência na distribuição dos lotes: "Art. 19. O processo de seleção de indivíduos e famílias candidatos a beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária será realizado por projeto de assentamento, observada a seguinte ordem de preferência na distribuição de lotes: I - ao desapropriado, ficando-lhe assegurada a preferência para a parcela na qual se situe a sede do imóvel, hipótese em que esta será excluída da indenização devida pela desapropriação; II - aos que trabalham no imóvel desapropriado como posseiros, assalariados, parceiros ou arrendatários, identificados na vistoria; III - aos trabalhadores rurais desintrusados de outras áreas, em virtude de demarcação de terra indígena, criação de unidades de conservação, titulação de comunidade quilombola ou de outras ações de interesse público; IV - ao trabalhador rural em situação de vulnerabilidade social que não se enquadre nas hipóteses previstas nos incisos I, II e III deste artigo; V – ao trabalhador rural vítima de trabalho em condição análoga à de escravo; VI - aos que trabalham como posseiros, assalariados, parceiros ou arrendatários em outros imóveis rurais; VII - aos ocupantes de áreas inferiores à fração mínima de parcelamento" (Lei nº 8.629/93 – Redação dada pela Lei nº 13.465/2017).

[265] Sentença do processo nº 2009.72.02.001873-1/nº 50030093820124047202. Ao longo do processo, o INCRA recorreu diversas vezes em sentido contrário ao assentamento do casal, mas a decisão da sentença foi a que prevaleceu.

[266] Processo nº 54210.000790/2006-81. INFORMAÇÃO CGA Nº 490/2007.

[267] "A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição" (Inciso XXIV do Art. 5º da Constituição Federal).

[268] Cf. Art. 184 da Constituição Federal regulamentado pela Lei nº 8629/93, a desapropriação do imóvel que não cumpre a função social, além de ser uma competência somente da união, implica na "prévia e justa indenização em Títulos da Dívida Agrária", com exceção das benfeitorias "úteis e necessárias que [serão] indenizadas em dinheiro" (Art. 184 da CF).

[269] TRECCANI, G. D. O Título de posse e a legitimação de posse como formas de aquisição da propriedade. **Revista da Procuradoria Geral do Estado do Pará**. Belém, n. 20, p. 121-158, 2009. p. 123.

[270] Processo nº 54210.000790/2006-81. Histórico Dominial.

[271] Idem. INFORMAÇÃO/INCRA/CGA/Nº452/2006.

[272] Ibidem.

[273] Revogada pelas Instruções Normativas Nº/2008 e Nº 63/2010.

[274] GAIGER, J. M. G. **Toldo Chimbangue**. Op. cit.

[275] Processo nº 54210.000790/2006-81. INFORMAÇÃO/CPALNP/Nº 16/2007.

[276] Ibidem.

[277] TRECCANI, G. D. O Título de posse... Op. cit. p. 128.

[278] Processo nº 54210.000790/2006-81. INFORMAÇÃO CGA Nº 490/2007.

[279] Cf. versão de um parente próximo do casal Olga e João Roman (este último falecido há 2 anos), bem como do INCRA, a indenização da fazenda Seringa/Paraíso ainda segue sem solução. O primeiro alega que João Roman faleceu sem nada receber, o segundo que o tema segue na justiça, sem decisão final. Tal situação, implica diretamente na titulação a ser fornecida a cada família beneficiária, pois no momento o INCRA apenas tem a posse, mas não o domínio da área.

[280] GAIGER, J. M. G. **Toldo Chimbangue**. Op. cit. p. 13.

[281] Questionamentos referentes ao título Campina do Gregório, seguem sem respostas, tais como: Quais as motivações da anulação do título em 1892? Após a anulação, qual passou a ser a sua nova delimitação? A colonizadora Bertaso comprou apenas parte da nova delimitação do título ou foi na íntegra? Caso tenha sido na íntegra, a quem passou a pertencer a área da fazenda Seringa/Paraíso localizada fora do título Barra Grande, após a anulação de 1892?

[282] PROPRIETÁRIO de Fazenda invadida contesta justiça. **Diário do Iguaçu**. Op. cit.

[283] Otávio, 2017. Entrevista citada.

[284] IRENE, 2017; PAULO, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 19 de setembro de 2017, duração: 1h. 05 min. 44 seg.

[285] Plínio, 2017. Entrevista citada.

[286] Ademar, 2017. Entrevista citada.

[287] INCRA. **Livro Branco da Grilagem de Terras no Brasil**. Ministério da Política Fundiária e do desenvolvimento agrário, 1999.

[288] Paulo, 2017. Entrevista citada.

[289] Processo nº 54210.000790/2006-81. Boletim de Ocorrência. Obs.: Mantemos o texto na íntegra, inclusive com os erros ortográficos.

[290] PDA. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Dom José Gomes**. Convênio INCRA/ COOPTRASC n° 627.837, Cooperativa dos trabalhadores da reforma agrária de Santa Catarina. INCRA: SR-10/SC. Chapecó/SC, out. 2009.

[291] ACAMPAMENTO recebe cestas básicas do governo. **Diário do Iguaçu**, Chapecó-SC, 27 mai. 2003.

[292] HELENA, 2017; ROBERTO, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 17 de outubro de 2017, duração: 1h. 20 min. 23 seg.

[293] Idem.

[294] REGINA, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 04 de novembro de 2017, duração: 1h. 07 min. 58 seg.

[295] BEATRIZ, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 17 de outubro de 2017, duração: 31 min. 20 seg.

[296] Ana, 2017. Entrevista citada.

[297] Regina, 2017. Entrevista citada.

[298] ESTERCI, N. Roças comunitárias: projetos de transformação e formas de luta. In: ESTERCI, N., org. **Cooperativismo e coletivização no campo**: questões sobre a prática da Igreja Popular no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

[299] Isabela, 2017. Entrevista citada.

[300] Idem.

[301] "Cada acampamento deve ter uma organização própria, obedecendo em termos gerais às seguintes instâncias: uma comissão central de representação do acampamento, que terá o poder de representatividade e encaminhamento das questões políticas da luta, dentro do acampamento. E serão organizadas equipes de trabalho para a elaboração do funcionamento do acampamento, como: equipe de formação, de alimentação, de limpeza, da água, do trabalho, da oração, das mulheres, e tantas quantas equipes forem necessárias para seu bom funcionamento; todos os membros da Comissão Central e das equipes deverão ser eleitos pelas comunidades do acampamento; cada acampamento deve organizar suas próprias leis, mas no conjunto de leis devem constar as seguintes obrigatoriedades, como parte das normas do Movimento: a) É proibida a bebida alcoólica no acampamento; b) É proibido explorar economicamente qualquer companheiro no acampamento; c) É proibida a prática de jogos de azar por dinheiro; d) Os praticantes dessas irregularidades, bem como de qualquer outra ilegalidade já condenada pela sociedade brasileira, em suas leis, concernentes à moral e aos bons costumes, serão imediatamente expulsos do acampamento. A direção e as equipes de cada acampamento devem-se preocupar e zelar para que todos participem de todas as atividades e, buscar desenvolver atividades produtivas de forma permanente, desde o primeiro dia; qualquer recurso financeiro que chegar ao acampamento na forma de doação, por pessoas ou entidades, não poderá ser dividido entre as famílias, mas aplicado em bens indivisíveis que interessam a todas as famílias; somente poderão ser distribuídos individualmente às famílias, alimentação, roupas, calçados e remédios, após definição, por todas as comissões do acampamento, de critérios e prioridades; cabe à Comissão Central, junto com representantes da Executiva Estadual do Movimento, o poder de representatividade do acampamento junto às autoridades constitutivas do Estado; qualquer membro que se sentir prejudicado, deve recorrer às instâncias internas do acampamento. Qualquer atitude de algum membro de denúncia pública em meios de comunicação social, comprovadamente infundada, e que visam denegrir a luta dos acampados, será motivo para expulsão imediata do acampamento" (MST. **Normas gerais do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Secretaria Nacional, 1988).

[302] Moisés, 2017. Entrevista citada

[303] Idem.

[304] VENDRAMINI, C. R. A Experiência Coletiva como Fonte de Aprendizagens nas Lutas do Movimento Sem Terra no Brasil. **Revista Lusófona de Educação**, n. 6, p. 67-80, 2005.

[305] No começo, às famílias reuniram-se em um mesmo local, próximo de onde hoje é o centro comunitário. No decorrer do tempo, foram espalhando-se na área o que, entretanto, não ocorreu ao mesmo tempo, pois não havia um consenso entre os 3 núcleos de famílias sobre o melhor momento de tal feito. O núcleo 3 decidiu, em torno de 2006, mediante o argumento de cansaço e desânimo da espera, que espalhar-se na área era a melhor alternativa e, assim, projetou na ocupação de parte maior da área da fazenda uma forma de pressionar para a desapropriação. Entretanto, tal iniciativa não foi aprovada, nem acompanhada pelos núcleos 1 e 2, que permaneceram unidos em um único local. Com isto, não conseguimos precisar um momento exato em que todas as famílias chegaram a seus respectivos lotes, sendo esta uma decisão coletiva, mas não mais considerando o todo do acampamento, mas sim o todo do núcleo a que pertenciam.

[306] Uma das grandes preocupações que permeia qualquer acampamento é quanto à segurança do local. Assim, estabeleceram uma guarita na entrada do local que funcionava às 24 horas do dia, por onde ninguém entrava sem ser conhecido.

[307] Ver nota nº 194.

[308] Nelson, 2017. Entrevista citada.

[309] Ana, 2017. Entrevista citada.

[310] Os núcleos criados ainda permanecem os mesmo na atualidade.

[311] O Programa Fome Zero foi lançado em 2003, durante o governo Lula, com o objetivo de erradicar a fome e assegurar o direito à alimentação de qualidade no Brasil.

[312] Diário do Iguaçu, 27/05/2003. Documento citado.

[313] EDNA, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 07 de novembro de 2017, duração: 42 min. 11 seg.

[314] LÍGIA, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 08 de novembro de 2017, duração: 37 min. 49 seg.

[315] Moisés, 2017. Entrevista citada.

[316] Alberto, 2017. Entrevista citada.

[317] Edna, 2017. Entrevista citada.

[318] Alberto, 2017. Entrevista citada.

[319] Plínio, 2017. Entrevista citada.

[320] INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Acesso à terra**. Disponível em: http://www.incra.gov.br/acesso-terra. Acesso em: 02 de setembro de 2018.

[321] Nelson, 2017. Entrevista citada.

[322] Idem.

[323] FRANCISCO, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 05 de setembro de 2017, duração: 1h. 18 min. 29 seg.

[324] HORÁCIO, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 24 de OUTUBRO de 2017, duração: 52 min. 00 seg.

[325] Otávio, 2017. Entrevista citada.

[326] Edna, 2017. Entrevista citada.

[327] Francisco, 2017. Entrevista citada.

[328] MST mantém ocupação na sede do Incra em Chapecó. **A notícia**, Joinville-SC, 20 ago. 2008.

[329] MST invade sede regional do Incra em Chapecó. **Diário Catarinense**, Florianópolis-SC, 19 ago. 2008.

[330] A notícia, 20/08/2008. Documento citado.

[331] MST distribui alimentos em Chapecó. **A notícia**, Joinville-SC, 21 ago. 2008.

[332] "Soberania Alimentar é o direito que cada povo, que cada comunidade possui de planejar e produzir seus próprios alimentos. Ou seja, é a independência total da regiões e dos países para produzir o que as populações locais necessitam e desejam consumir. Sem depender, por exemplo, de sementes produzidas pelas empresas transnacionais, e dos pacotes tecnológicos para agricultura" (MST. **Agroecologia, soberania alimentar e cooperação**. Coleção Sempre é tempo de aprender (caderno nº 2), 2010, p. 65).

[333] A notícia, 21/08/2008. Documento citado.

[334] BRASIL. Decreto de 09 de setembro de 2008. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel denominado Fazenda Seringa, situado no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

[335] O acesso à luz se deu por meio do "Luz para todos", um programa lançado em 2003 com o objetivo de levar o acesso à energia elétrica para pessoas do meio rural.

[336] Apesar de abundante, a má distribuição da água foi um dos desafios enfrentados no início do assentamento. Aos poucos, por meio de canalização e infraestrutura para sua distribuição, buscou-se suprir as necessidades das famílias.

[337] Para a construção de suas casas, as famílias foram beneficiada pelo Crédito de Habitação do INCRA. As condições habitacionais, bem como, os significados e expectativas das famílias assentadas em relação à conquista do direito à moradia, é tema de: CHAGAS, Tatiane. **Assentamento Dom José Gomes:** uma história de luta, organização, e conquista. 2009. 69f. Monografia (Bacharel em Serviço Social) – Universidade Comunitária Regional de Chapecó, Chapecó.

[338] Inicialmente, se teve acesso a Política de Crédito de Apoio Inicial (R$ 3.200,00/família), para aquisição de alimentos, utensílios domésticos, ferramentas de trabalho e insumos (adubos, calcário e sementes); Crédito de Fomento (R$ 3.200,00/família), para custeio alimentação, aquisição de insumos e alguns animais de criação; Crédito de apoio a mulher (R$ 800,00/família). Além disso, posteriormente, os investimentos em produção foram realizados através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), por intermédio do Banco do Brasil e do Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL). Tais investimentos que, por sua vez, não foram realizados por todos, ainda estão sendo pagos.

[339] A área total do assentamento (372,35 ha) foi fornecida pelo PDA. É um pouco menor que a área medida/vistoriada do imóvel fazenda Seringa/Paraíso (382,3503 ha), bem como, das informações fornecidas pelo INCRA – no painel de assentamentos, atualizado em 31/12/2017 – que é de (385,6687 ha). Segundo informações obtidas em conversa telefônica, realizada no dia 27 de julho de 2020, o chefe da Unidade Avançada do INCRA de Chapecó, Thiago Leopoldo Juvino, afirmou que a área definitiva a ser homologada, será a constatada no georeferenciamento, a ser realizado antes do processo de titulação da área.

[340] PDA, 2009. Documento citado.

[341] MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Durante encontro nacional, MST reafirma compromisso com luta indígena e quilombola**. Disponível em: https://mst.org.br/2019/01/28/durante-encontro-nacional-mst-reafirma-compromisso-com-luta--indigena-e quilombola/. Acesso em: 04 de setembro de 2020.

[342] Como as caronas citadas por Horácio no retorno para casa quando sai para trabalhar; negócio, como a venda de um carro de Plínio para um indígena; e, relacionamento amoroso, de um dos filhos de Irene e Paulo com uma indígena que hoje reside no assentamento.

[343] Isabela, 2017. Entrevista citada.

[344] Paulo, 2017. Entrevista citada.

[345] Raquel, 2017. Entrevista citada.

[346] Bianca, 2017. Entrevista citada.

[347] Francisco, 2017. Entrevista citada.

[348] INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Assentamentos**. Disponível em: http://www.incra.gov.br/assentamento. Acesso em: 02 de setembro de 2018.

[349] BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispões sobre o Estatuto do Índio.

[350] Em meados de 2009, através do enunciado "MPF denuncia trabalho escravo de indígenas em Herval d'Oeste", tornava-se público denuncia realizada pelo Ministério Público Federal (MPF) de Joaçaba-SC. Este, denunciou dois empresários por manter 60 trabalhadores indígenas da etnia kaingang da terra indígena Xapecó, município de Ipuaçu-SC, em condições semelhantes a de escravos no município de Herval d'Oeste. Os indígenas eram atraídos para trabalhar com corte e desgalho de pinus e eucalipto, sem as condições mínimas de higiene, segurança e alimentação (MPF denuncia trabalho escravo de indígenas em Herval d'Oeste. **A notícia**, 17 ago. 2009).

[351] As relações entre o trabalho realizado nos frigoríficos e o modo de vida kaingang da terra indígena Toldo Chimbangue de Chapecó-SC, no que diz respeito às relações com os animais, à alimentação e, principalmente, às noções de trabalho é temática desenvolvida por: RODEGUERO, Miriam. O frigorífico na aldeia: algumas implicações do trabalho nas indústrias de carne para os kaingang do Toldo Chimbangue. Cf.: **Teoria e cultura**, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFJF, v. 11, n. 2,p. 53-62, jul/dez. 2016.

[352] Instalada no Rio Uruguai, entre os municípios de Águas de Chapecó/SC e Alpestre/RS, a usina hidrelétrica Foz do Chapecó foi oficialmente inaugurada em 2010 e possui 4 unidades geradoras com potência instalada de 855 megawatts.

[353] Plínio, 2017. Entrevista citada.

[354] PDA, 2009. Documento citado.

[355] Alberto, 2017. Entrevista citada.

[356] Plínio, 2017. Entrevista citada.

[357] Idem.

[358] Processo nº 54210.001556/2015-61.

[359] Idem. Ofício nº 304/GAB/ERA 07.

[360] Idem. Ofício nº 434/2015/DPT

[361] Idem. Documento assinado pelo topógrafo, Janio Carlos Reitz, datado em 12 de agosto de 2016, enviado ao Chefe da Unidade Avançada do INCRA SC.

[362] Idem. DESPACHO/INCRA/SR(10)T/Nº24/2016.

[363] Em conversa telefônica, realizada no dia 27 de julho de 2020, o chefe da Unidade Avançada do INCRA de Chapecó, Thiago Leopoldo Juvino, afirmou que até o momento nenhuma área do assentamento DJG, que consta no processo nº 54210.001556/2015-61 enquanto sobreposta, foi repassada a reserva Aldeia Kondá. Entretanto, o processo ainda não foi encerrado.

[364] Processo nº 54210.001556/2015-61. Documento assinado pelo Engenheiro Agrônomo Sérgio Antonio Cavali, Perito Federal Agrário INCRA SC, datado em 20 de Outubro de 2016, enviado ao Chefe da Unidade Avançada de SC.

[365] Paulo, 2017. Entrevista citada.

[366] OLGA, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 26 de setembro de 2017, duração: 51 min. 46 seg.

[367] MARTINS, J. de S. **Fronteiras...** Op. cit. p. 46.

[368] Alberto, 2017. Entrevista citada.

[369] Irene, 2017. Entrevista citada.

[370] Alberto, 2017. Entrevista citada.

[371] FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). **Quais os benefícios sociais e previdenciários que os indígenas têm direito?.** Disponível em: http://www.funai.gov.br/index.php/todos-ouvidoria/23-perguntas-frequentes/1257-quais-os-beneficios-sociais-e-previdenciarios-que-os-indigenas-tem-direito. Acesso em: 27 de maio de 2019.

[372] BLOEMER, N. M. S. **Brava gente brasileira**... Op. cit.

[373] PDA, 2009. Documento citado.

[374] MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Cooperação agrícola, o símbolo do assentamento Conquista na Fronteira.** Disponível em: https://mst.org.br/2015/01/15/cooperacao-agricola-o-simbolo-do-assentamento-conquista-na-fronteira/. Acesso em: 05 de setembro de 2020.

[375] Sobre as transformações no município de Dionísio Cerqueira, após a formação do assentamento Conquista na Fronteira, ver: FIORENTIN, M. **MST e desenvolvimento local:** uma experiência do assentamento "Conquista na Fronteira"/SC. 2006. 159f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre; e, MOREIRA, A. C. **A reterritorialização do assentamento Conquista na Fronteira de Dionísio Cerqueira – SC**: para além da dimensão cultural. 2009. 225f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

[376] PDA, 2009. Documento citado.

[377] Ana, 2017. Entrevista citada.

[378] A individualização dos lotes ainda compreende questões não resolvidas, como uma área de potreiro correspondente a cada núcleo que ainda precisa ser dividida entre as famílias.

[379] BAZOTTI, Angelita. **Assentamentos Rosário e Conquista da Fronteira**: entre o coletivo e familiar. 2007. 142f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

[380] SABOURIN, E. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. **Tomo**. São Cristóvão/SE, Nº VII, p. 75-103. 2004. Para o autor, existem 3 tipos de relações de reciprocidade: as formas de ajuda mútua na produção e de organização local, interfamiliar; o manejo compartilhado de recursos coletivos; as formas de repartição e uso da produção.

[381] A ajuda entre vizinhos compreende o deixar os afazeres no lote e contribuir com as atividades desenvolvidas em outro, algo corriqueiro no DJG. Favores que compreendem as trocas de dias de serviço, a ajuda em troca de produtos e ainda a ajuda com os afazeres quando da necessidade de se afastar do lote.

[382] As parcerias para a produção, não estão limitadas à definição clássica de relação entre proprietário e trabalhador por meio do pagamento do uso da terra com produtos, mas compreendem a produção em conjunto de algo. Elas ocorrem, tanto entre vizinhos assentados, quanto entre assentados e pessoas de fora.

[383] A Associação de Máquinas foi criada em 2011. Por meio dela, às famílias participantes podem ter acesso ao maquinário para a produção, como implemento para a plantadeira, o pé de pato, grade e trator, desde que paguem um valor anual e R$ 50 a hora trabalhada (deste valor, R$ 40,00 fica com a associação e R$ 10,00 com o Operador, atividade desenvolvida pelo marido de Aline). A associação, é apenas um dos Empreendimentos da Economia Solidária (EES) criados no assentamento como uma forma de estabelecer grupos econômicos com o intuito de resgatar as relações sociais dos moradores e, ao mesmo tempo, ser uma forma de geração de renda para as famílias. Os outros foram: Sabor da Conquista (ramo de panificação), Costurando Sonhos (ramo de costura), Plantas Medicinais (preservação de plantas e sementes). No momento das entrevistas, 2017, os demais empreendimentos estavam em vias de dissolução.

[384] As trocas de produção, algumas vezes, envolvem um item por outro, outras vezes, são trocas pelo mesmo produto. Essa última situação, prática comum envolvendo o empréstimo de sementes e carne – quando do abate de um animal.

[385] A venda da produção é realizada diretamente ao consumidor (que, em algumas ocasiões, busca os produtos no assentamento e, em outras, recebe em casa), a estabelecimentos comerciais, cooperativas e laticínios.

[386] PDA, 2009. Documento citado.

[387] Cooperativa de trabalhadores assentados da reforma agrária, localizada no município de São Miguel do Oeste (SC), de onde provém o leite da marca Terra Viva.

[388] Empresa fundada em 1974 no município de Treze Tílias/SC.

[389] ALINE, 2017. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara de Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 08 de novembro de 2017, duração: 37 min. 57 seg.

[390] Moisés, 2017. Entrevista citada.

[391] Plínio, 2017. Entrevista citada.

[392] Idem.

[393] Nelson, 2017. Entrevista citada.

[394] Plínio, 2017. Entrevista citada.

[395] Idem.

[396] Nelson, 2017. Entrevista citada.

[397] Idem.

[398] Idem.

[399] Célia, 2017. Entrevista citada.

[400] FERRARI, D. L.; MELLO, M. A. de; TESTA, V. M.; SILVESTRO, M. L. Agricultores familiares, exclusão e desafios para inserção econômica na produção de leite em Santa Catarina. **Informações econômicas**, São Paulo, v.35, n.1, p. 22-36, jan. 2005.

[401] A partir da Instrução Normativa 51 (2002), passou-se a estabelecer critérios para um leite de qualidade. Estes critérios consideram teores de gordura, proteínas e sólidos totais, a Contagem Bacteriana Total (CBT), a Contagem de Células Somáticas (CCS) e a presença de resíduos de antibióticos.

[402] Na edição do Diário Oficial da União de 30 de novembro de 2018, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) fixou novas regras para a produção de leite no país, especificando os padrões de identidade e qualidade do leite cru refrigerado, do pasteurizado e do tipo A. Através das Instruções Normativas (IN) 76, 77 e 78, foram definidos os critérios a serem seguidos na produção. Com as novas Instruções, foram revogadas às seguintes: 51/2002, 22/2009, 62/2011, 07/2016 e 31/2018.

[403] Aline, 2017. Entrevista citada.

[404] Magali, 2017. Entrevista citada.

[405] COOPEROESTE, A terra viva que encheu os olhos de Lula. **Brasil de Fato**, São Paulo-SP, 25 mar. 2018.

[406] Cooperativa existente desde 1995 e localizada em Chapecó.

[407] MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Nossa produção**. Disponível em: http://www.mst.org.br/nossa-producao/. Acesso em: 27 de maio de 2019.

[408] PDA, 2009. Documento citado.

[409] MST. **Agroecologia, Soberania Alimentar e Cooperação**. Op. cit.

[410] Trabalhar na perspectiva agroecológica envolve valores que vão muito além da produção orgânica. Ver: CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília:

MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

[411] As normas e princípios de conformidade orgânica são estabelecidos pela Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências; e, regulamentados pelo Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007.

[412] Otávio, 2017. Entrevista citada.

[413] Bianca, 2017. Entrevista citada.

[414] PDA, 2009. Documento citado.

[415] No quesito assistência técnica, as poucas famílias que ainda produzem leite dispõem do serviço ligado às empresas, entretanto, para as demais, inúmeras são as reclamações apresentadas, pois afirmam que no início do assentamento existia o serviço ligado ao Movimento, mas, aos poucos, os técnicos apenas os visitavam para recolher assinaturas.

[416] Alguns assentados afirmam nunca ter realizado cursos relacionados à produção, outros citam, tanto encontros realizados em outros assentamentos, quanto cursos realizados dentro do DJG, com parceria da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), e fora, com parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Entre as temáticas encontram-se: agroecologia; produção de queijos, geleias, embutidos e galinha caipira; plantas medicinais; tempos de plantio; pastagem.

[417] A Pirâmide Alimentar orienta e ajuda na escolha de alimentos, visando a promoção da saúde e de hábitos alimentares saudáveis. É composta por 8 grupos: Carboidratos; Verduras e Legumes; Frutas; Leite e derivados; Proteínas; Leguminosas e oleaginosas; Gorduras; Açúcares.

[418] er “Dez Passos para um Alimentação Saudável” em: BRASIL. **Guia alimentar:** como ter uma alimentação Saudável. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

[419] Sérgio, 2017. Entrevista citada.

[420] TREVISAN, J.G. **Nos meandros da colonização chapecoense**: a resistência camponesa territorializada no assentamento Dom José Gomes. 2018. 63f. Monografia (Licenciatura em geografia) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó.

[421] Os contratos de integração, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e integradores, são estabelecidos pela lei nº 13.288, de 16 de maio de 2016.

[422] OLIVEIRA, V. de. **Integração agroindustrial na avicultura**: Um estudo de caso no assentamento Vitória no município de Lindoeste-PR. 2016. 58f. Monografia (Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar) – Universidade Federal da Integração Latina – Americana, Foz do Iguaçu.

[423] MARTINS, José de Souza. **O Sujeito oculto**... Op. cit. p. 65-66.

[424] Moisés, 2017. Entrevista citada.

[425] “Os produtos orgânicos deverão ser protegidos continuadamente para que não se misturem com produtos não orgânicos e não tenham contato com materiais e substâncias cujo uso não esteja autorizado para a produção orgânica” (Art. 12 do Decreto Nº 6.323/2007). Para tanto, o lote de Regina é cercado pela Flor do Mel que, além de servir como barreira de proteção para a produção de orgânicos, ainda é a fonte de alimentação das abelhas e, assim, a produção de mel. Produto, entretanto, não aprovado pela certificação de conformidade orgânica, pois como as abelhas coletam alimentos num raio de até 2 km de suas colônias, exige-se uma distância mínima de 3 km entre os apiários orgânicos e as áreas de agricultura convencional.

[426] SANTOS. R.O.C. dos. A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP). **Revista NERA**. Presidente Prudente, Ano 17, nº. 25, p. 102-135, jul-dez. 2014.

[427] BUSCIOLI, L.D. **Impactos e resistências no processo de estrangeirização de terras em Rio Brilhante (MS)**: o caso dos projetos de assentamentos federais São Judas, Margarida Alves, Silvio Rodrigues e do território indígena Laranjeira Ñanderu. 2016. 443f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

[428] ROOS, D. A disputa pelo território: agricultura camponesa versus agronegócio nos assentamentos do centro-sul paranaense. In: Anais do XIII Jornada do Trabalho. Presidente Prudente/SP, 09 a 12 de outubro de outubro de 2012. p. 01-12.

[429] LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. Trad. Maria H. R. Ramos & Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

[430] WILLIAMS, R. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. Trad. por Paulo Henrique de Britto. São Paulo; Cia das Letras, 1989.

[431] Alda, 2017. Entrevista citada.

[432] Com meios de locomoção próprios ou de carona, dentre os meios de transporte utilizados para se locomoverem encontram-se: carro, moto e transporte escolar – uma Kombi e um ônibus – que também é utilizado pelos moradores que não são estudantes.

[433] Inácio, 2017. Entrevista citada.

[434] Isabela, 2017. Entrevista citada.

[435] Rute, 2017. Entrevista citada.

[436] Lígia, 2017. Entrevista citada.

[437] Carine, 2017. Entrevista citada.

[438] Isabela, 2017. Entrevista citada.

[439] Idem.

[440] Lígia, 2017. Entrevista citada.

[441] Bianca, 2017. Entrevista citada.

[442] Marlene, 2017. Entrevista citada.

[443] Bianca, 2017. Entrevista citada.

[444] Aline, 2017. Entrevista citada.

[445] Moisés, 2017. Entrevista citada.

[446] Regina, 2017. Entrevista citada.

[447] O curso acontece via Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

[448] Bianca, 2017. Entrevista citada.

[449] VUELMA, A. **Análise das causas do arrendamento ou venda de terras nos assentamentos rurais do município de Abelardo Luz-SC**. 2018. 130f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão.

[450] THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria...** Op. cit.

TÂNIA MARA DE BASTIANI

A autora é Mestra em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Doutora em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Entre os temas que pesquisa, encontram-se: A questão agrária no Brasil, os Movimentos sociais do campo e a Educação do campo.

O livro Trajetórias de lutas e formação agrária no Oeste Catarinense, de Tânia Mara de Bastiani, é o resultado das pesquisas realizadas no Doutorado em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Por meio de fontes orais e escritas, da historicização do título da fazenda Barra Grande e da trajetória de vida dos moradores do assentamento Dom José Gomes, em Chapecó/SC, a autora buscou analisar um caso particular que pudesse exemplificar a dinâmica de concentração fundiária e o fazer-se do MST no Oeste Catarinense. Para tanto, procurou desconstruir a representação social hegemônica da formação agrária da região como ancorada exclusivamente na pequena propriedade para que, assim, se possibilitasse a visualização de que a luta pela terra faz parte da constituição agrária local.

ISBN 978-658600060-3